



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

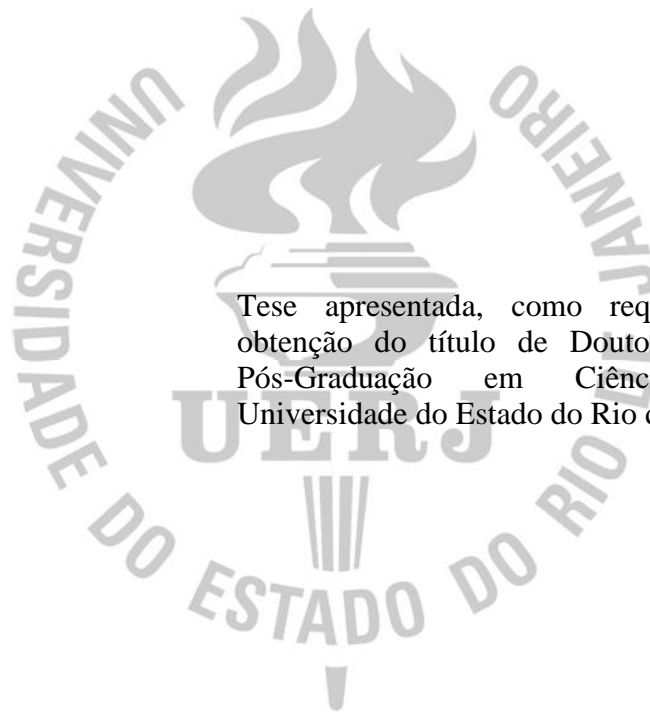
Esther Kuperman

**Da SUMOC ao Banco Central:
consolidando as bases para o neoliberalismo no Brasil**

Rio de Janeiro
2008

Esther Kuperman

**Da SUMOC ao Banco Central:
consolidando as bases para o neoliberalismo no Brasil**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros

Rio de Janeiro
2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ CCS/A

K96 Kuperman, Esther
Da SUMOC ao Banco Central: consolidando as bases para o
neoliberalismo no Brasil/ Esther Kuperman. -2008.
252 f.

Orientadora: Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros.
Teses (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Superintendência da Moeda e do Crédito (Brasil) - Teses. 2.
Política econômica - Teses. 3. Neoliberalismo - Brasil - Teses. I.
Barros, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. II. Universidade do Estado do
Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 338

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese.

Assinatura

Data

Esther Kuperman

**Da SUMOC ao Banco Central:
consolidando as bases para o neoliberalismo no Brasil**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em 02 de setembro de 2008

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Prof. Dr. Orlando de Barros
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Prof^a. Dr^a Sonia Regina de Mendonça
Universidade Federal Fluminense

Dr. Lucio Flavio Rodrigues de Almeida
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof. Dr. Carlos Eduardo Rebello de Mendonça
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Rio de Janeiro
2008

AGRADECIMENTOS

À memória de meu pai e de sua herança, que não pode ser mensurada ou contabilizada em bens materiais, mas cuja riqueza serve de alimento e conforto: a certeza de que podemos entender o mundo e mudá-lo.

À memória de minha avó Clara, cujo amor me acompanha todos os dias.

À minha filha Tania e meu genro Daniel, presentes da vida, para quem deixo como legado um mundo por fazer.

Ao meu companheiro, Celso Vargas, meu amor.

À Ângela, amiga solidária de todas as horas.

À Profa. Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros, minha orientadora. Rigorosa, solidária, sempre com o comentário certo na hora certa, cuja confiança e generosidade me fizeram acreditar novamente que isto era viável.

Ao Prof. Orlando de Barros, pela leitura atenta e paciente, presença decisiva nos momentos mais importantes deste trabalho.

Ao amigo Amaury Fernandes, pela paciência de colocar esta tese no formato adequado enquanto produzia uma deliciosa macarronada.

Em memória dos queridos Almir Joaquim Pereira Junior, Esther Cohen, René Armand Dreifuss, Rinaldo William Romero, Therezinha Marly Engelke Alves, que gostariam de estar presentes neste momento.

Aos meus amigos (em ordem alfabética): Álvaro e Bete Senra, Amaury Fernandes, Ana Maria Ribas Cardoso, Bruno Kampel, Carlinhos Hobsbawn, Carlos Frydman. Débora El-Jaick, Denise Rodrigues, Dina Lida Kinoshida, Edelyn Schweidson, Eduardo Antonio Lucas Parga, Elias Salgado, Frederico Falcão, Henrique Samet, João Henrique dos Santos, Jarbas Silva Marques, Juba Tavares, Laís Platteck, Lucia Maria Baere de Naegle, Lucio Flavio de Almeida, Mana Souza Lima, Maria Eulália do Carmo, Maria Helena Pitta, Marilena Balsa, Mauro César Calvo, Mauro Nadvorny, Miguel Urbano Rodrigues, Moisés Storch, Nélio e Fátima Galsky, Orlando e Stella de Barros, Paulo Menescal, Priscila Massiero, Ronny, Mônica e Tomer Levin, Rose Schlesinger, Sarita O. Gelbert, Valéria Silva Lopes, Virgínia Fontes, Zwick, Mara e Marc Teitelbaum. Com eles a vida é mais bonita.

Ao Sig.

À Chris, nosso anjo da guarda no PPCIS; obrigada por nos aturar.

E a todos aqueles que, de certa forma, participaram desta trajetória. Porque o mais importante de tudo é o caminhar.

RESUMO

KUPERMAN, Esther. **Da SUMOC ao Banco Central:** consolidando as bases para o neoliberalismo no Brasil, 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Esta tese tem como tema a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) – embrião do Banco Central do Brasil, durante os anos 50, definida como espaço de construção da hegemonia de uma fração das classes dominantes. Examinamos aqui como as diferentes frações da burguesia brasileira procuravam construir o consenso através de seus aparelhos privados de hegemonia - a FIDF (Federação das Indústrias do Distrito Federal), o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), a ACSP (Associação Comercial de São Paulo) e a Revista Digesto Econômico. Tal consenso também passava pela difusão dos ideários desenvolvimentista e liberal, aqui confrontados e identificados quanto aos seus pontos de convergência e divergência.

Palavras-chave: SUMOC. Banco Central. Política cambial. ISEB. Desenvolvimentismo. Liberalismo. Revista Digesto Econômico. Associação Comercial de São Paulo. Federação das Indústrias do Distrito Federal.

ABSTRACT

The theme of this thesis is The Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) [Credit and Currency Authority] – an embryo of The Central Bank of Brazil, created in the fifties, and defined as a space for the construction of the hegemony of a segment of the ruling classes. We study here how the different sectors of the Brazilian bourgeoisie tried to build a consensus using their private hegemony instruments – The FIDF (Federation of Industries of the Federal District), the ISEB (Superior Institute of Brazilian Studies), the ACSP (Commercial Association of São Paulo), and the Economic Digest Magazine. Such consensus also included the diffusion of the liberal and developmental ideals, here confronted and identified in relation to their points of convergence and divergence.

Keywords: SUMOC. Central Bank. Exchange policies. ISEB. Development. Liberalism. Economic Digest Magazine. Commercial Association of São Paulo. Federation of Industries of the Federal District.

RÉSUMÉ

L'objet de cette thèse est la Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) [Surintendance de la Monnaie et du Crédit] - noyau originaire de la Banque Centrale du Brésil - pendant les années 1950, analysée comme l'espace de la construction de l'hégémonie d'une fraction des classes dominantes. Ce travail examine comment les différentes fractions de la bourgeoisie brésilienne ont essayé à établir le consensus par l'intermédiaire de leurs appareils privés d'hégémonie - la FIDF (Fédération des Industries du District Fédéral - la Capitale Fédérale), l'ISEB (Institut Supérieur d'Études Brésiliens), l'ACSP (Association Commerciale de São Paulo) et la Revue Digeste Économique. Ce consensus impliquait aussi la diffusion des idéaux développementiste et libéral, ici confrontés et identifiés par rapport à leurs points de convergence et de divergence.

Mots-clés: SUMOC. Banque Centrale. Politique cambiale. Développementisme. Libéralisme. Revue Digeste Économique. Association Commerciale de São Paulo. Federation des Industries du District Fédéral (Capitale Fédérale).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACSP	Associação Comercial de São Paulo
AIB	Ação Integralista Brasileira
AI5	Ato Institucional n. 5
ALALC	Associação Latino Americana para o Livre Comércio
BC	Banco Central
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CACEX	Carteira de Comércio Exterior
CAMOB	Caixa de mobilização Bancária
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CARED	Carteira de Redescoto
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CIB	Centro Industrial do Brasil
CIRJ	Centro das Indústrias do Rio de Janeiro
CMBEU	Comissão Mista-Brasil Estados Unidos
CNAEE	Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
CNE	Conselho Nacional de Economia
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNP	Conselho Nacional do Petróleo
COMUDES	Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social
COPOM	Comitê de Política Monetária
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EXIMBANK	Export and Import Bank of the United States
FIDF	Federação das Indústrias do Distrito Federal
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIRJ	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSIDF	Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBESP	Instituto Brasileiro de Economia Sociologia e Política
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
ISEB	Instituto Superior de Estudos Sociais Brasileiros
PCB	Partido Comunista Brasileiro
SAIN	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
UNE-	União Nacional dos Estudantes

LISTA DAS TABELAS

Tabela 1 - Movimento dos investimentos estrangeiros 1947-1961 (milhões de dólares).....	16
Tabela 2 - Inversões privadas diretas (em milhões de dólares) de 1929 a 1959.....	17
Tabela 3 - Países componentes do BIRD e seu correspondente número de cotas.....	44
Tabela 4 - Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Distrito Federal.....	154

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 A GUERRA ACABOU – A GUERRA CONTINUA	39
1.1 Uma nova ordem	39
1.2 A centralidade dos Bancos Centrais	45
1.3 Homens, classes sociais, idéias	48
1.4 Estado: uma construção social	53
1.5 O Estado brasileiro	58
1.6 Os “dourados” anos 50	69
2 ISEB	78
3 DESENVOLVIMENTISMO E LIBERALISMO – DUAS FACES DA MESMA MOEDA	98
4 A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL	116
4.1 Histórico	117
4.2 As atas da indústria	128
5 GUDIN E CAMPOS: DOIS INTELLECTUAIS	136
6 A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO	148
6.1 Histórico	149
6.2 Lendo o Digesto Econômico	154
7 CÂMBIO E MUDANÇAS	185
8 A SUMOC	203
8.1 Histórico	206
8.2 A Instrução 113	222
CONCLUSÃO	238
FONTES E REFERÊNCIAS	246

Apresentação *

Criar não é imaginação, é correr o grande risco de se ter a realidade.

Clarice Lispector. A paixão Segundo GH

Para alguma coisa serve defender a tese de doutorado depois de haver dobrado o “Cabo da Boa Esperança”: serve para que o pesquisador tenha o cuidado de escrever sobre assuntos relevantes, elegendo um objeto sistêmico. Também serve para que o pesquisador esteja empenhado em escrever textos que possam ser entendidos pelo maior número de pessoas possível, buscando romper com o vício, tão comum entre aqueles que pesquisam, de escrever apenas para seus pares. Serve também para que, quando olhamos para trás, possamos nos orgulhar e reafirmar todas as lutas do passado, todos os caminhos percorridos, pois, a partir da vivência, da leitura e da reflexão foi possível acumular o lastro que constituiu a base de tudo o que temos produzido. Serve, ainda, para que tenhamos a alegria de festejar as conquistas e os amigos, apontando novos caminhos e batalhas. Serve, também para que estejamos aqui, depois de superados tantos obstáculos, sendo examinados por esta banca. Pois só poderíamos entregar qualquer trabalho para a crítica dos professores que se encontram nesta banca porque, além da excelência acadêmica, possuem algo que anda muito em falta no nosso meio: a honestidade intelectual.

Minha trajetória intelectual pode ser considerada um tanto acidentada, visto que, entre as titulações correu um tempo largo, o que não é comum hoje em dia. Mas ela é um caminho coerente com a minha relação com a vida e com meu objeto de pesquisa.

Sendo historiadora de formação, optei por um doutorado em Ciências Sociais, o que diversificou o meu conhecimento, minha análise, meu olhar sobre os fenômenos estudados. Sempre busco os caminhos mais difíceis. Mas são eles que me transformam. Por isso os elejo.

* O texto deste capítulo foi apresentado como exposição da autora, por ocasião da defesa da tese.

Todos estes fatores justificam a eleição da Superintendência da Moeda e do Crédito como objeto desta tese. De sua criação até a transformação em Banco Central a SUMOC expressou a correlação de forças existente no período. O fato de ser a agência do Estado de onde emanavam – e ainda emanam – as políticas econômicas, faz com que seu controle seja também motivo de disputa por parte das frações de classe. A implantação da Instrução 113, através da Superintendência, criando condições favoráveis aos investimentos estrangeiros, também foi um fator que desencadeou reações em cada uma destas frações, reações estas bastante representativas dos interesses de cada um dos grupos. Mas a Instrução 113 foi uma ferramenta bastante utilizada para financiar o Plano de Metas, o que expõe a principal característica deste Plano do desenvolvimentismo. Além de identificar a SUMOC como espaço de promoção das políticas, demonstramos aqui a existência de outros espaços, tanto na sociedade política quanto na sociedade civil: o ISEB, onde as lutas políticas deste período tinham sua representação, através dos embates entre seus componentes. Também analisamos dois aparelhos privados de hegemonia: a Federação das Indústrias do Distrito Federal e a Associação Comercial de São Paulo. Nestes dois espaços eram disseminadas as idéias e as propostas que constituiriam as ferramentas através das quais os dois grupos buscavam construir o consenso e alcançar a hegemonia.

O debate entre estas propostas ainda está presente nos nossos dias. É interessante notar que muitos ainda entendem o desenvolvimentismo como uma oposição ao liberalismo. É claro que ambos possuem divergências, mas, através do exame dos documentos produzidos pelos atores pertencentes à Federação e a Associação, e das idéias dos intelectuais abordados nesta tese foi possível identificar seus pontos em comum. A utilização de uma fonte inédita – um debate entre Gudin e Raul Prebisch - que localizamos nos arquivos da CEPAL, tornou possível a identificação dos limites do desenvolvimentismo e seu verdadeiro caráter.

A formação do historiador valoriza o tempo e proporciona identificação da temporalidade dos sujeitos. Portanto, trabalhar com fontes primárias significa estabelecer um diálogo com os atores sociais abordados, que pertencem a um tempo passado, mas através das fontes se fazem presentes. O documento, o discurso, até a própria grafia das palavras nos remetem ao momento em que a fonte é produzida, tornando o objeto de análise mais próximo, quase presente, finalmente inteligível.

Nosso trabalho expõe a contemporaneidade de todos estes processos: a autonomia do Banco Central é uma questão política e deve ser entendida a partir da construção da hegemonia de uma fração da burguesia brasileira. Esta autonomia continua tendo as mesmas características e gerando as políticas que conhecemos: restrições creditícias, combate à inflação, compressão da massa salarial, altas taxas de juros. Estão todas atualmente na ordem do dia, mas podem ser encontradas no discurso dos intelectuais que compareciam com frequência nas páginas do Digesto Econômico ao longo de todo o período abordado. São medidas, de caráter eminentemente econômico, mas decorrentes de ampla luta política. Tais conflitos não se encerraram na década de 1950. Ao contrário: as condições para o processo de globalização das economias e sociedades foram construídas nos anos que sucederam a Segunda Guerra Mundial, e promoveram as mudanças necessárias à sua consolidação na sociedade brasileira durante este período. Seus desdobramentos podem ser identificados com facilidade hoje em dia.

Assim, não existe nenhuma “bossa nova”, pelo menos para a sociedade brasileira. Nos últimos cinquenta anos assistimos a consolidação dos processos apontados nesta tese. Com algumas nuances e diferentes estratégias, as formas de dominação se repetem e até parecem se eternizar. A bossa é velha!

Introdução

Uma causa justa pode facilmente ser subvertida por meios ruins, inadequados ou corruptos. Quanto antes essa idéia for posta em prática, maior será a chance que teremos de nos conduzirmos para fora do impasse atual.

Edward Said – Cultura e Política

Esta tese tem por objeto de estudo a SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito – entendida como o espaço onde se desenvolveram as relações entre sociedade política e sociedade civil ¹, bem como as disputas pela hegemonia ² no Brasil na segunda metade do século XX.

Focalizamos os últimos anos da década de 1950, por considerar o período em questão importante para o entendimento dos processos que se desenvolveram na sociedade brasileira ao longo das décadas seguintes: trata-se de um momento em que o denominado Estado de compromisso apresenta algumas fissuras nas quais enunciam-se as divergências entre as diferentes frações das classes dominantes brasileiras.

¹ Por sociedade civil entendemos as relações existentes entre os diferentes segmentos de uma sociedade, especialmente aqueles vulgarmente denominados privados, tais como associações, jornais, escolas, institutos culturais, sindicatos, etc., e que constituem os espaços onde se formam e se transmitem os valores e idéias dominantes, ou seja, o campo da construção do consenso que possibilita a conquista da hegemonia, e através dos quais a classe dominante exerce a própria hegemonia. Consideramos, portanto, que a sociedade civil compreende não só um complexo de relações materiais - como em Marx - mas também as relações ideológicas-culturais. Sem abandonar a idéia da prioridade de determinação das estruturas econômicas, da mesma forma que Gramsci, entendemos que tais relações envolvem também a sociedade política, na medida em as fronteiras entre esta (a sociedade política, ou o Estado) e a sociedade civil sejam cada vez mais complexas, especialmente se definirmos ambos os espaços a partir da noção de que consistem em um conjunto de relações e que a sua finalidade deve ser vista a partir da noção de hegemonia. Considerando ser a sociedade política o campo onde se realiza a hegemonia que uma classe – ou fração de classe – exerce sobre toda a sociedade e que esta hegemonia também é construída através de formas de coerção – atribuição exclusiva do Estado - temos aí uma diferenciação entre sociedade civil e sociedade política.

² O conceito de hegemonia será abordado neste capítulo, mais adiante.

O processo acima mencionado desencadeou-se a partir de uma mudança no padrão de acumulação de capital no Brasil que ocorreu durante a segunda metade dos anos cinqüenta. Para entender esta afirmação será importante definir as principais características do desenvolvimento da economia brasileira no período que antecedeu a este momento histórico: sabemos que esta apresentou, em sua expansão, impulsos internos provenientes da acumulação de capital agrário e da liberação de mão de obra do campo para a cidade. Por outro lado, na sua relação com as demais economias, o desenvolvimento capitalista brasileiro também foi uma decorrência do processo de substituição de importações que se deu a partir das primeiras décadas do século XX.

Os fatores em questão tiveram sua primeira fase durante a década de 1910, quando, em virtude da Primeira Guerra, os países em desenvolvimento passaram a produzir internamente muitos produtos industriais que a Europa deixava de exportar em virtude do esforço de guerra. A segunda fase deste processo pode ser identificada a partir da grande depressão ocorrida em 1929, com a queda da bolsa de Nova York e no começo da década de 1930, quando, em virtude da forte queda nas exportações, fruto da redução do consumo mundial, as economias periféricas sofreram um elevado impacto na renda nacional, em função da alta redução do consumo mundial. No Brasil, segundo BAER ³, o valor das exportações caiu de US\$ 445,9 milhões, em 1929 para US\$180,6 milhões em 1932., o que resultou numa diminuição da capacidade de importar produtos industrializados. Esta redução teve como conseqüência uma forte crise e a adoção de medidas – tais como o controle de câmbio e o controle direto - que objetivavam reduzir o volume das importações, especialmente de produtos industrializados, que passaram a ser produzidos internamente. Segundo o mesmo autor, o Brasil foi o primeiro país latino-americano a lançar mão de controles diretos sobre as importações, bem como sobre o câmbio.

Tais mudanças trouxeram, nos anos seguintes, grande estímulo para a indústria nacional, que começava a ocupar o mercado interno. A partir de então, o país passou a experimentar crescimentos impulsivos na atividade urbana, e em particular no setor industrial, que liderou o processo de desenvolvimento. Esse movimento consistia em substituir

³ BAER, Werner. *A industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*, 7ª edição, Editora FGV:RJ, 1988.

gradativamente os produtos externos pela produção interna. Após esta transformação notou-se o grande desenvolvimento do parque industrial brasileiro, não extinguindo as importações, mas substituindo-as pela produção interna, o que gerava uma demanda de investimentos em estruturas produtivas.

Todas estas transformações se processaram em condições históricas bastante diferentes das que caracterizaram a industrialização dos países desenvolvidos, uma vez que foram desencadeadas por fatores externos aos países periféricos, sendo geradas pelos países desenvolvidos.

Esta última afirmação tem como base a afirmação de Francisco de Oliveira de que *o capitalismo brasileiro é impensável autonomamente, isto é, não haveria capitalismo aqui se não existisse um sistema capitalista mundial.*⁴,

Para Oliveira, o financiamento da acumulação de capital nesta fase foi baseado na manutenção da política cambial, especialmente a partir da política de confisco cambial, visto que este último garantia a transferência de capital da agricultura de exportação para a indústria. Por outro lado, a nacionalização dos setores básicos da economia e a contenção dos salários dos trabalhadores também eram fatores que garantiam o financiamento interno do desenvolvimento industrial. A combinação destes dois últimos tem grande importância, na medida em que a produção de serviços, a preços subsidiados, garantia a manutenção do poder de compra dos trabalhadores, apesar da compressão da massa salarial..

A expansão do setor privado da economia era assegurada pelo subsídio representado pelos bens e serviços produzidos pelo Estado. Esta não foi, portanto, uma forma de distribuição de renda ou de propriedade. Tratava-se, na verdade de uma ampla participação do Estado na construção de uma economia capitalista, a serviço dos interesses de uma fração das classes dominantes, conforme Oliveira:

Sob certos aspectos, essa estratégia de industrialização parece-se muito com o modelo de Dobb para a primeira fase da expansão da economia soviética; essa semelhança é apenas teórica, já que nunca esteve, nem na ideologia, nem na prática dos grupos dominantes de então, qualquer veleidade socializante.⁵

⁴ OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

⁵ OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p. 80.

O desenvolvimento industrial ocorrido no período anterior a 1955 também teve como características a apropriação dos excedentes gerados pela agricultura de exportação e a utilização de subsídio estatal, que eram os geradores do seu financiamento. Na fase subsequente podemos identificar uma diferença quanto à forma de financiamento da expansão industrial: o financiamento do desenvolvimento econômico será feito através da maciça entrada de capital estrangeiro, devidamente institucionalizado pelas agências do Estado, sob o comando de uma fração da burguesia interessada nesta associação.

O total de investimentos e financiamentos de origem externa revela as condições em que se produziu a expansão industrial no Brasil na segunda metade dos anos 50: de acordo com Marini⁶, o montante chegou a quase 2 bilhões e 500 milhões de dólares. Estes capitais tiveram como principal destino investimentos na infra-estrutura e na indústria leve e pesada e sua participação foi possível através da associação com empresas nacionais, graças às facilidades criadas pela Instrução 113 da SUMOC – que permitia a importação de equipamentos sem cobertura cambial, ou seja, livre de impostos.

Esta maneira de financiar o crescimento da produção industrial tornou-se uma política estatal a partir da segunda metade dos anos 50, mas isto só foi possível a partir da construção do consenso em relação a tais políticas. Se considerarmos que *nenhuma política de Estado exprime uma intenção, mas uma relação de forças*⁷, podemos afirmar que esta mudança reflete a hegemonia de uma fração das classes dominantes interessada nesta mudança.

Segundo Marini⁸, o crescimento do setor industrial não teve como consequência o enfraquecimento da agricultura de exportação, uma vez que ainda se encontrava em situação de dependência em relação às exportações, principal fonte de divisas para importações das indústrias. Do ponto de vista político, a presença de representantes da fração da burguesia identificada com a agricultura de exportação, ocupando posições importantes dentro da sociedade política, também reflete o estado em que se encontrava a correlação de forças naquele momento.

⁶ MARINI, Rui Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

⁷ Apud: ALMEIDA, Lucio Flavio. *Ideologia Nacional e Nacionalismo*. São Paulo: Educ, 1995. p. 103.

⁸ MARINI, Rui Mauro. Op. Cit.

O modelo econômico vigente nas décadas anteriores não gerava grandes contradições entre o estatal e o privado, nem entre os setores agrário-exportador e industrial. Na verdade, até a segunda metade dos anos cinquenta todos estes setores eram complementares, havendo, inclusive, uma interdependência entre o estatal e o privado, assim como entre a agricultura de exportação e a indústria. Era importante garantir a lucratividade do setor agro exportador, visto ser ele o que sustentava o pagamento dos compromissos internacionais. Assim, é possível entender que a taxa cambial não apresentava grandes oscilações, principalmente nos primeiros anos da década, pois era esta política cambial que financiava a industrialização.⁹

A conjuntura da segunda metade dos anos 50 apresentava características distintas da fase anterior. Na gestão de Eugênio Gudin no Ministério da Fazenda (1955), o padrão de acumulação de capital irá experimentar uma mudança, o que será facilitado pela implementação da Instrução 113 da SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito – de janeiro de 1955. Tal medida, analisada no segundo capítulo, criava facilidades para o ingresso dos capitais estrangeiros e foi utilizada durante os anos posteriores, especialmente durante o período JK. Assim, a partir destas medidas que garantiam isenções fiscais, o Plano de Metas também contou com grande aporte de capitais estrangeiros, fato que irá aprofundar o processo de internacionalização da economia brasileira. Estes foram os principais fatores que caracterizaram o que consideramos uma transformação no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. A partir da exposição dos números relativos aos investimentos estrangeiros no período anterior e no período enfocado e da comparação do aumento extraordinário de seu volume nos anos posteriores a 1955, podemos identificar o crescimento da participação do capital internacional na economia brasileira:

⁹ Segundo Oliveira, entre 1950 e 1953, a taxa do dólar permaneceu fixa em Cr\$18,72 e a taxa da libra esterlina em Cr\$55,42. Sendo estas as moedas utilizadas como referência para as transações comerciais internacionais, podemos identificar uma espécie de congelamento da taxa cambial. Apud. OLIVEIRA, F. Op. Cit. Pág 81.

Tabela 1: MOVIMENTO DOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS
1947-1961 (Milhões de dólares) ¹⁰

Anos	Ingressos líquidos**
1947	36
1948	25
1949	6
1950	-3
1951	-4
1952	9
1953	22
1947-1953	97
1954	11
1955	43
1956	89
1957	143
1958	110
1959	124
1960	99
1961	108
1954-1961	727

** Exclusive reinvestimentos

Este significativo crescimento dos investimentos estrangeiros no país teve seu desdobramento, especialmente em relação às alianças políticas: é o momento em que as contradições entre frações das classes dominantes são reveladas expondo as fissuras no pacto que sustentava a dominação ao longo do período anterior, uma vez que o aumento dos ingressos estrangeiros, facilitado pelas medidas econômicas tomadas pelos governos Café Filho e JK, não será totalmente aceito pelos empresários industriais. Portanto, o foco de nossa análise encontra-se nesta fase por considerá-la fundamental para o entendimento do processo político brasileiro das décadas seguintes e de todo o período que sucede estes anos, uma vez que esta mudança no padrão de acumulação de capital iniciada em 1955 também redefiniu a correlação de forças existente no interior da sociedade brasileira.

A análise do período que se inicia em 1955 e se estende até o final da década justifica-se, portanto, pois este novo momento imprimiu à economia brasileira outra forma e outro rumo. Pautada pelo aumento no ingresso de capitais estrangeiros, a economia brasileira mudou radicalmente a partir desta década. Os setores da economia que apresentaram maior

¹⁰ Extraído de *Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, Programa de Ação Econômica do Governo, 1964-1966*, Pág.. 143. Apud. CARONE, Edgard. *A República Liberal I instituições e classes sociais (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985. Pág. 102.

crescimento neste período foram aqueles nos quais o capital internacional tinha interesse em investir, em especial a indústria, conforme vemos a seguir:

Tabela 2: Inversões privadas diretas (em milhões de dólares) ¹¹

Atividades	1929	1950	1957	1959
Petróleo	1.100	3.400	9.100	10.400
Atividade Mineral	1.200	1.100	2.400	2.800
Indústria	1.800	3.800	8.000	9.900
Serviços Públicos	1.600	1.400	2.100	2.400
Comércio	400	800	1.700	2.000
Agricultura	900	600	700	600
Outras Atividades	500	700	1.300	1.600

Conforme demonstrado no quadro acima, a partir de 1950, o setor industrial, ao lado do petróleo e do comércio, foi o que experimentou maior crescimento ao longo da década de 1950. O crescimento das atividades ligadas à produção de petróleo foi possível graças à criação da Petrobrás, em 1953, garantindo o investimento estatal, mas a expansão industrial, especialmente a indústria de bens de produção, pode ser creditada ao crescimento dos investimentos estrangeiros.

Este modelo de crescimento – aliando investimentos estatais e capitais estrangeiros – irá se consolidar com o Plano de Metas de JK e terá continuidade na década seguinte, quando, a partir do golpe de 1964, foram criadas as condições institucionais para sua continuidade.

Para a consolidação do modelo em questão tornou-se necessária uma redefinição do papel do Estado e das relações deste com a sociedade civil. Assim, temos nestes anos, um intervalo de tempo extremamente rico para a compreensão destas novas relações, pois estarão pautadas pela fissura no bloco histórico, revelando contradições entre dois setores da classe dominante: a burguesia agrário-exportadora e a burguesia vinculada à indústria. As contradições entre estas duas frações da classe dominante estarão localizadas na divergência de interesses em torno do ingresso de capitais externos e de seu papel no desenvolvimento brasileiro e nas diferentes propostas a respeito da participação do Estado na economia, bem como na questão relativa à remessa dos lucros¹². Tais divergências estão expressas no

¹¹ ROMANOVA, Z. La Expansión Económica de Estados Unidos em América Latina, pág. 13. . Apud. CARONE, Edgard. *A República Liberal I instituições e classes sociais (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985. Pág. 119.

¹² A lei 9.025, sobre remessa de lucros, datava de 27 de fevereiro de 1946. Por ela, as remessas anuais de lucros, juros e dividendos ficariam limitadas a 8% do capital estrangeiro registrado e as repatriações de capital deveriam obedecer ao limite de 20% por ano. Esta questão, ao longo dos anos seguintes, também foi palco de disputa entre aqueles que pretendiam reduzir

discurso de suas principais lideranças políticas, mas – e principalmente – no ideário de seus intelectuais organizadores que são analisados nesta pesquisa.

Para assegurar, do ponto de vista institucional, a entrada dos capitais estrangeiros, tornava-se necessário garantir a conquista dos espaços onde este processo era realizado. Assim, o setor agrário exportador, identificado com o projeto liberal hegemônico em Bretton Woods e interessado em facilitar o ingresso de capitais internacionais, irá ocupar o espaço da SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito. É esta agência do Estado, criada em 2 de fevereiro de 1945, pelo Decreto-Lei n. 7.293, embrião do Banco Central do Brasil, que seria responsável pela definição das políticas monetária e cambial, fundamentais para a constituição do modelo econômico acima enunciado.

Durante toda a sua vida útil como Superintendência, a SUMOC foi palco de disputas e esteve ocupada pelos agentes sociais ligados à fração da burguesia interessada neste processo de internacionalização econômica e na redefinição da ação do Estado brasileiro: os empresários ligados à agricultura de exportação. A ocupação desta Superintendência por estes atores sociais pode ser caracterizada como um exemplo de guerra de posição¹³, e será importante para a definição do rumo de todas estas políticas estatais. Com a promulgação da Lei n. 4.595 que transformou a Superintendência em Banco Central do Brasil, em 31 de outubro de 1964, o BCB assumirá, definitivamente, seu papel e explicitará sua independência de fato, através do caráter autônomo de suas políticas monetárias e cambiais, que, aparentemente não possuíam conformidade com as políticas implementadas pelas demais agências estatais, mas que exprimiam os interesses de frações da burguesia não necessariamente presentes em todos os espaços da sociedade política, mas que controlavam a SUMOC, e, mais tarde, o Banco Central.

O controle das taxas de câmbio, dos juros e do crédito pela SUMOC – e posteriormente pelo Banco Central - será a base do controle das diretrizes econômicas por

este limita, para tornar mais atraentes as condições oferecidas para os capitais estrangeiros. Para burlar esta percentagem, empresários estrangeiros “engordavam” seu capital internamente através de empréstimos, o que gerou denúncias junto a Vargas. Em setembro de 1962, já no governo de João Goulart, a Lei 4.131 impunha condições cada vez mais rígidas, aumentando o descontentamento dos capitais internacionais. Após o golpe de 1964, a Lei n. 4390, alterava a situação anterior, criada no governo anterior, retirando as barreiras e as restrições às remessas de lucros e dividendos por parte das empresas estrangeiras que aqui operavam para suas matrizes no exterior. Mas, em todos estes momentos, o controle sobre o montante a ser remetido para o exterior estava a cargo da SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito.

¹³ Ou seja: a ocupação de espaços da sociedade política para avançar com o processo de construção da hegemonia.

parte dos setores vinculados ao capital agrário-exportador e financeiro. A presença dos agentes sociais ligados aos interesses desta fração da burguesia – empresários vinculados a instituições bancárias e a empresas exportadoras de produtos agrícolas – nos diversos departamentos e, principalmente, na superintendência da SUMOC, explicita o processo de controle das políticas monetárias e cambiais por parte desta fração da burguesia brasileira.

Por outro lado, o empresariado vinculado à indústria ressentia-se com a presença cada vez maior dos capitais externos, uma vez que o considerava concorrente, um obstáculo ao seu controle deste setor. Para fazer frente a tal ameaça, estes empresários lançavam mão de um discurso que invocava a ideologia do nacionalismo de Estado, defendendo a manutenção do modelo vigente no período anterior, no qual as empresas estatais desempenhavam o papel de potencializadores da acumulação privada.¹⁴ Consideramos, também, que este discurso de caráter nacionalista e estatista envolvia o apelo à colaboração das massas e na “união de todos para o bem comum”, procurando aproximar as camadas médias urbanas e o próprio proletariado, na tentativa de novas alianças. Isto não significa que tenha havido uma reformulação das relações entre estas classes. A manutenção da política salarial, que garantia a aceleração da acumulação de capital é um dos indícios de que esta tentativa de aliança não se fazia pelas conquistas econômicas, mas pela ilusão de participação política e pela onipresença do “Estado provedor”, característica importante do Estado populista¹⁵. Na verdade, consideramos que este apelo é parte do discurso e do ideário populista, e que não é contraditório com o discurso nacionalista.

Segundo Almeida este é o período do “*nacionalismo triunfante*”, ou seja, o *nacionalismo empunhado pelo empresariado por um leque de forças que na fase anterior se*

¹⁴ Esta afirmação encontra sua sustentação na definição de populismo estatista como ideologia, presente na obra de vários autores, dentre eles Boito Júnior, para quem o estatismo, da mesma forma que o populismo, não deixa de ser uma ideologia de caráter burguês. Apud: BOITO JÚNIOR, Armando. O sindicalismo de Estado no Brasil. Campinas: Ed. Unicamp/HUCITEC, 1991.

¹⁵ Por estatismo entendemos a idéia de que o Estado tem o predomínio de todas as relações, em especial no que tange ao poder econômico, sendo o responsável pelo equilíbrio nas relações entre as diferentes classes sociais. Não defendemos a idéia de que o mercado é o grande regulador destas relações, mas, levando em consideração que o Estado a que nos referimos é uma formação política produzida, apropriada e conduzida pela burguesia, torna-se problemática a defesa de sua predominância em todos os campos das relações sociais e econômicas, especialmente se pretendemos oferecer uma alternativa a esta forma de dominação. Quanto ao conceito de populismo, não pretendemos produzir a resposta definitiva para uma polêmica que ocupa os principais autores que se debruçam sobre este fenômeno e suas diferentes manifestações no mundo contemporâneo das quais o *narodnichestvo* russo, o *People's Party*, nos EUA e o *varguismo* no Brasil são um bom exemplo. Apenas buscamos identificar neste um fenômeno correlato ao estatismo, na medida em que se trata de uma identificação de setores populares com o aparelho de Estado burguês. Portanto, se entendermos que as políticas de Estado são conduzidas pela vontade livre e soberana do Estado, estaremos ignorando que todas as ações estatais são fruto da correlação de forças existentes na sociedade.

mostrara inviável. ¹⁶ Trata-se de uma fração do empresariado nacional que disputava o controle dos espaços estatais – os industriais. O momento imediatamente posterior, ou seja, os primeiros anos da década de 1960 são aqueles em que a crise deste modelo se expressa com mais veemência, representando um tempo em que o discurso nacionalista adquiriu a função de contraposição ao imperialismo. Para Almeida, este é o momento em que foi criada

[...] a representação de que era possível um desenvolvimento nacional independente nos quadros do sistema imperialista e de que as forças populares, enquadradas em larga medida pelo aparelho estatal, conseguiriam imprimir ao nacionalismo uma mudança de rota no sentido de uma profunda transformação social.¹⁷

O desenvolvimento capitalista brasileiro a partir de 1955 caracterizou-se pelo forte crescimento industrial, voltado para o abastecimento do mercado interno – tanto de bens de produção quanto de bens de consumo – e pelo financiamento ou controle do capital estrangeiro. Este é o fator que desencadeia fissuras no conjunto das alianças que compõem o bloco hegemônico e prepara um novo processo de alianças, onde a fração da burguesia favorável ao capital internacional consolidará sua hegemonia.

A fração da classe ¹⁸ dominante que expõe suas divergências através do discurso nacionalista-estatista, durante o período aqui estudado, só expressa esta idéia na medida em que teme a concorrência representada pelo capital internacional. Em seus espaços na sociedade civil – o ISEB¹⁹, e a FIDF²⁰ – e através de seus intelectuais organizadores, utiliza o

¹⁶ ALMEIDA, Lucio Flavio Op. Cit. Pág. 99.

¹⁷ AALMEIDA, Lucio Flavio. Op. Cit. Pág. 100.

¹⁸ Utilizamos o conceito de fração de classe para exprimir setores da burguesia que, embora pertencendo à mesma classe social, possuem interesses discrepantes. Tal como Marx, concebemos que a caracterização de uma classe pode ser feita pelas formas de propriedade, pelos objetivos e projetos que podem ser comuns ou conflitantes e que são, sem dúvida, materiais, mas esta caracterização também passa pela cultura e pelo gênero de vida. Utilizamos como exemplo o descrito no 18 Brumário: os legitimistas, partidários da dinastia Bourbon representavam os interesses dos latifundiários, assim como os orleanistas eram os representantes da aristocracia financeira e os republicanos moderados constituíam os empresários e profissionais liberais (especialmente a pequena burguesia). Ao descrever a república parlamentar, Marx identifica neste regime o que denomina de *campo neutro*, no qual *a grande propriedade territorial e a indústria podiam viver lado a lado com igualdade de direitos*. Embora convivendo sob este mesmo espaço, seus antagonismos permaneciam e eram representados na luta pela supremacia do latifúndio. Da mesma forma, entendemos que a burguesia brasileira não pode ser entendida como uma classe monolítica, na medida em que empresários agrícolas e industriais possuem interesses divergentes. O Estado brasileiro, em seus espaços e agências, comporta representantes destes diferentes setores da burguesia, que disputam entre si o controle das políticas estatais, de acordo com seus interesses e conveniências. O campo neutro, no caso da burguesia brasileira, rompe-se, na medida em que os interesses agrários chocam-se com os interesses industriais, expondo os antagonismos existentes no interior do bloco composto por estes diferentes setores de uma mesma burguesia.

¹⁹ Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Instituição fundada nos anos 1940, tornou-se em 1955 uma agência do Estado. Este Instituto será analisado em um capítulo denominado ISEB – um aparelho desenvolvimentista.

discurso nacionalista como uma forma de sedimentar seus espaços e suas conquistas, mas, este mesmo discurso contém brechas e, no momento posterior esta mesma fração de classe irá se associar ao capital estrangeiro, pois: *no plano do discurso, procurava-se apresentar a industrialização capitalista e dependente como condição da emancipação nacional.*²¹ Assim, esta mesma fração da burguesia irá participar do bloco do poder nos anos que se seguiram ao golpe de 1964, garantindo sua participação no processo de internacionalização da economia brasileira.

A direção de todo e qualquer processo requer a participação, a intervenção, daqueles que Gramsci identifica como intelectuais. Estes atores sociais não precisam ser necessariamente originários das classes hegemônicas, mas têm por principal função a elaboração e execução dos planos de construção da liderança da classe dominante, não só em suas diretrizes gerais, mas também em todas as suas fases. São aqueles que atuam tanto nas associações políticas privadas quanto na sociedade política, organizando e consolidando um projeto de dominação:

Os partidos elaboram os seus próprios intelectuais: aliás, os partidos contribuem para fornecer os intelectuais ao Estado. O intelectual, na verdade, se forma como quadro no partido e depois assume uma função estatal; os partidos, porém, formam o intelectual de modo mais orgânico, mais vinculante que o Estado: e formam intelectuais de um tipo determinado.²²

Consideramos que o intelectual não está desvinculado do condicionamento histórico nem das relações de classe. Entendemos que os intelectuais só extrapolam tal condicionamento na medida em que definem-se como intelectuais orgânicos, cuja atuação segue em direção a uma classe social que pode ser distinta daquela de sua origem. Podem ser aqueles – como Eugenio Gudín, Roberto Campos, Raul Prebisch - que direcionam seus esforços no sentido de contribuir para a consolidação das formas de dominação existentes em uma sociedade capitalista. Ou podem ser aqueles – como Antonio Gramsci - que direcionaram sua produção no sentido da verdadeira superação de sua origem social e passaram a defender uma nova concepção de mundo. Esta nova relação os torna dirigentes, na medida em que redefine sua relação com a sociedade, e decorre de uma opção consciente na elaboração e disseminação de idéias que sejam ferramentas para uma verdadeira ruptura.

²⁰ Federação das Indústrias do Distrito Federal, instituição que agregava os industriais cariocas cujo papel também será analisado em capítulo próprio.

²¹ ALMEIDA, Lucio Flavio. Op. Cit. Pág. 99.

²² GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Pág. 81.

Neste trabalho confrontamos idéias de intelectuais e quadros técnicos que possuíam vinculação social explícita: Gudin, Campos, Prebisch, como intelectuais orgânicos, organizadores das idéias e práticas voltadas para a manutenção da dominação de classe bem como responsáveis pela elaboração de projetos voltados para a consolidação da hegemonia de frações de classe. De outro lado, encontramos alguns intelectuais – vinculados ao ISEB – tais como Nelson Werneck Sodré – cuja orientação ideológica era claramente voltada para os movimentos sociais e para a construção de uma contra-hegemonia. Neste sentido, ressaltamos que não é possível construir uma noção de intelectual sem relacionar esta noção ao conceito de hegemonia, na medida em que estes constituem um fator importante para a construção da hegemonia ou para a contra-hegemonia.

Ao analisar as idéias veiculadas por alguns destes atores sociais – Gudin, Campos, Prebisch - foi possível identificar as semelhanças entre os discursos das diferentes frações das classes dominantes, através da comparação entre dois debates levados adiante por representantes dos dois setores: por um lado Eugenio Gudin, intelectual vinculado ao empresariado agrário-exportador, por outro, intelectuais vinculados ao setor industrial, dos quais destacamos Roberto Simonsen e Raul Prebisch – este último fundador e presidente da CEPAL²³. Formuladores de diretrizes para a construção da hegemonia das frações de classe às quais estavam vinculados, tais quadros pertencem a estas duas frações e são os elaboradores das idéias que justificam as ações de classe.²⁴ Ao expressarem suas opiniões, especialmente a respeito do papel do Estado e da participação do capital internacional na economia brasileira, expõem o projeto dos setores por eles representados.

Hegemonia

Consideramos o conceito de hegemonia como o mais importante na obra de Gramsci, porque é a partir dele que construímos a noção de sociedade civil, sociedade política e Estado ampliado. Em nosso entendimento, a hegemonia pode ser caracterizada como a liderança

²³ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, órgão criado com o propósito de incentivar a cooperação econômica entre os países membros pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em 1948.

²⁴ Segundo Gruppi, os intelectuais emprestam à classe economicamente dominante a consciência de si mesma e de sua própria função, tanto no campo social quanto no campo político. Dão homogeneidade à classe dominante e à sua direção. Apud.: GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Pág. 139

cultural-ideológica de uma classe sobre as outras. Mas, mesmo utilizando este conceito para vários tipos de sociedade, entendemos que a hegemonia não adquire as mesmas formas históricas, na medida em que ela é exercida por diferentes forças sociais, em diferentes momentos. Desta forma, é possível entendê-la como o governo de uma classe, pois, uma vez conquistada, todas as instituições da sociedade política serão colocadas a serviço dos interesses da classe ou fração de classe hegemônica, ampliando as condições para a dominação.

Nossa concepção de hegemonia, utilizada neste trabalho, não remete, portanto, à idéia de dominação, mas sim à construção do consenso necessário à dominação, que, por sua vez, tem por significado e finalidade a conquista do Estado – ou sociedade política. A noção de hegemonia toma aqui um sentido de educação, uma vez que é através da construção de um aparato ideológico que seu caminho será pavimentado. No processo abordado por este trabalho, o aparato ideológico foi construído nas instituições da sociedade civil - a FIDF, a ACSP, o Digesto Econômico, a CEPAL - e foi produzido pelos quadros intelectuais vinculados aos grupos de interesse que disputavam a hegemonia na sociedade brasileira daquele período. Assim, o objetivo da hegemonia é o Estado, mas seu *locus* está em todas as instâncias da sociedade, culminando na conquista dos espaços da sociedade política – no caso uma agência do Estado: a SUMOC.

A importância deste conceito se dá na medida em que é a partir da compreensão do *modus operandi* e dos espaços de sua construção – através das instâncias da sociedade civil e sob a forma de convergência das idéias – e do entendimento de seus objetivos (a conquista de espaços na sociedade política) é que percebemos que ambas, sociedades civil e política, pertencem ao mesmo corpo. O entendimento da fragilidade de suas fronteiras é que condiciona a construção da noção de Estado ampliado.

Para Gramsci a sociedade política é o Estado, que possui todos os mecanismos de força e de coerção em direção à sociedade civil, esta compreendida como uma estrutura de funções ideológicas e normativas, que dão a direção para o conjunto da sociedade e correspondem ao governo de uma classe:

Podemos distinguir dois grandes ‘níveis’ na superestrutura, o que pode ser designado como ‘sociedade civil’, isto é, o conjunto de organismos habitualmente chamados de

‘internos e privados’, e o da ‘sociedade política ou Estado’, correspondendo respectivamente à função de ‘hegemonia’ que o grupo dirigente exerce sobre o conjunto do corpo social e a de ‘dominação direta’ ou comando, que se expressa através do Estado e do poder jurídico.²⁵

O Estado, ou sociedade política, também está sujeito a esta direção, emanada da sociedade civil, portanto, não pode ser apartado da sociedade civil, uma vez que é nesta última que se origina e também onde são produzidas, organizadas e definidas suas formas de dominação. Podemos, inclusive, considerar que a participação de atores sociais oriundos da sociedade civil, especialmente representantes de grupos de interesses, nos espaços da sociedade política – como as agências do Estado, por exemplo - constituem as provas de que ambas as sociedades pertencem ao mesmo espectro. Por outro lado, esta participação também nos leva a identificar as formas de construção da hegemonia de uma classe ou fração de classe. Neste sentido, a presença de quadros técnicos e de intelectuais que se articulam nos espaços da sociedade civil e exercem cargos na SUMOC, conforme demonstramos nesta tese, evidencia que as duas instâncias não são de forma alguma espaços estanques da sociedade.

Portanto, a hegemonia é derivada do consenso, e este é construído por atores sociais que se articulam através de suas organizações ou aparelhos privados. Tais organizações têm por objetivo a organização da ocupação dos espaços da sociedade política e é resultante daquilo que Gramsci define como uma guerra de posições:

Nas notas sobre Maquiavel, Gramsci escreve: “No que se refere aos Estados mais avançados, onde a sociedade civil tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às irrupções catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.), ou seja, onde existem instrumentos de intervenção no ciclo econômico, aqui as estruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras na guerra moderna.”²⁶

A guerra de posições é constituída de batalhas nas quais os contendores conquistam as trincheiras existentes na sociedade civil e nelas produzem as idéias que constituirão as armas para a construção da hegemonia de uma classe ou fração de classe. Tais idéias constituirão a direção a ser seguida pela sociedade política e são organizadas e difundidas pelos intelectuais a serviço das classes sociais em disputa. Por sua vez, a direção tomada pela sociedade política, motivo do antagonismo entre classes ou frações de classe, pode ser identificada como sendo o conjunto de políticas sociais e econômicas, levadas adiante por esta mesma sociedade

²⁵ Apud.: MACCIOCCHI, Maria-Antonieta. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Pág.. 151.

²⁶ GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Pág. 139.

política, tanto no que diz respeito à economia, quanto a todas as instâncias das relações sociais:

A supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras, como ‘dominação’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social é dominante em relação a grupos adversos, que ele busca ‘liquidar’ ou mesmo submeter pela força das armas, e é dirigente em relação a grupos que lhe são próximos e seus aliados.²⁷

Todas estas definições tornam mais claras as atuações dos intelectuais analisados neste trabalho e das idéias por eles defendidas no Digesto Econômico: abertura para os capitais internacionais, liberação das taxas de câmbio, redução do Estado como agente econômico e como regulador da economia. Todas estas orientações fazem parte desta direção, que será implementada a partir da consolidação da hegemonia da fração burguesa representada pela Associação Comercial de São Paulo.

Neste sentido, compreendemos que uma fração da burguesia brasileira tenha submetido a classe operária – sua classe adversária - através da coerção, usando para isso as ferramentas existentes no aparelho de Estado, especialmente as Forças Armadas e policiais e todo o aparato jurídico construído ao longo dos séculos de existência do Estado de direito – que nada mais é do que o Estado burguês -, mas, ao mesmo tempo, precisa garantir o seu papel de dirigente em relação às demais frações da mesma burguesia, através da construção do consenso em torno de seus interesses, transformando os grupos sociais mais próximos em aliados. Temos, então uma clara diferenciação entre os conceitos de *dominação* e *consenso*, ou seja, o primeiro é exercido em direção às classes antagônicas, e o segundo é produzido em relação às classes ou frações de classes cujos interesses não se chocam diretamente e podem ser absorvidos pela classe dirigente, tornando-se, então, aliados.

Para Gramsci, o Estado *tem e pede o consenso, mas também “educa” este consenso, utilizando as associações políticas e sindicais , que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa particular da classe dirigente.*²⁸

Um exemplo da construção do consenso pode ser identificado nas idéias veiculadas pelos atores sociais aqui pesquisados. A noção de que a presença do Estado no âmbito

²⁷ MACCIOCCHI, Maria-Antonieta. Op. Cit. Pág. 153.

²⁸ GRAMSCI, Antonio. Op. Cit. Pág 145.

econômico é prejudicial era defendida pelos intelectuais que estavam presentes do Digesto Econômico e tornou-se consenso nas décadas seguintes, especialmente no final do século XX. A análise da documentação utilizada neste trabalho tornou possível identificar tais idéias e os intelectuais que veiculavam este pensamento, que se tornará hegemônico no Brasil. A construção deste consenso levou à hegemonia desta fração de classe. Por outro lado, a idéia de que o desenvolvimento da economia brasileira necessitava da participação do capital internacional, defendida pelos mesmos intelectuais, foi absorvida pela sociedade brasileira, servindo, também, à conquista do Estado por parte desta mesma fração de classe a partir de 1964. Neste sentido, estes intelectuais vinculados à fração da burguesia que se organizava para conquistar o poder serão aqueles que estarão ocupando os postos-chave no interior do aparelho do Estado, especialmente na SUMOC – agência decisiva para definir os rumos das políticas econômicas.

Portanto, esta dinâmica da construção do consenso já nos dá um indício de que a sociedade política e sociedade civil constituem um mesmo corpo, uma vez que estes organismos privados pertencem à sociedade civil, mas seus membros atuam no interior da sociedade política. Também consideramos que a noção de “educar” possui o sentido de consentimento, mas também pode ser considerada como uma forma de descrição do papel coercitivo das associações políticas e sindicais. Este papel educativo e ao mesmo tempo coercitivo de uma associação de classe pode ser identificado na análise das atas de reunião dos empresários ligados à indústria.

Para Gramsci, a sociedade política é o espaço da construção das formas de coerção, mas para isso torna-se necessária a presença da sociedade civil, que é quem dá a direção do processo:

Na polêmica (de resto superficial) sobre as funções do Estado (o Estado entendido como organização político-jurídica num sentido estrito), e a expressão “Estado-veilleur de nuit” corresponde à italiana “Stato-carabiniere”, que significaria um Estado cujas funções limitam-se à tutela da ordem pública e do respeito às leis. Não se insiste sobre o fato de que nesta forma de regime (que além do mais só existiu, como hipótese-limite, no papel) a direção do desenvolvimento histórico pertence às forças privadas, à sociedade civil, que é também “Estado”, aliás o próprio Estado.²⁹

²⁹ GRAMSCI, Antonio. Op. Cit. Pág 148.

A direção tomada pelo Estado é definida pela liderança, que é construída a partir do consentimento e da coerção. Esta liderança, também identificada como hegemonia, tem por principal propósito garantir que as políticas assumidas pelo Estado estarão em conformidade com os interesses das classes ou frações de classe que detêm esta hegemonia. Assim, a liderança exercida pela burguesia garante que o Estado estará a serviço de seus interesses e garante os mecanismos de dominação da burguesia sobre a classe operária em uma sociedade capitalista.

No Brasil o processo de construção da hegemonia da fração da burguesia identificada com a internacionalização da economia inicia-se na segunda metade dos anos 50 – período aqui analisado – e terá sua culminância com o golpe de 1964. A direção deste processo foi construída pelos organizadores do ideário liberal: Roberto Campos e Eugenio Gudin, cujos discursos também se explicitam nas páginas do Digesto Econômico e são aqui abordados e analisados. Seu contraponto deveria ser o ideário nacionalista e desenvolvimentista, partidário da ampliação da intervenção do Estado na economia. No entanto, o cotejamento das duas idéias demonstra que os limites do estatismo/desenvolvimentismo está na sua semelhança com as idéias marcadamente influenciadas pela escola liberal.

A liderança identificada como hegemonia, por sua vez, tende a constituir aquilo que denominamos de bloco histórico. Este deriva da coesão entre diferentes forças sociais, seja através da identidade de interesses, seja através da semelhança entre as concepções de mundo. A absorção de forças sociais aliadas por parte de uma fração de classe reduzindo - ou, se possível, eliminando - as contradições internas, tem por principal objetivo a formação e consolidação de um bloco histórico.

Através do bloco histórico se consolida um processo de hegemonia. Entendida, portanto, como direção, esta hegemonia só se sustenta na medida em que a classe - ou fração de classe – mantém a sua capacidade de dar a direção política. Ao perder esta capacidade – e isto implica, inclusive no questionamento do seu poder e de sua visão de mundo – sobrevém o que Gramsci define como crise de hegemonia. No período estudado, a burguesia agrário-exportadora conduz a formação de um bloco histórico, levando a reboque a fração da burguesia vinculada à produção industrial.

Uma vez que a noção de bloco histórico engloba estrutura e superestrutura, entendemos que a crise de hegemonia também atinge as duas instâncias, produzindo um esvaziamento que será ocupado, imediatamente, por outro feixe de alianças que passará a conduzir a sociedade política, originando uma nova direção para o Estado e a sociedade, definida pelos interesses do novo bloco no poder. Exemplo deste processo foi o movimento de 1930.

Uma outra questão abordada neste trabalho é a questão cambial. Originariamente o câmbio é considerado um dado financeiro, portanto, assunto da ordem econômica, não cabendo em uma análise das relações entre o Estado e a sociedade civil, que, a princípio, estaria no rol das questões classificadas como sociais e políticas. Mas, como iremos analisar uma disputa política que pretende garantir o controle das políticas econômicas se consideramos os fatos econômicos como alheios à disputa política? Trata-se de uma contradição, portanto, é neste ponto que retomamos a idéia de que os fatores econômicos são definidos pelas relações políticas e que as relações políticas são, por sua vez, determinadas pelos fatores econômicos. O entendimento desta inter-relação só será possível se nos remetermos ao conceito marxista acerca do método da economia política:

Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados, etc.; mas terminam sempre por descobrir, por meio da análise, certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc. Estes elementos isolados, uma vez mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos que se elevam do simples, tal como o trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial.³⁰

Concebendo que, para o marxismo, a noção de Estado é entendida como uma construção social, e se encontra no mesmo padrão de abstração que a idéia de moeda e de valor de troca, poderemos considerar que as questões econômicas e as políticas não são concepções conflitantes e pertencem ao mesmo nível de abstração ou de concretude. Portanto, não é possível construir um entendimento sobre as relações entre o Estado e a sociedade sem levar em conta as questões econômicas que, a princípio, estariam localizadas na infraestrutura, mas que, em nossa concepção, também seriam uma construção social, ou seja, também poderiam ser concebidas como definidoras das relações existentes na superestrutura.

³⁰ MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. In.: MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. Rio de Janeiro: Ed. Abril. Coleção Os Pensadores, 1974. Pág. 122.

A noção de infra-estrutura, assim como a de superestrutura e suas relações de determinação são concepções socialmente determinadas. Não há como produzir uma análise de um processo social sem abordar a infra-estrutura. Assim, a questão cambial não poderia deixar de estar presente nesta pesquisa. Porque entendemos que a construção da hegemonia no período abordado também deve ser entendida como a prática, por parte do Estado, de uma política cambial que atendia aos interesses da fração hegemônica, isto é, o setor agrário-exportador da burguesia brasileira. O interesse e a disputa pelos rumos da política cambial levada adiante pelo Estado brasileiro foi objeto de debate e de pregação, por parte deste setor das classes dominantes, especialmente nos seus espaços de articulação – aparelhos privados de hegemonia – fazendo parte da construção do consenso que desembocaria na sua conquista do poder.

As fontes

Além das fontes secundárias (bibliográficas), a realização deste trabalho teve como subsídio fontes primárias de dois tipos: documentos e periódicos produzidos pelos atores sociais e pelas associações de classe.

Os primeiros consistem nas atas das reuniões do Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Distrito Federal, de Janeiro de 1955 a dezembro de 1960 e nas atas das reuniões da Diretoria da Federação das Indústrias do Distrito Federal, todas encontradas nos arquivos da FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – Instituição que sucedeu a FIDF; e os segundos consistem na Revista Digesto Econômico, publicação da Associação Comercial de São Paulo e os artigos de Eugênio Gudín no Jornal Correio da Manhã publicados no mesmo período.

A partir das atas de reunião da FIDF identificamos o pensamento e as posições dos empresários reunidos nesta associação, sobretudo os temas das discussões travadas neste espaço, no qual eles buscam a construção do consenso. Tornou-se necessário também encontrar uma descrição mínima da biografia dos atores sociais mais importantes para compreender e mapear quem eram estes agentes e sua atuação na sociedade.

Também utilizamos os *Discursos e Declarações*, textos produzidos por Raúl Prebisch na década de 1950. Documentação inédita, localizada nos arquivos da CEPAL, foi gentilmente cedida à autora pelos funcionários daquele arquivo. Fazem parte de seu debate com Eugênio Gudín a respeito dos rumos das políticas de Estado à época. As intervenções de Gudín neste debate foram publicadas em sua coluna, no *Jornal Correio da Manhã*, e localizadas a partir das indicações existentes no texto de Prebisch. Muito útil foram também os depoimentos de Roberto Campos ao CPDoc, pois trouxeram informações esclarecedoras sobre suas idéias. Cotejando os dois ideários – de Raúl Prebisch como porta voz do pensamento desenvolvimentista e de Gudín e Campos, porta-vozes do pensamento liberal brasileiro, foi possível identificar pontos de convergência, bem como apontar assuntos em que ambos se encontram em campos opostos.

Os periódicos *Conjuntura Econômica* e *Desenvolvimento e Conjuntura* também foram extremamente úteis para compor o quadro das idéias em confronto no período, mas, fundamental para o entendimento do pensamento dos empresários ligados à exportação de café foi a *Revista Digesto Econômico* – publicação da Associação Comercial de São Paulo. Consultando os exemplares do *Digesto Econômico* publicados nos anos pertencentes ao nosso recorte cronológico – de 1955 a 1960 – foi possível identificar os articulistas que escreviam com maior frequência, o que demonstrava sua representatividade e o grau de aceitação de suas idéias por parte destes empresários. Tais periódicos foram importantes canais de exposição de idéias para a sociedade e através de sua leitura foi possível compreender a contribuição deste grupo para a divulgação das propostas construídas pela ACSP³¹, os debates suscitados e a repercussão da práxis desta fração da burguesia brasileira.

Estes periódicos tornaram-se essenciais para que pudéssemos conhecer a atuação dos intelectuais, bem como dos quadros técnicos, tanto nos espaços da sociedade política – como a SUMOC - quanto nos espaços da sociedade civil. A análise desses espaços da sociedade civil – FIDF e ACSP – constituiu o caminho para identificar o *locus* destas duas frações de classe.

Através da análise da documentação produzida pelos atores sociais pertencentes às duas frações de classe aqui confrontadas: as atas das reuniões da diretoria e do Conselho de

³¹ Associação Comercial de São Paulo – Instituição que representava os empresários vinculados à agricultura de exportação – especialmente o café – e que será analisada em capítulo próprio neste trabalho.

Representantes da Federação das Indústrias e a Revista Digesto Econômico, foi possível examinar as idéias produzidas por cada uma destas frações de classe a respeito das questões em disputa no período abordado por este trabalho. Na análise das atas da FIDF encontramos o apelo ao nacionalismo e as críticas às medidas governamentais que concediam facilidades para o ingresso dos capitais internacionais, especialmente a Instrução 113, que abria espaço para a participação estrangeira no processo de industrialização. Por sua vez, o Digesto Econômico expressava a defesa dos ideais liberais: o fim da ação do Estado e o amplo ingresso das empresas estrangeiras, entendidas por este setor da sociedade brasileira como medidas necessárias à manutenção do desenvolvimento capitalista brasileiro. Mas a presença destes quadros também se dá nas agências do Estado, dos quais a SUMOC é o que nos interessa, uma vez que esta era a formuladora das políticas monetária e cambial.

A FIDF e a ACSP são instituições pertencentes à sociedade civil utilizadas pelas frações de classe examinadas neste trabalho. Tais instituições cumprem o papel de aparelhos privados de hegemonia no processo de disputa pelo controle do aparelho de Estado por estes setores das classes dominantes. Constituídos como espaço de articulação e de construção do consenso gerador das formas de dominação que irão se consolidar a partir deste momento, os *aparelhos privados de hegemonia* podem ser entendidos como uma decorrência da ampliação do número e do tipo de instituições políticas relacionadas ao desenvolvimento capitalista. Como exemplos destes aparelhos temos os sindicatos, as associações de classe, os partidos, enfim, uma nova esfera da sociedade civil, onde as classe sociais se articulam e lutam para se capacitar ao exercício do governo e o controle do aparelho de Estado, ou seja, para conquistar a hegemonia.

Neste aspecto também examinamos o ISEB que, em seus primeiros anos de vida, pode ser identificado como instituição da sociedade civil, mas que é absorvido pela sociedade política, tornando-se agência do Estado. É também neste espaço que se expressa a disputa que se desenrola nos demais espaços da sociedade. Assim, da mesma maneira que o ISEB será a expressão da realidade na qual atua, ele também é um instrumento de mudança desta mesma realidade, pois interfere e influencia na produção das idéias que influenciaram os movimentos sociais durante o período em que esteve aberto.

Um fato importante deve ser ressaltado: ao trabalharmos uma documentação não podemos esquecer de que estamos fazendo muito mais do que ler um conteúdo formal, mas

estamos nos relacionamos com os atores sociais que produziram aquela fonte. Este questionamento é produzido pelo fato de que entendemos os documentos e a bibliografia como produções humanas, portanto, produções sociais. Entre suas linhas e letras encontram-se as demandas pertencentes aos sujeitos políticos coletivos responsáveis pela sua existência. São discursos políticos e todo discurso político representa um grupo, uma fração de classe ou mesmo uma classe, e é a expressão das demandas e visões de mundo deste grupo. Como expressão de um grupo, produzido em direção a uma sociedade, o discurso político nunca é ingênuo: traz consigo as armas através das quais um grupo irá participar das disputas políticas. É através dele que uma classe ou fração de classe busca ganhar espaço na sociedade, ou seja, produzir o convencimento, o consenso, fazendo com que as demais frações ou classes acreditem na justiça, pertinência e validade de seus argumentos, conseguindo com que os demais grupos incorporem este discurso como seu. E é esta incorporação que traduz o consenso e a hegemonia.

A análise dos diferentes discursos produzidos pelos diversos atores sociais presentes neste estudo nos proporcionou um exame da disputa pela hegemonia existente no período abordado, tornando possível a identificação dos projetos políticos que se configuram e dos espaços sociais e políticos em disputa.

Ao longo da leitura e análise das fontes aqui enumeradas, tivemos a preocupação crescente de estruturar este trabalho a partir da idéia de que o homem é sempre sujeito e objeto das transformações e que estas se relacionam com as inevitáveis permanências. Foi preciso ter o cuidado de compreender que o “novo” e o “velho” estão em contínuo movimento e se articulam e que tais movimentos não limitam nossa análise, ao contrário: enriquecem.

Os capítulos e seu conteúdo

A organização desta tese compreende nove capítulos, dispostos da seguinte forma: no Capítulo I analisamos a conjuntura do pós-guerra e a emergência dos Bancos Centrais como espaços de definição das políticas econômicas. Demonstramos que o crescente poder dos Bancos Centrais no período está intimamente relacionado ao crescimento da hegemonia dos EUA, cujas propostas foram vitoriosas no encontro realizado em Bretton Woods, em 1944. A partir da idéia de Estado como uma relação, demonstramos como as políticas governamentais,

definidas a partir deste período, refletem os interesses das classes ou frações das classes dominantes. Identificamos no processo de modernização da sociedade e do Estado brasileiros os indícios de que o modelo a ser implantado correspondia às necessidades da fração da burguesia hegemônica durante este período.

No capítulo II abordamos outro espaço da sociedade civil, que a partir de sua trajetória inicial pode ser caracterizado como aparelho privado de hegemonia e que, mais tarde, pode ser identificado como agência do Estado: o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Por sua história e pela composição de seus quadros, este instituto refletia as disputas políticas do período, interferindo e influenciando em todos os processos, numa reação dialética com a realidade.

No capítulo III comparamos as idéias desenvolvimentistas com as idéias liberais, através de expoentes de cada uma destas ideologias: de um lado Raúl Prebich, Presidente da CEPAL, de outro Eugenio Gudin. Através da fala destes dois intelectuais, cotejamos suas idéias, expondo seus pontos em comum e divergências.

No capítulo IV analisamos a FIDF – Federação das Indústrias do Distrito Federal, através da voz de seus atores sociais: os empresários industriais. Reunidos em seu conselho de representantes, estes industriais debatem os assuntos de seu maior empenho e articulam ações conjuntas em defesa de seus interesses.

O capítulo V aborda dois dos principais intelectuais a serviço dos empresários agrícolas, Eugênio Gudin e Roberto Campos, sua trajetória e principais concepções. O capítulo seguinte, de número VI mostra como estes intelectuais atuavam organizando o discurso desta fração das classes dominantes no Digesto Econômico, órgão publicado pela Associação Comercial de São Paulo, concebida por nós como um aparelho privado de hegemonia deste setor.

No capítulo VII demonstramos como a questão cambial, aparentemente um fator econômico, é definida a partir das disputas políticas e, ao final, como é de praxe, encerramos com as conclusões, nas quais identificamos os processos abordados nesta tese como um marco na consolidação do neoliberalismo no Brasil.

No capítulo VIII identificamos a SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito - como espaço da disputa política no período abordado e mostramos como se realizou a ocupação desta agência do Estado pelos quadros pertencentes à fração agrário-exportadora da burguesia brasileira, em aliança com o setor financeiro. Também analisamos a Instrução 113, principal instrumento da política econômica implementada em 1955 e que teve continuidade com o Plano de Metas de JK. Os fatos analisados neste capítulo estão de acordo com a noção de guerra de posições presente na noção gramsciana de hegemonia.

Capítulo I - A guerra acabou, a guerra continua

*Choramos ao nascer porque chegamos a este
imenso cenário de dementes.*

William Shakespeare

I.1 – Uma nova ordem

O capitalismo, a partir de 1945, entendido como um “capitalismo reconstruído” é uma nova versão para o velho sistema, uma combinação entre democracia social e liberalismo econômico. Nesta reestruturação do pós-guerra, iniciou-se mais um processo de globalização e internacionalização das economias, ao mesmo tempo em que o planejamento econômico foi retomado como medida profilática para crises como a de 1929. Tratava-se de um planejamento baseado na utilização racional dos fatores. Tal procedimento tinha por finalidade manter a economia em expansão, especialmente a partir do aumento da demanda de bens de consumo.

Pode parecer contraditório, mas, é como se as classes dominantes tivessem aprendido a lição com a História e pretendessem expandir a economia sem riscos ou danos ao sistema. O crescimento da produção, neste período, excedia o crescimento da população, embora a riqueza não chegasse até à maioria dos trabalhadores. O século XX, além de breve, segundo Hobsbawn ³², foi o século do imperialismo, no qual capital industrial e capital bancário fundiram-se criando o capital financeiro, os monopólios passaram a desempenhar importante papel na economia e as áreas periféricas passam a constituir muito mais espaços exportadores de capital do que propriamente exportadores de matérias primas, como ocorria nos séculos anteriores.

³² HOBBSAWN, Eric J. *Era dos Extremos – O breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Ao final da Segunda Guerra as grandes potências trataram de definir uma nova ordem política. Esta ordem, expressão da hegemonia dos EUA, garantia a expansão econômica norte-americana, que se contrapunha à URSS, potência surgida fora do campo capitalista. A bipolarização resultante deste conflito não resultou em confronto aberto entre as duas potências, mas no surgimento de conflitos nas regiões periféricas, especialmente naquelas onde se esboçavam movimentos de contestação à dominação das duas potências rivais.

Assim, o período que se seguiu à Segunda Grande Guerra, embora denominado Guerra Fria, não é definido como um momento de iminente guerra mundial, pois, ainda conforme E. Hobsbawn, “*os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global das forças no fim da Segunda Guerra Mundial*”.³³ Este processo de distribuição global de forças será caracterizado pela consolidação da hegemonia dos EUA, através do Plano Marshal, e pela ordenação de um sistema monetário internacional proposto na Conferência de Bretton Woods.

Em julho de 1944, a Guerra ainda não havia terminado, mas era urgente criar uma nova ordem mundial – especialmente uma nova ordenação econômica – que refletisse a consolidação de uma nova hegemonia e o fortalecimento de um novo Império.

Representantes de quase todos os países que compunham a aliança contra os países do Eixo reuniram-se em Bretton Woods, nos EUA, com o objetivo de criar regras de organização do sistema monetário internacional. A proposta surgiu em decorrência da insatisfação com as regras predominantes (câmbio livre e padrão ouro internacional) e que, no entendimento daqueles que convocaram a reunião, teriam sido o principal fator gerador da crise de 1929 e de seu principal desdobramento: a Segunda Guerra Mundial.

A Conferência girou em torno de duas propostas principais, capitaneadas por representantes de duas potências presentes: de um lado John Maynard Keynes, representante da Inglaterra e de outro o representante dos EUA, Harry Dexter White. A diferença básica entre o conteúdo das duas propostas pode ser expressa na forma como cada um dos campos compreendia uma economia de mercado. As duas propostas tinham um ponto em comum: a busca por um capitalismo “funcional” e o fato de expressarem os interesses das duas nações representadas pelos dois projetos em discussão. Neste sentido, ambos pretendiam oferecer

³³ HOBBSAWN, Eric J. *Era dos Extremos – O breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 224.

uma alternativa ao capitalismo que não gerasse mais uma crise, não remetesse à recessão ou à guerra, situações vividas nas décadas anteriores. A idéia seria produzir regras que incentivassem as trocas econômicas internacionais sem perder o controle sobre elas, especialmente no que dizia respeito ao câmbio.

O Plano White, defendido pelos EUA, preconizava que era mais importante evitar as restrições ao comércio externo e as já conhecidas conseqüências da inexistência do padrão ouro, tal como havia ocorrido nos anos 30, quando este foi substituído pela liberdade cambial na qual cada país determinava a taxa de câmbio que lhe fosse mais vantajosa. Assim, ao promover uma desvalorização para incentivar as exportações, cada país forçava o outro a desvalorizar também sua moeda para compensar aquela feita por seu parceiro, gerando o que White denominava de *desvalorizações competitivas*, fator de instabilidade e disputas comerciais acirradas.

Segundo White, tais disputas poderiam desembocar em restrições comerciais, assim como em medidas protecionistas, que, em última instância, seriam prejudiciais ao comércio, especialmente o norte-americano.

Para o Plano Keynes a retomada do padrão ouro iria aumentar os custos para a economia dos países que o adotassem. Segundo os ingleses, o aumento do volume e do número das transações comerciais e a conseqüente exigência de moeda levariam a uma redução no preço das mercadorias e a uma alta nos juros. Ao atrelar a moeda ao ouro, a falta deste último levaria à falta de numerário, inibindo as transações comerciais. Para combater a escassez os países seriam obrigados a elevar os juros internamente de maneira a tornar atraente para estrangeiros os investimentos em ouro.

De acordo com Keynes o crescimento de uma economia, quando não fosse acompanhado por todos os países de forma equilibrada, geraria déficit nas transações comerciais, pois uma economia em crescimento tende a ampliar seu volume de importações. Se, ao contrário, nos demais países não houvesse crescimento e conseqüentemente aumento na demanda por produtos importados, as economias em crescimento não teriam como financiar suas importações. Tal situação, segundo ele, levaria à suspensão do crescimento ou ao endividamento. Para Keynes, seria fundamental o abandono do padrão ouro para garantir o

crescimento econômico, especialmente nos países periféricos, a fim de evitar o que ele denominava de *ajuste assimétrico*, ou seja, lançar o peso do desequilíbrio nos países que apresentavam déficit na balança comercial. Para isso, segundo ele, seria necessária a criação de prescrições para que fossem resolvidos os problemas de oferta de moeda e dos países com déficit sem que estes fossem obrigados a reduzir sua atividade econômica, especialmente através da redução das importações, utilizando para isto políticas protecionistas.

A principal convergência entre os dois planos consistia na preocupação com a manutenção de condições satisfatórias para o crescimento das transações comerciais, no entanto, uma das divergências tinha como motivo o padrão-ouro e o câmbio livre. Do ponto de vista dos EUA, o que iria garantir a expansão do comércio seria a adoção de uma regra internacional que organizasse os regimes cambiais, assim como um acordo que evitasse o controle da entrada de seus produtos em outros países. Para os norte-americanos, tal controle poderia levar a conflitos armados.³⁴

Na Conferência de Bretton Woods foi pactuado que seria fundamental manter um sistema monetário internacional homogêneo. Para este propósito, foi criado um corpo internacional constante: o *Fundo Monetário Internacional (FMI)*, com poderes e recursos adequados para executar tais tarefas. Ao mesmo tempo, a Conferência definiu que para prover a quantidade de capital necessário à reconstrução e ao desenvolvimento seria necessário garantir a expansão dos investimentos internacionais. Assim, as nações deveriam cooperar para aumentar o volume de investimentos externos e partilhar seus riscos. Para isto, seria necessário estabelecer um organismo mundial e permanente, que auxiliaria na provisão de capitais: o *Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD)*.³⁵

Estava criado desta forma, segundo o Plano White, um *fundo de estabilização* que passava a possuir um estoque de moeda com aceitação internacional – no caso o dólar, principal meio de pagamento nas operações internacionais - e um banco com o objetivo de

³⁴“When they do not agree, and when single nations and small groups of nations attempt by special and different regulations of the foreign exchanges to gain trade advantages, the result is instability, a reduced volume of foreign trade, and damage to national economies. This course of action is likely to lead to economic warfare and to endanger the world's peace”. Apud. *PILLARS OF PEACE Documents Pertaining to American Interest In Establishing A Lasting World Peace*: January 1941-February 1946 . Published by the Book Department, Army Information School, Carlisle Barracks, Pa., Pamphlet No. 4, May 1946.

³⁵ *PILLARS OF PEACE Documents Pertaining To American Interest In Establishing A Lasting World Peace*: January 1941-February 1946. Carlisle Barracks, Pa. The Book Department, Army Information School, May 1946.

financiar a reconstrução das economias abaladas pela guerra. Cumpria-se, desta forma, de acordo com seus participantes, o principal propósito da Conferência, qual seja, evitar a volta da depressão através do incentivo ao reerguimento das economias e do comércio internacional.

No entanto, em 1947, o próprio FMI retomava a questão do perigo da instabilidade econômica, não mais a partir da recessão, mas sim da ameaça de inflação - gerada pelo excesso de demanda - tendência reforçada pelo Plano Marshall.

Para os defensores da proposta preponderante – ou seja, o Plano White - este aumento na demanda, sem ter como contrapartida um aumento na produção, seria um fator inflacionário e deveria ser contido. Para isto seria necessária a adoção de políticas restritivas, especialmente nos países onde houvesse um aumento na procura de produtos importados, o que geraria déficit na balança de pagamentos. A atuação do FMI passou, então, a ser a de impor ajustes a estes países, com o objetivo de forçá-los a diminuir a demanda, controlando assim a inflação. Os ajustes passaram a se realizar através de políticas de restrição ao crédito para todos aqueles que apresentassem balanços deficitários.

A maior parte dos países que se encontravam nesta situação era constituída por aqueles cujo desenvolvimento havia sido acelerado no pós-guerra, especialmente os chamados países periféricos, maiores clientes do Fundo. As medidas assumidas pelo FMI incidiam sobre estes países de maneira a diminuir o déficit através de restrições ao processo de expansão de suas economias. No entanto, o país que apresentava o maior déficit era exatamente os EUA, junto ao qual o Fundo não podia atuar com tanto rigor, em virtude de sua preeminência entre as nações participantes do acordo.

Aqui encontramos os primeiros paradoxos nas políticas implementadas pelos organismos fundados em Bretton Woods: 1) os EUA sustentam sua economia através do déficit constante e 2) o dólar, moeda na qual se efetuavam as transações internacionais, só apresentava liquidez quando os EUA apresentavam déficit nas suas operações internacionais.

Uma das convenções da Conferência foi o sistema de cotas no qual as instituições criadas em Bretton Woods estavam divididas e das quais os países industriais possuíam

maioria. Como exemplo, podemos comparar o número de cotas de cada país dentro do BIRD³⁶:

Tabela 3: Número de cotas dos países componentes do BIRD

(milhões de dólares)	(milhões de dólares)
Austrália ----- 200	Irã ----- 24
Bélgica ----- 225	Iraque ----- 6
Bolívia ----- 7	Libéria ----- 5
Brasil ----- 105	Luxemburgo ----- 10
Canadá ----- 325	México ----- 65
Chile ----- 35	Países Baixos ----- 275
China ----- 600	Nova Zelândia ----- 50
Colômbia ----- 35	Nicarágua ----- 8
Costa Rica ----- 2	Noruega ----- 50
Cuba ----- 35	Panamá ----- 2
Tchecoslováquia ----- 125	Paraguai ----- 8
Peru ----- 17.5	República Dominicana ---- 2
Filipinas ----- 15	Equador ----- 3.2
Polônia ----- 125	Egito ----- 40
África do Sul ----- 100	Estados Unidos ----- 3175
El Salvador ----- 1	Etiópia ----- 3
URSS ----- 1200	França ----- 450
Inglaterra ----- 1300	Grécia ----- 25
Guatemala ----- 2	Uruguai ----- 10.5
Honduras ----- 1	Venezuela ----- 10.5
Índia ----- 400	Iugoslávia ----- 40

O exame da tabela explica como a hegemonia de países como EUA e Inglaterra (especialmente o primeiro) no controle do Banco encontrava sua base no número significativamente maior que as cotas dos demais países. A partir desta constatação pode-se entender que as características do modelo de ordenamento monetário inaugurado em 1944 tenham se pautado pelas premissas do Plano White, ou seja, a manutenção do padrão-ouro e políticas de restrição ao crescimento econômico, bem como a busca de equilíbrio tanto nas

³⁶ The Bretton Woods Agreements. Articles of Agreement of the International Bank for Reconstruction and Development, July 22, 1944 In.: The Avalon Project at Yale Law School – Documents in Law, History and Diplomacy. Disponível em <http://www.yale.edu/lawweb/avalon/avalon.htm>. Acesso em 08/10/2005.

transações externas quanto nos gastos estatais como forma de debelar as ameaças de inflação. Estas eram as premissas defendidas pelos norte-americanos.

Dentre as formas preconizadas de restrição ao crescimento econômico encontrava-se a diminuição do crédito através do aumento dos juros internos. Tais práticas, por mais que estivessem inseridas em um modelo que se pretendesse meramente econômico, não podiam descartar o envolvimento de seus agentes nos assim chamados espaços políticos, uma vez que para levar adiante tais medidas fazia-se necessário o controle das instituições que definem as políticas econômicas e financeiras. Portanto, o controle dos espaços dentro da sociedade política, por parte das classes ou frações de classe interessadas neste modelo, constitui a garantia de sua implantação e continuidade.

Os empréstimos concedidos pelo BIRD aos países em desenvolvimento traziam consigo alguns condicionantes que, na prática, representavam a adesão ao modelo de economia recomendada pelo Plano White, especialmente no que dizia respeito ao papel dos Bancos Centrais. Estes últimos não constituíam uma novidade no conjunto das instituições do Estado, mas a partir da implementação dos acordos definidos em Bretton Woods, passam a desempenhar um papel importante na geração das políticas desenvolvidas pelo Estado³⁷ nos países capitalistas.

I . 2 A centralidade dos Bancos Centrais

O primeiro Banco Central foi criado na Inglaterra em 1694, como modelo para os demais. Em 1800 foi criado o Banco Central Francês e em 1875 o Reichsbank – Banco Central alemão. No Japão o Banco Central foi criado em 1882 e na Itália em 1893. O Banco Central Norte Americano (Federal Reserve) foi criado em 1913, inicialmente sem nenhuma atribuição específica sobre o controle da moeda e do crédito. No Chile o Banco Central foi criado em 1925, como instituição subordinada ao Poder Executivo.

³⁷ Estamos nos referindo às políticas públicas, na linguagem atual, mas procuramos utilizar um termo adequado ao linguajar do momento que abordamos.

Na primeira metade do século XX, os Bancos Centrais, mesmo existindo como agências estatais, não possuíam as atribuições que passaram a ter a partir do pós-guerra. Até mesmo o BC inglês, o mais antigo de todos, durante todo o século XVIII atuava como emissor de moeda ou repassador de crédito, sem interferir nas políticas econômicas.

No início da década de 1960 quase todos os países do mundo já possuíam um Banco Central, com exceção do Brasil, onde o BC não foi criado como tal, de imediato, mas sim a partir de um departamento do Banco do Brasil, denominado SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito). A transformação da SUMOC em Banco Central só foi realizada em 1965.

Enquanto funcionou como Superintendência foi espaço dos conflitos entre as diferentes idéias econômicas que se caracterizavam de um lado pela defesa do industrialismo e por outro pela defesa do capital financeiro³⁸. Importa ressaltar que estas ideologias não estão sendo aqui consideradas a partir do critério de verdade e falsidade, mas sim por possuírem função de cimentar e unificar um bloco social. Assim, tal como em Gramsci, a verdade de uma idéia pode ser identificada a partir de sua eficácia de mobilização política e principalmente sua capacidade de organicidade histórica.

No Brasil, como em Bretton Woods, o confronto entre idéias keynesianas e as idéias neoliberais estabeleceu uma espécie de pano de fundo sobre o qual se desenrolou a trama das mudanças institucionais e funcionais da autoridade monetária. Estas mudanças também se iniciaram no Brasil dos anos 50, criando as condições para o modelo vigente nos nossos dias.

A criação dos Bancos Centrais, a princípio, pode identificar uma interação entre a necessidade de intervenção estatal e as tendências econômicas, especialmente aquelas ligadas ao sistema bancário privado.

Segundo Corrazza:

No caso dos Estados Unidos, a própria Constituição nada diz sobre a regulação monetária por qualquer instituição específica, mas afirma apenas que o Congresso deve regular o valor da moeda metálica. Com base nesse argumento, foram extintos o

³⁸ Utilizamos aqui os termos industrialismo e defesa do capital financeiro, por serem termos usados à época para designar estruturalismo desenvolvimentista e monetarismo neoliberal, respectivamente.

First Bank (FB) e o Second Bank (SB) dos Estados Unidos. A história do Banco da Inglaterra também está repleta de exemplos de restrições legais para que ele assumisse responsabilidades de banco central. Basta citar a Lei Bancária de 1844. Os Governos da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos não só não criaram arbitrariamente funções de BCs, mas, ao contrário, chegaram mesmo a impor obstáculos para que os bancos governamentais não se transformassem em BCs. Apesar disso, no entanto, forças mais poderosas agiam em sentido contrário e essas instituições foram progressivamente se transformando em BCs.³⁹

A princípio os Bancos Centrais atuavam como uma espécie de Câmara de Compensação, liberando ouro e repassando para os bancos menores o numerário necessário à movimentação financeira e foram responsáveis pelo enfrentamento de diversas crises em seus países. A substituição de sua função pela de controlador das emissões e créditos e, finalmente, para a de espaço de regulamentação econômica pode ser explicada, segundo o mesmo autor, “*na própria natureza privada e no conflito de interesses interno a essas organizações*”.⁴⁰

A função disciplinadora dos Bancos Centrais consolidou-se na medida em que o próprio sistema passou a demandar a criação de um espaço onde pudesse ser construída a hegemonia de um conjunto de idéias norteadoras da economia, especialmente a partir da segunda metade do século XX.

Neste período os Bancos Centrais passam a ser os gestores das políticas econômicas, adquirindo, na prática, autonomia em relação às demais agências estatais. Isto pode ser constatado no discurso de Alan Blinder, ex-vice-presidente do Federal Reserve. Ao iniciar uma palestra no London School of Economics com a seguinte frase: “*Os bancos centrais nunca foram tão poderosos quanto hoje em dia*”⁴¹, ele já nos fornece uma pista.

Em que consiste este grande poder dos Bancos Centrais? É o próprio Blinder quem responde:

É essencial, na minha opinião, que os dirigentes de bancos centrais percebam que, em uma economia dinâmica com defasagens longas na política monetária, a decisão de política monetária de hoje precisa ser pensada como um primeiro passo de um caminho. A razão é simples: a menos que você tenha pensado a respeito de suas ações futuras esperadas, é impossível tomar a decisão atual racionalmente. Por exemplo,

³⁹ CORRAZZA, Gentil. *Os Bancos Centrais e sua ambivalência público-privada*. In.: **Revista Nova Economia**. Departamento de Economia da UFMG: Belo Horizonte. Vol 11. n. 1 julho de 2001. p. 146.

⁴⁰ Idem p.136.

⁴¹ BLINDER, Alan S. *Bancos centrais: teoria e prática*. São Paulo: Ed. 34, 1999. p.13.

quando um banco central inicia um ciclo de contração ou expansão monetária, deve ter alguma idéia do rumo que está tomando antes de dar o primeiro passo.⁴²

Analisando o discurso de Blinder, podemos depreender que nos Bancos Centrais são decididas as políticas monetárias, definidoras dos rumos das relações econômicas. Portanto, a presença de agentes de diversos campos neste espaço é essencial para que estas políticas atendam aos interesses dos grupos que representam.

I. 3 – Homens, classes sociais, idéias

Evidentemente cada campo estará representado por uma idéia ou linha de pensamento, justificando seus interesses. Aqui não estamos recorrendo à noção de *campo de poder*, corrente na obra de Bourdieu⁴³, especialmente porque não consideramos as idéias econômicas apenas como expressão de linhas de pensamento. Como as idéias não representam mera superestrutura assentada sobre uma determinada base econômica, compreendemos que estas possuem papel importante nos processos apontados, por possuírem o caráter de força material e representarem as forças políticas participantes dos processos históricos, enfim, os interesses de classe. Consideramos que estas idéias estão identificadas com grupos de interesse e estes, por sua vez, com as instituições da sociedade civil. Apontá-los e caracterizar quais são, bem como seus meios de atuação no período abordado constituem os objetos desta tese. Portanto, nos alinhamos a Rangel quando este afirma que *se determinada medida convém ao processo econômico, corresponde ao jogo real de interesses do corpo social, tenham ou não consciência desses interesses os atores formais do drama, podemos estar certos de que essa medida será tomada.*⁴⁴

O estudo dos conflitos e interações entre os interesses das classes dominantes e as instituições estatais se apresenta como forma de utilização da idéia de Estado ampliado de Gramsci à nossa sociedade. Portanto, ao nos debruçarmos sobre estas interações, pretendemos contribuir para a compreensão da organização e das políticas do Estado capitalista e da interferência dos interesses das classes dominantes na produção destas políticas no Brasil.

⁴² Idem. p.36.

⁴³ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand/Difel, 1989, p. 28.

⁴⁴ RANGEL, Ignácio. *A economia e a política ou Resposta a Guerreiro Ramos*. In: **Revista Tempo Brasileiro** Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro. Jul./set.1962. p.16.

Da mesma forma que Sartre, não concebemos os homens e suas idéias como abstrações, mas como regulados pelo momento histórico, interesses e condicionamentos.⁴⁵ Sendo estas idéias a internalização do mundo exterior.⁴⁶ Portanto, partimos da idéia de que a concepção industrialista, assim como a monetarista (nos termos atuais) expressam interesses de frações das classes dominantes. O conflito entre os projetos que priorizam o desenvolvimento industrial e aqueles que concedem primazia ao capital financeiro pode ser explicado a partir desta concepção.

Ao nos debruçarmos sobre este conflito, estaremos identificando a disputa pela hegemonia entre frações de classe. Disto trata este estudo: demonstrar que as instituições da sociedade política, especialmente os Bancos Centrais, constituem espaço preferencial de confronto entre projetos ou idéias. E que estas expressam interesses, que podem ser consensuais, mas que, na maior parte do tempo, são contraditórios entre os membros do bloco no poder, enquanto podem ser vistas como prejudiciais aos setores dominados da sociedade..

Tais idéias, expressão das condições objetivas, constituem uma mediação da consciência de classe.⁴⁷ Identificamos as idéias como pertencentes à esfera superestrutural e é nesta esfera que se encontram os fenômenos da vida política, cultural, a produção das concepções de vida que interagem, muitas vezes contraditoriamente, com as esferas mais diretamente ligadas à produção das condições materiais da existência.

As manifestações ideológicas existentes em uma sociedade mantêm com os fenômenos da vida econômica uma dialética complexa, que não pode ser reduzida a um mero reflexo das contradições presentes nas esferas mais diretamente ligadas à produção material.

⁴⁵ “É necessário passar pela mediação dos homens concretos, do caráter que o condicionamento de base lhes forneceu, dos instrumentos ideológicos que usam, do meio real da Revolução; e sobretudo não se deve esquecer que a política tem *por si mesma* um sentido social e econômico, já que a burguesia luta contra os entraves de um feudalismo envelhecido que a impede *do interior* de realizar seu pleno desenvolvimento.” In. SARTRE, J. Paul. *Questão de Método*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Coleção *Os Pensadores*. p. 136.

⁴⁶ “Aqui a tarefa da crítica da ideologia é justamente discernir a necessidade oculta, naquilo que se manifesta como mera contingência”. ZIZEK, Slavoj. *O espectro da ideologia*. In ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contra ponto, 1996. p. 10.

⁴⁷ “A essência do marxismo científico consiste, portanto, em reconhecer a independência das forças motrizes reais da história em relação à consciência (psicológica) que os homens têm delas”. LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.135.

Os espaços de produção se articulam intensamente com as formas superestruturais - e de modo ainda mais intenso no capitalismo monopolista. Estes espaços de produção se conformam historicamente enquanto processo, enquanto relações sociais passíveis de mudança através da ação consciente dos sujeitos político-sociais. A estrutura não pode ser reduzida a uma “determinação econômica”, que conduz de forma mecânica a ação dos sujeitos de uma determinada formação social. Também as estruturas são conflitos, movimentos:

Se o conceito de estrutura é concebido “especulativamente”, ele se torna certamente um “deus oculto”; mas, ao contrário, ele não deve ser concebido especulativamente, mas historicamente, como o conjunto das relações sociais nas quais os homens reais se movem e atuam, como um conjunto de condições objetivas que podem e devem ser estudadas com os métodos da “filologia” e não da “especulação”.⁴⁸

As superestruturas não são meros reflexos de uma realidade rígida e dificilmente alterável. Não possuem leis próprias ou funcionam de forma mais ou menos autônoma em relação à consciência e à ação dos homens. É no espaço da superestrutura que se desenvolvem e se propagam as condições de conformação ou contestação às circunstâncias de produção da existência que predominam em cada contexto histórico. As contradições destas circunstâncias podem ou não ser percebidas, ou, quando percebidas, o são de diferentes formas, o que permite a formulação de concepções que tenham por objetivo negar as relações sociais hegemônicas. Para Gramsci, o próprio marxismo, a “filosofia da *praxis*”, ideologia da negação radical da “naturalidade” das relações capitalistas, constitui exemplo de uma produção que pertence à superestrutura:

Para a filosofia da *praxis*, as superestruturas são uma realidade (ou se tornam, quando não são meras elucubrações individuais) objetiva e operante; ela afirma explicitamente que os homens tomam consciência de sua posição social (e, conseqüentemente, de suas tarefas) no terreno das ideologias, o que não é uma pequena afirmação de realidade; a própria filosofia da *praxis* é uma superestrutura, é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devenir.⁴⁹

⁴⁸ GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. p. 221.

⁴⁹ Idem p. 270.

Ao negar a separação, a não ser para fins de análise da realidade, entre infra-estrutura e superestrutura, Gramsci elabora o conceito que, a nosso ver, melhor permite a análise dos posicionamentos dos sujeitos políticos frente às transformações que se realizam na economia, na sociedade civil e na sociedade política durante um determinado período de tempo: o conceito de bloco histórico. Segundo Gramsci, “*a estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo - contraditório e discordante - das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção*”.⁵⁰

A reprodução das relações concretas de vida depende da maneira como os indivíduos tomam consciência destas relações, da forma como os homens concretos – agentes sociais – nelas se inserem e com elas se harmonizam. Para Gruppi, “*a hegemonia tende a construir um bloco histórico, ou seja, a realizar uma unidade de forças sociais e políticas diferentes; e tende a conservá-las juntas através da concepção de mundo que ela traçou e difundiu*”.⁵¹

Compreendemos as duas correntes de pensamento, o estruturalismo desenvolvimentista e o monetarismo neoliberal⁵², como manifestações das relações concretas e de projetos que exprimem um bloco histórico, bem como os conflitos no interior deste mesmo bloco. Tais conflitos, inscritos no processo de desenvolvimento capitalista, se realizam exatamente no espaço onde as decisões políticas expressas nos planos passam a ser definidas, especialmente após a Conferência de Bretton Woods: os Bancos Centrais.

Encontramos aí elementos de análise econômicos e políticos: a tomada de decisões sobre a moeda, o câmbio e as exportações alcançam os interesses de todos os setores de uma sociedade, de uma forma ou de outra. Portanto, compreendemos não ser possível abordar as questões políticas ao largo das disputas econômicas.⁵³ Mais do que isto: identificamos que as políticas cambiais constituem a expressão da hegemonia de uma fração de classe, naquilo que Gramsci convencionou chamar luta no interior do bloco no poder, pela direção do bloco

⁵⁰ Ibidem p. 52.

⁵¹ GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel (As concepções de Estado em Marx, Engels, Lenine Gramsci)*. Porto Alegre: L&PM, 1980.p. 78.

⁵² Ou, respectivamente, a defesa do desenvolvimento industrial e o capital financeiro.

⁵³ “Não é, pois – como querem acreditar alguns por mera comodidade –, um efeito automático da situação econômica, são ao contrário os homens, eles próprios, que fazem sua história; mas o fazem em um meio dado que os condiciona, sobre a base de condições reais anteriores, entre as quais as econômicas por mais influenciadas que possam ser pelas outras condições, políticas e ideológicas.” In. SARTRE, J. Paul. *Questão de Método*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Coleção *Os Pensadores*. p. 130.

histórico. *Sem conhecer o processo econômico, não é possível visualizar a trama de interesses, nem distinguir os interesses conciliáveis dos inconciliáveis.* ⁵⁴

Ao estudar a política cambial entre os anos de 1955 e 1960 demonstramos que ela é fundamental para identificar os grupos de interesse que disputam as ações do Estado. Da mesma forma, ao observarmos a constituição da SUMOC – embrião do Banco Central do Brasil - e as instruções que emanam desta Superintendência, especialmente a Instrução 113, podemos conhecer a natureza das ações assumidas pelo Estado brasileiro neste período. Alvo de acirrada disputa política, a SUMOC constitui objeto interessante para compreender os embates entre os setores das classes dominantes que pretendem direcionar as políticas produzidas pelo Estado. A Instrução 113 irá desencadear manifestações de apoio e repúdio, a partir das diferentes perspectivas. ⁵⁵ Analisando a forma como cada um destes campos reage às medidas implantadas pela Instrução 113, verificamos cada um deles se afirmando como portador da idéia de nação, identificando seus interesses como os interesses nacionais. Aí está o discurso nacionalista produzido pela burguesia brasileira, em duas vertentes de planejamento econômico, mas próximo ou distanciado das determinações de Bretton Woods.

Consideramos que a disputa em torno das políticas de Estado passa a ser feita a partir da constituição de um bloco histórico, no qual a burguesia irá se definir como classe fundamental e sua fração ligada ao capital internacional o bloco dominante. Composto por interesses diversos, este bloco no poder empreende uma luta incessante pela direção das políticas estatais. No Brasil, tais confrontos se explicitaram especialmente em 1930, 1932, 1954, 1955 e 1964.

Distinguimos que esta fração hegemônica da burguesia expressa seus interesses a partir da corrente de pensamento monetarista. Mas não estamos utilizando a idéia de *burguesia compradora e burguesia nacional*. Da mesma forma que Dreifuss ⁵⁶, identificamos neste setor a vanguarda dos interesses de um novo bloco de poder que se organiza – através de

⁵⁴ RANGEL, Ignácio. Op. Cit.p. 15.

⁵⁵ Entendemos que as medidas econômicas se realizam a partir da hegemonia de um ou de outro setor, tal como em Ignácio Rangel: “Se determinada medida convém ao processo econômico, corresponde ao jogo real de interesses do corpo social, tenham ou não consciência desses interesses os atores formais do drama, podemos estar certos de que essa medida será tomada”.RANGEL, Ignácio. *A economia e a política ou Resposta a Guerreiro Ramos*. In *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1962.

⁵⁶ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1987.

seus intelectuais - em espaços próprios para moldar a economia e o sistema político. A hegemonia deste setor não resulta de sua supremacia econômica, mas de uma luta política empreendida por este mesmo bloco enquanto vanguarda de uma classe. A realização desta hegemonia se efetivará na medida em que sua capacidade de liderança for traduzida em políticas implementadas pelo Estado que atendam aos seus interesses.

Podemos caracterizar os Bancos Centrais como agências do Estado. É nesta agência que representantes do bloco histórico disputam espaço, bem como a defesa de seus interesses. No período abordado, qual seja, entre 1955 e 1960, a SUMOC, como embrião do BC brasileiro, será o espaço em que se desenrola esta disputa política.

I.4 – Estado: uma construção social

Torna-se necessário ressaltar que não estamos considerando o Estado brasileiro como objeto, mas sim como um espaço onde se realizam as relações de classe. Portanto, ao identificar a SUMOC enquanto agência deste Estado admitimos que é também nela que se desenrolam instâncias de conflitos inerentes às relações políticas.

Tais conflitos são produzidos pelos agentes, ou seja, representantes das classes sociais entendidas como bloco histórico⁵⁷. Este bloco constitui a base da hegemonia de uma classe, assim como esta hegemonia é a base da sustentação do bloco histórico.⁵⁸ Não é apenas na chamada sociedade política que estes agentes se organizam. É também nos chamados aparelhos privados de hegemonia que se organizam:

Pensar o Estado gramscianamente é pensá-lo sob dupla perspectiva. A primeira remete às formas mediante as quais as frações de classe se consolidam e se organizam para além da produção, no seio da Sociedade Civil, enquanto a segunda refere-se às formas pelas quais as agências ou órgãos públicos contemplam projetos e/ou atores sociais

⁵⁷ “O único caso de bloco histórico ‘dominante’ é aquele considerado anteriormente, o de um bloco local que permite realizar a hegemonia a nível nacional”. In PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁵⁸ “...a formação do bloco histórico italiano sob a dominação da burguesia foi facilitada pela força hegemônica da burguesia sobre todas a Europa na mesma época, e pela prévia formação de um bloco histórico local estreitamente dirigido pela burguesia, no Piemonte. In. PORTELLI, Hugues. Op. Cit. 7.p. 76.

emanados dos aparelhos privados de hegemonia dos quais a Sociedade Civil é portadora.⁵⁹

Estes agentes, ao longo do recorte cronológico que elegemos, possuíam papel fundamental em instituições que apontamos como aparelhos privados de hegemonia: a Federação das Indústrias do Distrito Federal e a Associação Comercial de São Paulo. Nestes espaços podemos assistir às articulações entre estas frações de classe que se organizam como grupos de interesses e travam uma disputa pela hegemonia, numa guerra de posições. É desta forma que se realiza a noção de Estado ampliado de Gramsci.

Não compreendemos a sociedade política sem a sociedade civil. Não são “entidades” autônomas, opostas ou excludentes. A sociedade política não se encontra “pairando” acima da sociedade civil, mas é parte desta. A sociedade política inclui a sociedade civil⁶⁰. Trata-se, portanto, de uma relação onde há equilíbrio e onde este constitui aquilo que Gramsci considerava como uma “trincheira avançada” da sociedade civil.⁶¹

Sociedade civil e sociedade política constituem dois momentos de um mesmo conjunto: o Estado capitalista em sua forma contemporânea plenamente desenvolvida. Nela o Estado assume o papel de fiador das relações capitalistas de produção, organizando tanto o convencimento do conjunto da sociedade para a legitimidade destas relações, quanto o possível uso da força para defendê-las, em situações de exceção. Neste sentido, o Estado pode ser considerado como a união entre a sociedade civil e a sociedade política.⁶²

Segundo Anderson ⁶³, no século XX tanto as organizações da sociedade política quanto a sociedade civil são complexas, sólidas e desenvolvidas, o que explica a relação de identidade-distinção entre sociedade civil e sociedade política.

⁵⁹ MENDONÇA, Sonia. *Introdução*. In MENDONÇA, Sonia (Org.) *O Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EDUFF/Vício de Leitura, 2005.

⁶⁰ “Aqui a distinção entre ‘sociedade política’ e ‘sociedade civil se mantém enquanto o conceito de ‘Estado’ inclui os dois. Em outras passagens, entretanto, Gramsci vai mais além e rejeita diretamente qualquer oposição entre sociedade civil e sociedade política, como uma confusão da ideologia liberal. ANDERSON, Perry. *As Antinomias de Gramsci*. In *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002. p.24.

⁶¹ “A sociedade civil se torna o núcleo central ou a casamata da qual o Estado é apenas uma superfície externa e dispensável. Isso é compatível com a imagem de uma ‘relação equilibrada’ entre os dois? A oposição entre as duas relações entre o Estado e a sociedade civil no Leste e no Ocidente torna-se aqui uma simples inversão – não mais a preponderância versus equilíbrio, mas uma preponderância contra outra preponderância.’. ANDERSON, Perry. Op. Cit. p. 24.

⁶² Isto significa que por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho governamental, também o aparelho ‘privado’ de ‘hegemonia’ ou sociedade civil. GRAMSCI, Antonio. Op.Cit.p. 147.

⁶³ . ANDERSON, Perry. Op. Cit.

O desenvolvimento da sociedade civil e de novas formas de exercício da dominação, muitas vezes consensuais, é fenômeno paralelo ao da expansão generalizada do capitalismo industrial a partir da segunda metade do século XX. É exatamente neste período que as formas liberais de organização (econômicas, sociais, políticas) são abandonadas, abrindo caminho para o que Gramsci caracteriza como ocidentalização, ou seja, a ampliação das condições gerais da sociabilidade política resultante dos fenômenos fundamentais da industrialização monopolista e da urbanização sem precedentes. O desenvolvimento das forças produtivas levou a sociedade política a aprimorar suas funções mais estritamente repressivas, abarcando também situações de conflito, especialmente através da oposição aos projetos de desenvolvimento capitalista autônomo. No Brasil, como forma de produzir algum consenso, angariando o apoio das classes trabalhadoras, produziu medidas como a expansão da educação escolar, criação de organismos de seguridade social, órgãos de representação classista, etc.

Neste novo momento histórico, o exercício da vida política também passa a se dar sob novas bases, isto é, não se realiza somente nos estreitos corredores da política palaciana ou da luta parlamentar, ou seja, apenas no âmbito da sociedade política, onde apenas uma ou poucas classes sociais se fazem representar. A vida política se expande para os espaços amplos e disputados da sociedade civil onde, sob as condições representadas pelas práticas sociais hegemônicas, a vida política implicará a capacidade de mobilização, de negociação, de enfrentamento e conciliação entre os vários sujeitos que atuam nas inúmeras estruturas formadas pela ampliação da sociedade política e de suas funções. Dentre estas estruturas destacamos a criação de um sindicalismo de Estado, com vistas a imprimir uma direção às lutas dos trabalhadores, as instituições representativas de setores patronais, e ainda os partidos políticos.

Para Gramsci, estas novas condições impõem para as classes sociais - cujos interesses se expressam pela constituição de sujeitos políticos capazes de atuar nas condições estabelecidas pela socialização da vida pública - que se pretendam hegemônicas, uma estratégia de guerra de posições, de conquista gradual das trincheiras abertas na sociedade civil. Tais sujeitos, que consideramos como classe fundamental, disputam o controle das políticas estatais em função de seus interesses.

Torna-se, então, necessária uma estratégia de longo prazo, que não abra mão da utilização do poder repressivo, mas também - e principalmente - assegure o consentimento do conjunto da sociedade para os seus projetos:

Na estrutura de massa das democracias modernas, tanto as organizações estatais como o complexo de associações na vida civil constituem para a arte política o mesmo que as “trincheiras” e as fortificações permanentes da frente na guerra de posição: elas fazem com que seja apenas ‘parcial’ o elemento do movimento que antes constituía toda a guerra etc.⁶⁴

A guerra de posições só é possível dentro do contexto da expansão sem precedentes das forças produtivas do capitalismo industrial. Tal expansão pode ser identificada não só como a reorganização e ampliação da capacidade dos instrumentos técnicos de produção, a partir dos interesses do capital monopolista, mas também como o desenvolvimento das forças econômicas em um sentido amplo, nas quais se incluem as relações políticas, especialmente o Estado, considerado por Gramsci como instrumento de ajuste da sociedade civil à estrutura econômica.

As referências teóricas utilizadas apontam para a transformação das relações entre Estado/sociedade política e sociedade civil no contexto das sociedades capitalistas contemporâneas em relações cada vez mais complexas, inclusive no Brasil. O quadro das políticas adotadas pelo Estado, neste tipo de sociedade, se insere numa barganha complexa, envolvendo classes e frações de classes. Estas se encontram organizadas de diversas maneiras em sujeitos políticos que atuam, se confrontam e se articulam nos espaços políticos criados pelo processo de ampliação do sistema capitalista, transferindo o papel do Estado para empresas privadas, reduzindo e até abolindo o Estado controlador.

Empregamos também a concepção de Lukács quando este afirma que “*certamente o materialismo dialético, assim constituído, não contesta de modo algum que os homens cumprem e executam conscientemente seus atos históricos*”⁶⁵, considerando também que

⁶⁴ GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. p. 92.

⁶⁵ LUKÁCS, Georg. Op. Cit. p. 139.

estes atos históricos encontram-se dominados pelas relações econômicas.⁶⁶ Utilizaremos especialmente a matriz gramsciana para definir o conceito de hegemonia, uma vez que esta contempla a complexidade das relações que se desenvolvem em uma sociedade urbano-industrial. Isto significa dizer que percebemos o Estado como uma relação social, e que numa sociedade de classes a supremacia de uma classe se realiza através de diferentes modalidades. Entre estas modalidades estão os mecanismos de coerção da sociedade política ou através dos mecanismos hegemônicos presentes na sociedade civil.

Assim, as políticas sociais têm sua origem, contemporaneamente, na própria ampliação do Estado capitalista, ao ultrapassar suas fronteiras inicialmente restritas às funções mais efetivamente repressivas e que garantem as relações econômicas para a própria indução direta na produção e reprodução das condições sociais de existência. A sociedade política, ao se ampliar, constituindo os aparelhos privados de hegemonia, tende a tomar para si funções que tradicionalmente eram exercidas por outros sujeitos, mesmo que esses mantivessem com ele anteriormente relações orgânicas. Neste sentido, a ampliação do papel da sociedade política é também a ampliação do seu poder, de sua capacidade de intervir na organização de múltiplos aspectos da vida social.

Na origem das políticas sociais do Estado capitalista encontramos, portanto, todo um movimento histórico de ampliação de suas funções com a dupla tarefa de garantir a continuidade do processo de reprodução ampliada do capital e, ao mesmo tempo, promover a hegemonia, através da absorção seletiva e da contenção dos interesses das classes sociais.

As classes sociais fundamentais, através da atuação dos sujeitos políticos que se constituem no processo de socialização da vida política, vão reivindicar do Estado as políticas que melhor atendam aos seus interesses. As ações da sociedade política, mesmo sendo conseqüência da mediação necessária à obtenção da hegemonia, visam fundamentalmente à ampliação das relações capitalistas de produção.

⁶⁶ “Mas ela [a História] é, antes, justamente a história dessas formas, sua transformação como formas de reunião dos homens em sociedade, como formas que, iniciadas a partir de relações econômicas objetivas, dominam todas as relações dos homens entre si (e assim também as relações dos homens consigo mesmos, com a natureza, etc).” LUKÁCS, Georg. Op. Cit. p.136.

I.5 – O Estado brasileiro

À medida que reconhecemos a existência de aparelhos privados de hegemonia no Brasil, admitimos que a sociedade brasileira sofreu - ao longo dos séculos XIX e XX - transformações que apontavam no sentido da ampliação de sua sociedade civil. Isto não significa que não houvesse instituições organizadas durante o período que antecedeu o processo de Independência, mas sim que a partir da organização do Estado brasileiro como instituição, independente de Portugal, houve uma ampliação da esfera institucional para além da criação de espaços de luta política no próprio interior da sociedade política.

A classe senhorial durante o período monárquico é composta por grupos de distintas extrações sociais com interesses diversos. Dentre estes grupos, a classe dirigente possuía um projeto de nação claro, pois, *para os Saquaremas a manutenção de uma Ordem e a difusão de uma Civilização apareciam como objetivos fundamentais; eram também os meios pelos quais empreendiam a construção de um Estado e a constituição de uma classe.*⁶⁷

Isto não significa que existissem outros projetos, mas sim que este era hegemônico. A existência de um celeiro dos dirigentes a partir do qual vão se espraiar os projetos de hegemonia, bem como de uma sociedade civil organizada, adaptados tanto ao sistema monárquico quanto ao republicano (partidos políticos, parlamento, a separação entre Igreja e Estado a partir da República), identifica a ampliação do Estado brasileiro desde o século XIX. Estes fatores podem ser encontrados, já no século XX, na repressão às lutas sociais, na ausência de direitos políticos e sociais por parte da imensa maioria da população, bem como na reduzida representatividade dos partidos e do Parlamento.

As agremiações políticas no Brasil podem ser identificadas ora como pertencentes à sociedade política, ora como parte da sociedade civil. Ainda no século XIX isto é identificado por outros autores, como Chacon:

A pré-história dos partidos brasileiros começa pouco antes da Independência política. “Partido”, tanto quanto “facção”, eram palavras malvistas. José Honório Rodrigues registra o General Luís do Rego, último governador colonial de Pernambuco e expulso pelos patriotas nas vésperas do 7 de setembro, usando

⁶⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo/Brasília: Hucitec/INL, 1987. p. 281.

“partido” em “sentido pejorativo”: “É este o caso em que me considero; tendo-me visto atacado pelos sectários de um partido, que julguei não dever seguir, por isso mesmo que era um partido...” João Soares Lisboa, redator do Correio do Rio de Janeiro, equiparava “partido” e “cabala”, “que se arroga um poder que não tem”.

Empregava-se o vocábulo “partidista”, em vez de “partidário”, bem como “faccionário”, depois substituído por “faccioso”.

Em janeiro de 1822, o *Correio Braziliense* referia-se ao primeiro partido brasileiro de fato: o Partido da Independência, que “não é tão pequeno como se imagina”.

Pouco antes, em dezembro de 1821, *A Malagueta* enumerava facções pré-partidárias agindo no Rio de Janeiro: os constitucionais, os republicanos e os “corcundas”, centro, esquerda e direita daqueles tempos.⁶⁸

Tomamos como um de nossos pressupostos a noção de que a sociedade brasileira já dispõe, desde o século XIX, de instituições que podem ser identificadas como constituintes do Estado ampliado.

A modernização capitalista brasileira até a década de 1930 teve como principal característica a permanência da grande propriedade agrária (latifúndio)⁶⁹, anteriormente escravista, em lento processo de adaptação às formas capitalistas de produção, à expansão bastante restrita do capitalismo industrial - com a industrialização bastante localizada e um pequeno mercado interno - além do seu caráter tardio e dependente em relação aos centros do capitalismo internacional.⁷⁰

Esta modernização teve como característica a exclusão da participação política ampliada como princípio fundamental do bloco no poder hegemônico pela fração de classe dos grandes cafeicultores paulistas. Para estes, vinculados à economia de exportação, a adequação das instituições liberais, em especial o Parlamento, às condições de uma sociedade ainda fundamentalmente agrária, constitui um caso típico de adaptação transformista de ideologias e instituições resultantes de um longo período de lutas sociais – especialmente do contexto histórico europeu - às condições específicas em que se realizava seu domínio de classe no Brasil.

⁶⁸ CHACON, Vamireh. História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas. Brasília: Editora UNB, 1981.p.23.

⁶⁹ “No plano econômico, é oportuno lembrar que os nossos governos e regimes se sucedem, deixando intacta a estrutura rural do país.” Cf. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

⁷⁰ “Ainda sem a hegemonia direta do capital estrangeiro, a burguesia brasileira não deixava de ser uma burguesia dependente e de produzir um desenvolvimento dependente, porque não conseguiu criar uma base industrial baseada nos seus próprios interesses e numa tecnologia nacional, independente do pagamento de ‘royalties’, da compra de maquinarias e matérias-primas norte-americanas e européias e, portanto, mantendo-se dependentes das rendas geradas pelas exportações.”. SANTOS, Theotonio dos. *Evolução Histórica do Brasil: da colônia à crise da “nova República”*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 52

Embora não possamos considerar como o fator que desencadeou a industrialização brasileira, a Primeira Guerra Mundial contribuiu para o crescimento deste setor e, conseqüentemente, para que se processassem importantes mudanças na sociedade brasileira especialmente a partir do fortalecimento dos setores urbanos – tanto o proletariado quanto as camadas médias. Deste período datam a fundação dos primeiros sindicatos e sociedades cooperativas, bem como a expansão das idéias socialistas e anarquistas no interior da classe trabalhadora. A presença da classe operária se fez sentir também a partir das inúmeras greves que não tinham caráter apenas local ou reivindicações de cunho meramente econômico, mas também apontavam para questões políticas e de âmbito internacional, como os movimentos contra a repressão no Império Russo e contra a Primeira Guerra Mundial. Também neste período (1922) foi fundado o Partido Comunista, concorrendo às eleições de 1929 sob a sigla Bloco Operário e Camponês. Mas a sociedade civil se organiza não só no plano estritamente político. Também do ponto cultural: são deste período a Semana de Arte Moderna em São Paulo e o Manifesto Regionalista em Pernambuco, ambos defensores de uma modernização do país.

Tais fatores, embora não fossem determinantes para a crise da República Velha, constituíram peça importante para induzir uma rearticulação entre as frações das classes dominantes. Sob o signo do “Façamos a revolução antes que o povo a faça”, um novo bloco histórico irá se formar, no espaço produzido pela crise da hegemonia do café-com-leite.

A rearticulação da dominação burguesa no Brasil a partir da derrubada da “República Velha”, em 1930, por um bloco de forças liderado por frações regionais dissidentes da burguesia agrária, mas fundamentalmente ligadas à indústria e à produção voltada para o mercado interno, buscando incluir, mesmo que de forma subordinada, outras classes e frações, constitui-se um marco extremamente importante. É o momento em que se expressa a crise da hegemonia de uma fração de classe nitidamente vinculada a um projeto que não ultrapassava os limites de um capitalismo agrário voltado para o mercado externo, articulado a um regime liberal extremamente formalista e excludente.

A crise de hegemonia que resultou no movimento de 1930 gerou nova tensão, decorrente da diversidade das forças envolvidas na derrubada da velha ordem. Este conflito se expressou através do surgimento de movimentos como a insurreição paulista de 1932, a constituinte de 1934 e o levante de 1935. A solução para esta crise virá com o golpe de 1937 e

a instauração da ditadura do Estado Novo, que se caracteriza por um Estado centralizado e fortemente interventor, regulando todos os aspectos da vida econômica e social.⁷¹

O período pós-1930 aparece, portanto, como fundamental para as transformações na formação histórico-social brasileira. Segundo Oliveira⁷², a realização de um processo de modernização capitalista no Brasil marca o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Isto não significa que não houvesse uma transferência de capital agrário em direção às atividades urbanas nos períodos anteriores. Segundo Sodré:

Antes de existir como empresário industrial, o capitalista brasileiro já existia, nesta mesma qualidade de capitalista, como comerciante, como plantador ou como financista, e como tal, capitalista, criava as condições para a implantação do regime capitalista de produção industrial.⁷³

Com a crise da economia de exportação opera-se um movimento de transferência de capitais para a área industrial, que se torna mais rentável. Até então a desvalorização da moeda revertia em lucratividade, mas, com o crescente investimento na indústria, a própria burguesia verifica que as taxas de câmbio podem significar perda de capital. O equilíbrio das forças e a conseqüente partilha do poder com o latifúndio não gerava, ainda, condições necessárias à reversão da política cambial. Assim, tornava-se necessário lançar sobre a classe trabalhadora o ônus deste processo.

Ao longo da Era Vargas, a acumulação de capital e o processo de industrialização estavam baseados no seguinte binômio: 1) manutenção e controle das taxas cambiais e 2) contenção relativa dos ganhos (salários). Identificamos esta contenção salarial como relativa porque seus efeitos eram abrandados pela transferência parcial do poder de compra dos trabalhadores através da subvenção estatal aos bens e serviços produzidos por empresas estatais e privadas.

⁷¹ “O segundo aspecto refere-se à intervenção do Estado na esfera econômica, operando na regulamentação dos demais fatores, além do trabalho: operando na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídio a outras atividades produtivas. Aqui o seu papel é o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, possa se reproduzir”. OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003. Pág. 40.

⁷² Idem p.35.

⁷³ Cf. SODRÉ, Nelson W. *O declínio do latifúndio*. In: *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro. jun/set 1962.

Segundo Décio Saes, o Estado pós-30 pode ser definido como um “Estado de compromisso”⁷⁴, o que definiria a complexidade do bloco político dominante numa conjuntura de transição periférica para o capitalismo industrial. Esta rearticulação do exercício da dominação política abriu espaço para a expressão de novos sujeitos político-sociais, especialmente através da cooptação das camadas médias urbanas.

Nenhum destes sujeitos, porém, possuía condições para impor sua hegemonia, especialmente porque naquele momento a reduzida participação da indústria na renda interna (que só superará a da agricultura em 1956) demonstra que, embora crescente, este setor ainda não é predominante. As transformações nas relações entre a sociedade política e a sociedade civil, realizadas a partir de então, já apontam para mudanças na correlação de forças, pois:

O processo mediante o qual a posição hegemônica se concretizará é crucial: a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm um significado, de um lado da destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrárias exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno.⁷⁵

Diante do impasse entre duas frações de classe, o Estado brasileiro passa a ter maior autonomia, intervindo nas relações econômico-sociais, especialmente no que diz respeito à submissão da força de trabalho do operariado urbano, criando uma estrutura sindical - que na prática, constituía um ramo do aparelho de Estado - órgãos reguladores da atividade econômica, e intervindo diretamente na produção⁷⁶. Tais mudanças foram operadas sem que o Estado perdesse seu caráter classista e deixando intocadas as relações de propriedade e de trabalho no campo, onde ainda vivia a maior parte da população brasileira. Assim, a autonomia do Estado populista⁷⁷ possui seus limites: as próprias classes e frações de classe nele representadas.

⁷⁴ SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T.A Queiroz Editor, 1984. p.84.

⁷⁵ OLIVEIRA, Francisco de. Op. Cit. p. 35.

⁷⁶ Alguns intelectuais estudiosos da América Latina, como Gino Germani e Torcuato di Tella, introduziram um componente novo na discussão sobre o populismo: associaram-no à noção de modernização. BOITO JR. Armando. *O Sindicalismo de Estado no Brasil – Uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas/São Paulo: Ed. UNICAMP/HUCITEC, 1991. p. 68.

⁷⁷ Compreendemos o Estado populista como uma relação onde, mesmo havendo uma inclusão da classe trabalhadora e de suas demandas, sua participação é instrumentalizada através de uma estrutura sindical controlada pelo Estado e dos partidos políticos legais – no caso o PTB e o PSD.

Esta autonomia trazia consigo duas noções que caracterizam o Estado populista: 1) a idéia de Estado acima das classes e 2) o “culto ao Estado”. Ambos se caracterizam pelo que denominamos “fetiche” do Estado e que, segundo Boito Júnior não possui conteúdo de classe preciso, mas que emana da pequena burguesia e demonstra sua incapacidade de auto-organização.⁷⁸ Neste sentido a noção de “Estado protetor”, ou seja, aquele que atende às aspirações populares, sem que seja necessária a iniciativa ou a mobilização da classe trabalhadora, o que pode ser identificado no discurso de Vargas:

Tendes uma legislação que vos foi concedida sem nenhuma exigência, imposição ou pressão de qualquer ordem, mas espontaneamente. E isso é exatamente o que inclui o traço predominante que nos coloca, em matéria de legislação social, acima de todos os países. O que se chama de reivindicações trabalhistas não foram jamais obtidas em qualquer país, como estão sendo aqui verificadas. No Brasil, não há reivindicações nesse assunto. Há concessões. Concessões do governo aos eficientes colaboradores, que são os trabalhadores, quer braçal, quer intelectual.⁷⁹

Diferentemente do que Vargas afirmava, no Brasil dos anos 30 os movimentos sociais ainda se mantinham ativos, herança das lutas dos trabalhadores ocorridas ao longo da República Velha, daí a organização de uma estrutura sindical que remetia estas lutas para o controle do Estado. Mesmo sob a armadura e os limites da estrutura sindical constituída em 1930, observamos um crescimento do movimento sindical entre 1955 e 1964. Cresce o número de greves, as entidades sindicais passam a participar da construção da pauta política e a ter maior visibilidade para a sociedade e constituem-se centrais sindicais, o que significa que os trabalhadores conseguem inserir algumas de suas demandas na agenda política.

Ao definirmos o Estado populista não estamos nos identificando com o modelo neoliberal, que é apontado como seu antípoda. Ao contrário: pretendemos, apresentar ambos como formas de dominação burguesa, mesmo constatando que no primeiro as concessões à classe trabalhadora são mais amplas e no segundo o processo de exclusão desta mesma classe é cada vez mais violento.

No período compreendido entre os anos de 1930 e 1945 entendemos que o Estado brasileiro passou por um processo de reorganização. Sem deixar de se caracterizar como um

⁷⁸ BOITO JUNIOR, Armando. Op. Cit.

⁷⁹ Discurso de Vargas citado em CARONE, Edgard. *A segunda República*. São Paulo:DIFEL, 1974. p. 227.

Estado burguês, o novo bloco de poder incorpora a burguesia industrial ao lado da burguesia agrária. O ano de 1937 constitui um marco importante para este período, pois com a instauração definitiva da ditadura de Vargas, completou-se o processo de centralização política. Este processo criou condições para a consolidação do capitalismo industrial.

Para Coutinho⁸⁰, o Estado Novo, centralizado na figura de Vargas, ao mesmo tempo em que moderniza as estruturas econômicas do País, constitui um exemplo claro de *restauração progressista*, conforme a definição estabelecida por Gramsci.

Se caracterizarmos a passagem da sociedade brasileira para a modernidade capitalista como autoritária, preservando privilégios, sobretudo das frações de classe ligadas à grande propriedade agrária, não podemos negar esta modernização, mesmo mantido o caráter autoritário do Estado. A estrutura sócio-econômica que gerou o sistema político anterior a 1930 não desaparece com o regime varguista, nem com a ditadura do Estado Novo. Segundo Carone:

A persistência está ligada à continuidade do poder oligárquico que, mesmo passando por momentos críticos, consegue se adaptar às realidades objetivas da sociedade brasileira, que passam a sofrer graves pressões exteriores de mudança, nos níveis econômico, social e político.⁸¹

Após 1945, com o fim da ditadura de Vargas, observa-se que as bases de existência da sociedade brasileira estão profundamente alteradas em relação ao período anterior a 1930, permitindo que estivessem criadas as condições para o crescimento da sociedade civil:

A modernização capitalista se reforçou no decorrer dos anos 30 e, sobretudo, durante o “Estado Novo” varguista. Os pressupostos *objetivos* de uma sociedade civil autônoma haviam sido criados; seus resultados *subjetivos* (ou seja, a formação de aparelhos de hegemonia independentes do Estado) podiam certamente sofrer um processo repressivo, como ocorreu sob a ditadura de Vargas; mas, em si, aqueles pressupostos já não eram mais elimináveis⁸².

⁸⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

⁸¹ CARONE, Edgard. *A República Liberal I: instituições e classes sociais (1945-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1984, p. 265.

⁸² COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992. Pág. 132.

O interregno compreendido entre os anos de 1930 e 1945 pode ser considerado como um tempo em que se desenvolvem condições objetivas para a ampliação do Estado brasileiro. O fim do Estado Novo, em 1945, dá lugar, pela primeira vez em nossa história, a alguns dos traços mais característicos da modernidade capitalista ocidental. Além do desenvolvimento do sindicalismo operário já existente no período anterior e o próprio crescimento numérico do eleitorado, sobretudo urbano, relacionado ao próprio desenvolvimento sem precedentes da população urbana no momento. Neste período foram fundados os partidos políticos nacionais - UDN, PSD, PSP e PR. O PCB (Partido Comunista Brasileiro), fundado em 1922, só se mantém na legalidade por curto período, não só em virtude do contexto repressivo ao comunismo causado pela “guerra fria”. Apesar de sua expressiva votação no pleito de 1945, quando obteve quase 10% do eleitorado, (cerca de 600.000 votos para Yeddo Fiúza), elegendo um senador e quatorze deputados federais, a manutenção do aparato repressivo contra a classe trabalhadora e qualquer partido que significasse ameaça à partilha do poder do Estado no sistema democrático, desencadeava nova onda de violência igual à do Estado Novo. A contenção do descontentamento popular foi feita através da absorção de suas lideranças e da repressão, pacífica ou não, a primeira através dos instrumentos fornecidos pelo Estado cartorial⁸³ e a segunda através dos próprios aparelhos de vigilância e repressão. Como exemplo disto, podemos constatar que a produção de material pelo DPS ⁸⁴ sobre os movimentos e as organizações populares, após 1945, é tão grande quanto a do período anterior.

Entre os anos de 1920, 1940 e 1960, a população total do país passou de aproximadamente 30,6 milhões para 41,2 e 70,9 milhões, respectivamente, mas no mesmo período a porcentagem de habitantes nas cidades de mais de 20.000 habitantes passou de, também respectivamente, 11,3 para 15,3 e 28,1, com acentuada concentração nas principais metrópoles. São Paulo, que em 1920 tinha 579.000 hab., passou em 1940 para 1.326.000 e em 1960 para 3.825.000 hab. O Rio de Janeiro, tendo como referência os mesmos anos, passou de

⁸³ Até os anos 30, as elites agro exportadoras hegemônicas sustentavam uma política de clientela que demandava a existência de uma administração pública ineficiente. Predominando durante todo o período que antecedeu o golpe de 1930, tal estrutura expressa a dominação destas elites e é denominada de *Estado cartorialista*. Este tipo de Estado teria sido funcional na fase agrário exportadora, mas, a partir de 1930, passou a se constituir um entrave ao projeto de modernização capitalista.

⁸⁴ Divisão de Polícia Política e Social, órgão de polícia política encarregado da vigilância sobre a sociedade, criado em 1944 por Vargas, junto com o Departamento Federal de Segurança Pública, em substituição à DESPS (Delegacia Especial de Segurança Pública).

1.157.000 para 1.764.000 e 3.307.000 hab. Outras capitais regionais (Recife, Salvador, Belo Horizonte) seguiram a mesma tendência, com ritmos distintos. O percentual de eleitores sobre a população total do país passou de 3,7% na década de vinte para 6,5 % nas eleições de 1934 e 22,2% em 1960 ⁸⁵.

A mudança no regime eleitoral, a partir de 1934, não significou uma ruptura com o caráter excludente da participação política, pois, conforme identifica Leal, *o aperfeiçoamento do processo eleitoral está contribuindo, certamente, para abalar o “coronelismo”, conquanto a ampliação do alistamento opere em sentido inverso, pelo aumento das despesas eleitorais*⁸⁶.

A modernização econômica não implicou na superação do caráter autoritário do Estado. Ao contrário: a Constituição de 1946 manteve o atrelamento dos sindicatos ao Estado, através de toda a legislação sindical varguista, bem como manteve a proibição do voto aos adultos analfabetos e aos segmentos inferiores das Forças Armadas.

A dimensão estrutural das mudanças pode ser percebida na necessidade de o Estado brasileiro obter consenso para suas políticas, sobretudo entre as massas urbanas, cada vez mais numerosas. No Brasil, as condições específicas de conquista de amplos setores sociais - em particular, de busca da adesão das camadas médias urbanas e do operariado - para o projeto implementado pelo Estado, ainda no período getulista, implicaram na concessão de alguns direitos, ou seja, na adoção de políticas sociais de ampliação da participação política, embora dentro de parâmetros delimitados pelo Estado, o que restringia esta participação.

Entre 1945 e 1964, temos, no Brasil, na relação entre sociedade política e sociedade civil o predomínio de políticas populistas, a tal ponto que alguns autores denominam o período como democracia populista, ou seja, mesmo existindo uma estrutura sindical, a correlação de forças no interior da sociedade política priorizava o próprio aparelho de Estado, e não as reivindicações dos trabalhadores. Com certeza bastante diferente do modelo neoliberal, quando a manipulação se dá através dos “projetos de inclusão” e políticas compensatórias, mas sem deixar de ser uma relação de dominação.

⁸⁵ Cf. WEFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p.131-133.

⁸⁶ LEAL, Victor Nunes. Op. Cit. P. 256.

Segundo Mendonça:

O populismo enquanto regime não deve ser encarado como a mera manipulação das massas, muito menos como o produto de sua passividade. Se por um lado são importantes, para a compreensão do fenômeno, os aspectos carismáticos do líder, pela identificação que estabelece entre presidente e cidadão (ou entre Estado e indivíduo) e que lhe serve de base, por outro o populismo também representa o reconhecimento institucional do acesso do trabalhador à cidadania política, isto é, do seu direito de reivindicar e exigir o que lhe é devido. Três eram as pressões das massas de cujo atendimento dependia a estabilidade do pacto populista: a oportunidade de acesso ao emprego urbano, à condição de consumidores e à participação eleitoral. Os limites da manipulação esbarravam aí.⁸⁷

O populismo foi o momento político de um Estado cuja orientação global apontava para consolidação de um aparelho administrativo e formulador de diretrizes políticas que garantiam um processo de crescimento industrial baseado na substituição de importações e no aumento do mercado interno. Este processo também se caracterizou pela incorporação das massas trabalhadoras urbanas aos direitos políticos e sociais e oportunidades econômicas, sobretudo a possibilidade de empregos urbanos gerados por uma economia industrial, e também por um aparelho de Estado, ambos em processo de expansão, inexistentes no Estado liberal-agrário anterior a 1930. Não estamos defendendo a idéia de um *Estado inovador, que rompia com o passado político da República Velha*⁸⁸ ou uma “*refundação do Estado brasileiro*”. Ao contrário: consideramos que a necessidade de incorporação desta classe trabalhadora ao novo projeto foi produzida de forma a não gerar impedimentos ao processo de acumulação ou resultar numa ruptura profunda nas formas de dominação, tal como indica Décio Saes:

Tomemos as reivindicações imediatas das classes trabalhadoras relacionadas com o objetivo da conquista de melhorias nas condições de vida e de trabalho dentro da sociedade capitalista. Tais demandas podem se cristalizar e ganhar acesso à cena política por duas vias distintas. Primeira via: tais demandas são codificadas e conduzidas por organizações (sindicais e partidárias) que se mantêm independentes, do ponto de vista organizacional e político com relação ao Estado capitalista (embora não sejam necessariamente independentes, do ponto de vista ideológico, com relação à classe capitalista). Nesse caso, desenvolve-se uma política efetivamente trabalhista como aquela implementada pelas Trade-Unions inglesas e pelo Labour Party, nas primeiras décadas subseqüentes à sua formação em 1906. Segunda via: as aspirações

⁸⁷ MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. 41.

⁸⁸ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 178.

imediatas das classes trabalhadoras são diretamente codificadas pelo Estado capitalista; e se convertem em questões governamentais sem o concurso real da mediação político partidário.⁸⁹

No entanto, consideramos que havia tentativas de mediação, através do PTB (vinculado à máquina sindical) e do PSD, cujas bases eram formadas por interventores estaduais, industriais paulistas e alguns oligarcas remanescentes do coronelismo. Este último, inclusive, caracterizando-se especialmente pelo que Chacon denomina de *flexibilidade estamental*⁹⁰, ou seja, ajeitando ou minorando o patrimonialismo oligárquico. Como vemos, tratou-se de abandonar antigos valores, nos quais a questão social era um caso de polícia, para superar a crise e garantir a continuidade do processo de acumulação, buscando um *novo equilíbrio que tornasse possível a vida em sociedade*⁹¹. Ou ainda, constituir partidos que se caracterizassem por serem máquinas de domínio ideológico e controle social, conforme Dreifuss:

Após anos de autoritarismo e predominância do Executivo, o populismo favorecia a reentrada em cena do político profissional, juntamente com a participação de industriais e banqueiros em atividades político-partidárias no então reativado Congresso.⁹²

As políticas aplicadas durante o período populista enfrentaram resistência de setores mais independentes e combativos da classe trabalhadora. A industrialização e a urbanização transformaram a consciência dos trabalhadores, especialmente os urbanos, de forma a diminuir a hegemonia ideológica das classes dominantes.

No projeto de previdência de Vargas, os sindicatos e direitos dos trabalhadores estavam previstos, embora os primeiros fossem atrelados ao Estado. As pressões dos produtores de café, leite, (grupo café com leite) foram mais fortes. Mesmo sufocando o “Levante de 32”, o grupo no poder teve de negociar o “acordo do café” (financiamento, subvenção) e a não extensão dos mesmos direitos dos trabalhadores industriais aos agrícolas.

⁸⁹ SAES, Décio. *A superação do populismo*. In *Linha Direta*. [Órgão do Diretório Regional do PT de São Paulo]. Ano VIII, n. 330.. São Paulo: DR. 6 a 12 de setembro de 1977. p. 6.

⁹⁰ Cf. CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros: discursos e práxis dos seus programas*. Brasília: Ed. UNB, 1981.

⁹¹ ALMEIDA, Lucio Flavio. *Ideologia Nacional e Nacionalismo*. São Paulo: EDUC, 1995. p. 115.

⁹² DREIFUSS, René A. Op. Cit.p. 27.

A legislação excluía os direitos sociais e políticos das massas rurais, alijadas do processo pela manutenção do regime de propriedade no campo, pela negação da participação eleitoral aos analfabetos, que constituíam grande parte da população rural no Brasil, e pela não extensão aos trabalhadores rurais dos direitos sociais e trabalhistas.⁹³

I.6 – Os “dourados” anos 50

Estas políticas obtiveram consenso na sociedade brasileira, notadamente na década de 50, embora com nuances entre os vários governos do período, e com sucessivas crises a partir de fins desta década⁹⁴. Neste período o Estado brasileiro estabeleceu um padrão de desenvolvimento econômico, cuja base era a política de substituição de importações e de promoção da industrialização, incluindo-se aí investimentos diretos do Estado em infraestrutura e em alguns setores produtivos, notadamente as indústrias de base, como a siderurgia e o petróleo. Este foi um padrão que subsistiu até a década de 80.

Tal processo de desenvolvimento e concentração de capital desenvolvia-se paralelo ao da internacionalização da economia. O reingresso dos interesses multinacionais na economia necessitava de novo arranjo, especialmente no que dizia respeito aos canais de formulação das ações do Estado. Assim, o governo Kubitschek, mesmo se sustentando sobre uma base política semelhante à de Vargas, promoveu uma mudança definitiva no padrão de acumulação de capital, o que significa o fortalecimento do “desenvolvimento associado”⁹⁵.

A noção de que haveria uma resistência, por parte do capital nacional, à entrada dos investimentos estrangeiros inspirou não só a carta-testamento de Vargas, como também inúmeros historiadores e cientistas sociais. Segundo o ISEB⁹⁶, havia duas burguesias no

⁹³ COUTINHO, Carlos Nelson. Op. Cit. p. 127-128.

⁹⁴ Também segundo Sonia Regina de Mendonça, havia no período intenso conflito entre dois projetos básicos de desenvolvimento do país: “(...) Um deles já apontava para a associação com o capital estrangeiro como única forma possível de promover a modernização da economia industrial brasileira. O outro - congregando setores de classe média, pequena burguesia industrial, além de setores do Exército, do proletariado e intelectuais - continuava a bater-se pela promoção de um capitalismo nacional, na base de sérias restrições à entrada de tecnologia e capitais externos.” MENDONÇA, Sonia Regina de. *Op. Cikt.* p. 44.

⁹⁵ Apud. DREIFUSS, René. Op. Cit.

⁹⁶ Instituto Superior de Estudos Brasileiros – que será analisado no capítulo IV.

Brasil: a “entreguista”, vinculada ao capital internacional e a burguesia “nacionalista”, que via no capital estrangeiro um concorrente.

No entanto, nos filiamos à idéia de que não se trata de uma contradição entre uma “burguesia nacionalista” e uma “burguesia associada”, mas sim de um conflito entre frações de classe. Como em Poulantzas, não identificamos um conflito entre capital nacional e capital internacional:

Pois bem, essa distinção entre “burguesia compradora” e “burguesia nacional” não recobre inteiramente posições econômicas; graças à interpenetração pronunciada dos capitais sob o imperialismo, a distinção entre capitais vinculados ao imperialismo estrangeiro e capitais nacionais torna-se muito imprecisa e discutível. Por outro lado, esta distinção não coincide com a que existe entre grande capital e médio capital: podem existir grandes monopólios nacionais de interesses relativamente contraditórios com os dos monopólios estrangeiros, assim como podem existir médias empresas enfeudadas por múltiplos subconvênios, ao capital estrangeiro.⁹⁷

A inexistência de contradição entre capital nacional e estrangeiro no Brasil também é identificada por Almeida, que explica os conflitos existentes no período como fruto da contradição entre frações de classe. Para este autor, tais contradições não dizem respeito a algum tipo de resistência dos industriais brasileiros ao ingresso de capitais internacionais:

Mas que não se conclua aí pela inexistência de qualquer contradição entre os industriais brasileiros e o sistema imperialista. Da mesma forma que a burguesia industrial não rejeitava o capital estrangeiro em bloco, também não dispensava a ele, em seu conjunto a mesma hospitalidade.⁹⁸

Portanto, mesmo existindo divergências entre as frações de classe a respeito da participação do capital externo na economia brasileira, este não era o fator que contrapunha estas distintas frações. Mas estas contradições no interior do bloco no poder eram vistas pelos petebistas e sindicalistas, e posteriormente até pelo PCB, como uma possibilidade de engajamento da burguesia industrial brasileira na luta contra a entrada do capital estrangeiro na economia do país. Estas análises resultaram na derrota dos movimentos que atrelaram suas

⁹⁷ POULANTZAS, Nicos. *Classes sociais e luta de classes*. In. SILVEIRA, Paulo (org.) *Poulantzas*. São Paulo: Ed. Ática, 1984. p. 109.

⁹⁸ ALMEIDA, Lucio Flavio. *Ideologia Nacional e Nacionalismo*. São Paulo: EDUC, 1995. Pág 129.

propostas a uma aliança com uma burguesia considerada antiimperialista, mas que, na prática, estava a caminho de associar-se ao capital internacional.

Da mesma forma como identificamos contradições entre as diversas frações das classes dominantes, não apontamos uma oposição entre sociedade política e sociedade civil no Brasil. Ao analisarmos o papel da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro ou da Associação Comercial do Estado de São Paulo, identificando-as como instituições desta sociedade civil que representam diferentes grupos de interesse, não as estamos contrapondo ao Estado. Ao contrário: elas estão contidas na noção de Estado ampliado, formulada por Antonio Gramsci, portanto, constituem o *locus* da formação e da difusão da hegemonia das frações de classe que representam. E é a partir destas agências que as diferentes frações das classes dominantes irão disputar o controle das políticas estatais, especialmente no que diz respeito à política cambial, que atinge, de forma diferente, tanto a fração ligada à exportação de produtos agrícolas, quanto a fração ligada à indústria.

No Brasil dos anos 50 o frágil equilíbrio, no interregno entre tentativas de golpe, decorre da política de compromisso entre burguesia industrial, latifundiários e grupos comerciais. Para garantir algum equilíbrio era necessário também implementar concessões sociais ao proletariado, concretizadas na legislação trabalhista do Estado Novo ao lado de uma legislação sindical que garantia a existência de um sindicalismo de Estado.⁹⁹ Apesar das pressões externas, especialmente as norte-americanas, este equilíbrio precário será mantido até a metade da década de 1950, quando lutas políticas e disputas entre as frações das classes dominantes levarão ao que Marini identifica como “dez tormentosos anos”¹⁰⁰ que se encerraram com o golpe de 1964. O período compreendido entre os anos de 1955 e 1960, portanto, não se caracteriza como um interregno de equilíbrio, como aponta Benevides:

Ressalve-se, porém, que neste período não se trata mais de ‘arrancada’, mas de *reorientação do desenvolvimento econômico*. Observe-se, igualmente, que na

⁹⁹ Vimos que o sindicato oficial é um ramo do aparelho de Estado. E observamos, em seguida, que a ideologia da legalidade sindical oculta a estrutura desse aparelho e atrai os sindicalistas para o seu interior. BOITO JR. Armando. O sindicalismo de Estado no Brasil. Campinas/São Paulo: Ed. UNICAMP/HUCITEC, 1991. Pág. 157. Esta estrutura sindical manteve-se intacta até o final do século XX, quando a implantação do modelo neoliberal tratou de eliminar até as concessões feitas durante a Era Vargas. Atualmente o sindicalismo transformou-se em um dos principais agentes da financeirização, conduzindo as categorias de trabalhadores à aceitação do fim da Previdência Social Pública, substituída pelos Fundos de Pensão, onde as centrais sindicais se tornaram exploradoras e destruidoras do trabalho.

¹⁰⁰ MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis/Buenos Aires: Vozes/CLACSO, 2000.

perspectiva teórica mais ampla aqui adotada, a relação desenvolvimento econômico e estabilidade política surge como a mais freqüente e coerente.¹⁰¹

A idéia de que os anos JK consistem em um período de harmonia, tão corrente na produção historiográfica, pode ser questionada não só a partir do exame das tentativas de golpe (Aragarças, Jacareacanga), como especialmente pelo exame da acirrada disputa entre as frações da burguesia analisadas neste estudo. Da mesma forma que a questão da democracia pode ser revista, quando nos informamos a respeito do número de intervenções em sindicatos e associações de trabalhadores.

Tendo como ponto de partida os pressupostos teóricos explicitados anteriormente, nos filiamos à noção de que é neste período que se deterioram as condições que garantiam este compromisso, em virtude do crescimento industrial, das dificuldades no setor externo e das lutas sociais. Neste sentido, a complementaridade entre indústria e agricultura de exportação existente desde o golpe de 1930 até os anos 50 transforma-se em antagonismo.

Segundo Marini, este antagonismo reflete-se na política cambial, pois:

Enquanto a indústria se empenha em manter altos os tipos de câmbio, o que a leva a chocar com o setor agroexportador, cujos lucros ficavam assim diminuídos, este setor já não pode oferecer à indústria o montante de divisas que lhe proporcionava em outros tempos.¹⁰²

Se, num primeiro momento, o desenvolvimento capitalista no Brasil caracterizava-se pela desigualdade combinada, “... é produto antes de uma base capitalista de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-anos 30, que da existência de setores ‘atrasado’ e moderno”.¹⁰³

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro, a partir de 1930, teve como característica o que Oliveira considera mais como um processo resultante da luta de classes interna do que das condições externas do capitalismo internacional. De forma diferente, os

¹⁰¹ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek – Desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 21.

¹⁰² MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis/Buenos Aires: Vozes/CLACSO, 2000. p. 17.

¹⁰³ OLIVEIRA, Francisco de. Op. Cit. p. 36.

anos 50 refletem a nova correlação de forças no nível mundial, especialmente no que dizia respeito à expansão dos investimentos de origem externa - direcionados preferencialmente para a indústria e a infra-estrutura – e à dependência da indústria das divisas provenientes da exportação. Estes, entre outros, são os fatores que identificam a quebra do compromisso entre setores antes complementares:

Portanto, num momento em que os investimentos estrangeiros na indústria tendem a minimizar o divórcio crescente entre os interesses industriais e os do setor agroexportador, a oposição entre a indústria e a agricultura para o mercado interno agrava a contradição existente entre o setor industrial e o setor agrícola globalmente.¹⁰⁴

Neste ponto identificamos que a conjuntura se caracterizava pela necessidade de “*criar condições políticas, nas frentes interna e externa, para o desenvolvimento do capitalismo em novas bases*”¹⁰⁵. Condições criadas a partir da presença de representantes dos grupos de interesses no interior do aparelho de Estado (sociedade política). A indicação de quadros para figurar nas diversas instâncias estatais (Ministérios, BNDE) constituiu, neste sentido, objeto de disputa entre estas frações das classes dominantes.

Trata-se de uma disputa entre dois setores da economia, representados por duas frações das classes dominantes, que se expressa na SUMOC, espaço onde competem em torno da elaboração de políticas que atendam aos seus interesses, mas que também estão presentes na sociedade civil, através de suas instituições de classe.

Segundo Gramsci, a supremacia de um destes setores impõe-se através de mecanismos de coerção da sociedade política e a hegemonia é alcançada através de mecanismos hegemônicos da sociedade civil. Tais mecanismos são resultado da articulação destas frações nos aparelhos privados de hegemonia. Considerando a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e a Associação Comercial de São Paulo como sendo estes aparelhos, identificamos as relações entre o Estado e a sociedade no Brasil a partir da noção de Estado ampliado de Gramsci.¹⁰⁶

¹⁰⁴ MARINI, Ruy Mauro. Op. Cit. p. 24.

¹⁰⁵ ALMEIDA, Lucio Flavio. Op. Cit. p. 133.

¹⁰⁶ O conceito de Estado ampliado foi desenvolvido na Introdução.

A presença de representantes destas frações nestes espaços será analisada especialmente no Capítulo III, quando identificamos a origem social e a práxis de cada um dos dirigentes da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Analisamos, também, a atuação de suas lideranças, especialmente daqueles que entendemos como seus principais organizadores. Tais organizadores possuem o papel de agentes da superestrutura, pois sua atuação se dá no interior das relações sociais. Gramscianamente, denominamos estes agentes de intelectuais orgânicos:

O caráter orgânico do vínculo entre estrutura e superestrutura reflete-se exatamente nas camadas de intelectuais cuja função é exercer esse vínculo orgânico: os intelectuais formam uma camada social diferenciada, ligada à estrutura – as classes fundamentais no domínio econômico – e encarregada de elaborar e gerir a superestrutura que dará a essa classe homogeneidade e direção do bloco histórico.¹⁰⁷

Por se encontrarem na sociedade política assim como na sociedade civil, tais agentes evidenciam o caráter dialético de sua atuação. Seu vínculo não emana de sua origem de classe, mas de seu transformismo e adesão às classes dominantes. Assim, seu papel predomina sobre sua origem social. São os chamados quadros técnicos, especializados no exercício da função¹⁰⁸.

Faz-se necessário refutar a idéia de que a posição destes agentes é uma *construção social*, tal como em Bourdieu¹⁰⁹. Preferimos lidar com a idéia de que são *agentes sociais*, uma vez que estes atores operam em estreita relação com um grupo dominante ou dominado, e que esta dominação nos remete às condições de vida. No caso dos agentes aqui estudados sua relação é com as classes dominantes. Entendemos, desta maneira, que tais intelectuais orgânicos atuam no sentido de justificar e garantir que as políticas estatais sejam voltadas para os interesses de frações de classe que representam e, por sua vez, vinculam-se a setores da produção.

Muitos destes intelectuais não são somente uma influência, mas têm papel decisivo na produção destas mesmas políticas, na medida em que se encontram diretamente situados no

¹⁰⁷ PORTELLI, Hugues. Op. Cit. p. 84.

¹⁰⁸ PORTELLI, Hugues. . Op. Cit. p. 85.

¹⁰⁹ *Profession* é uma palavra da linguagem comum que entrou de contrabando na linguagem científica; mas é, sobretudo, uma construção social, produto de todo um trabalho social de construção de um grupo e de uma representação dos grupos, que se insinuou docemente no mundo social. BOURDIEU, Pierre. Op Cit. p. 40.

interior do aparelho de Estado. É o caso de Eugênio Gudín, Ministro da Fazenda durante o governo Café Filho; Octávio Gouvêa de Bulhões, Diretor da SUMOC e Roberto Campos, também Ministro e diretor do BNDE (atual BNDES) em 1952 e 1955, além de membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico em 1956.

Priorizamos a análise de dois destes agentes: Eugênio Gudín e Roberto Campos, por sua importância e amplitude de atuação. Encontramos estes agentes formulando teses e propostas, ao longo dos anos 50, na Revista Digesto Econômico, publicada pela Associação Comercial de São Paulo. Tais propostas constituem os instrumentos de coesão que garantem as atividades práticas dos agentes. Mas esta coesão é também consequência de tais atividades. Mais uma vez nos deparamos com o caráter dialético na concepção marxista de ideologia: esta é um desdobramento da estrutura e atua, como superestrutura, na manutenção das condições concretas de vida, ou que “*as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias*”.¹¹⁰ Estes homens atuam também na superestrutura, apontando as mudanças necessárias nas condições concretas.

Da mesma forma que o campo ideológico fortemente identificado com as políticas ligadas à exportação articulava seus interesses em alguns espaços, como a Associação Comercial de São Paulo, o campo vinculado aos interesses industrialistas possuía dois espaços de articulação: a FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, e o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Todos estes espaços, entendidos como aparelhos privados de hegemonia, constituíam os lugares onde se produziam os instrumentos necessários à construção do consenso, este último entendido como um dado fundamental para a consolidação do capitalismo brasileiro.

Por fim, é importante chamar a atenção para o fato de que o estudo aqui proposto não constitui algo que nos remete apenas a um passado, do qual queremos apenas “retirar ensinamentos”. O registro do passado é importante, pois, para Hobsbawm, *o problema para os historiadores profissionais é que seu objeto tem importantes funções sociais e políticas. Essas funções dependem de seu trabalho – quem mais descobre e registra o passado além dos historiadores?*¹¹¹

¹¹⁰ MARX, K. & ENGELS, F. A ideologia alemã (Feuerbach). São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979. p. 57.

¹¹¹ HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. Pág. 284.

Mas não se trata de mero registro do passado ou da necessidade de compreender e produzir esquemas explicativos a respeito de momentos pretéritos da nossa História. Mais importante do que uma análise é a consciência do estudo do passado como algo em conexão com o presente, o que torna possível produzir o entendimento de nosso papel como atores sociais e da produção histórica como uma ferramenta para a compreensão e transformação da sociedade. Os mecanismos e disputas correntes nos anos 50, aqui analisados, continuam presentes. Os elementos que compõem a dominação burguesa, em especial a grande burguesia financeira conhecem o jogo econômico e político, acomodando interesses dos setores ligados à agro-exportação¹¹² e dos próprios setores industriais. Mas, a cada novo movimento, emergem as contradições entre estas frações e novas disputas se desenvolvem. A atualidade das questões abordadas se evidencia nos jornais:

Carneiro contesta a blindagem da economia e afirma que a união entre a política de juros elevados e a política cambial adotada é uma verdadeira bomba de nêutrons, que pode explodir a um ataque especulativo. "Se o cenário internacional se reverter, não acho que tenhamos posição de curto prazo forte como dizem", afirma o economista, temeroso de que as melhorias obtidas estejam ancoradas a fatores externos.¹¹³

Neste momento, com o aumento da taxa de juros, por parte do COPOM¹¹⁴, alguns setores identificam a medida como um "equivoco de política monetária", mas, entendendo que o Banco Central é uma agência do Estado e que esta agência está sob o controle de uma fração das classes dominantes que detém a hegemonia, sabemos que não há equivoco. O comentário mais próximo da realidade pode ser encontrado no artigo, publicado na Folha de São Paulo, sobre o assunto:

Sob esse ponto de vista, o Brasil vive no pior dos mundos. Tem um Banco Central independente de fato, mas cuja independência foi imposta pelo sistema financeiro, sem que viesse acompanhada de nenhum tipo de regulamentação. Criou-se assim uma instituição fechada, opaca, guardiã de interesses rentistas, permanentemente contracionista, inimiga do crescimento e socialmente irresponsável. A qualquer pretexto, impunemente, puxa o gatilho dos juros e ataca os suspeitos de sempre, misteriosas ameaças de inflação.¹¹⁵

¹¹² Que nos últimos tempos passou a se autodenominar "agro business".

¹¹³ CARNEIRO, Ricardo. *Bomba de nêutrons na blindagem*. Entrevista. In: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, Segunda Feira, 31/10/2005. Seção Economia. Pág. A-2.

¹¹⁴ Sigla que tem como significado Comitê de Política Monetária. O COPOM é um órgão do Banco Central que tem por função definir as diretrizes da política monetária e a taxa básica de juros do País. O COPOM é composto pelos oito membros da Diretoria Colegiada do Banco Central e presidido pelo presidente da autoridade monetária.

¹¹⁵ BENJAMIN, César. *Os suspeitos de sempre*. In: *Folha de São Paulo*. São Paulo, sábado, 19 de abril de 2008. *Caderno Dinheiro*. Pág. D2.

O Estado brasileiro continua em permanente processo de ampliação. Novos espaços de atuação da sociedade civil e novas disputas surgem em torno da manutenção de políticas que representem interesses de frações das classes dominantes, algumas destas hegemônicas. Novos atores são incorporados às lutas políticas. Procuramos demonstrar como o modelo econômico vigente no Brasil dos nossos dias, fortemente internacionalizado e concentrador de renda, encontra sua gênese ao longo dos anos 50, através do atrelamento das políticas de Estado aos moldes preconizados pelos organismos internacionais fundados em 1944, políticas essas identificadas com interesses de frações das classes dominantes no Brasil e no capitalismo internacional.

Capítulo II – O ISEB

Não há arte patriótica nem ciência patriótica. As duas, tal como tudo o que é bom e elevado, pertencem ao mundo inteiro e não podem progredir a não ser pela livre ação recíproca de todos os contemporâneos e tendo sempre em conta aquilo que nos resta e aquilo que conhecemos do passado.

Goethe

O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) desempenhou importante papel nas disputas ocorridas entre frações das classes dominantes brasileiras ao longo de sua existência. A trajetória deste Instituto, bem como o peso político de cada campo ideológico¹¹⁶ no seu interior, refletiam as diversas circunstâncias deste processo, no qual o Instituto desempenhou papel relevante. Entender suas principais características e os diversos momentos em que se divide a sua história, bem como as idéias nele veiculadas, contribui para a compreensão do seu significado e de sua atuação nas disputas políticas analisadas neste trabalho.

Durante a Era Vargas, ainda como IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), constituía espaço de produção de idéias e projetos que direcionaram o crescimento industrial no Brasil, especialmente durante as décadas de 1940, 1950 e 1960.

Nelson Werneck Sodré definiu o IBESP como instituição privada, onde os membros assumiam a maior parte das despesas, além do financiamento proveniente da CAPES, que nesta época denominava-se Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior. Este financiamento não o transformou em instituição oficial, mas através dele foi possível a publicação da revista *Cadernos do Nosso Tempo* e a realização de 12 seminários, ocorridos no

¹¹⁶ Segundo Bourdieu, o estudo do campo (ou dos campos) em que se situavam determinadas instituições, tornaria possível, a partir de uma análise aprofundada das leis deste(s) campo (s), e das disputas pelo poder existentes no seu interior, produzir uma análise a respeito dos padrões de formação dos habitus dos sujeitos nelas presentes. Desta forma, seria possível reconstruir (ao menos em parte) elementos da história social destas instituições, especialmente quanto aos sujeitos nelas presentes e às relações destes com o campo e as estruturas sociais à época estudada. Apud. BOURDIEU, Pierre. *Esboço para uma auto-análise*, Lisboa : Edições 70, 2004.

auditório do Ministério da Educação. Tais seminários, segundo Joel Rufino dos Santos, pretendiam discutir a realidade brasileira e organizar algo que Rufino definia como uma instituição com atuação similar à do *Collège de France*.¹¹⁷

Dentre as várias pesquisas que buscaram analisar a identidade do Instituto, destacamos as que foram produzidas por Caio Navarro de Toledo.¹¹⁸ Toledo defende que o ISEB, ao gerar as idéias que deram sustentação ao desenvolvimentismo, este último entendido como ideologia, poderia ser identificado como uma “Fábrica de Ideologias.”

Em trabalhos e depoimentos que tiveram como objeto o ISEB, esta concepção parece se confirmar. Nelson Werneck Sodré, em um de seus principais membros, afirma que “o pensamento da direção [do Instituto] era, assim, o de formular a ideologia do desenvolvimento”.¹¹⁹

A “ideologia do desenvolvimento”, na prática, consistia na formulação de propostas que, segundo seus autores, levariam ao rompimento com as estruturas herdadas do período colonial, nas quais predominava o setor agrário-exportador. Para uma parte dos isebianos este rompimento é que resultaria no desenvolvimento que, por sua vez, tinha como principal significado o fortalecimento da indústria nacional. Tal desenvolvimento se realizaria como decorrência de uma política de priorização dos investimentos na indústria, em detrimento da agricultura. Neste sentido, a proximidade de um dos campos do pensamento isebiano das posições defendidas pelos membros da FIDF e das reivindicações do empresariado vinculado à indústria. Outro campo do pensamento isebiano propunha a ruptura com as estruturas arcaicas herdadas do processo de colonização, especialmente a agricultura de exportação – desdobramento da estrutura denominada de “plantation”¹²⁰ como etapa para superação do capitalismo. A concepção de rompimento com as estruturas consideradas “arcaicas” não constituía novidade na historiografia brasileira, nem se deve somente ao ISEB, pois já havia sido formulada na obra de Octávio Brandão, *Agrarismo e Industrialismo*, produzida no início dos anos 20, e publicada sob o pseudônimo de Fritz Mayer.

¹¹⁷ SANTOS, Joel Rufino. *História Nova: o conteúdo histórico do último ISEB*. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.) *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro, Revan, 2005. p. 33.

¹¹⁸ TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Ática, 1982. e TOLEDO, Caio Navarro de. (org.) *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro, Revan, 2005.

¹¹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1978. p. 12.

¹²⁰ Latifúndio, monocultura, mão de obra escrava e produção para a exportação.

Economia agrária, economia feudal, como a Espanha, Pérsia, Síria, Mesopotâmia, Japão. A indústria é incipiente, reduzida ao litoral e adjacências (...) Existem 13 mil estabelecimentos industriais quando nos Estados Unidos seu número se eleva a mais de 290 mil.¹²¹

O reconhecimento da existência de relações de produção feudais ou pré-capitalistas no Brasil, bem como a necessidade de romper com esta estrutura, fazia parte das análises não só do campo progressista do pensamento isebiano, mas também de todos aqueles que se identificavam com as teses da III Internacional, ou seja, o PCB e alguns de seus dissidentes. A idéia de uma oposição entre um campo progressista e um campo Conservador no interior do ISEB, exposta em Barros¹²², em nosso entendimento, expõe de forma clara as contradições e conflitos correntes na sociedade brasileira e no Instituto. Para o PCB, tais análises tiveram como derivação a tática de revolução democrático-burguesa, anti-feudal e anti-imperialista. A predominância das discussões ligadas à questão nacional e colonial da III Internacional foi determinante para que se produzisse a teoria da revolução democrático-burguesa no Brasil. Esta revolução se definia especialmente pela associação entre uma burguesia nacional que possuiria contradições com o capital internacional, o proletariado e o campesinato. Para o PCB, este era o caminho possível para a promoção do desenvolvimento capitalista brasileiro. Seria a condição imprescindível para o esgotamento de uma das etapas necessárias para se alcançar o socialismo e realizar a revolução brasileira.

Assim como Octávio Brandão, Nelson Werneck Sodré, uma das principais lideranças isebianas, cujo pensamento foi profundamente influenciado pelo marxismo, desenvolveu análises estreitamente próximas às do PCB, sem ter ingressado nas fileiras do Partido. Segundo José Carlos Reis, a obra de Sodré, ao definir as estruturas econômicas e sociais brasileiras, bem como a conjuntura nacional dos anos 50, aproxima-se da análise de Lênin, segundo a qual, a Rússia encontrava-se, em 1905, na iminência de uma revolu o democrático-burguesa.¹²³

A afirma o se justifica quando Sodré, analisando as ferrovias brasileiras, utiliza como referência o texto de Lênin: “A estatística das ferrovias oferece dados notavelmente precisos

¹²¹ MAYER, Fritz [BRANDÃO, Octávio] *Agrarismo e Industrialismo*. Buenos Aires, 1926. Pág. 8.

¹²² BARROS, Luitgarde Oliveira.Cavalcanti. *Questão nacional e globaliza o na abordagem de Nelson Werneck Sodré*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, out/dez, 2006. Pág. 155.

¹²³ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

sobre os diferentes ritmos de desenvolvimento do capitalismo e do capital financeiro na economia mundial.”¹²⁴ .

O ISEB, portanto, não era uma instituição monolítica, do ponto de vista ideológico. Contava com quadros - como Roberto Campos e Hélio Jaguaribe – que, de acordo com a classificação anterior, poderiam ser considerados conservadores, visto defenderem a necessidade da abertura da economia brasileira para o capital internacional. Campos e Jaguaribe se confrontavam no ISEB com intelectuais de outro campo ideológico, como Nelson Werneck Sodré, Ignácio Rangel e Álvaro Vieira Pinto, estes defensores de uma visão autonomista para o capitalismo brasileiro, e de um projeto de superação das estruturas capitalistas. Esta diversidade era fator de disputa interna pelo controle e pela direção do Instituto, disputa que, segundo Sodré, teria sido um dos motivos de seu desmantelamento, como veremos adiante.

Assim, podemos identificar o ISEB como uma fábrica de idéias, mas não apenas isso. Fabricar idéias significa, em verdade, organizar as relações sociais, como escreve Gramsci:

O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, é ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais.¹²⁵

Este entendimento pode justificar o fato de que no ISEB se debatiam, mas também se disseminavam, as análises que serviam de base para a atuação de vários tipos de agrupamentos políticos, além do PCB. Foi no ISEB que muitos militantes de diversas organizações de esquerda, de diferentes matizes políticos, fizeram cursos de formação. Inclusive ativistas de grupos cuja tática tinha como ponto de partida uma crítica às propostas do PCB. Como exemplo desta afirmação, podemos ver o depoimento de Jelcy Rodrigues Correa, um dos militantes do MNR, grupo que organizou a Guerrilha de Caparaó, ocorrida em 1966. Os participantes deste movimento também sofreram profunda influência do ISEB. É Jelcy, um dos comandantes da guerrilha, quem faz referência ao ISEB:

¹²⁴ V.I. Lênin: *L'Imperialismo stade suprême du capitalisme*, Apud SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 135.

¹²⁵ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006. Vol 2. p. 18.

Esther: Quais as pessoas, acontecimentos e leituras que o influenciaram à época?

Jelcy Correa: Ah, muita gente. Há um que eu acho sensacional, que eu li muito, Aliás, eu vi conferências dele sensacionais: Nelson Werneck Sodré. É uma pessoa que marcou muito no ISEB. Outro que me marcou muito no ISEB foi o Corbisier, pelas suas conferências. Roland Corbisier. Tem um outro que eu não lembro o nome mas era um português, jornalista, sensacional. Ele vibrava quando falava em Mossadeg, no Irã. Álvaro Vieira Pinto. Esse foi espetacular...O ISEB...¹²⁶

Outros autores como Renato Ortiz ¹²⁷ e Jorge Miglioli ¹²⁸ também consideram o ISEB como fábrica de ideologias. Para eles, o Instituto constituiu espaço de discussão de idéias que serviriam de base para projetos políticos de diversos matizes e propósitos. É a concepção que predomina na maior parte da produção historiográfica que tem como objeto o Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

No entanto, a idéia de um ISEB apenas como espaço de formulação e debate de idéias é contestada por outras análises, como a de Alzira Alves de Abreu. Para esta autora, o fato de os participantes do ISEB também atuarem nas instituições da sociedade política daria a ele a condição de *agregador de interesses*.¹²⁹

O ISEB foi contemporâneo de outros dois espaços produtores de idéias: a chamada Sociedade de Mont Pélerin e a Escola de Chicago. A primeira, fundada em 1947 pelo economista austríaco Augusto Friedrich von Hayek, representou o lócus de disseminação das teorias liberais, e a Escola de Chicago o de difusão e de formação dos quadros executores das políticas neoliberais.

A sociedade do Mont Pélerin retirou seu nome da cidade suíça próxima de Montreux e reúne-se, até hoje, uma vez por ano, contando em suas fileiras com expoentes como Margareth Thatcher. Seu fundador, Hayek, foi professor na Universidade de Chicago, onde teve como principal discípulo Milton Friedman. Ambos eram opositores ferrenhos das políticas econômicas de inspiração keynesiana, e defendiam que o melhor indicador de estabilidade e crescimento era o equilíbrio monetário e fiscal.

¹²⁶ CORREA, Jelcy Rodrigues. *Depoimento*. In: KUPERMAN, Esther, *A Guerrilha de Caparaó (1966 – 1967): um ensaio de resistência*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFRJ, 1992. Anexo I. p. 231.

¹²⁷ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 46.

¹²⁸ MIGLIOLI, Jorge. *O ISEB e a encruzilhada nacional*. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.) *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro, Revan, 2005.

¹²⁹ ABREU, Alzira Alves. *A ação política dos intelectuais do ISEB*. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.) *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro, Revan, 2005.p. 100.

Para os discípulos de Hayek, o cenário ideal para a economia era aquele em que o Estado tivesse a menor participação possível. O único papel aceitável para o Estado, segundo esta corrente, era o de implementar contratos e proteger fronteiras. Tudo o mais deveria ser entregue ao mercado, pois este era, sem dúvida, o melhor administrador, regulando e organizando a economia e a sociedade. Para Hayek e seus discípulos, o mercado deveria ser o disciplinador de todas as relações, fossem elas econômicas, sociais ou políticas. Instituições educacionais, parques de diversão, hospitais, correios, enfim, tudo que pudesse produzir lucro não deveria ser controlado por uma instituição política – o Estado. A disciplina não deveria vir de regras estabelecidas pela sociedade política, mas seria um resultado da competição entre os agentes econômicos. Um dos seguidores de Hayek, Milton Friedman, afirmava inclusive, que o consumo constituía a forma mais elevada de democracia e de liberdade. Para ele, o grau de liberdade de uma sociedade só pode ser medido a partir do volume de comércio que esta apresenta.¹³⁰

Friedman, continuador do pensamento da Sociedade de Mont Pélerin, expoente e popularizador deste campo ideológico, estudou na Universidade de Chicago (onde foi aluno de Von Hayek), e também foi professor desta instituição. Ele reuniu, em torno de si, um grupo de economistas que ficou conhecido como “Escola de Chicago”¹³¹. As idéias disseminadas por este grupo representam uma contraposição ao Estado do bem estar social, preconizado por Keynes, e foram justamente as que predominaram nos tempos posteriores à 2ª Guerra Mundial, impulsionadas pelas decisões do Encontro de Bretton Woods.

A importância da Escola de Chicago decorre também de sua relação com Wall Street, para onde forneceu suporte teórico. Para isso, os banqueiros de Wall Street proporcionaram financiamento para as pesquisas e publicações deste grupo, facilitando muito sua difusão. Mas não só de teoria viveu a Escola. Os principais postos econômicos nos governos autoritários do Chile e da Argentina (Friedman prestava, pessoalmente, assessoria a Pinochet, entre outros)¹³² representaram a prática deste ideário liberal. No Brasil, após o golpe de 1964, seus discípulos – Octávio Gouvêa de Bulhões, Roberto Campos e Eugenio Gudín, entre outros - também ocuparam importantes postos nos ministérios e agências do Estado ligados à área econômica e

¹³⁰ Apud. FRIEDMAN, Milton and FRIEDMAN, Rose D. *Capitalism and Freedom*. Chicago University.Press, 1989.

¹³¹ Os membros desta escola também ficaram conhecidos como “The Chicago boys”

¹³² Cf. BELLO, Walden. *Friedman-Pinochet e o Sul globalizado*. In.: Instituto Humanitas UNISINOS. Disponível em http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=2250. Acesso em 28/12/2007.

eram conhecidos como os “Chicago boys” ou os “Delfim boys”, em referência a Delfim Netto¹³³, um dos quadros profundamente influenciados pelo pensamento liberal, e que ocupou, por algumas vezes, o Ministério da Fazenda, após o golpe de 1964.

Quanto ao ISEB, ainda como IBESP, por abrigar intelectuais que se encontravam no campo ideológico oposto ao da Escola de Chicago, atuava como espaço de articulação das idéias que iriam se confrontar com o ideário liberal. Isto nos remete à concepção gramsciana acerca dos espaços existentes na sociedade civil:

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”.¹³⁴

Encontramos diferentes conceitos acerca do papel do ISEB. Ele é identificado como fábrica de ideologias, e, segundo esta perspectiva, sua principal característica era servir de espaço de concepção e disseminação de idéias por parte de intelectuais que tinham um ponto em comum: a preocupação em formular propostas teóricas para o desenvolvimento brasileiro. Também é entendido como *agregador de interesses*, uma vez que servia de espaço onde se articulavam aqueles que atuavam nas agências de Estado.

Cabe aqui expor a nossa concepção sobre o ISEB: compreendemos o Instituto como espaço de articulação da contra-hegemonia, na medida em que abrigava alguns intelectuais cuja ligação ideológica era com a classe trabalhadora, e de veiculação das idéias ligadas aos interesses de um setor do empresariado – os industriais. Para além da função de “fabricar ideologias”, o Instituto, contemporâneo da Escola de Chicago, era um espaço de confronto de projetos. Agregava e organizava idéias e intelectuais comprometidos com um projeto que representava interesses de uma fração do empresariado brasileiro, e de outros setores da nossa

¹³³ Antonio Delfim Netto foi Secretário de Fazenda de São Paulo, durante o governo de Laudo Natel, Ministro da Fazenda durante os governos Costa e Silva, Médici, Ministro da Agricultura e do Planejamento no Governo Figueiredo. Após 1985 concorreu a uma vaga na Câmara dos Deputados, pelo Partido Progressista, ingressando, recentemente, no PMDB. Durante a sua gestão como Ministro da área econômica o PIB apresentou maior índice de crescimento, fenômeno que ficou conhecido como “milagre econômico”, o que, na prática, resultou na redução dos salários, flexibilização do emprego e aprofundamento das desigualdades sociais, com uma forte concentração monetária, política preconizada pela Escola de Chicago. Apud. ABREU, Alzira Alves. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV/Positivo, 2001.

¹³⁴ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006. Vol 2. p. 21.

sociedade, e que se contrapunham ao projeto liberal. Mas o ISEB não era apenas um espaço aglutinador de intelectuais críticos das classes dominantes: ele também era o lugar onde se produziam as idéias e propostas que informavam os movimentos populares.

Por ser o IBESP contemporâneo da Escola de Chicago e por defender propostas diametralmente opostas às desta Escola, consideramos o Instituto um aparelho de contra-hegemonia. Como instituição pertencente à sociedade civil, sua função seria aglutinar intelectuais organizadores do projeto que se contrapunha ao liberalismo, não só produzindo as diretrizes do nacional-desenvolvimentismo ¹³⁵, como também organizando os projetos que direcionariam as lutas sociais do período.

Nesta perspectiva, o IBESP pode ser caracterizado, de acordo com Gramsci, como espaço social mediador das relações entre intelectuais e Estado:

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é "mediatizada", em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os "funcionários". ¹³⁶

No segundo momento de sua existência, o IBESP foi transformado em agência estatal, destinada a transformar as propostas em ação. Recebendo a denominação de ISEB, deixava de se constituir um aparelho privado de hegemonia. Neste segundo momento, o ISEB teria, no seu interior, representantes de todas as concepções a respeito do desenvolvimento brasileiro, desde os liberais, defensores da internacionalização da economia brasileira, até os progressistas, representados por Nelson W. Sodré, defensores da soberania nacional, ou nacionalistas. ¹³⁷

A transformação do IBESP em ISEB, em 1955, através de decreto do então presidente Café Filho, tendo inclusive uma dotação orçamentária própria e função definida dentre as instituições públicas, pode ser entendida como uma mudança no seu papel, passando a desempenhar o de Agência do Estado.

¹³⁵ A noção de desenvolvimentismo será analisada no Capítulo V.

¹³⁶ GRAMSCI, Antonio. Op. Cit. Pág. 20.

¹³⁷ Apud. BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Op. Cit.

Tanto o ISEB quanto a FIDF representavam espaços de articulação de idéias e interesses de campos políticos que se opunham ao projeto que se tornaria hegemônico. Por outro lado, a Associação Comercial de São Paulo, a Escola Superior de Guerra e a Escola de Chicago representavam os espaços onde se articulavam as idéias do campo que caminhava para a conquista da hegemonia. Estamos, portanto, tratando de projetos que se confrontavam em torno da conquista do Estado e possuíam, cada um, espaços de articulação na sociedade civil.

Em depoimento concedido a Denis de Moraes¹³⁸, Sodré identifica no ISEB a matriz de uma concepção de cultura e o elemento impulsionador de transformações socioeconômicas e de fixação de identidades nacionais. Segundo ele, no começo de 1964, mesmo sendo ainda uma agência do Estado, o Instituto já não desfrutava do prestígio de anos anteriores. Para o autor, as disputas no seu interior assim como sua inserção no conjunto das forças progressistas do momento – que ele define como sendo de tendência *esquerdizante* - levaram ao fechamento do ISEB, quando do golpe de 1964¹³⁹.

Ignácio Rangel compartilhava da mesma concepção. Para ele, o ISEB “*não é uma repartição anódina, mas uma agência ideológica do governo. Está, portanto, numa área em que política e administração se confundem*”.¹⁴⁰

Mesmo como agência do Estado, e talvez especialmente por isso, o Instituto foi palco de disputas políticas. Em seu interior se confrontavam teses desenvolvimentistas e propostas nacionalistas.

A condição de aparelho de hegemonia não é contraditória com a de agência do Estado, pois está de acordo com a noção gramsciana de Estado ampliado, no qual a sociedade política é parte da sociedade civil, não sendo espaços estanques. Porque a sociedade política não está acima da sociedade civil, mas ambas fazem parte de um só organismo

Os intelectuais do ISEB tinham em comum a preocupação em elaborar alternativas de políticas para o Estado brasileiro, e formulavam diferentes proposições, a partir dos seus

¹³⁸ MORAES, Denis. *Nelson Werneck Sodré, o ISEB e a crise de 1964*. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv118.htm> . Acesso em 06/08/2006.

¹³⁹ MORAES, Denis. Op.Cit.

¹⁴⁰ RANGEL, Ignácio. ISEB. In. *Do ponto de vista nacional*. São Paulo: Bienal/BNDES, 1992. Pág. 55

respectivos matizes ideológicos. Neste sentido, entendemos que, como intelectuais, os isebianos eram os prepostos dos diferentes campos políticos para o exercício das funções subalternas da hegemonia social. Mas, no exercício destas funções, estes mesmos intelectuais isebianos representavam frações de classes, ou seja: os conflitos existentes no interior do ISEB representavam os diversos projetos existentes na sociedade brasileira durante a década de 1950.

Para Sodré, a crise do ISEB pode ser considerada um reflexo dos embates existentes no interior da sociedade brasileira dos anos 50:

O próprio ISEB, em sua criação, em sua curta existência, em sua extinção, constituiu sintoma e parte da crise brasileira. A sua crise, a crise interna, só pode ser analisada e compreendida, pois, quando devidamente inserida na crise geral que a emoldurou e presidiu.¹⁴¹

Além da heterogeneidade dos campos de pensamento, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros também não teve uma trajetória homogênea. Em sua maioria, os analistas dividem sua existência em diferentes estágios. Para Daniel Pécaut¹⁴², houve duas fases, separadas pela publicação do livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*, de Hélio Jaguaribe, onde este explicita sua ruptura com a idéia de monopólio estatal do petróleo.

Segundo Helio Jaguaribe, a trajetória do Instituto pode ser distribuída em três fases. Na primeira, sob sua orientação, expressa pela escolha de Roland Corbisier como diretor, o ISEB refletia suas idéias e posições. Ele define esta primeira fase como *problematizante*¹⁴³, pois, neste momento foram equacionados e identificados os problemas brasileiros. As propostas elaboradas nesta circunstância tinham como característica, segundo Jaguaribe, *o nacionalismo aberto, incorporativo de todas as grandes idéias do pensamento ocidental, sem nenhum xenofobismo, mas também sem nenhum dependentismo colonial.*¹⁴⁴

A segunda fase, para Jaguaribe, ocorreu após sua saída do Instituto. Para ele, a conversão do Conselho da Direção do ISEB em órgão consultivo, possibilitando a designação do diretor por ato do Ministro da Educação tornou sua permanência inviável. Neste ponto,

¹⁴¹ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit. Pág. 28.

¹⁴² PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil – entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática, 1990.

¹⁴³ JAGUARIBE, Hélio. *O ISEB e o desenvolvimento nacional*. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.) *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro, Revan, 2005.

¹⁴⁴ JAGUARIBE, Helio. Op. Cit. Pág. 35.

vemos mais um indício de que o ISEB constituía uma Agência do Estado: a alteração de seus estatutos só foi feita mediante ato do poder Executivo. A alteração, ocorrida em 1959, bem como a utilização do Instituto como instrumento de propaganda política para a candidatura de Roland Corbisier, foram determinantes para a saída de Jaguaribe do ISEB, segundo ele mesmo declara.

De acordo com Nelson Werneck Sodré, a saída de Jaguaribe foi provocada por outro fator: a disputa entre ele e Guerreiro Ramos. Utilizando-se do apoio da UNE, Guerreiro Ramos acusou Jaguaribe de “traição dos ideais nacionalistas do ISEB” pelo conteúdo de seu livro sobre a Petrobrás. Ainda de acordo com Sodré, este estratagema foi utilizado antes mesmo que o livro de Jaguaribe sobre a Petrobrás entrasse em circulação. Para Sodré, a luta política interna que sempre existira no Instituto, eclodiu neste momento porque as contradições internas chegaram a um nível agudo.¹⁴⁵

Para Sodré, os projetos em choque no ISEB eram os mesmos que se contrapunham nos demais espaços da sociedade:

O ISEB fora fundado com o propósito de criar o que se poderia conhecer como teoria do desenvolvimento. E a crise surgiu, precisamente, do antagonismo entre as duas correntes: uma pretendia que o desenvolvimento deveria repousar principalmente no ingresso massivo de capitais estrangeiros, tratados em regime de privilégio; a outra corrente defendia o oposto, o desenvolvimento deveria alicerçar-se, fundamentalmente nos capitais nacionais, que deveria ser protegidos da concorrência alienígena. Acontece que no governo Kubitschek continha, desde a fase da propaganda, a mesma contradição: ao mesmo tempo que se propunha (e executou) grandes obras destinadas a fortalecer a estrutura econômica do país, obedeceu, como seguidor da Instrução 113 da extinta SUMOC (hoje Banco Central), germinada na rápida passagem de Eugênio Gudin pelo Ministério da Fazenda de Café Filho, e do Plano de Metas, elaborado pelo economista Roberto Campos, e que acobertava as deformações que este ingresso acarretou, reduzindo o desenvolvimento ao simples esforço de alcançar determinados índices numéricos, nos diversos setores da produção, facilitando e protegendo a entrada de grandes capitais estrangeiros. A indústria automobilística, tal como existe hoje em nosso país, deriva dessa concepção e deu no que deu.¹⁴⁶

Tais afirmativas corroboram a idéia de uma disputa no ISEB, especialmente durante o período situado entre os anos de 1962 e 1964, considerados por Jaguaribe como a terceira fase do Instituto. São os anos anteriores à dissolução. Segundo de Jaguaribe, o ISEB, nesta fase, tornou-se porta-voz de grupos radicais e possuía grande identidade com as posições do

¹⁴⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit. Pág 38.

¹⁴⁶ SOBRE, Nelson Werneck. *ISEB: quarenta anos depois*. In: SODRÉ, Nelson Werneck e ALVES FILHO, Ivan. *Tudo é política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. Pág. 112.

Partido Comunista Brasileiro na época, o que levou à sua eliminação, após o golpe militar. Naquele momento o Instituto caracterizava-se por ser um espaço de articulação dos movimentos sociais. Neste sentido, o golpe de 1964, que tinha entre seus objetivos a eliminação destes movimentos, será implacável com o Instituto.

De nossa parte, consideramos que a trajetória do ISEB não pode ser dividida em fases, identificadas apenas pelos seus conflitos internos. Entendemos que as fases nas quais se divide a história do Instituto também podem ser definidas tendo como referência o lugar/função que este ocupava na sociedade. Este era também fator que produzia os conflitos internos. Podemos tomá-lo como referência para definir as fases da história do ISEB e entender os conflitos como expressão da disputa no ISEB. Portanto, mesmo considerando importante identificar os confrontos internos do Instituto, pensamos que estes não deveriam ser a principal referência na definição das diferentes etapas na história do ISEB, mas que os diferentes momentos do Instituto em relação à sociedade civil e à sociedade política poderiam servir como balizadores da análise sobre o Instituto.

Identificamos duas fases: a primeira, conforme já exposto, aquela na qual o Instituto caracterizava-se como aparelho privado de hegemonia e a segunda, na qual passou a desempenhar o papel de agência de Estado. Assim, nossa diferenciação leva em conta, especialmente, o papel do ISEB e sua relação com as demais instituições da sociedade civil e política.

O ISEB, como Agência do Estado, também era palco dos embates que ocorriam na sociedade brasileira dos anos 50. No ISEB os confrontos entre as frações das classes dominantes envolviam o chamado grupo dos nacionalistas-desenvolvimentistas e o grupo que defendia a necessidade de uma associação com o capital internacional para promover o crescimento econômico desejável para a economia brasileira. Além destes dois grupos, alguns intelectuais, identificados com as lutas sociais, também disputavam o espaço do ISEB.

É neste ponto que nos debruçamos, mais uma vez, sobre a questão da hegemonia, para entender as diferentes concepções existentes no ISEB, pois era nele que se explicitavam e se confrontavam estes dois projetos que representam duas frações da burguesia. A disputa entre estes projetos, representados como diferentes concepções de desenvolvimento, se realizava em todos os espaços da sociedade. Estas eram concepções construídas pelos intelectuais

orgânicos. Os intelectuais, por sua vez, vinculavam-se a cada uma das frações de classe em disputa. Trata-se daquilo que Gramsci denomina de *agentes produtores do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação do grupo fundamental à vida social.*¹⁴⁷ Este consenso seria fator fundamental para a expansão do capitalismo, bem como para a modernização da sociedade brasileira, sendo o ISEB um dos *locus* de realização deste consenso.

Para Bresser Pereira¹⁴⁸, apesar das divergências quanto à questão da nacionalidade do capital utilizado no desenvolvimento, os intelectuais ligados ao Instituto tinham em comum a defesa de que as transformações nos países subdesenvolvidos – especialmente as de caráter econômico e social - só seriam possíveis caso fossem fruto de planejamento e de estratégia, tendo como agente principal o Estado. Pereira também identifica como *revolução capitalista*¹⁴⁹ a forma como os intelectuais isebianos concebiam a idéia de desenvolvimento.

A “revolução capitalista”, segundo Pereira, era uma concepção comum a todos os intelectuais isebianos, mesmo os de orientação marxista, e seria feita através do processo de industrialização e nos marcos de um Estado-nação moderno, ou seja: o desenvolvimento deveria acontecer em um mercado capitalista definido e regulado pelo Estado¹⁵⁰.

Consideramos que a idéia de revolução capitalista, comum aos intelectuais isebianos, poderia ser interpretada como a noção de revolução burguesa, processo que seria um estágio necessário, tanto para os isebianos ligados às teses marxistas, que defendiam a “etapa democrático burguesa” para o Brasil, quanto para os isebianos não marxistas, que defendiam o fortalecimento da burguesia como condição para o desenvolvimento industrial, ou seja, o desenvolvimento industrial como condição para o desenvolvimento capitalista..

Na medida em que apontavam para a idéia de uma revolução burguesa, os dois campos preconizavam apoio ao empresariado industrial através das políticas estatais, formulando as propostas que serviriam de base para o processo de modernização do capitalismo no Brasil. Estas propostas, suas convergências e contradições, serão melhor

¹⁴⁷ GRAMSCI, Antonio. Op. Cit. Pág. 21.

¹⁴⁸ PEREIRA, Luís Carlos Bresser. *O conceito de desenvolvimento do ISEB discutido*. In *Revista Dados*. Vol. 47 n. 1. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Ibidem.

desenvolvidas no próximo capítulo - Desenvolvimentismo e Liberalismo, no qual veremos Raul Prebich, representante do campo desenvolvimentista, terçar armas com Eugenio Gudín, legítimo representante do projeto liberal.

Os intelectuais isebianos também convergiam em torno da idéia de que o desenvolvimento constituía uma necessidade, e de que a sociedade brasileira encontrava-se dividida em dois setores: *dinâmicos* e *estáticos*, ou *produtivos* e *parasitários*¹⁵¹. Dentro desta lógica, a modernização seria feita através do fortalecimento dos setores considerados dinâmicos. E a indústria era o setor considerado o mais dinâmico.

Outro ponto em comum entre os dois grupos era a noção de que a iniciativa do Estado era importante para se realizar a modernização brasileira. Mas neste ponto divergiam, pois possuíam diferentes concepções a respeito do papel do Estado enquanto agente econômico. Em torno deste setor estático ou parasitário estariam os latifundiários, a burguesia mercantil e até parcelas do proletariado, passando pelas camadas médias urbanas. No setor moderno estariam agrupados a burguesia industrial e o proletariado urbano.

Jaguaribe, um dos fundadores do Instituto e um de seus intelectuais mais destacados, considerava que o impulso para o desenvolvimento não seria obtido através do que ele chamava de *nacional-capitalismo*, ou seja:

Um esforço para empreender o desenvolvimento sócio-econômico e endógeno do país, preservando o sistema de iniciativa privada, sob a direção dos empreendedores nacionais e usando o Estado como um órgão para o planejamento, a coordenação e a suplementação de tal esforço.¹⁵²

Segundo Lovatto, o pensamento de Jaguaribe tinha como principal característica a defesa do papel do Estado como condutor dos processos de desenvolvimento. Mas para isto, ainda segundo ele, o Estado brasileiro deveria sofrer uma reforma política, uma transformação de “*Estado cartorial em Estado funcional*”¹⁵³.

¹⁵¹ TOLEDO, Caio Navarro. Op. Cit p. 118.

¹⁵² JAGUARIBE, Helio. *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político - Uma abordagem teórica e um estudo do caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. p. 207.

¹⁵³ LOVATTO, Angélica. *A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe – os tempos do Iseb*. In. *Revista Lutas Sociais*. n. 3. outubro de 1997. p.59.

Apesar da enunciação de um ideário nacionalista em Jaguaribe, Lovatto identifica neste autor a defesa da utilização do capital estrangeiro como condição para que a industrialização brasileira fosse possível, sob a justificativa de que a poupança interna era insuficiente para fazer frente à necessidade de capitais para promover uma aceleração do crescimento industrial. Para esta autora, o nacionalismo de Jaguaribe seria um *nacionalismo de meios* e não um *nacionalismo de fins*; o capital externo não deveria ser considerado como “força oposta” e sim como “força externa”.¹⁵⁴

Jaguaribe considerava o papel do Estado fundamental como condutor das transformações necessárias na economia e sociedade brasileiras, pois, sem sua interferência a burguesia nacional não poderia superar internamente a resistência das forças tradicionais contrárias ao desenvolvimento sócio econômico. Mesmo assim, Jaguaribe, por suas posições, está longe de poder ser enquadrado dentre os intelectuais ditos nacionalistas do ISEB.

Jaguaribe considerava o Brasil um “país de eleição para a imigração de capitais”, mas isto só se realizaria se fossem eliminados os “velhos preconceitos de escola, os arcaísmos mentais”, tarefa que seria desempenhada pelo ISEB.¹⁵⁵ Para ele, o ISEB deveria ser o espaço de produção das idéias que dariam o suporte aos setores dispostos a combater tais “arcaísmos”, em nome do desenvolvimento.

Jaguaribe encontra em Roberto Campos, outro integrante do ISEB, um aliado quanto à necessidade de mobilizar o que eles chamam de “empreendedores nacionais” para a indução do desenvolvimento:

Os países latino-americanos, do outro lado, ainda se acham em processo de constituir sua personalidade nacional. Precisam recorrer ao nacionalismo como força coesiva para manterem a unidade contra a pressão centrífuga da heterogeneidade de regiões e de grupos e para abater as tensões entre classes. Dentro deste contexto, o nacionalismo pode ainda constituir importante mobilizador do esforço nacional e elemento vital na arrancada para a modernização, apesar de ser naturalmente, como o é a maioria das ideologias, sujeito ao perigo da perversão ideológica.¹⁵⁶

¹⁵⁴ LOVATTO, Angélica. Op. Cit. p. 65

¹⁵⁵ TOLEDO, Caio Navarro. Op. Cit p.118.

¹⁵⁶ CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Relações Estados Unidos-América Latina* – Palestra proferida na Conferência sobre Tensões de Desenvolvimento no Hemisfério Ocidental. In. CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Ensaio de História Econômica e Sociologia*. Rio de Janeiro:APEC Editora, 1964., p. 160.

Para Campos, o ideário nacionalista teria funcionalidade apenas em sociedades arcaicas, o que demonstra que sua noção de modernização envolve necessariamente a internacionalização, o que o coloca em oposição a qualquer proposta de desenvolvimento autônomo. Campos só reconhecia uma ideologia nacional como motor de unidade política, principalmente como instrumento para reduzir os conflitos entre as classes sociais. Para ele, pelo menos naquele momento, o Estado tinha papel importante: seria o promotor do desenvolvimento. A revisão desta concepção fica explícita em depoimento posterior:

Minhas divergências com Gudin e Bulhões, muito comentadas na época, eram talvez mais de ênfase que de substância. E diminuíram rapidamente, à medida que adquiri maturidade intelectual e experimentei desilusões quanto à eficácia do serviço público. Gudin e Bulhões tinham alergia às palavras *planejamento* e *desenvolvimentismo*, que eu defendia com ousadia juvenil.¹⁵⁷

De fato, ao longo da década de 1950, Roberto Campos abandonou a defesa do Estado como propulsor da economia, passando a defender abertamente a redução da participação do Estado, tanto na regulamentação da economia quanto como agente econômico. Esta mudança pode ser constatada neste breve comentário crítico sobre a ação do Estado: *O dirigismo econômico acabou se transformando em autoritarismo político*.¹⁵⁸

Tanto para Helio Jaguaribe quanto para Roberto Campos, a grande ferramenta para a consolidação do desenvolvimento latino-americano, e conseqüentemente do brasileiro, seriam as inversões de capital internacional. Neste sentido, ambos podem ser alinhados dentro do campo daqueles intelectuais isebianos que defendiam a abertura para o capital internacional como forma de desencadear o processo de desenvolvimento industrial:

Mais uma vez, fugiria ao escopo deste estudo analisar como e porque a aplicação do modelo do nacional-capitalismo ao Brasil causou as referidas distorções. O que se pode afirmar, muito sumariamente, é que a experiência brasileira demonstrou que a aplicação pura e simples do modelo nacional-capitalismo requer, por um lado, uma sociedade menos heterogênea e, por outro lado, uma consciência mais generalizada, de parte da burguesia nacional de seu próprio interesse de classe e da sua função social. As enormes diferenças que separam o mundo rural-agrícola do urbano-industrial e que favorecem a região Centro-sul em detrimento de outras, demonstraram ser excessivas para sua superação pela burguesia nacional. A despeito da ajuda do Estado – que por motivos políticos, não tem sido tão poderoso como deveria – os empreendedores nacionais têm estado naturalmente propensos a intensificar o desenvolvimento do setor e da região mais desenvolvidos, agravando destarte a defasagem ao invés de reduzi-la. A insuficiente consciência de classe e de função, por parte da burguesia

¹⁵⁷ CAMPOS. Roberto de Oliveira. Op. Cit. p. 169.

¹⁵⁸ CAMPOS. Roberto de Oliveira. Op. Cit. p. 241.

nacional, por outro lado, jamais permitiu a acumulação de força política suficiente para robustecer o Estado e assim reforçar a própria burguesia nacional.¹⁵⁹

Para Roberto Campos, a presença do capital internacional não constituía apenas fator de desenvolvimento, mas uma forma de “preservação” da ordem social e econômica, contra o que ele identificava como “a ameaça do comunismo”.¹⁶⁰

Campos considerava que somente o desenvolvimento capitalista iria livrar o país da barbárie. Havia, segundo sua concepção, uma distinção entre nacionalismo e cosmopolitismo, sendo que este último também teria dois desdobramentos: o liberal e o desenvolvimentista. Mesmo encontrando pontos em comum com Jaguaribe, Roberto Campos identifica a posição deste autor como *cosmopolita-desenvolvimentista*¹⁶¹.

A partir do exposto, podemos concluir que o ISEB não era monolítico, especialmente quanto às questões ligadas ao grau de internacionalização da economia brasileira. Mesmo no campo daqueles que defendiam a abertura da economia brasileira para o capital estrangeiro, havia nuances quanto à forma de inserção e ao papel do capital internacional. Havia aqueles isebianos que se opunham a este “internacionalismo” e se situavam no campo oposto ao de Jaguaribe e Campos quanto a questão do capital nacional, como é o caso de Nelson Werneck Sodré e Ignácio Rangel.¹⁶²..

Por sua formação marxista e vinculação ao Partido Comunista, Rangel estivera preso por dois anos durante o Estado Novo. Também participou da CEPAL, e esta participação representou um novo marco no seu pensamento, uma vez que o conduziu ao reconhecimento da necessidade de produzir argumentos para um processo de modernização da sociedade brasileira nos moldes capitalistas.

Segundo Fernando Pedrão¹⁶³, foi na CEPAL que Rangel encontrou uma proposta de tratamento econômico da modernização, o que influenciou sua atuação e produção ao longo de sua permanência no ISEB, especialmente a concepção da Teoria da Dualidade.

¹⁵⁹ JAGUARIBE, Helio. Op. Cit. p. 217.

¹⁶⁰ CAMPOS, Roberto de Oliveira. Op. Cit. p. 160.

¹⁶¹ CAMPOS, Roberto de Oliveira. Op. Cit. Pág. 296.

¹⁶² Apud.: BARROS, Luitgarde Oliveira.Cavalcanti. Op. Cit.

¹⁶³ PEDRAO, Fernando Cardoso. *Ignácio Rangel*. In: *Revista do Instituto de Estudos Avançados*. jan./abr. 2001, vol.15, no.41, p.127-137.

Com a Teoria da Dualidade, Rangel procurou demonstrar que o planejamento e o controle estatal deveriam estar de acordo com os ciclos econômicos mundiais, mas que, ao mesmo tempo, a estrutura brasileira não é um reflexo imediato de estruturas mundiais. Para ele, forças internas e externas interferiam no nosso desenvolvimento. Segundo Pinto¹⁶⁴, a dualidade da economia brasileira, em Rangel, estaria definida pela sua condição de empreendimento externamente capitalista e internamente feudal.

Decorrente desta concepção, Rangel advogava o controle do Estado sobre os investimentos, mas também defendia que estes deveriam ser feitos através da concessão de serviços públicos à iniciativa privada nacional.¹⁶⁵

A partir destas concepções, podemos definir Ignácio Rangel como um isebiano vinculado ao campo aqui denominado desenvolvimentista-nacionalista, na medida em que advogava a defesa do capital nacional, e era defensor da participação estatal, embora radicalmente contra o monopólio do Estado. Para ele, a modernização seria alcançada através da oligopolização da economia, o que romperia com traços feudais da sociedade brasileira, especialmente no setor agrário. Para Rangel, a questão agrária era um dado importante na contradição entre o capital financeiro e o capital industrial no Brasil e parte da dinâmica dos interesses do capital.¹⁶⁶

Diferente da visão de Rangel era o ideário de Nelson Werneck Sodré. Para Sodré, o Brasil colonial deveria ser identificado como feudal e o capitalismo brasileiro só teria se consolidado, enquanto sistema, a partir do século XIX:

Uma das condições que influíram no nascimento e no desenvolvimento da burguesia brasileira – a condição essencial – foi o aparecimento do imperialismo. Sem compreender a influência que o imperialismo exerceu no mundo, a partir do seu aparecimento nos fins do século XIX, é impossível compreender a gênese da burguesia em países do tipo do Brasil.¹⁶⁷

¹⁶⁴ PINTO, João A. C. *Historiografia, Projeto Teórico e Práticas Institucionais – Um Estudo de Caso: Nelson Werneck Sodré e o Iseb*. In: MENDONÇA, Sonia Regina de.(Org) **O Estado Brasileiro: Agências e Agentes**. Niterói: Eduff/Vício de Leitura, 2005.

¹⁶⁵ RANGEL, Ignácio. “*História da dualidade brasileira*”. In: *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 1, n. 4, 1981. p. 05-34.

¹⁶⁶ PEDRAO, Fernando Cardoso. Op. Cit.

¹⁶⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1983. p 134.

Para Sodré, uma vez que o capitalismo brasileiro surgira a partir de impulsos externos – o imperialismo – este era o fator que determinava sua condição de país periférico. Assim, a ruptura com esta característica só poderia se realizar pela iniciativa de uma burguesia nacionalista, ou seja, a partir do capital nacional:

Uma economia se caracteriza como colonial ou dependente quando não se estrutura em bases próprias e nacionais, mas em função de objetivos que lhe são estranhos, os objetivos, nesta fase, do imperialismo. Estes objetivos são, normalmente, visados pelos investimentos: o capital estrangeiro monopolista não é estrangeiro pela sua procedência, é estrangeiro porque deve ser, obrigatoriamente, remunerado em moeda estrangeira, porque os seus lucros devem ser remetidos às fontes estrangeiras e, para isso, devem encontrar possibilidade de conversão naquela moeda.¹⁶⁸

Segundo Sodré, o ISEB era um espaço de articulação e discussão dos problemas brasileiros, a partir de uma ótica que estivesse realmente de acordo com os interesses nacionais. Para ele, *todos os problemas que o ISEB se propunha a discutir, propondo soluções, continuam no palco, continuam sem solução.*¹⁶⁹

Entendemos que o fechamento do ISEB, logo após o golpe de 1964, é um indício de que este Instituto representava, para as classes dominantes, um espaço de articulação de projetos que iam para além da “revolução capitalista”, uma vez que informava os movimentos sociais e também produzia projetos alternativos aos das classes dominantes. Desta forma o ISEB, durante os anos 50, refletia as disputas políticas que se desenrolavam na sociedade brasileira, especialmente no que diz respeito à forma como o desenvolvimento econômico seria alcançado. Produzindo as idéias que serviriam de suporte para cada um dos campos que disputavam o controle dos espaços e das políticas implementadas pelo Estado brasileiro, o ISEB refletia o processo político ao longo de sua trajetória.

O Instituto, portanto, confrontava o campo desenvolvimentista com o campo liberal, também identificado com as idéias atualmente denominadas de monetarismo¹⁷⁰, representantes das frações do empresariado brasileiro, mas também era o lócus dos debates de

¹⁶⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 265.

¹⁶⁹ SOBRE, Nelson Werneck. *ISEB: quarenta anos depois*. In: SODRÉ, Nelson Werneck e ALVES FILHO, Ivan. *Tudo é política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. Pág. 112.

¹⁷⁰ Monetarismo é a denominação utilizada para a principal corrente de idéias econômicas em oposição ao keynesianismo, cujos principais defensores foram George Stigler e Milton Fridman, da Escola de Chicago.

*tudo aquilo que representasse a defesa dos interesses nacionais e particularmente dos interesses populares*¹⁷¹. Esta foi a motivação do seu fechamento.

Mas não poderia deixar de ser diferente, pois o ISEB não era algo à parte da sociedade, mas sim um de seus espaços de disputa de hegemonia, esta entendida não como dominação, mas como direção intelectual e moral.

Além de ser, inicialmente, um aparelho privado de hegemonia e, em seguida, uma agência de Estado, o ISEB, durante sua existência foi o espaço onde se expressaram os diversos projetos que estavam colocados para a sociedade brasileira nos anos 50, dentre eles os que foram vitoriosos e que serviram de base para a transformação da SUMOC no Banco Central do Brasil, consolidando o projeto neoliberal. Para melhor entendermos algumas vertentes do pensamento que fundamentavam alguns destes projetos, iremos analisar, no próximo capítulo, um debate entre as duas principais correntes que representavam o pensamento do empresariado brasileiro.

¹⁷¹ SODRE, Nelson Werneck. *ISEB: quarenta anos depois*. In: SODRÉ, Nelson Werneck e ALVES FILHO, Ivan. *Tudo é política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. Pág. 112.

Capítulo III: Desenvolvimentismo e liberalismo – duas faces da mesma moeda

*Meu partido
É um coração partido
E as ilusões estão todas perdidas
Os meus sonhos foram todos vendidos
Tão barato que eu nem acredito
Eu nem acredito
Que aquele garoto que ia mudar o mundo
(Mudar o mundo)
Frequenta agora as festas do "Grand Monde"*

*Meus heróis morreram de overdose
Meus inimigos estão no poder
Ideologia
Eu quero uma pra viver
Ideologia
Eu quero uma pra viver
(.....)*

*Ideologia
Cazuza*

As décadas de 1940 e 1950 foram marcadas pelo intenso debate entre duas concepções, no que diz respeito às propostas para a economia e a sociedade brasileiras: de um lado, as idéias denominadas desenvolvimentistas e, de outro, as idéias conhecidas como liberais ou monetaristas ¹⁷². Este debate foi definido por Guido Mantega¹⁷³ como a polarização entre duas linhas ideológicas em torno das quais se dividia a intelectualidade brasileira durante a década de 1950. Em verdade, este é um debate que continua na ordem do dia.

Concordamos com Mantega, porque identificamos o conteúdo destas duas correntes como formulações ideológicas. Para isto, nos remetemos à concepção de ideologia em Marx,

¹⁷² Entendemos por idéias liberais aquelas que correspondem ao campo do monetarismo, principal corrente de idéias econômicas em oposição ao keynesianismo, cujos principais defensores foram George Stigler e Milton Fridman, da Escola de Chicago. Esta denominação é utilizada para a defesa da estabilidade da econômica através de instrumentos monetários, especialmente o controle do volume de moeda e outros meios de pagamento disponíveis, bem como da redução do papel do Estado na economia dos países – especialmente os periféricos.

¹⁷³ MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 11.

segundo o qual as idéias e teorias são socialmente determinadas pelas relações de dominação entre as classes, pois:

As idéias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual.¹⁷⁴

Idéias representam concepções de mundo, pontos de vista já estabelecidos ou que se pretendem estabelecer. No caso das idéias analisadas neste capítulo, entendemos que seus objetivos eram definir o papel das instituições e as políticas que se realizavam através destas mesmas instituições.

Consideramos que o confronto entre as idéias desenvolvimentistas e as liberais representava um confronto entre classes ou frações de classe, que se fazem representar por pontos de vista. As idéias desenvolvimentistas eram defendidas pelos empresários vinculados à produção industrial e as idéias liberais eram patrocinadas pelos empresários vinculados à exportação de produtos agrícolas. Baseamos nossa afirmação no exame destas duas correntes ideológicas, tanto as conhecidas como desenvolvimentistas como as denominadas liberais, ambas norteadoras dos projetos políticos nos anos 50, e que representavam a disputa existente no período pelo controle dos espaços estatais e da definição das políticas levadas adiante pelo Estado brasileiro.

Apesar de pertencerem a diferentes campos, a análise dos discursos dos principais expoentes nos conduziu à constatação de que, ao contrário de serem doutrinas que se contrapunham, eram projetos que se complementavam, uma vez que constituíam propostas defendidas por frações das classes dominantes. Tais discursos eram os que predominavam nos espaços institucionais dos anos 50 e ainda estão presentes na vida política brasileira nos dias atuais, daí a importância de sua abordagem e do seu significado.

Uma idéia econômica influencia o funcionamento do aparelho estatal, ou gera diretrizes para as instituições públicas, convertendo-se em política de Estado, na medida em que o grupo com ela identificado detém a hegemonia, determinando a direção para as políticas

¹⁷⁴ MARX, Karl. E ENGELS, F. Op. Cit.p. 72.

estatais. Temos como exemplo as políticas inspiradas nas idéias keynesianas, cuja difusão deu-se inicialmente entre economistas, especialmente nas primeiras décadas do século XX, e que resultou na ampliação do papel do Estado – tanto como agente quanto como regulador - decorrente da economia de guerra, da necessidade de reconstrução e de “expansão dos benefícios sociais”, ou seja, do chamado “welfare state”.

As diretrizes econômicas keynesianas possuíram, do ponto de vista de seu desdobramento político, a legitimação do papel do Estado intervencionista, podendo ser identificadas a partir dos anos 30 do século XX. Trata-se do período em que a burguesia industrial detinha a hegemonia através da produção de idéias que justificavam a intervenção estatal e que se traduziam na produção do consentimento por parte da sociedade civil.

Durante as décadas de trinta e quarenta a industrialização brasileira foi fruto da iniciativa estatal e de empreendimentos nacionais. Isto se deve ao fato de que na década de 1930, a crise financeira e a redução da acumulação interna das empresas dos países industrializados - resultante da queda nas taxas de lucro – diminuiu consideravelmente seus investimentos nos países periféricos, o que fortaleceu o caráter nacional do processo de industrialização brasileiro.

Embora não fosse o seu principal objetivo, as políticas tarifárias existentes no Brasil, ao longo desta mesma década, também tiveram efeito protecionista. Durante o Estado Novo o Estado apoiou fortemente a indústria de forma indireta, através de crédito subsidiado do Banco do Brasil ao setor privado e de tarifas de importação de maquinário subsidiadas. Também apoiou de forma direta, através de investimentos na infra-estrutura e da criação de empresas estatais para a produção de insumos básicos. Da mesma forma, o controle rígido do câmbio, através do Banco do Brasil, entre os anos de 1931 e 1933 e também entre 1937 e 1939, teve como objetivo o protecionismo à indústria nacional.

A intervenção estatal no desenvolvimento da infra-estrutura, bem como a forte presença do Estado como agente econômico, tinha o apoio dos empresários ligados ao setor industrial. Isto significa que era bem recebida pelo setor privado da economia, especialmente em virtude dos grandes requisitos de investimentos para a construção de alguns setores de base e da inexistência de um segmento financeiro desenvolvido para promover a participação privada. Até mesmo a ocorrência da Segunda Guerra Mundial, e a conseqüente dificuldade de

importação, especialmente de bens de capital, irá proporcionar uma proteção acidental à indústria brasileira, alavancando o processo de substituição de importações, característica do processo de industrialização no Brasil.

Durante este período consolidou-se a influência política da chamada burguesia industrial brasileira, especialmente a paulista, que produziu e fortaleceu suas associações de classe de forma a garantir espaços para a defesa de seus interesses. Dentre estas associações destacavam-se a Confederação Industrial do Brasil, mais tarde Confederação Nacional da Indústria (CNI) – fruto da ruptura na Associação Comercial de São Paulo - bem como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Entre as lideranças deste setor destacou-se Roberto Simonsen, cujas posições - a favor de uma política industrial e protecionista - eram bem conhecidas desde a década de 1920, tendo sido presidente da Confederação Industrial do Brasil, bem como um dos idealizadores e dirigentes da FIESP.

As idéias e práticas defendidas por Simonsen - que preconizava o planejamento e a forte presença do Estado na economia, tanto como regulador quanto como agente, pertenciam a uma fração das classes dominantes cujos interesses estavam ligados à indústria, e geraram diretrizes para a atuação do Estado durante a primeira metade do século XX. Com a aproximação do fim da Segunda Guerra Mundial e o conseqüente fortalecimento da liderança política e econômica dos Estados Unidos no mundo capitalista, os acordos produzidos na reunião de Bretton-Woods passaram a apontar para a predominância das posições liberais. Como conseqüência desta tendência tivemos o fim do protecionismo nas relações econômicas internacionais desde o final da Primeira Guerra Mundial, bem como uma redução da participação do Estado na economia.

No Brasil do pós-guerra, Eugênio Gudín, um dos participantes da reunião de 1944, era o intelectual ligado ao pensamento econômico liberal mais proeminente. Sua oposição ao intervencionismo estatal, especificamente no que diz respeito à política de apoio à industrialização, obtinha o apoio da classe produtora agrícola e dos setores ligados ao comércio externo. Sua argumentação encontrava boa acolhida na Associação Comercial de São Paulo, órgão de defesa dos interesses agrário-exportadores, que tinha como principal publicação a Revista Digesto Econômico. Nesta Revista é possível encontrar muitos artigos,

de autoria de Eugenio Gudín, com severas críticas à participação do Estado na economia, que examinaremos no Capítulo VII.

O embate mais conhecido entre estes dois campos ideológicos ocorreu entre Eugenio Gudín e Roberto Simonsen é aquele que foi realizado no final da década de 1940 e é intitulado “A controvérsia do planejamento na economia brasileira”. Este debate tem sido identificado como um confronto entre duas concepções distintas a respeito da necessidade do planejamento econômico.

O debate entre Simonsen e Gudín, um clássico para os analistas que se debruçam sobre as idéias que nortearam a economia brasileira após a Segunda Guerra Mundial, tratava da exposição de duas concepções a respeito da forma de atuação do Estado e da necessidade de absorção de capitais capazes de fomentar o crescimento econômico. Mas este debate versava, principalmente, sobre qual setor da economia deveria ser fortalecido para que este crescimento ocorresse. Tratava-se de um embate entre industrialistas e agraristas, cujas idéias eram defendidas por atores sociais pertencentes às diferentes frações da burguesia brasileira cujos interesses estavam ligados a cada um dos dois setores de produção. Neste sentido, tais idéias devem ser encaradas como manifestações da luta pela hegemonia e pela procura de formas de construção do consenso para realizar esta hegemonia.

Roberto Simonsen, descendente de tradicionais famílias de industriais paulistanos, foi presidente da Cerâmica São Caetano S. A., da Companhia Paulista de Mineração, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e vice-presidente da Confederação Nacional de Indústrias. Além de participar do movimento paulista de 1932, foi deputado federal por São Paulo em 1934, e senador em 1948. Como vice-presidente da seção brasileira do Conselho Inter-Americano de Comércio e Produção, atuou na reunião de outubro de 1947, em Petrópolis, na qual defendeu a tese de um Plano Marshall para a América Latina.

Da sua parte, Eugenio Gudín, patrono dos economistas brasileiros, engenheiro Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, foi Professor da Universidade do Brasil e Membro da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos para Estados e Municípios. Também fez parte da Comissão de Planejamento Econômico da Caixa de Mobilização Bancária do Banco do Brasil, da Comissão de Reconstrução Econômica Financeira do Conselho Técnico de Economia e Finanças da Academia Nacional de Montevideú, da Royal Economic Society.

Membro da Diretoria e Vice-Presidente da International Economic Association. Foi Governador do Brasil junto ao Fundo Monetário Internacional no período de 1951 a 1956 e Delegado do Brasil à Conferência Monetária Internacional de Bretton Woods. Foi Ministro da Fazenda no governo Café Filho e criou na sua administração o Imposto sobre Energia Elétrica, quando instituído o Fundo Federal de Eletrificação, assim como introduziu o sistema de desconto na fonte do imposto incidente sobre os rendimentos do trabalho assalariado.

Com estas biografias e seus conseqüentes vínculos políticos e ideológicos, podemos entender que suas divergências concentravam-se em torno do papel do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro, e da origem do capital a ser utilizado no processo de industrialização. Vale aqui destacar que, quando o assunto dizia respeito às classes trabalhadoras, suas posições convergiam, o que demonstra, na prática, que ambos pertenciam às classes dominantes.

A CEPAL¹⁷⁵, também partidária da intervenção estatal e da industrialização como forma de implementar o desenvolvimento, participou deste debate, durante os anos 50, através de seu fundador Raúl Prebisch. Tal como Simonsen, as principais divergências da CEPAL com os monetaristas encontravam-se na importância atribuída ao planejamento econômico e ao papel do Estado. Para os cepalinos, o Estado planejador acabaria por assumir um papel empresarial, afastando os interesses privados e redirecionando as próprias práticas do mercado.

Para os desenvolvimentistas, representados inicialmente por Roberto Simonsen, e, mais tarde pela CEPAL, era preciso incentivar a indústria para que o país alcançasse crescimento capaz de colocá-lo no conjunto das nações desenvolvidas. Para este campo de pensamento, indústria era sinônimo de desenvolvimento. Para Simonsen *a parte nuclear de um programa dessa natureza, visando a elevação da renda a um nível suficiente para atender aos imperativos da nacionalidade, tem que ser constituída pela industrialização.*¹⁷⁶

Simonsen defendia a idéia de que o desenvolvimento de uma nação estaria associado à industrialização e que para a promoção da industrialização de um país subdesenvolvido o

¹⁷⁵ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), com sede em Santiago, Chile.

¹⁷⁶ SIMONSEN, Roberto. *A planificação da economia brasileira*. In: *A controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977. p. 33

incentivo do Estado era fundamental. Segundo ele, esta participação se daria, principalmente, através do protecionismo e do planejamento. Argumentava que o planejamento seria a estratégia capaz de criar condições para o crescimento industrial, fosse pela via dos investimentos estatais, fosse pela via dos investimentos privados. Mas não era partidário da criação de obstáculos para os investimentos estrangeiros ou de uma política protecionista. Para ele nenhuma das fontes de financiamento deveria ser descartada:

Temos carência de capitais e de mão de obra especializada para a indústria e, no entanto, nossa legislação e nossa organização econômicas não favorecem a imigração e os investimentos estrangeiros, nem estimulam a mobilização de capitais nacionais para fins reprodutivos.¹⁷⁷

Confronto semelhante ocorreu entre Eugenio Gudín e Raul Prebisch¹⁷⁸, nos anos 50. Este segundo debate, cuja documentação permanecia inédita até o momento, ainda não havia sido examinado pelas ciências sociais. Constitui a continuação do embate anterior, entre representantes dos dois campos e também pode ser identificado como “um clássico”. Por se tratar de uma polêmica realizada na década seguinte à primeira e envolvendo as mesmas questões, demonstra que as contradições e convergências entre os dois setores ainda estavam presentes, e talvez ainda mais fortes, dez anos depois do primeiro debate.

Este segundo embate entre os dois campos ideológicos ocorreu em 1953, ou seja, às vésperas dos eventos que levariam ao suicídio do presidente Getúlio Vargas, justamente quando as tensões entre os dois setores do empresariado nacional, representados no debate anterior, encontravam-se mais acirradas, e se reveste de importância por anteceder o período em que as teses cepalinas foram mais utilizadas: o governo Kubitschek.

Da mesma forma que Simonsen, a CEPAL, através de seu fundador Raúl Prebisch, defendia o planejamento da economia para que fosse possível uma industrialização, única maneira de reduzir os desequilíbrios de renda nos países latino-americanos:

Permita-me Dr. Gudín que lembre a Vossa Excelência duas cifras mencionadas na exposição que fiz o ano passado, no México, na reunião do Banco Internacional para

¹⁷⁷ SIMONSEN, Roberto. *A planificação da economia brasileira*. In: *A controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977. p. 27.

¹⁷⁸ Economista argentino, nascido em 1901, foi o fundador e mais destacado intelectual da CEPAL, e iniciador da linha estruturalista no pensamento econômico. Em seu país de origem, trabalhou no Ministério da Agricultura na década de 1920 e no Ministério da Fazenda na década de 1930. Ocupou sua direção até 1963, quando deixou a instituição para assumir o cargo de Secretário Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, órgão criado no mesmo ano pelo Conselho Econômico e Social da ONU.

Reconstrução e Fomento, e que não deixaram de lhe causar impressão: por cada 1 por cento de aumento da renda per capita dos Estados Unidos a procura de exportações de alimentos e matérias primas provenientes da América Latina aumenta apenas de 0.65 por cento. O mesmo aumento de 1 por cento da renda per capita na América Latina implica um aumento de 1.8 por cento na procura de importações de artigos manufaturados . Se não se corrigisse os efeitos desta disparidade, a taxa de crescimento da América Latina teria de ser bastante inferior à dos grandes centros industriais e a desigualdade de renda entre uns e outros tenderia a aumentar cada vez mais.¹⁷⁹

A CEPAL foi o laboratório institucional para a elaboração da base teórica do desenvolvimentismo. A Comissão, surgida no final da década de 1940, tinha como principal preocupação explicar as diferenças de desenvolvimento econômico entre os países da América Latina e os países do Primeiro Mundo e propondo formas de superação destas diferenças dentro dos moldes capitalistas. Para seus principais líderes, especialmente Raul Prebisch,

(...) os países periféricos da América Latina estavam amarrados pela falta de dinamismo de suas estruturas produtivas, baseadas num punhado de produtos primários, com pouco desenvolvimento industrial e tecnológico, e teleguiadas pelos mercados consumidores dos centros.¹⁸⁰

É importante identificarmos que esta corrente também constrói uma identidade entre a idéia de desenvolvimento e a indústria. Para estes pensadores, a superação do atraso só se daria no campo do desenvolvimento capitalista, com ênfase, principalmente no crescimento do número de indústrias.

O campo do desenvolvimentismo ainda possuía uma fração, o denominado *nacional-desenvolvimentismo*. Datado especificamente dos anos 50, tinha como principal característica a defesa do intervencionismo estatal e da prioridade para o capital nacional, especialmente o capital estatal.

Reunidos no ISEB, os pensadores ligados a esta corrente e oriundos de várias instituições, especialmente do setor público, tinham como principal argumento a impossibilidade do empresariado nacional em arcar com investimentos, bem como a falta de

¹⁷⁹ PREBISCH, Raúl. *Mística do equilíbrio espontâneo da economia: respuesta del Dr. Prebisch a un artículo de prensa de Eugenio Gudín*. Santiago (Chile): CEPAL, 1953. V. 1, fascículo 5. In PREBISCH, Raúl. *Discursos, declaraciones y documentos 1952-1963*. Santiago (Chile): CEPAL.3 v. [Trata-se de documento original e inédito, ainda não publicado, gentilmente cedido pelos arquivos da CEPAL a esta autora].

¹⁸⁰ MANTEGA, Guido. Op. Cit. Pág.36.

interesse por parte dos investidores estrangeiros na organização de um setor industrial brasileiro, especialmente no que dizia respeito às indústrias de base.

Mesmo assim, segundo Bielchowsky ¹⁸¹, estes intelectuais não deixavam de reconhecer e acolher o interesse do capital estrangeiro pelos investimentos em setores ligados à indústria:

Nos demais setores industriais, porém, o capital estrangeiro era bem-vindo pelos desenvolvimentistas nacionalistas. Esse é o ponto nem sempre compreendido pelos estudiosos da industrialização brasileira. Explica, por exemplo, como o comandante Lucio Meira, um desenvolvimentista nacionalista, foi o grande articulador do Plano de Metas no que se refere à indústria automobilística, trazendo para o país as grandes empresas internacionais. ¹⁸²

Do ponto de vista de seu conteúdo ideológico, o discurso nacional-desenvolvimentista também pode ser entendido como uma demonstração de que, na prática, tratava-se de mais um discurso destinado a dar sustentação a um projeto da mesma fração de classe: a burguesia industrial, que lança mão deste ideário para construir um consenso em torno de seus interesses.

O nacionalismo, por sua vez, remete-nos a um processo que, do ponto de vista da estrutura da ideologia nacional, é mais específico, pois se trata de um determinado modo de apropriação/questionamento do fetichismo do Estado burguês que, ao testemunhar a crise daquela ideologia, expressa uma questão nacional. ¹⁸³

Entendemos que a ênfase na defesa do capital nacional, por parte de setores ligados à burocracia estatal, constitui a expressão dos conflitos que ocorriam no interior do aparelho de Estado. Esta burocracia estatal, segundo Almeida ¹⁸⁴, manobrava em meio às diferentes frações da classe dominante e buscava criar uma base de massa para uma política de industrialização. Esta fração de classe - os empresários ligados à indústria - busca aumentar seu espaço de articulação também no ISEB, confrontando-se com outros projetos que também povoavam o Instituto, tanto na sua primeira fase, como aparelho de contra hegemonia, quanto na segunda, já como agência do Estado.

A distância entre o desenvolvimentismo e o nacional-desenvolvimentismo pode ser medida principalmente pelos seus desdobramentos: o nacional-desenvolvimentismo,

¹⁸¹ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *O pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto. 1996.

¹⁸² BIELSCHOWSKY, Ricardo. Op. Cit. p. 128.

¹⁸³ ALMEIDA, Lucio Flavio de. Op. Cit. p. 50.

¹⁸⁴ ALMEIDA, Lucio Flavio. Op. Cit.

influenciou setores da esquerda como o PCB que, ao formular sua estratégia, identificava o imperialismo como o inimigo a ser combatido para a consolidação da etapa democrático-burguesa da revolução brasileira.¹⁸⁵

O campo desenvolvimentista não estava preocupado em formular um projeto de transformação das estruturas, mas de consolidação definitiva do capitalismo brasileiro, pela via da substituição das importações, mesmo que para isto fosse necessário contar com a colaboração do capital internacional. Estes dois campos de pensamento também estiveram representados no ISEB. É neste sentido que vemos que a disputa política, descrita no capítulo anterior, também se deu no interior deste instituto.

No campo denominado desenvolvimentista encontramos representantes de frações das classes dominantes, especialmente aquelas vinculadas à burguesia industrial. E é este setor que irá encontrar na CEPAL o espaço de formulação das idéias que dariam sustentação ao seu projeto.

Mesmo constituindo um espaço de elaboração de idéias situadas no campo denominado desenvolvimentista, a CEPAL também formulava propostas que podemos identificar como próximas das concepções consideradas, pela maioria dos autores, como “*liberais*”. Na verdade, em relação a algumas questões, existe convergência entre estes dois campos.

Examinamos a identidade das idéias entre estes dois campos no que diz respeito às seguintes questões: a intervenção do Estado, a vocação agrária e o capital estrangeiro, utilizando os dois momentos em que as concepções se confrontam: o debate entre Gudin e Simonsen e o debate entre Gudin e Prebisch.

No que diz respeito à “intervenção do Estado”, podemos identificar na corrente desenvolvimentista a noção de que seu papel é garantir o crescimento industrial:

O grau de intervencionismo do Estado, deveria ser estudado com as várias entidades de classe para que, dentro do preceito constitucional, fosse utilizada, ao máximo, a

¹⁸⁵ A tática de aliança com a burguesia nacional desenvolvida pelo PCB também deriva do 5º Congresso do Komintern. A principal resolução deste Congresso foi a definição da tática de formação de uma frente única nas bases, bem como o enfrentamento da questão colonial através do apoio às burguesias nacionais nos movimentos nacionalistas, uma vez que para o Komintern as burguesias nacionais tinham um papel revolucionário.

iniciativa privada e não se prejudicassem as atividades já em funcionamento no país, com a instalação de novas iniciativas concorrentes.¹⁸⁶

Para Simonsen, industrialização e ação estatal eram instrumentos através dos quais se combateria a miséria e se promoveria o desenvolvimento. Portanto, só o Estado seria capaz de promover, ampliar, modernizar e diversificar a indústria nacional, principalmente em virtude da fragilidade do capital privado. Importante é frisar que o combate à miséria, para este autor, poderia significar uma melhoria nas condições de vida da massa trabalhadora, de forma a inseri-la no mercado capitalista.

Sem dúvida, existe uma convergência entre Simonsen e Prebich, pois para este último, a presença do Estado também é fundamental e visa garantir o crescimento e o equilíbrio de uma economia capitalista:

Por esses dois exemplos que acabo de dar, comprova-se que o Dr. Gudín continua acreditando na tendência ao equilíbrio, inerente do sistema econômico, quando não se introduzem elementos perturbadores. Eu, porém, não creio nisso. O ciclo é a forma típica de crescimento da economia capitalista, isto é uma sucessão ininterrupta de desequilíbrios. Confio, sem embargo, que uma política esclarecida permitirá atenuar apreciavelmente essas flutuações. Essa política representa uma intervenção deliberada no sistema. Mas a política de desenvolvimento representaria igualmente uma intervenção para corrigir os enormes desequilíbrios entre os centros industriais e a periferia da economia mundial.¹⁸⁷

Simonsen considera a agricultura uma atividade complementar, destinada a criar condições para o desenvolvimento industrial e urbano. Mas identifica a ação do Estado como fundamental para garantir a modernização da agricultura, quando afirma que *essa industrialização não se separa, porém, da intensificação e do aperfeiçoamento da nossa produção agrícola, a que ela está visceralmente vinculada.*¹⁸⁸

Prebisch também vê no desenvolvimento e na modernização da agricultura uma forma de criar condições para o crescimento industrial. Ele relembra que *os trabalhos da CEPAL têm procurado demonstrar que esse aumento da produtividade na agricultura é um elemento básico do desenvolvimento econômico.*¹⁸⁹

¹⁸⁶ SIMONSEN, Roberto. Op. Cit. p. 36.

¹⁸⁷ PREBISCH, Raúl. Op. Cit.

¹⁸⁸ SIMONSEN, Roberto. Op. Cit. p. 34.

¹⁸⁹ PREBISCH, Raúl. Op. Cit.

Gudin, no entanto, não identifica a agricultura como complementar à indústria, mas a vê como o mais importante setor de nossa economia. Para este autor, nossa verdadeira vocação econômica seria a de exportar produtos agrícolas.

Para Gudin não era possível associar progresso e industrialização. Pelo menos no caso de países periféricos como o Brasil. Ele considerava também inaceitável a intervenção do Estado na economia, pois “*não haveria melhor caminho para a consolidação de um regime totalitário de capitalismo de Estado, em que já temos tão largamente avançado nos últimos dez anos.*”¹⁹⁰

No debate com Prebisch, em 1953, Gudin mantém as mesmas convicções que defendia em 1947, quando polemizou com Simonsen: ele continuava considerando que a intervenção do Estado era inaceitável:

Recusam-se às empresas privadas os indispensáveis elementos de vida e equilíbrio econômico para, depois de um período de agonia mais ou menos longo, recolher-lhes os despojos e declará-las incapazes. Esta é a história (que merecia ser escrita) das malogradas companhias de estradas de ferro no Brasil, como das malogradas tentativas de estabelecer a grande siderurgia. O Estado despacha o empresário por incapaz e má figura: declara a falência da iniciativa privada e chama a si a direção do serviço.¹⁹¹

A divergência entre o campo representado por Gudin e o setor representado por Simonsen e Prebisch era também sobre a necessidade de planejamento da economia. Podemos identificar esta divergência quando Gudin afirma acreditar *mais na análise das deficiências, das deformações e dos erros praticados em cada um dos setores da economia e no estudo da maneira de corrigi-los. Até certo ponto, porém, essa divergência pode ser mais terminológica do que de fundo.*¹⁹²

Mas a discordância principal era em relação ao papel do Estado:

Nitidamente divergente da orientação do digno Conselheiro Relator, é ainda o meu parecer no tocante à sua constante preocupação de garantir a proteção paternalística do Estado aos “interesses existentes”, especialmente aos dos atuais industriais, de cuja associação de classe é o Conselheiro Simonsen operoso Presidente, não hesitando o

¹⁹⁰ GUDIN, Eugenio. *Rumos da política econômica*. In: *A controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977. p. 55.

¹⁹¹ GUDIN, Eugênio. *A mística do Planejamento - I*. Jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro: Sexta Feira, 29 de maio de 1953. 1º Caderno – p.2.

¹⁹² GUDIN, Eugenio. Op. Cit. p. 54.

ilustre Relator em proclamar a ‘necessidade de não se prejudicarem as atividades já em funcionamento no país, coma instalação de novas iniciativas concorrentes’!¹⁹³

Para Simonsen, legítimo representante da fração industrialista da burguesia brasileira, o Estado tem por função criar garantias para o crescimento deste setor, enquanto que para Gudin, cujo pensamento estava de acordo com a melhor tradição liberal, tal crescimento só poderia ser possível dentro das condições dadas pelo mercado. Para Simonsen, o planejamento seria a forma de atingir um rápido crescimento da renda nacional e também de garantir a ação do Estado.

Prebisch, no debate com Gudin, defendia uma ampla intervenção do Estado, argumentando que esta ação não invalidava a iniciativa privada. Para ele *o desenvolvimento econômico não pode ser um processo espontâneo se não provém de medidas adotadas com o propósito de condicionar e estimular a iniciativa do empresário*.¹⁹⁴

Segundo Maza¹⁹⁵, Simonsen considerava que, mesmo não existindo relação imediata de causa e efeito, apenas com a ação do Estado seria possível garantir o rápido crescimento, tanto da agricultura quanto da indústria. Este autor também identifica na proposta de política econômica nacional feita por Simonsen a justificativa para o exercício de uma hegemonia dos empresários industriais.¹⁹⁶

Este é um ponto de discordância entre os dois campos ideológicos, visto que, para Gudin, somente o mercado deveria regular o desenvolvimento da indústria nacional. Além disso, para ele, se o Estado atuasse como regulador da economia na verdade estaria sendo utilizado em defesa de interesses particulares:

Na execução da política de produtividade, por que está a bradar o povo brasileiro, importa estar atento à insidiosa resistência pacífica dos INTERESSES REACIONÁRIOS de grupos e associações industriais que visam, antes de tudo, a defesa dos interesses particulares dos industriais já instalados, desenvolvendo surda oposição e hábeis manobras contra tudo que possa vir a com eles concorrer. É a política de afastamento de concorrentes (nacionais e estrangeiros), de restrição de produção e manutenção dos preços. Os diretores dessas associações entendem (e talvez entendam certo, de seu ponto de vista) que o seu dever está em defender os

¹⁹³ GUDIN, Eugenio. Op. Cit.

¹⁹⁴ PREBISCH, Raúl. Op. Cit.

¹⁹⁵ MAZA, Fabio. *O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação*. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 2004.

¹⁹⁶ MAZA, Fabio. Op. Cit. p. 219.

interesses dos associados que os elegeram e de cujo apoio podem precisar amanhã para sua reeleição ou para apoio a suas pretensões políticas...¹⁹⁷

É importante ressaltar a divergência entre os dois campos: a agricultura como fator necessário ao desenvolvimento do país. Para Gudin, a indústria era complementar à agricultura

Um dos argumentos mais correntes a favor de nossa industrialização é o de que os países industrializados são ricos e os países de economia agrícola ou extrativa são pobres. Como princípio não é verdadeiro. Onde as terras são férteis e planas, onde se praticam a irrigação e a drenagem, onde se dispõe dos conhecimentos técnicos e dos elementos necessários à adubação, onde se faz uso das máquinas agrícolas para preparar o solo, para semear, para capinar e mesmo para colher, onde se disseminam a instrução e a técnica, a economia agrícola pode formar um país muito rico e de alto padrão de vida. Para nós brasileiros, basta que olhemos para a Argentina.¹⁹⁸

Para Simonsen a agricultura é importante, mas complementar à indústria, e é este setor que deve receber do Estado tratamento preferencial capaz de garantir o desenvolvimento e a modernização do país. Ele defende *a necessidade da criação de Bancos Industriais destinados ao financiamento de novos empreendimentos e ao propiciamento de uma assistência técnica mais intensa.*¹⁹⁹

Apontamos um uma convergência entre os dois campos: a inexistência de antagonismo entre capital nacional e capital estrangeiro. Simonsen não possui tantas restrições ao capital estrangeiro quanto se poderia supor. Para ele, o capital estrangeiro viria suprir as necessidades do desenvolvimento industrial nacional não atendidas pelo capital brasileiro:

Temos carência de capitais e de mão de obra especializada para a indústria e, no entanto, nossa legislação e nossa organização econômica não favorecem a imigração e os investimentos estrangeiros nem estimulam a mobilização de capitais nacionais para fins reprodutivos.²⁰⁰

Para Simonsen, o ingresso de capital estrangeiro deveria ser controlado através da intervenção do Estado. Esta intervenção teria como finalidade garantir que *“não se prejudicassem as atividades já em funcionamento no país, com a instalação de novas*

¹⁹⁷ GUDIN, Eugenio. Op. Cit. p.129.

¹⁹⁸ GUDIN, Eugenio. Op. Cit. p. 115.

¹⁹⁹ SIMONSEN, Roberto. Op. Cit. p.28.

²⁰⁰ SIMONSEN, Roberto. Op. Cit. p. 27.

iniciativas concorrentes”. Para ele, representante da fração de classe industrialista, as indústrias já existentes e que pertenciam a particulares deveriam ser protegidas pelo Estado contra a concorrência, não por um questão de nacionalismo, mas porque desacreditava na capacidade de nossa indústria de enfrentar a concorrência externa. Portanto, para Simonsen, o intervencionismo estatal deveria estar a serviço do setor do empresariado por ele representado.

Da mesma forma, Prebisch também não faz restrições à entrada de capitais internacionais:

O Dr. Gudín poderia aduzir que no caso de serem criadas condições favoráveis o capital estrangeiro afluiria. Mas não se pode afirmar que este fato ocorreria na medida necessária e desejada. Mormente se o capital estrangeiro é plenamente justificável em certas inversões, especialmente naquelas que incorporam novas fórmulas de técnicas produtivas, em outras seria mais conveniente estimular a iniciativa particular do próprio país, dando-lhe acesso às fontes internacionais de capital e técnica.²⁰¹

Neste segundo debate também ficam claros os pontos em comum e as divergências entre as duas linhas ideológicas. No que diz respeito ao papel do Estado, Prebisch afirma:

Há outro ponto sobre o qual o exame cuidadoso do relatório sobre a “Técnica de Programação” poderia ter evitado outra das considerações que fez o Dr. Gudín. Efetivamente o eminente mestre parece crer que a programação por nós preconizada é incompatível com a iniciativa particular e com a necessidade de um programa no setor das inversões públicas, mas impugna a inclusão das inversões particulares num programa de desenvolvimento econômico. O Dr. Gudín parece crer, outrossim, que isto significa necessariamente suprimir a liberdade de ação do empresário particular, subordinando-o ao Estado onipotente. Se nosso professor tivesse consultado – não digo todo o relatório – porém o seu capítulo de introdução, os seus temores já estariam completamente dissipados. Admite-se muito bem o programa de inversões no qual o Estado se limita a criar as condições necessárias para estimular as inversões particulares a fim de que elas cumpram determinados objetivos e alcancem determinado nível.²⁰²

Tal como Simonsen, na década anterior, Prebisch também advoga o Estado como gerador das condições para o crescimento da economia, principalmente como forma de alavancar a iniciativa privada.

²⁰¹ PREBISCH, Raúl. Op Cit. Pág. 2

²⁰² PREBISCH, Raúl. Op. Cit. Pág 2.

Gudin também não mudou suas posições, pois, para ele, mesmo este papel (o de alavanca do desenvolvimento econômico) não deve ser atribuição do Estado, mas sim uma prerrogativa da própria iniciativa privada, porque

(...) é natural que em um país de estrutura política ainda instável (quatro constituições em menos de vinte anos), de economia pobre e de letras tão escassas não se possa esperar da Administração Pública, salvo honrosas exceções, os padrões de sabedoria, de isenção e de capacidade necessárias não só para bem realizar sua tarefa no setor público, mas ainda para dirigir com eficiência o setor da economia privada.²⁰³

Ambos os campos ideológicos são, portanto, defensores intransigentes da iniciativa privada. A diferença está em que, para os desenvolvimentistas, o Estado seria uma ferramenta importante para garantir os investimentos particulares e para Gudin a própria iniciativa privada deveria suprir os investimentos, logo, para ele, o Estado não poderia se intrometer, sob nenhum pretexto, nos assuntos das empresas privadas.

Prebisch identifica claramente as divergências, quando afirma que *o problema que preocupa o Dr. Gudin é o do equilíbrio e não o do crescimento*.²⁰⁴ E reitera que o processo de crescimento desejado pelos que pensam como ele tem como principal característica a substituição das importações, e não se dará, como advoga Gudin, de forma espontânea, mas sim a partir da intervenção do Estado:

As medidas de substituição terão de ser adotadas expressamente pela seguinte razão: se a produtividade é primordialmente uma função do volume de capital por homem, é evidente que a mesma produtividade dos países pouco desenvolvidos geralmente seja inferior àquela dos países mais adiantados, até que se alcance o mesmo nível econômico, no caso de tal fenômeno ocorrer.²⁰⁵

Ao que Gudin responde:

Num país em que o Estado ainda comete erros grosseiros no planejamento e na execução do setor público da economia, como pretender planejar também o setor privado? Ainda mais em uma economia em pleno desenvolvimento e com as características de instabilidade dos países de atividades predominantemente primárias!²⁰⁶

²⁰³ GUDIN, Eugênio. *A mística do Planejamento - I*. Jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro: Sexta Feira, 29 de maio de 1953. 1º Caderno – Página 2.

²⁰⁴ PREBISCH, Raúl. Op. Cit. p. 7.

²⁰⁵ PREBISCH, Raúl. Op. Cit. p. 7.

²⁰⁶ GUDIN, Eugênio. *A mística do Planejamento - II*. Jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro: Terça Feira, 02 de junho de 1953. 1º Caderno – Pág. 2.

Mas, para Prebisch, o Estado é capaz de direcionar a economia, pois é sua a tarefa de impedir a instabilidade econômica:

Como se observa, a incerteza do futuro não é razão suficiente para que não se trace um programa ou para que se tome de improviso as medidas corretivas. Mas não pensa assim o Dr. Gudín. Sustenta, por exemplo, que a impossibilidade de se prever os preços e o volume da exportação do café, ou a relação de trocas do Brasil, impediria a formação de um programa de desenvolvimento. Baseando-se no mesmo critério, teria de se opor à elaboração de um orçamento de despesas e arrecadação pela impossibilidade de se prever as variações na situação econômica corrente que, sem dúvida, costumam ser tanto ou mais difíceis de antever quanto os fenômenos do desenvolvimento mais lento.²⁰⁷

Gudín, em sua réplica, ironiza as propostas desenvolvimentistas, bem como a idéia de progresso nelas contidas:

Estes moços descobriram o Brasil. Antes da era que eles ora inauguram da “ideologia do desenvolvimento” e da “filosofia do planejamento”, o Brasil era a estagnação e o marasmo...O “animus progrediendi” só agora, neste ano da graça de 1953, desponta nesta terra de paralisia e de indiferença. Nas histórias contadas pelos velhos, eles não acreditam: são histórias de gigantes.²⁰⁸

Destacamos que há, entre os dois, uma convergência: a de que a iniciativa privada é o setor mais importante da economia, sendo que para os desenvolvimentistas ela é o motivo principal para que o Estado entre em ação. Assim, a ação do Estado, para os dois campos ideológicos, tem o sentido de complementar, e não de substituir a iniciativa privada:

Por conseguinte, o desenvolvimento econômico não pode ser um processo espontâneo se não provém de medidas adotadas com o propósito de condicionar e estimular a iniciativa do empresário. O Dr. Gudín não concorda explicitamente com essa afirmação; admite, porém a necessidade de proteção alfandegária e de outras medidas que sirvam de estímulo. Daí a reconhecer a necessidade de um programa certamente não custará muito.²⁰⁹

Mas para os privatistas (que condenam a intervenção do Estado), ou liberais, a iniciativa privada não pode ser “cerceada” pelo Estado, a título de protegê-la. Desta forma, para eles, o Estado precisa ter seu papel reduzido e uma interferência mínima nas relações econômicas.

²⁰⁷ PREBISCH, Raúl. Op. Cit. Pág. 9.

²⁰⁸ GUDÍN, Eugênio. *A mística do Planejamento -III*. Jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro: Sábado, 06 e junho de 1953. 1º Caderno – Pág.2.

²⁰⁹ PREBISCH, Raúl. Op. Cit. p.7.

Ao examinar a documentação produzida por estes atores sociais e que retrata dois debates entre estes diferentes campos ideológicos, podemos constatar que os discursos produzidos pelos dois lados, embora estejam ao nível da superestrutura, dirigem-se à organização de uma ordem econômica voltada para a consolidação da dominação de diferentes frações da burguesia brasileira. Sua argumentação procura, portanto, estabelecer as bases para a hegemonia de uma das frações de classe em uma sociedade capitalista. Esta hegemonia, realizada através da construção do consenso em torno do caráter do desenvolvimento econômico, será consolidada pelo controle dos espaços de decisão das políticas econômicas: as agências do Estado, em especial a SUMOC.

Neste sentido, tanto para os desenvolvimentistas quando para os denominados liberais, o desenvolvimento econômico brasileiro deveria ter como característica a garantia da presença do capital privado. Mas, para eles, este capital privado poderia contar com a ajuda do capital internacional. Como sempre, não há contradições entre o capital. Há um consenso em torno destes dois pontos. E a existência deste consenso nos remete à conclusão de que, em verdade, não existem contradições importantes entre estes dois campos, pois ambos representam frações de uma mesma classe dominante.

Compreendemos, portanto, que o processo de expansão do capitalismo no Brasil durante a década de 1950 foi impulsionado pelas idéias geradas por estes dois campos, nos quais predomina a defesa do capital. Para ambos, o Estado deve servir apenas como ferramenta auxiliar para a iniciativa privada, o que demonstra a proximidade ideológica dos dois campos.

Assim, a disputa entre estes dois campos não reflete o embate entre uma proposta de crescimento redistributivo contra uma proposta de crescimento concentrador. Em nenhum momento qualquer dos dois aponta para a necessidade de políticas nas quais as classes trabalhadoras possam participar. A divergência gira em torno da atuação maior ou menor do Estado, embora não haja discrepância quanto à idéia de que este mesmo Estado esteja sempre a serviço do capital. É neste sentido que os dois projetos devem ser entendidos como pertencentes a frações de uma mesma classe: a burguesia brasileira.

Capítulo IV – A Federação das Indústrias do Distrito Federal

O povo nunca é humanitário. O que há de mais fundamental na criatura do povo é a atenção estreita aos seus interesses, e a exclusão cuidadosa, praticada sempre que possível, dos interesses alheios.

Fernando Pessoa

O conceito gramsciano de hegemonia identifica os mecanismos através dos quais uma fração das classes dominantes – um bloco histórico - instaura seu poder por meio do consenso. Para Gramsci, a hegemonia seria a direção moral e intelectual de uma sociedade, onde a dominação “física” e corpórea é auxiliada pela instauração do consenso. O poder de coesão, conectado ao consenso, constituiria o predomínio de uma visão de mundo e de convívio social. A sociedade civil é o espaço onde se constrói a hegemonia, através dos aparelhos privados. Estes, por sua vez, são os responsáveis pela disseminação do pensamento dominante.

A noção de aparelho privado de hegemonia deriva da idéia de Gramsci de que a luta de classes se realiza não só no espaço da sociedade política, mas também no âmbito da sociedade civil. Gramsci utiliza os conceitos de aparelho e de hegemonia de forma diferente da abordagem adotada por Althusser. Enquanto este identifica no Estado o espaço específico da produção das idéias, para Gramsci há uma autonomia destes aparelhos privados em relação à sociedade política, e nestes aparelhos também são produzidas as idéias e projetos.

Segundo Gramsci, sociedade política e sociedade civil, apesar de serem um só corpo, possuem, ao mesmo tempo, características próprias: a primeira tem os instrumentos de coerção, mas é na sociedade civil que se organizam e atuam os aparelhos privados de hegemonia que se destinam à produção do consenso. Os aparelhos da sociedade civil possuem

autonomia frente ao Estado e não são responsáveis pela violência ou pela coação. Embora tenham como principal objetivo a realização da dominação, é a partir da produção do consenso que legitimam esta dominação, explorando brechas e conflitos as entre as forças que disputam espaço na sociedade política.

É este o entendimento que possuímos a respeito da FIDF. Ela constituía um espaço pertencente à sociedade civil, e foi responsável pela produção das idéias que constituíam o projeto de hegemonia desta fração da classe dominante na segunda metade dos anos 50.

IV.1 – Histórico

A FIDF foi fundada em 1820, com a denominação de SAIN (Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional). Mesmo em seus primeiros anos, já explicitava as idéias correntes no seu interior, a respeito do papel da indústria, defendendo ser *a indústria, mãe de todas as ciências e artes, e causa primária da opulência e grandeza das Nações, em geral se reduz à ação das forças físicas e morais do homem aplicadas à produção.*²¹⁰

Funcionando como órgão consultivo do Governo Imperial, a SAIN considerava a indústria como base para o desenvolvimento da economia nacional, conforme artigo publicado no seu periódico, em 1846²¹¹. Mesmo defendendo a idéia de que a indústria era a atividade progressista e modernizadora, não deixava de reafirmar a “vocação agrícola” do país, bem como a necessidade de também modernizar a agricultura..

A SAIN, no entanto, defendia a indústria de maneira marginal, pois considerava o papel da agricultura mais importante, visto que o país dependia do café, do açúcar, do fumo, etc. Em 1889, a SAIN defendia em seu periódico que *a agricultura é fator positivo na nossa balança de pagamento e também é ela que explica a dinâmica interna. Mesmo que se d  ênfase  *

²¹⁰ VON DER WEID, Elisabeth et al. *Apontamentos para a história do Centro Industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro Industrial do Rio de Janeiro, 1977. p.12.

²¹¹ VON DER WEID, Elisabeth et al. Op. Cit.

*produção e a técnica industrial, sempre que possível acentuam-se o seu sentido complementar à agricultura.*²¹²

Em agosto de 1904, foi fundado o CIB (Centro Industrial do Brasil), fruto da fusão da SAIN e do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão. Dentre as atribuições do Centro, estava a de *manter-se informado de todos os projetos e leis em discussão no país, que dissessem respeito à indústria, bem como divulgar, combatendo ou incentivando, aqueles que julgasse conveniente.*²¹³ Neste sentido, o Centro iniciava sua atuação como grupo de pressão em defesa dos interesses da indústria junto aos órgãos públicos, propondo medidas que protegessem a produção industrial brasileira.

Além de criar um periódico intitulado Boletim do Centro Industrial do Brasil, o CIB fundou um museu de matérias primas. O museu tinha como objetivo principal a divulgação das atividades industriais e proposição de meios para a incorporação de novas técnicas de produção. O Centro ainda organizou uma biblioteca especializada no tema e promoveu cursos, exposições e conferências sobre temas ligados à produção industrial, enfim, cultivando as idéias que circulavam em torno da indústria e organizando eventos que pudessem promover a defesa da importância da indústria no Brasil para outros espaços da sociedade brasileira.

Desde os primeiros tempos, a principal questão abordada pelo Centro, em todas as publicações e eventos, foi a questão cambial. A prioridade dada ao câmbio explica-se: para a indústria brasileira, o custo da importação de maquinário – variável de acordo com as taxas cambiais – era importante. O câmbio era tão influente para os industriais quanto a relação entre a moeda nacional e o dólar (unidade padrão nos negócios com o exterior) para os empresários ligados à exportação de produtos agrícolas.

Os ataques à entrada de mercadorias estrangeiras e ao livre cambismo, a defesa da lei dos similares (impedimento à entrada de produtos que tivessem similares produzidos internamente) e a favor de medidas protecionistas, eram a tônica dos artigos publicados no Boletim Industrial no início do século XX. Estas idéias eram justificadas através de uma

²¹² *O Auxiliar da Indústria Nacional*, 1889. Apud. CARONE, Edgard. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1827-1977)*, Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1978. p. 33.

²¹³ VON DER WEID, Elisabeth et al. Op. Cit. Pág.23.

comparação com a realidade de outros países, não apenas na produção como na legislação fiscais e tarifárias. Portanto, era a partir do cotejamento com os problemas de outros países e os mecanismos encontrados por estes para solucioná-los que o Centro Industrial do Brasil contra-atacava, demonstrando a legitimidade de sua defesa da indústria nacional.

Argumentando que a proteção aduaneira (na ocasião representada pelo acréscimo da quantidade de ouro paga pelas mercadorias importadas) estimularia a produção interna e, ao mesmo tempo, poderia dotar o governo de verbas capazes de fazer frente às suas necessidades financeiras, o Centro desenvolveu uma campanha em favor do aumento da taxa-ouro, que era cobrada sobre o imposto de importação. Justificava esta proteção argumentando que o acréscimo da quantidade de ouro pago pelas mercadorias importadas protegeria a produção interna e, ao mesmo tempo, atenderia às necessidades financeiras do governo, uma vez que as tarifas alfandegárias eram uma das suas principais fontes de renda.

Ao longo da década de 1920, o CIB ocupou-se, principalmente, com as lutas por tarifas protecionistas e pela revogação dos impostos que incidiam sobre a produção industrial e que, segundo seus membros, sobrecarregavam os custos da produção nacional. Na mesma década, o CIB também atuou no sentido de impedir a regulamentação da jornada de trabalho, especialmente da mão-de-obra feminina e infantil. Contra isso justificava que a criação de uma legislação capaz de proteger mulheres e crianças trabalhadoras iria sobrecarregar as indústrias, encarecendo a produção e trazendo como consequência imediata o aumento no custo dos produtos e, uma alta no custo de vida.

O CIB, neste período, também esteve mobilizado para obter maior volume de créditos do Banco do Brasil para o setor. Mas seu núcleo de atuação continuava sendo a criação de ações que visavam evitar a concorrência, através de uma reformulação tarifária que criasse impedimentos à entrada de produtos estrangeiros no país.

No final da década de 1920, a atuação do Centro teve como foco principal a propaganda da indústria e de sua importância para o desenvolvimento do Brasil, além da luta contra os impostos interestaduais – que, segundo os empresários, dificultavam a circulação de mercadorias. Outra bandeira do CIB no período foi a extinção da cobrança feita pela Light da cota de 50% em ouro do preço da energia elétrica.

Este histórico demonstra que, durante toda a sua existência como Centro, a instituição atuou como órgão de apoio à indústria, realizando campanhas e promovendo diversas formas de pressão política que visavam atender aos interesses deste setor do empresariado. Em 18 de dezembro de 1931, para melhor articular e coordenar as lutas deste setor, o Centro Industrial do Rio de Janeiro, por decisão da sua diretoria, transformou-se em Federação Industrial do Rio de Janeiro. Em janeiro de 1933, ainda durante o governo provisório de Vargas, foi criada, com o apoio da FIRJ, a Confederação Industrial do Brasil.

No período, a Federação encabeçou uma campanha visando a formação do Partido Economista, porta-voz dos industriais, comerciantes e agricultores brasileiros, que, através dele, atuavam nos espaços da sociedade política nacional, produzindo propostas que serviriam de base para a defesa dos interesses da indústria. Nesta fase, a Federação obteve importantes vitórias: a abolição da cláusula-ouro no controle cambial, o atendimento das reivindicações dos industriais quanto aos impostos interestaduais e o término da cobrança, em ouro, dos serviços de fornecimento de energia elétrica para fins industriais no Rio de Janeiro.

Durante os anos 30 a FIRJ promoveu mais campanhas em defesa dos interesses da indústria, o que também coincide com o crescimento da importância deste setor na economia brasileira. Podemos atribuir o crescimento da indústria, entre outros fatores, à diminuição da capacidade de importar do país, decorrente da crise da agricultura cafeeira, e à redução da entrada de produtos manufaturados, o que resultou no processo denominado de substituição de importações.

O aumento da importância da indústria vinculava-se estreitamente à intervenção do Estado na economia, decorrente da nova correlação de forças existente dentro da sociedade política, o que se intensificou com a implantação do Estado Novo. Também durante a Segunda Guerra Mundial o Estado ampliou sua participação na economia, concorrendo, em diversos setores, com a iniciativa privada. Este conflito se acentua, levando os industriais a afirmar que um dos problemas básicos do Brasil era a questão da livre iniciativa contra a estatização. No entanto, foi neste período que empresários como Euvaldo Lodi²¹⁴ e Roberto

²¹⁴ O mineiro Euvaldo Lodi era engenheiro por formação. Em 1923 integrou a Comissão Nacional de Siderurgia. Na mesma década assumiu a presidência do Centro Industrial de Juiz de Fora. Apoiou o golpe de Vargas, filiando-se ao Clube 3 de Outubro (cujo objetivo era apoiar o aprofundamento das reformas introduzidas pelo novo regime). Durante o primeiro governo Vargas, participou de uma comissão que sistematizou as reivindicações do CIB (Centro Industrial do Brasil). Entre 1931 e 1936 participou ativamente da montagem de

Simonsen, lideranças incontestáveis deste setor, tiveram atuação destacada no assessoramento da política econômica do Estado Novo, especialmente no que dizia respeito à indústria.²¹⁵

O resultado da presença de representantes do empresariado industrial em agências do Estado e em demais espaços de representação política pode ser observado no texto da Carta de 1937: a organização política e econômica do país em bases corporativas e a ampla participação do Estado na economia, especialmente no que dizia respeito aos mecanismos de conciliação entre capital e trabalho. Neste sentido, a proibição das greves e a criação de sindicatos de empregados e empregadores, supervisionados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio atendem aos interesses do empresariado, muito mais do que aos interesses das classes trabalhadoras. Outra característica importante desta Carta, e que identifica a participação dos empresários ou de seus representantes na sua elaboração, é que os sindicatos patronais adquiriram o direito de representar cada categoria de produção.

O empresariado, a partir deste momento, passou a se estruturar em dois níveis: sindicatos e federações, e estas foram criadas nos estados mais industrializados - Distrito Federal (Rio de Janeiro), São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Em 1937, por iniciativa dos representantes dos sindicatos patronais da indústria carioca, foi fundada a Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal. A nova entidade, autodenominada “organização profissional composta por sindicatos de empregadores do setor industrial”, identificava, dentre seus objetivos principais, *promover o desenvolvimento e a prosperidade de todas as atividades industriais e representar e defender os interesses dos sindicatos filiados*.²¹⁶

entidades representativas do empresariado industrial e foi membro do Conselho Diretor da FIRN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro). Com o apoio do empresariado industrial, elegeu-se deputado constituinte em 1933, participando da legislatura seguinte. Em 1934 foi nomeado por Vargas para o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), principal canal de viabilização das reivindicações dos industriais, onde exerceu grande influência nos conselhos técnico-consultivos criados pelo governo federal. Desde o Estado Novo até 1954, foi presidente das entidades representativas do empresariado industrial, tais como a CIRJ/FIRJ e a Confederação Nacional da Indústria. Fez parte do Conselho Consultivo da Coordenação de Mobilização Econômica, órgão criado pelo governo federal em virtude do envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial e que concentrou grandes poderes durante o período em que existiu. Em 1944, junto com João Daudt de Oliveira, chefiou a delegação brasileira enviada à Conferência de Bretton Woods, nos EUA, que criou o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Em 1946, foi um dos fundadores do Serviço Social da Indústria (SESI), entidade da qual foi diretor-geral. Apud: Portal CPDOC – *Navegando na história – A Era Vargas*. Acesso em 26/12/2007.

²¹⁵ VON DER WEID, Elisabeth et al. *Apontamentos para a História do Centro Industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro Industrial do Rio de Janeiro, 1977. p. 32.

²¹⁶ VON DER WEID, Elisabeth et al. Op. Cit. p.32.

Com a denominação de FIDF, a Federação carioca defendia os interesses gerais da indústria do Rio de Janeiro, cabendo a defesa de interesses específicos aos sindicatos a ela filiados. Em agosto de 1938, com a denominação de CNI, foi organizada a entidade que, de acordo com a estrutura sindical brasileira, passaria a ser reconhecida como órgão máximo das classes industriais no país. A CNI passou a constituir o espaço de união e articulação dos representantes das Federações existentes em todos os estados.

Em virtude do nome “federação” ser privativo dos órgãos de âmbito regional, e por ser a FSIDF uma entidade de caráter privado, em 29 de agosto de 1941, seu nome foi alterado para Centro Industrial do Rio de Janeiro. Em 1943, como prova da importância da instituição, o Presidente Getúlio Vargas deu ao CIRJ a qualificação de órgão técnico e consultivo do Estado quanto às questões relativas aos interesses da indústria. Ao mesmo tempo, o Conselho de Representantes da Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal, discutiu as medidas necessárias para a adaptação da entidade às mudanças do regime corporativo. Finalmente, em 1942, o nome do Conselho foi alterado para Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, que é a denominação utilizada atualmente, e que iremos usar, em seguida, para identificar este órgão.

A década de 1940 foi importante para a definição da FIDF como aparelho privado de hegemonia. Neste período, a organização dos empresários, dentro das entidades sindicais ligadas ao Estado, fez com que os sindicatos oficiais tivessem a primazia na defesa dos interesses industriais.

Federação e Centro tiveram o mesmo presidente e um grande número de membros comuns às duas diretorias durante vários períodos. Entre 1941 e 1952, Euvaldo Lodi presidiu as duas entidades e, em 1952, passou a presidência para Zulfo de Freitas Mallmann²¹⁷, que

²¹⁷ Nascido em Porto Alegre, Zulfo de Freitas Mallmann radicou-se no Rio de Janeiro e tomou parte no movimento de organização e consolidação das associações de classe do empresariado, especialmente a que resultaria na fundação da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ) e do Centro Industrial do Rio de Janeiro, ocupando a diretoria de várias destas entidades por algumas vezes. Durante a crise que se aprofundava desde os primeiros anos da década de 1960, Mallmann defendeu enfaticamente a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento da economia nacional e propagandeou a necessidade do empresariado assumir a ofensiva contra o que denominava de “inimigos da livre empresa”. Como a maioria dos empresários, Mallmann apoiou o golpe de 1964, tendo, inclusive prestado apoio material na fase conspiratória, divergindo publicamente quando o ministro da Guerra do novo governo – o general Costa e Silva - acusou o empresariado de não ter dado ajuda financeira suficiente ao movimento. Diretor da Companhia Produtos Químicos, da Companhia Imobiliária Independência, da Companhia Químico de Produtos Químicos AS, membro do conselho fiscal da Opevê AS – Organização de Propaganda e Vendas, Da Cia Estadual do Gás do Estado da Guanabara e membro do conselho

permaneceu no cargo até 1964. Desta forma, como os mesmos atores sociais que participavam da Federação também integravam os quadros do Centro.

Em 1964 José Bento Ribeiro Dantas ²¹⁸ foi eleito para presidir o Centro e teve como sucessor José Ignácio Caldeira Versiani ²¹⁹ em 1966. Com o falecimento de Versiani, em 1969, Mario Leão Ludolf ²²⁰ assumiu a presidência.

O Conselho de Representantes da FIDF era formado por delegados eleitos pelos sindicatos filiados. Em 1956, os seguintes delegados tomaram posse:

Tabela 4: Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Distrito Federal

Entidade	Representantes
Sindicato da Indústria de Refinação do Açúcar do Rio de Janeiro	Thadeu de Lima Netto e Mário Prado Dantas
Sindicato da Indústria de Artefatos de Papel, Papelão e Cortiça do Rio de Janeiro	Álvaro Ferreira da Costa, Antenor Matos Mendes e Álvaro de Carvalho
Sindicato da Indústria de Bebidas em Geral do	Joubert Domingos Fernandes de Oliveira

de administração dos Supermercados Peg-Pag, assim como diretor da Companhia de Confecções Conga S.A, além de diretor superintendente dos Laboratórios Silva Araújo Roussel, S.A. Também era diretor do Banco do Rio de Janeiro e da Companhia Continental de Seguros e da AS Seguros Gerais Lloyd Industrial. Apud. ABREU, Alzira Alves et al. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós-30*. Rio de Janeiro: FGV. Vol. III. p. 3503-3504.

²¹⁸ José Bento Ribeiro Dantas também era gaúcho, e era bacharel em direito. Fez carreira na companhia aérea Cruzeiro do Sul, onde ingressou como consultor jurídico e chegou a diretor-presidente. Foi também membro da International Air Transport Association (IATA). Participou ativamente do golpe de 1964, e presidente do Centro Industrial do Rio de Janeiro de 1964 a 1966, quando convocou a I Convenção Industrial do Rio de Janeiro. Apud. ABREU, Alzira Alves et al. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós-30*. Rio de Janeiro: FGV. Vol II. 2001. p. 1787.

²¹⁹ O mineiro José Ignácio Caldeira Versiani era graduado em engenharia e diretor da Companhia Brasileira de Fósforos, presidindo várias entidades representativas de indústrias deste setor e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do então estado da Guanabara. Presidiu a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara e o Centro Industrial do Rio de Janeiro.

²²⁰ O carioca Mario Leão Ludolf era diplomado em engenharia civil. Presidiu a Companhia Cerâmica Brasileira e durante 12 anos (de 1944 a 1956) participou do Conselho Nacional do Petróleo. Foi ativista das associações empresariais brasileiras, tendo participado da diretoria da Federação das Indústrias do Distrito Federal durante vários anos. Durante seu mandato os movimentos em defesa da estatização foram sistematicamente condenados pelas associações dos industriais e congratularam-se com o então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, por proibir a realização de um congresso de solidariedade a Cuba, mas enviou veementes protestos e declarações contrárias à encampação da Companhia Telefônica Brasileira pelo mesmo governador. Em 1963, durante o governo de João Goulart, Ludolf pediu que entidades dos empresários manifestassem diretamente ao presidente da República sua estranheza quanto a um “discurso subversivo” feito pelo ministro da Educação, Paulo de Tarso, aos estudantes, e, ao mesmo tempo, manifestou total apoio ao general Peri Bevilacqua – comandante do II Exército por sua “atitude em defesa da democracia”, quando este divulgou nota condenando a Revolta dos Sargentos de Brasília, as greves políticas, o Comando Geral dos Trabalhadores, o Pacto de Unidade e Ação e o Fórum Sindical de debates. Da mesma forma que o conjunto dos empresários, manifestou apoio irrestrito ao golpe de 1964, acusando o governo de Jango de estar “acelerando a estatização”. Apud. ABREU, Alzira Alves et al. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós-30*. Rio de Janeiro: FGV. Volume III. Pág 3322.

Rio de Janeiro	Pontes, Luiz Mendelli, Hercílio Luz Colaço
Sindicato da Indústria de Cerâmica para Construção do Rio de Janeiro	Mario Leão Ludolf, Antonio Gomes de Avelar e Guilherme Vidal Ribeiro
Sindicato da Indústria de Alfaiataria e Confecção de Roupas de Homem do Rio de Janeiro	Manoel de Souza Freire e Abelardo de Almeida
Sindicato da Indústria de Calçados do Rio de Janeiro	Armando Augusto Bordallo, Jayme Abrunhosa e Francisco Gollo
Sindicato da Indústria de Conservas de Pescado do Rio de Janeiro	Fritz Wilberg, Mário de Lima Mattos Souza e Alceu Rodrigues
Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio de Janeiro	Otávio Moreira Penna, Félix Martins de Almeida e Haroldo Lisboa da Graça Couto
Sindicato da Indústria de Fósforos do Rio de Janeiro	João Dala, José Ignácio Caldeira Versiani e Maurício André de Albuquerque
Sindicato da Indústria do Fumo do Rio de Janeiro	Oswaldo Ribas Carneiro, Zoraide Feijó Lima e Demóstenes Rodrigues do Nascimento
Sindicato da Indústria de Lavanderia do Rio de Janeiro	Antonio Rodrigues de Amorim, Joaquim Catramby Filho e Austriclinieno Carneiro Pereira
Sindicato das Indústrias Mecânicas e do Material Elétrico do Rio de Janeiro	João Baptista de Proença Rosa, João Daylongue e Affonso Lobo Leal
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas do Rio de Janeiro	Heitor Santiago Bergollo, André Pereira Leite e Augusto de Paiva Moniz Coelho
Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria do Rio de Janeiro	Milcíades Cezar Dias Morgado e Walter da Silva Araújo
Sindicato da Indústria de Papel do Rio de Janeiro	Haroldo Monteiro Junqueira, Ruben da Silva Mafra e Jayme Edward Siciliano
Sindicato da Indústria de Perfumarias e Artigos de toucador do Rio de Janeiro	João Constant de Magalhães Serejo, Gil Frugoni e Alfredo D'Avila Lima
Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos do Rio de Janeiro	Zulfo de Freitas Mallman, Carlos de Veiga Soares e Ataliba de Oliveira Castro Júnior
Sindicato Nacional da Indústria de Extração de Ferro e Metais Básicos	Augusto Trajano de Azevedo Antunes e José Pacífico Homem
Sindicato Nacional da Indústria de Extração de Carvão	Adhemar de Faria e Hélio Junqueira
Sindicato das Indústrias de Tintas e Vernizes e de Preparação de Óleos Vegetais e Animais do Rio de Janeiro	Renato Palhares Heinzelmann, Edmo Padilha Gonçalves e Helmutte Guilherme Levy
Sindicato da Indústria da Tinturaria do Vestuário do Rio de Janeiro	José Pinto de Almeida e Joaquim Cardoso da Silva
Sindicato das Indústrias Gráficas do Rio de Janeiro	Iberê Pery de Freitas, Fernando Vieira e Carlos de Sá Pinheiro Braga
Sindicato da Indústria da Marcenaria do Rio de Janeiro do Rio de Janeiro	José de Castro Freire e Luiz Mellone Júnior
Sindicato das Indústrias de Vidros, Cristais e Espelhos do Rio de Janeiro	Henrique Sergio Gregori, Raul de Mello Rege e Antonio Osmar Gomes
Sindicato das Indústrias de Chapéus, Guarda-Chuvas e Bengalas do Rio de Janeiro	Julio Pedrosa da Lima Júnior, Luiz Fernandes Braga Motta e Mário Pinto Novaes
Sindicato da Indústria de Artefatos de Borracha do Rio de Janeiro	Luiz Gonzaga deM e Silva, João Antonio da Cunha e Ângelo Hichaleki
Sindicato da Indústria de Artefatos de Cimento Armado do Rio de Janeiro	Herbas Campos de Almeida Cardoso, Jorge Moutinho Doria e Abílio Moreira Mendes
Sindicato da Indústria de Doces e Conservas Alimentícias do Rio de Janeiro	Roberto Antunes Coimbra, Carlos Pitta Britto e Arnaldo Bellesté Filho

Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Rio de Janeiro	Oswaldo Miguel Frederico Ballarin, Albino Silvares e Edgard Ribeiro Salgado
Sindicato da Indústria de Produtos Químicos Para Fins Industriais	Vicente de Paulo Galliez, Guelherme Vidal Leite Ribeiro e Sólton Silveira Buenod
Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro	Álvaro de Souza Carvalho, José Pironnet e Jacyr Faria Salgado
Sindicato da Indústria de Brinquedos do Rio de Janeiro	Sólton Vivacqua, Wilson Gil Castinheiras e Alberto de Lacerda Werneck
Sindicato da Indústria de Águas Minerais do Rio de Janeiro	Cylio da Gama Cruz, Attila Carvalhaes Pinheiro e Joaquim Ferraz Ribeiro da Luz
Sindicato da Indústria de Massas Alimentícias e Biscoitos do Rio de Janeiro	Mário de Barros Falcão de Lacerda, Carlos de Barros Jorge e José Manoel Alves Corrêa
Sindicato da Indústria de Material Plástico do Rio de Janeiro	Alexandre Antonio Direne, Hervê Pinheiro e Armando Saramuzzi
Sindicato da Indústria de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias do Rio de Janeiro	Mário Martins Dias e Gabriel Archanjo Borges
Sindicato da Indústria de Formicidas e Inseticidas do Rio de Janeiro	Gal. Otacílio Almeida, Olavo Cabral Ramos e José Maria Pessoa Coelho Rodrigues
Sindicato Nacional da Indústria Cinematográfica	Jayme de Andrade Pinheiro, Affonso Campíglio e Mário Sombra
Sindicato Nacional da Indústria do Cimento	Cecil Davis e Francisco Clementino Santiago Dantas
Sindicato da Indústria de Sabão e Velas do Rio de Janeiro	Olavo P. da Fonseca Guimarães, Joffre Alcure e Jaime Maciel de Azevedo
Sindicato Nacional da Indústria de Cerveja de Baixa Fermentação	Waldemar F. Rugó e Herbert Griffion Schmidt
Sindicato da Indústria da Extração de Mármore, Calcários e Pedreiras do Rio de Janeiro	Manoel Tavares de Souza, Antonio Guedes Valente e Nelson Azevedo
Sindicato das Indústrias de Energias Hidro e Termo Elétricas do Rio de Janeiro	Edgard do Amarante, Gabriel Pereira e Paulo Mário Freire

Fonte: Ata n. 164/56 da Reunião da Diretoria da FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL, realizada no dia 21 de agosto de 1956, às 17:00 horas. Pág. 1, 2 e 3. Arquivo FIRJAN.

Além de partilharem os mesmos objetivos, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e o Centro Industrial do Rio de Janeiro confundem-se, especialmente porque suas diretorias e conselhos de representantes eram compostos pelos mesmos empresários. Desta forma, as duas entidades sempre tiveram as mesmas referências, manifestaram sua identidade de pontos de vista e assumiam as mesmas posições frente aos problemas enfrentados pelo empresariado industrial. Assim, ambas as instituições podem ser identificadas como aparelhos privados de hegemonia, ou seja, organismos relativamente autônomos em face da sociedade política.

A década de 1940 foi o período em que o empresariado industrial procurou consolidar suas organizações e entidades de representação em nível nacional. Para isso, realizaram reuniões nacionais, nas quais eram analisados os problemas e produzidas propostas e soluções

mais amplas para o setor. Em 1943 realizou-se o 1º Congresso Brasileiro de Economia, organizado no Rio de Janeiro por Roberto Simonsen. Em 1944, em São Paulo, foi organizado – também por Simonsen – o 1º Congresso Brasileiro da Indústria, que discutiu a planificação das atividades produtivas, a defesa do trabalho nacional e o reequipamento das fábricas brasileiras. Em 1945 foi realizada a 1ª Conferência das Classes produtoras, em Teresópolis. Nesta foi elaborada a Carta Econômica do Brasil, documento que procurava direcionar as lutas dos empresários brasileiros. Esta Conferência se repetiu no final da década, na cidade de Araxá, em Minas Gerais.

Em todos estes encontros os empresários industriais procuravam definir sua atuação e as formas mais eficazes para defender seus interesses. Como exemplo de ações articuladas pelos empresários temos a luta contra a legislação anti-truste (decreto-lei 7.666 de agosto de 1945), a criação de instituições que promovessem a qualificação da mão-de-obra (SENAI em 1942 e SESI em 1946)²²¹, e a interferência na elaboração das Leis Trabalhistas, em vigor a partir de novembro de 1943.

A conjuntura dos anos 1950 exigiu do empresariado industrial intensa mobilização e forte organização em defesa de seus interesses, pois, apesar do crescimento acelerado do setor industrial, as crises econômicas criavam problemas para a indústria. Para fazer frente a esta situação, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e o Centro Industrial do Rio de Janeiro passaram a fortalecer os laços do empresariado industrial com os demais setores da sociedade, em especial visando apoio político e a ampliação de sua participação nos espaços da sociedade política. É nesta década que se busca fortalecer o consenso em torno da importância da indústria para a economia brasileira, em detrimento da agricultura de exportação.

Do ponto de vista da relação entre empresários industriais e governo, os primeiros anos da década de 1950 caracterizaram-se por conflitos quanto à política monetária e à questão do crédito, mas os confrontos mais importantes foram os relacionados à política salarial, previdência social, política cambial e legislação fiscal. A FIDF procurou intervir nestes assuntos através da organização de seus federados, criando comissões de caráter permanente, com o objetivo de estudar as questões que mais interessavam ao empresariado do setor. As comissões dividiam-se pelos seguintes campos:

²²¹ Respectivamente Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Serviço Social da Indústria.

LEGISLAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA, composta por Álvaro Ferreira da Costa, Jayme Abrunhosa, João Constant de Magalhães Serejo, Félix Martins de Almeida.
ECONOMIA E FINANÇAS, composta por Helmutte Guilherme Levy, Maurício André de Andrade Costa, José Pironnet, Renato Palhares,
RELAÇÕES PÚBLICAS, composta por Guilherme Vidal Leite Ribeiro, José Ignácio Caldeira Versiani, Mario Leão Ludolf, Oswaldo Ribas Carneiro, Jayme Abrunhosa, Zoraido Zeijó Lima, Haroldo Monteiro Junqueira, Vicente de Paulo Galliez, Haroldo Lisboa da Graça Couto.
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, composta por Mário Leão Ludolf, Joaquim Ferraz Ribeiro da Luz, Hercílio Luz Colaço, Roberto Antunes Coimbra
ABASTECIMENTO E PREÇOS, composta por Joubert Domingos Fernandes de Oliveira Fontes, Hilcíades César Dias Morgado, Ataliba de Oliveira Castro, Sólton Vivacqua
COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL, composta por Iberê Pery de Freitas, Haroldo Lisboa da Graça Couto, Haroldo Monteiro Junqueira, Affonso Camíglio.²²²

Em 1954, a partir dos trabalhos da comissão de Legislação Trabalhista, a FIDF impetrou um mandado de segurança contra o decreto presidencial que majorava o salário mínimo em 100%. Na ocasião, sob ameaça de greve geral dos trabalhadores, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela legalidade do reajuste.

A legislação social foi um campo que recebeu grande atenção por parte dos empresários reunidos na FIDF. A Federação concentrava atenção nos projetos de lei trabalhistas em discussão no Congresso Nacional, buscando influir nas decisões relativas a este assunto, de forma a garantir os interesses patronais. Em 1953, a I Reunião Plenária da Indústria levantou a proposta de paralisação (lockout). Os empresários consideravam que os projetos ligados à área trabalhista iriam redundar naquilo que definiam como *profunda crise econômica*.²²³ Em 1955 a FIRJ e o CIRJ lançaram uma campanha nacional com o objetivo de esclarecer a população sobre a atuação dos empresários industriais e suas propostas. A campanha tinha como principal objetivo propagandear o ponto de vista patronal, garantindo sua aceitação pelo conjunto da sociedade.

A sociedade brasileira, apesar de propalar uma relação direta Estado/sociedade e de procurar transferir ao máximo as tensões sociais para a sociedade política, tem nas associações de classe, como a FIDF, os espaços para as articulações dos interesses dos grupos, portanto, é nas associações de classe que se realizam as relações entre Estado e sociedade.

²²² FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Ata da Reunião da Diretoria. Rio de Janeiro: FIDF. 18/10/1956.p. 2. Arquivo FIRJAN.

²²³ VON DER WEID, Elisabeth et al. Op. Cit. Pág. 38.

Tais associações, apesar de serem parte da estrutura corporativa varguista, portanto restritas aos limites desta estrutura, buscavam ampliar sua área de atuação e influência, aumentando a visibilidade de suas propostas. Assim, organizavam comissões, promoviam eventos, congressos e conferências.

Estes eventos buscavam legitimidade e apoio para os projetos dos empresários industriais, que utilizavam as instituições e estes eventos como veículos de suas reivindicações. Assim, o diálogo com os demais setores da sociedade validava as propostas destes grupos, contribuindo para ocultar o seu caráter corporativo.

Catalisando e corporificando os discursos, estas instâncias transformam as propostas de um grupo social em vontade coletiva. Desta forma, a representação dos interesses dos diferentes grupos sociais passava, não só pelos partidos políticos, mas também pelas associações de classe, como a FIDF.

A questão econômica específica que recebeu maior atenção por parte dos empresários industriais, nos anos 50, foi a Instrução n. 113 da SUMOC²²⁴. Ao permitir que os investidores estrangeiros importassem máquinas industriais para o país sem nenhuma taxa cambial, enquanto os nacionais eram obrigados a adquirir licenças de importação para equipar suas indústrias, a Instrução 113 suscitou fortes reações no empresariado brasileiro.

IV.2 – As atas da indústria

Tanto a FIRJ quanto a CIRJ concordavam com a importância do capital estrangeiro para o desenvolvimento nacional. Mas, mesmo que não fizessem oposição à entrada do capital internacional na economia brasileira, estes industriais reivindicavam o mesmo tratamento para as máquinas por eles adquiridas no estrangeiro. Aí estava o limite do seu nacionalismo. Os protestos contra esta diferenciação de tratamento, por parte do governo federal podem ser vistos nas atas de reunião da diretoria da FIDF. Em uma delas, realizada em 30 de agosto de 1956, ficava definido que

²²⁴ As informações relativas à Instrução 113 da SUMOC encontram-se no capítulo II, item II.2.

(...) resolve-se solicitar à confederação a concessão de maiores prazos para que a Federação se manifeste sobre os pedidos de reclassificação de mercadorias, de acordo com a Instrução Centro e Treze. A diretoria resolve ainda que, quando os sindicatos não se manifestarem dentro do prazo que lhes forem fixados, será elaborado parecer pelo órgão próprio, enviando-se o mesmo à Confederação, dentro do critério de defesa do produtor nacional.²²⁵

A Diretoria da Federação das Indústrias do Distrito Federal também se reuniu, em novembro de 1956, para examinar um pedido de investimento de empresa estrangeira, nos termos da Instrução 113, para equipamentos industriais destinados a metais não ferrosos. Alegando que já havia indústria suficiente destes produtos, os membros da assembléia resolveram consultar os demais empresários, uma vez que o sindicato não havia se mobilizado para impedir esta situação.²²⁶

A elevação do nível de investimento (especialmente o de capital estrangeiro), a expansão da produção de energia (proporcionada pelos investimentos estatais) e a redução do índice de inflação (principalmente nos dois primeiros anos do governo Kubitschek) proporcionaram uma aceleração no crescimento industrial. Esta aceleração pode ser medida a partir dos seguintes índices de crescimento: aço: 100%; indústria mecânica:125%; indústria elétrica e de comunicação: 380%; indústria de equipamentos de transporte (inclusive automóveis):600%.²²⁷ É neste período que os empresários industriais reforçam suas reivindicações, através de suas entidades de representação, junto à sociedade política. Com relação ao financiamento e ao crédito, a Federação defendia uma proposta que era a fiel expressão de seus interesses: a criação de linhas de crédito voltadas para o empresariado industrial brasileiro. Na reunião de diretoria, Mario Ludolf defendia a criação de *uma carteira de financiamento a longo prazo, dentro do Banco de Desenvolvimento Econômico, orientada por um conselho de industriais*.²²⁸

Tais fatos corroboram a concepção gramsciana de que a conquista do poder, por uma classe ou fração de classe, é precedida por uma disputa pela hegemonia e que esta se realiza pela via da construção do consenso no espaço da sociedade civil. Mas esta luta se realiza tanto

²²⁵ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Ata da Reunião da Diretoria. Rio de Janeiro:FIDF. 30/08/1956 . p. 1. Arquivo FIRJAN. .

²²⁶ Apud. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Ata da Reunião da Diretoria. 08/11/1956. Rio de Janeiro FIDF. p. 2. Arquivo FIRJAN.

²²⁷ VON DER WEID, Elisabeth et al. Op. Cit. Pág. 39.

²²⁸ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Ata da Reunião da Diretoria. 24/01/1957. Rio de Janeiro FIDF. p. 1. Arquivo FIRJAN.

no âmbito da sociedade civil quanto no interior do Estado, em sentido amplo. E os empresários industriais têm na FIRJAN o espaço de articulação deste consenso.

Além das campanhas promovidas em defesa dos interesses da indústria, a Federação também avançava em sua organização interna. A reforma estatutária de fevereiro de 1955 redefine a denominação do órgão que, em virtude de sua base territorial estar circunscrita à capital da República, passou a se chamar Federação das Indústrias do Distrito Federal. Em reunião realizada em 14 de fevereiro de 1957²²⁹, a diretoria da Federação discutiu as mais recentes instruções da CNI.

Quanto aos critérios de julgamento dos processos de investimentos, nos moldes da Instrução 113 da SUMOC, o presidente da entidade – Mário Ludolf – informou ter sido procurado pela Diretoria do Sindicato da Indústria de Energia Elétrica, que solicitou o apoio da Federação junto ao Congresso Nacional. O apoio visava manter as restrições à remessa de dividendos para o exterior por parte das empresas multinacionais. O presidente informou, também que havia decidido apoiar esta iniciativa. Em 24 de julho de 1958²³⁰, a mesma assembléia une-se à FIESP, com o objetivo de solicitar ao governo a organização de uma comissão especial para selecionar os investimentos que utilizariam os benefícios da Instrução 113. Esta comissão seria composta pelos empresários industriais.

Em 8 de janeiro de 1959, a diretoria da FIDF reúne-se e reclama das restrições ao crédito para os empresários nacionais, A respeito das dificuldades com o crédito, o sr. Haroldo Lisboa da Graça Couto diz afirmava estar *seguramente informado de que o Banco do Brasil recebeu instruções confidenciais para aplicar severíssimas restrições de crédito indiscriminadamente.*²³¹

Nesta mesma reunião, os empresários reconheceram a importância de articular estratégias para garantir uma revisão das normas de concessão de financiamento. Agindo como instrumento da vontade coletiva, catalisam as propostas destes grupos para o conjunto da sociedade.

²²⁹ Apud. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Ata da Reunião da Diretoria. 14/02/1957. Rio de Janeiro FIDF. p. 2. Arquivo FIRJAN.

²³⁰ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Ata da Reunião da Diretoria. 24/07/1958. Rio de Janeiro FIDF. p. 1. Arquivo FIRJAN.

²³¹ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Ata da Reunião da Diretoria. 08/01/1959. Rio de Janeiro FIDF. p. 2. Arquivo FIRJAN.

A FIDF expressava com fidelidade os ideais dos empresários industriais, buscando interferir nas políticas de financiamento e criticando as facilidades encontradas pelo capital estrangeiro. Em assembléia realizada no dia 12 de março de 1957, o sr. Ferreira da Costa, conselheiro da entidade, fazia críticas à intervenção do Estado na economia, afirmando que:

Com surpresa, vez por outra, é surpreendido com atitudes que devem merecer os aplausos desta Federação para que se reproduzam, como foi o discurso produzido na sexta última, pelo Senador Assis Chateaubriand, e que merece a atenção de todos aqueles que militam nas atividades econômicas do país. O “O Jornal” publicou um resumo desse discurso em que são abordados problemas magnos da produção nacional e da situação político-financeira do Brasil, elogiando a atitude corajosa desse parlamentar, que só pelo título pode-se tirar uma conclusão: “NUNCA A INICIATIVA PRIVADA FOI TÃO AMESQUINHADA COMO AGORA.”²³²

O principal alvo das críticas destes empresários era a entrada de capitais estrangeiros, investidos na indústria com isenção tributária garantida pela Instrução 113.

As auto-denominadas classes produtoras²³³, ou seja, os empresários ligados à indústria, combatiam com veemência esta medida. Argumentavam que a Instrução 113 era prejudicial aos interesses da indústria nacional e do país, porque gerava facilidades e subsídios ao capital internacional.. O Sr. Álvaro Pereira da Costa, presidente do Sindicato da Indústria de Artefatos de Papel, Papelão e Cortiça do Rio de Janeiro, em assembléia da FIDF, realizada em 24 de abril de 1956, fez um relato sobre a existência de um processo importação de equipamentos destinados à fabricação de rolhas metálicas. Este processo, desenvolvido por uma empresa mexicana *sobre a qual já teve oportunidade de se referir em reuniões anteriores, merecendo todo o apoio da Federação, a qual se manifestou contrária à pretensão da firma em apreço junto à Confederação.*²³⁴

²³² FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL.. Ata da Reunião da Diretoria. 12/03/1957. Pág. 1. Arquivo FIRJAN.

²³³ A discussão a respeito do conceito de classes produtoras foi bastante desenvolvida em CARVALHO, Maria Bernardete Oliveira de. *Nação e democracia no projeto político das classes produtoras*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF, 2005. Nas fontes aqui utilizadas os detentores dos meios de produção ou aqueles que eram responsáveis pelo seu gerenciamento identificam-se utilizando as denominações *classes produtoras* ou *empresários*. Entendemos que esta forma de classificação traz consigo uma carga ideológica de mascaramento, na medida em que pretende associar a propriedade das empresas e das ferramentas de trabalho ao ato de produzir, criando uma idéia de que são eles, os donos, aqueles que produzem as mercadorias das quais, em verdade, se apropriam.

²³⁴ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Ata n. 137/56 da Reunião da Diretoria. 24/04/1956. Rio de Janeiro FIDF. p. 2. Arquivo FIRJAN.

Os empresários procuravam inibir a concorrência do capital estrangeiro, mantendo sua entrada sob controle. Para isso utilizavam seus aparelhos, ou seja, suas entidades de classe (Sindicatos, Federações e Confederações), como instrumento de intervenção nos espaços da sociedade política, e assim produzir mecanismos de fiscalização:

O Sr. José Pironnet pede esclarecimentos à Mesa sobre o sistema que está sendo adotado para a concessão de licenças de importação de equipamentos, sem cobertura cambial, nos termos da Instrução 113 da SUMOC, sendo informado de que todos os pedidos são examinados pela Confederação Nacional da Indústria, que consulta as federações e estas os sindicatos interessados.²³⁵

Apesar de possuir o controle sobre a entrada de capital estrangeiro através das estratégias demonstradas acima, os empresários também sugeriam ao governo uma modificação da Instrução 113. A sugestão era justificada com a necessidade de garantir igualdade de tratamento para os capitais nacional e estrangeiro e *pedindo consultar a indústria quando for elaborada uma nova Instrução a fim de que possamos opinar a respeito.*²³⁶

Na verdade, a Instrução 113 da SUMOC, tão combatida pelos empresários industriais, foi a alternativa encontrada pelo governo para criar condições de financiamento para o projeto de industrialização. Ao mesmo tempo, estes empresários também recebiam as empresas multinacionais como aliadas. Prova disso é que o ingresso de representantes de empresas estrangeiras nos fóruns de representação do empresariado nacional era visto com naturalidade pelos industriais brasileiros. A aceitação de empresas multinacionais nos fóruns e espaços de articulação dos empresários industriais, apesar de parecer, a princípio, contraditória com o discurso nacionalista explica-se, na medida em que os empresários brasileiros não se colocavam frontalmente em contradição com o capital estrangeiro. Estes empresários faziam um discurso de oposição ao capital internacional quando o consideravam uma ameaça, mas cadastravam empresas estrangeiras como novos sócios, na CIRJ, quando entendiam ser este um fator de fortalecimento da indústria nacional. Tal situação fazia com que as empresas nacionais e as estrangeiras fossem representadas, lado a lado, na FIDF:

É aprovada ainda a admissão dos seguintes novos sócios contribuintes: IBM World Trade Corporation, Gillete Safety Razor Company of Brazil, Sociedade Brasileira de

²³⁵ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Ata n. 143/56 da Reunião da Diretoria. 05/06/1956. p. 2. Arquivo FIRJAN.

²³⁶ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL Ata n. 200/57 da Reunião do Conselho de Representantes. 27/08/1957. p. 2. Arquivo FIRJAN.

Siderurgia S.A., Banco comercial do Estado de São Paulo S.A, Elevadores Otis S.A. e Cia Excelsior de Seguros.²³⁷

Aparentemente contraditórias, estas duas posições nos remetem à idéia de que a hegemonia, em verdade, pode ser um fator de anulação de conflitos, atuando como princípio unificador dos grupos dominantes e, concomitantemente, como um disfarce para o domínio de classe. Um disfarce, pois o discurso produzido pelos atores sociais em questão expressava uma necessidade oculta.²³⁸

Se considerarmos que a ideologia é também o meio através do qual os homens explicitam sua visão de mundo, e que esta é uma visão que expressa a interpretação de um grupo, especificamente, aqueles que produzem o discurso, e que este último tem por função alcançar os demais grupos sociais, criando, assim, o consenso, podemos entender que este discurso objetivava gerar condições favoráveis ao empresariado industrial. Mas estas condições favoráveis não eram necessariamente contraditórias com a emergência dos investimentos externos na economia brasileira. Desta forma, mesmo estando lado a lado com as empresas estrangeiras em suas entidades de classe, os empresários reforçavam o seu discurso nacionalista:

Já é tempo – Sr. Presidente – de esclarecer estas denominações, nascidas quiçá da má fé. Em qualquer nação que se preze que tenha noção do mais comedido sentido de honra, não há cidadão, não há grupo, não há partido, que não seja nacionalista. Ser nacionalista é ser pela nacionalidade, é ser pela nação, é almejar a riqueza da pátria, é querer o seu engrandecimento, a sua força, o seu bem viver, a sua glória. A história da nossa terra é exemplo de constante devotamento e de justas e nobres aspirações. Todo brasileiro é pelo Brasil. Todos somos nacionalistas no sadio e verdadeiro sentido do termo. Não acreditamos que haja seriedade de propósitos em admitir que entre a nossa gente se encontrem entreguistas. Entreguista é o que entrega, o que dá, o que aliena.
²³⁹

Os empresários industriais reconheciam a importância do capital internacional na manutenção do crescimento da economia brasileira. Prova disso foi a realização da Conferência Internacional de investimentos, em Belo Horizonte e Araxá, em agosto de 1958,

²³⁷ CENTRO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Ata n. CIRJ-10-59 da Reunião da Diretoria. 19/05/1959. p. 2. Arquivo FIRJAN.

²³⁸ Segundo Zizek, a ideologia é o oposto diametral da internalização da necessidade interna e a crítica da ideologia é a possibilidade de discernir a necessidade oculta, naquilo que se manifesta como mera contingência. ZIZEK, Slavoj. *O espectro da ideologia*. In ZIZEK, Slavoj *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

²³⁹ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Ata n. 284-A/59 da Reunião do Conselho de Representantes. 07/06/1959. p. 2. Arquivo FIRJAN.

patrocinada pela CNI, citada nas atas. Neste evento os empresários apresentaram um trabalho intitulado *Bases para Investimentos na Indústria do Distrito Federal*. Nele eram apontadas as vantagens oferecidas ao investidor estrangeiro pelo Rio de Janeiro. Apesar disso, alguns meses antes, em seu aparelho privado de hegemonia, os empresários faziam o discurso de defesa do capital nacional:

O Sr. Affonso Campiglia faz considerações a respeito do problema, declarando que não é admissível a discriminação que se vem fazendo contra as empresas nacionais, enquanto que o investidor alienígena encontra as maiores facilidades possíveis, as quais os colocam em um plano mais vantajoso, quando em confronto com os nacionais.²⁴⁰

Estes industriais procuravam difundir a idéia de que o capital estrangeiro estaria recebendo vantagens que prejudicariam o desenvolvimento da economia nacional. Na verdade, tais idéias tinham caráter corporativista e visavam reivindicar políticas públicas que favorecessem seus interesses²⁴¹. No discurso destes industriais, todas as políticas públicas só poderiam ser realizadas caso tivessem o aval de sua categoria:

O Sr. Guilherme Levy apóia o Sr. Mario Ludolf, dizendo que a Federação deve protestar, porque o problema é muito grave, e está informado de que o Fundo de Reequipamento dos Portos vai adquirir enorme quantidade de material no estrangeiro, sem sequer consultar a indústria nacional sobre as suas possibilidades de produção.²⁴²

A FIDF e o CIRJ defenderam, durante a III Reunião Plenária da Indústria, realizada em agosto de 1957, em Recife, a criação de um Banco de Desenvolvimento Industrial como único instrumento capaz de aumentar o crédito para os estabelecimentos industriais, mas, ao mesmo tempo, questionavam a intervenção do Estado na economia, como podemos ver na ata de reunião do Conselho de Representantes da FIDF, realizada no dia 02 de julho de 1957. Nela, o Sr. Mário Leão Ludolf, segundo vice-presidente da instituição, presta contas ao plenário a respeito do telegrama, enviado em nome da instituição, ao governador de São Paulo – Jânio Quadros – em que se congratulam com ele pelo seu pronunciamento contrário à intervenção estatal.²⁴³

²⁴⁰ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Ata n. 236/58 da Reunião do Conselho de Representantes. 20/05/1958. p.2. Arquivo FIRJAN.

²⁴¹ Cf. ALMEIDA, Lucio Flavio de Op. Cit. p. 132.

²⁴² FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL .Ata n. 192/57 da Reunião do Conselho de Representantes. 02/07/1957. p. 4. Arquivo FIRJAN.

²⁴³ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL .Ata n. 192/57 da Reunião do Conselho de Representantes. 02/07/1957. p.1. Arquivo FIRJAN.

Compartilhamos a concepção de Almeida, segundo o qual, ao questionar a ação do Estado, esta burguesia industrial estaria apenas desejando eliminar os efeitos que esta ação possuía sobre seus interesses diretos, puramente corporativos:

Na base das relações da burguesia industrial com o Estado populista havia uma contradição: os industriais exigiam do Estado uma identificação com seus interesses de curto prazo, o que, dada a instabilidade no interior da coalizão política dominante, não ocorria.²⁴⁴

Utilizando-se de suas entidades, especialmente a FIDF, os industriais cariocas produziam pressões, junto à sociedade política, no sentido de obter vantagens para seu setor. Estas pressões são feitas, em alguns momentos criticando as facilidades concedidas aos investidores estrangeiros e, em outros, cerrando fileiras e unindo forças com o capital internacional.

Reunindo grupos sociais aliados – no caso o capital internacional – a burguesia brasileira buscava construir sua hegemonia através das instituições da sociedade civil. Com isso, reafirmamos à idéia de Gramsci de que a hegemonia não se constrói a partir de uma ruptura, mas sim através da construção do consenso, e da ocupação progressiva de espaços na sociedade civil, que pode, inclusive, reunir e construir alianças entre diferentes interesses e grupos sociais.

Nesta guerra de posições, os empresários industriais atuavam em detrimento dos empresários ligados ao setor agrário exportador que, por sua vez, também se fazia representar em seu aparelho privado de hegemonia: a Associação Comercial de São Paulo, que será examinada no Capítulo VII.

²⁴⁴ ALMEIDA, Lucio Flavio de.Op. Cit. Pág.132.

Capítulo V – Gudin e Campos: dois intelectuais.

Se os tubarões fossem homens, eles seriam mais gentis com os peixes pequenos. Se os tubarões fossem homens, eles fariam construir resistentes caixas do mar, para os peixes pequenos com todos os tipos de alimentos dentro, tanto vegetais, quanto animais. (...) Para que os peixinhos não ficassem tristonhos, eles dariam cá e lá uma festa aquática, pois os peixes alegres têm gosto melhor que os tristonhos.

Se os tubarões fossem homens
Bertold Brecht

Neste capítulo abordamos a atuação de Eugenio Gudin e Roberto Campos nas lutas políticas que se realizaram ao longo dos anos 50. Para entendermos suas relações com as instituições e com os demais atores sociais, precisamos definir sua origem e seu papel social.

Consideramos Gudin e Campos intelectuais orgânicos, pois sua práxis tinha por objetivo a realização dos projetos de uma fração de classe. Como afirmou Gramsci:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc.²⁴⁵

Portanto, intelectual é o ator social que articula uma intervenção, opinião ou filosofia a favor de um determinado grupo social. São os “prepostos a quem os empresários confiam a atividade organizadora das relações gerais exteriores à fábrica”.²⁴⁶ No caso de Gudin e Campos, sua ligação era com uma fração do empresariado brasileiro vinculada à exportação de bens primários – especialmente os cafeicultores.

²⁴⁵ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. Pág. 3-4.

²⁴⁶ GRAMSCI, Antonio. Op. Cit. Pág. 4.

Para Gramsci estes intelectuais assim se percebem a partir dos processos históricos tradicionais, ou seja, a partir de sua inserção na realidade concreta. Desta forma, seu reconhecimento como intelectual vem de sua práxis, tal como em Sartre:

Sou um escritor, por minha livre intenção de escrever. Mas imediatamente depois vem o fato de que me converto em um homem a quem os outros homens consideram escritor, ou seja, alguém, que tem que responder a determinada exigência e é investido em uma determinada função social.²⁴⁷

O que Sartre identificava como função social do intelectual é precisamente o que Gramsci define como as funções organizativas e conectivas. Para Gramsci os intelectuais – não tradicionais - são os comissários das classes dominantes para a construção da hegemonia. São orgânicos porque estão vinculados às classes sociais, por vezes diversas daquelas de onde se originaram.

É desta forma que entendemos a atuação de Eugenio Gudín. Nascido no Rio de Janeiro, originário da camada média urbana, formou-se inicialmente em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Pautou sua vida pela defesa dos interesses dos empresários exportadores de matérias-primas e pelo patrocínio das idéias ligadas à Escola de Chicago, produzindo textos que são a melhor expressão da defesa deste ideário e interesses, a tal ponto que suas idéias são denominadas de *liberalismo na versão cabocla*.²⁴⁸

Embora tenha sido um intelectual de tipo urbano, de acordo com a definição de Gramsci, Gudín não tinha ligações com a indústria, mas sim com as causas ligadas à agricultura de exportação. Portanto, nas disputas entre a burguesia industrial e a burguesia agrária, Gudín defendia o interesse desta última, que considerava o setor mais importante, propondo uma economia voltada para a exportação de produtos primários e aberta aos investimentos estrangeiros:

Para quem como eu trabalha durante mais de meio século procurando esclarecer a opinião do país no sentido de acolher a colaboração de uma cota de poupança estrangeira e de desfazer o fantasma do perigo do capital invasor, é decerto confortador assinalar essa evolução da nossa mentalidade, acabando por compreender o quanto pode o capital externo contribuir para acelerar o desenvolvimento econômico nacional, tão carente de poupança e tecnologia.²⁴⁹

²⁴⁷ SARTRE, Jean-Paul. *What is Literature*. London: Methuen, 1967. Pág.58. [Tradução Livre].

²⁴⁸ BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Prefácio*. In. BORGES, Maria Angélica. *Eugênio Gudín: capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo: Educ, 1996.

²⁴⁹ GUDÍN, Eugenio. *Reflexões e Comentários 1970-1978*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. Pág.. 74.

Segundo Borges, mesmo defendendo medidas que favoreciam a agricultura de exportação, Gudin não se colocava frontalmente contra a indústria. Para a autora “*Gudin se mostra favorável à divisão do trabalho entre os dois setores, agrícola e industrial, sendo que o primeiro deva ter garantida a sua liderança*”.²⁵⁰

Gudin não se colocava contra a indústria. Ele considerava o setor industrial como secundário ou auxiliar, afirmando que não era “*contra a boa e sim contra a MÁ INDÚSTRIA que eu me insurjo, entendendo por “má” a indústria que CONTRIBUI, POR PERÍODO INDEFINIDO, PARA PIORAR EM VEZ DE MELHORAR O PADRÃO DE VIDA da população.*”²⁵¹

Em artigo no Digesto Econômico, ele reafirmava não ser contrário à industrialização e favorável a um Brasil essencialmente agrícola. Na verdade, advogava um crescimento paralelo entre os dois setores:

Eu sou contrário ao crescimento industrial desacompanhado do crescimento paralelo da produtividade agrícola, ou antes à custa da produção agrícola em regime de grave e inflacionário desequilíbrio horizontal.²⁵²

Para Gudin, seria preciso combater a indústria “preguiçosa”, que “*amassa fortunas para uma minoria de privilegiados à custa do consumidor, num regime de preços altos e produtividade baixa*”.²⁵³ Ele era, principalmente, crítico das políticas que favorecessem a indústria, especialmente o protecionismo cambial:

É a indústria do desleixo, da incapacidade e da IMPRODUTIVIDADE, que vive, de um lado, protegida contra a concorrência estrangeira por uma barreira aduaneira intransponível, de oitenta e mais por cento e, de outro, amparada contra a concorrência nacional efetiva por não ser a capacidade das fábricas de boa produtividade suficiente para atender à procura coletiva incrementada pela inflação.²⁵⁴

Como vimos no Capítulo IV, Gudin considerava agricultura e indústria como setores complementares, apesar de identificar na agricultura a “vocação econômica” do país e criticar as políticas cambiais que beneficiavam as importações de equipamentos industriais. Para ele a

²⁵⁰ BORGES, Maria Angélica. *Eugênio Gudin: capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo: Educ, 1996. Pág.. 160.

²⁵¹ GUDIN, Eugênio. *Inflação – Importação e Exportação, Café – Crédito, Desenvolvimento – Industrialização*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1959. Pág. 207.

²⁵² GUDIN, Eugênio. *Orientação e programação do desenvolvimento econômico*. In. *Revista Digesto Econômico*. São Paulo: ACSP, mar/abr 1957. Pág. 18.

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ GUDIN, Eugênio. Op. Cit. p. 207.

indústria havia sido criada no Brasil “com os recursos da Agricultura do café e, ao fim de meio século, o seu melhoramento e a sua expansão continuam pendurados às cambiais do café.”²⁵⁵

Outra grande batalha de Gudin era contra a inflação. Para ele, como pensador liberal, a inflação era resultado, entre outras coisas, da expansão do crédito e do consumo interno, especialmente ampliado pelo aumento da massa salarial. Mas, para ele, todos estes fatores negativos eram condicionados pela ação do Estado, que deveria, portanto, ser reduzida, ou, se possível, eliminada:

Outra coisa que Galbraith, como economista que é, não deveria ter dito é que a “economia moderna revela uma curiosa tendência à inflação, a qual parece refratária às medidas clássicas”. Não há hoje economista bem informado (sobretudo se esteve em Bretton-Woods) que não saiba que a endemia da inflação que infesta tantos países se origina no *pavor à depressão e ao desemprego* que é produto genético da Grande Depressão dos anos 30 e das idéias de Keynes.²⁵⁶

Cabia, então, evitar a expansão do crédito, para garantir a redução da inflação, bem como minimizar a intervenção do Estado. Em outro texto, no Digesto Econômico, ele demonstrou como sua gestão no Ministério da Fazenda, objetivando conter a inflação, contribuiu para reduzir a concessão de crédito pelo Banco do Brasil:

Para o primeiro caso, o da expansão do crédito, a proposição de que o Banco continuou a expandir desregradadamente esse crédito *é inteiramente inexata a partir de setembro de 1954*, como se vê dos seguintes algarismos do volume do crédito à Produção e ao Comércio suprido pelo Banco do Brasil:

	Bilhões de cruzeiros
Dezembro de 1950.....	14,9
Dezembro de 1951.....	24,7
Dezembro de 1952.....	34,4
Dezembro de 1953	40,4
Dezembro de 1954.....	50,5
Março de 1955	55,9 ²⁵⁷

Cabe notar que a última medição exibida por Gudin foi feita em apenas um semestre, mas, mesmo assim, já mostra uma redução significativa na expansão do crédito, que crescia ao longo do último governo Vargas. Este congelamento no crescimento do volume do crédito foi possível através da Instrução 108 da SUMOC. E Gudin argumentava:

²⁵⁵ Apud. BORGES, Maria Angélica. Op. Cit. Pág. 160-161.

²⁵⁶ GUDIN, Eugenio. Op. Cit. p.54.

²⁵⁷ GUDIN, Eugênio. Op. Cit. p.72.

Ora, meus amigos, isso assim não pode continuar, sob pena de sermos devorados por uma espiral inflacionária sem limites, na qual vocês também serão engolidos, como os outros.

Vamos então fazer uma coisa. Não vamos absolutamente reduzir o volume do crédito que vocês já deram.

Mas do excesso de depósitos de que vocês dispuserem, daqui por diante, vamos combinar que vocês *só destinarão a metade e não todo o excesso*, como até agora, à expansão do crédito. A outra metade vocês recolherão às caixas da SUMOC.²⁵⁸

Cabe identificar aqui que a Instrução 108 foi baixada em outubro de 1954, ou seja, imediatamente após a nomeação de Gudin para o Ministério da Fazenda²⁵⁹. Esta medida, além de constituir uma revelação de como passou a ser a atuação desta agência de Estado na gestão de Gudin, mostra, claramente, quais as prioridades de investimento para o autor: transporte ferroviário e energia elétrica.

Em outro artigo, Gudin estabelecia uma comparação entre as diretrizes econômicas do governo Café Filho e as do Governo Kubitschek. Para ele, as prioridades de Café Filho – reduzir o crédito e a inflação – foram bem sucedidas, enquanto que a orientação do governo Kubitschek – priorizando os empreendimentos produtivos - foi altamente inflacionária:

Em princípio ninguém pode ser contrário ao programa de promover o progresso econômico do País. Não há brasileiro, mesmo inculto, que não seja a favor da expansão da energia elétrica, das estradas de ferro e de rodagem, da navegação, do equipamento militar e até de cidades glamorosas.

Mas para realizar tudo isso é preciso um mínimo de ordem e de equilíbrio na infraestrutura econômica, sobre o qual se possam apoiar novos empreendimentos. Quando os alicerces estão abalados, há que restaurá-los antes de sobre eles construir, seja qual for a angústia de tempo.²⁶⁰

Em fins de 1959, Gudin fazia severas críticas às políticas implementadas por JK, que considerava altamente inflacionárias. Ele lastimava que *“não só o Governo Federal não ousava debelar a inflação, como ainda a impulsiona por uma ação político-administrativa que pode ser classificada como perigosa para os destinos do país”*.²⁶¹

²⁵⁸ GUDIN, Eugênio. Op. Cit. Pág. 63.

²⁵⁹ Com o objetivo de aumentar a lucratividade dos títulos públicos, o governo federal aumentou, através da Instrução 108 da SUMOC de 22 de outubro de 1954, de 4 para 14% o percentual de recolhimento compulsório das instituições financeiras sobre os depósitos à vista e de 3 para 7% o recolhimento compulsório sobre os depósitos a prazo. Por outro lado, este recolhimento poderia ser feito através da compra de títulos da dívida pública (na base de 50%). Desta forma, a Instrução 108 aumentava a demanda para estes títulos, garantindo o financiamento para o déficit público sem forçar um aumento dos juros.

²⁶⁰ GUDIN, Eugênio. Op. Cit. p. 126.

²⁶¹ GUDIN, Eugênio. *Desenvolvimento harmônico na economia nacional*. In. *Revista Digesto Econômico*. São Paulo: ACSP, nov/dez 1959. p. 28.

Gudin, cuja orientação teórica tem como referência a Escola de Chicago – campo teórico definido no capítulo III – considera a melhor maneira de lidar com a economia aquela que correspondeu à sua gestão à frente do Ministério da Fazenda, durante o Governo Café Filho. A gestão teve como principal característica o enxugamento do crédito e a criação de facilidades para o ingresso do capital estrangeiro, através das Instruções 108 e 113 da SUMOC. Seu objetivo principal – tornar a economia brasileira atraente para os capitais estrangeiros – demandava uma garantia, a esses mesmos capitais, de que haveria estabilidade, o que significava, para ele, inflação debelada. Por isso condenava, severamente, além da política creditícia de JK, as emissões de papel moeda:

Já tivemos ocasião de nos referir, nestas colunas, ao fato de que o dinheiro emitido não traz letreiro. O governo que emite apenas na primeira vez, isto é, em sua primeira aplicação, comanda o seu destino. Daí por diante vai o dinheiro passando, independentemente, de mão em mão, saltando de galho em galho, inflacionando onde pausa, sem dar satisfações ao governo que o criou.²⁶²

Uma das premissas básicas do pensamento de Gudin é a noção de que a economia precisa ser “naturalizada”, ou seja, ele considerava fundamental evitar a interferência do Estado nas relações entre os agentes econômicos. Para ele natural é apenas a ação do mercado. Gudin também defendia a idéia de que a economia possui autonomia em relação às questões políticas.

Estas premissas podem ser entendidas como um só princípio básico para Gudin: a noção de que a sociedade política não interfere nas relações econômicas e, caso venha a interferir, cabe aos agentes sociais a tarefa de impedir tal ingerência. Trata-se, no entanto, de uma contradição no pensamento e na prática “gudinianos”, pois a própria ação para evitar a interferência já é, em si, uma intervenção. Além do fato de que, em toda a sua produção textual, Gudin preconiza a interferência nas relações econômicas, especialmente quando ela visa garantir o controle da inflação:

Não é possível um programa de combate eficiente à inflação sem o controle da expansão do crédito bancário. Um dos maiores fatores da inflação, que nos aflige há dez anos, tem sido o da expansão excessiva do crédito pelo sistema bancário do País. Porque, como todos sabem, os empréstimos concedidos por um banco criam depósitos em outros (ou no mesmo) bancos, e depósitos são “meios de pagamento”, tão bons como dinheiro. Tanto se paga com dinheiro como cheque.²⁶³

²⁶² GUDIN, Eugenio. *A escassez de crédito*. In: *Revista Digesto Econômico*. N. 156. São Paulo: ACSP, nov/dez 1956. p. 42.

²⁶³ GUDIN, Eugênio. Op. Cit.p.77.

As próprias Instruções baixadas através da SUMOC por Gudin demonstram que sua atuação primava pela forte interferência do Estado nas relações entre os agentes econômicos. E esta intervenção era possível em virtude de processos gerados na sociedade civil e na sociedade política, e visavam atender às demandas de grupos de interesse. Portanto, não eram práticas essencialmente econômicas e desprovidas de conexão com as relações políticas.

Da mesma forma, a participação de Gudin à frente do Ministério da Fazenda foi fruto da intensa disputa existente no governo Vargas, que resultou no suicídio do Presidente, abrindo espaço para a posse de Café Filho. Este, por sua vez, nomeou Eugenio Gudin para o Ministério. Portanto, um processo, a princípio, de caráter político que criou condições para medidas de caráter econômico. Caso as questões políticas não interferissem nas decisões econômicas, não seria possível ter condições para baixar a Instrução 113.

Escritor assíduo na Revista Digesto Econômico, publicada pela Associação Comercial de São Paulo, conforme veremos no Capítulo VII, Gudin comungava com os empresários representados por esta instituição também a defesa do princípio de que os capitais estrangeiros trariam benefícios para o processo de desenvolvimento do Brasil. Ele afirmava, em um de seus artigos, que os maiores empecilhos ao afluxo de capitais estrangeiros eram o nacionalismo exclusivista e a instabilidade monetária.²⁶⁴ Quanto ao primeiro – o nacionalismo – afirma que era “*a falta de compreensão dessa evolução; é o ranço do defunto imperialismo econômico do século XIX, que ainda mantém vivo em nosso país o complexo de inferioridade que afasta a aproximação e a colaboração do capital estrangeiro.*”²⁶⁵

Durante seu período como Ministro da Fazenda, a gestão de Eugênio Gudin foi marcada por uma política de estabilização econômica baseada no corte das despesas públicas e na contenção da expansão do crédito. Estas medidas eram coerentes com sua noção de que os problemas da economia brasileira só poderiam ser resolvidos a partir do controle inflacionário, tendo como base a restrição ao crédito e redução dos investimentos públicos.

As práticas de Gudin no Ministério da Fazenda convergiam, especialmente, para o monetarismo ortodoxo apregoado no receituário do Fundo Monetário Internacional. Neste

²⁶⁴ GUDIN, Eugenio. *Capitais estrangeiros no Brasil*. In: *Revista Digesto Econômico*. São Paulo: ACSP, maio/jun 1957. Pág. 45.

²⁶⁵ Idem. Pág. 47.

sentido, a gestão de Gudin no Ministério gerou intensos protestos, por parte de setores representativos do empresariado industrial, cujos interesses eram contrários a este conjunto de políticas. Podemos identificar esta reação pela leitura dos jornais: na sexta feira, 17 de dezembro de 1954, o jornal Última Hora estampava a seguinte manchete: GUDIN QUER FAZER PARAR O BRASIL, e em seguida atacava a política adotada pelo ministro:

Prejuízos incalculáveis para a nação se concretizar a paralisação das obras públicas – Responde ao Titular da Fazenda o Presidente da Comissão de Finanças da Câmara – “Solução inteiramente errada, em completo desacordo com a época”, afirma o Senador Matias Olímpio – “Proteção aos tubarões”, diz o Senador Domingos Vellasco – “Tremenda desordem no país provocará a paralisação das obras”, adverte o Deputado Rui Ramos. (UH:12/1954,)

Nos debates travados no interior dos órgãos técnicos do Estado durante a década de 40, Eugênio Gudin, cuja atuação já era vinculada à burguesia agrário-exportadora, nunca deixou de defender a liberdade de atuação para o capital estrangeiro e, principalmente, da igualdade de tratamento dado a este e ao capital nacional, tecendo severas críticas ao protecionismo econômico. Uma de suas principais bandeiras era a abolição das restrições à remessa de lucros para o exterior. Em seu livro Reflexões e Comentários, Gudin reafirma suas convicções:

Em recente visita a Brasília, o Presidente do Conselho Diretor do City Bank felicitou os brasileiros ‘por não mais considerarem o investimento estrangeiro como ameaça a sua autonomia, e sim como expressão de confiança mundial em sua crescente economia’. Para quem como eu trabalha durante mais de meio século procurando esclarecer a opinião do país no sentido de acolher a colaboração de uma quota da poupança estrangeira e de desfazer o fantasma do perigo do capital invasor, é decerto confortador assinalar essa evolução da nossa mentalidade, acabando por compreender o quanto pode o capital externo contribuir para acelerar o desenvolvimento econômico nacional, tão carente de poupança e tecnologia.”²⁶⁶

No início dos anos 50, como membro da Comissão de Anteprojeto da Legislação do Petróleo, sua atuação foi pautada pelas tentativas de eliminar, ou, ao menos, diminuir as restrições impostas ao capital estrangeiro neste setor, sendo contrário à criação da Petrobrás e ao monopólio estatal do petróleo. Em 1951 foi nomeado representante do governo brasileiro junto ao FMI e ao BIRD, cargo que exerceu até 1955 quando, com a morte de Vargas, foi nomeado Ministro da Fazenda pelo presidente Café Filho.

²⁶⁶ GUDIN, Eugenio. Op. Cit. Pág.74.

Em abril de 1955 Gudin deixou o Ministério, passando a integrar a diretoria da Associação Econômica Internacional, instituição da qual se tornou presidente em 1959. A partir de 1960 tornou-se, também, vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas, tendo sido responsável pela implantação do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) e da Escola de Pós-Graduação em Economia (nesta última exercendo também o cargo de diretor). Mesmo fora das agências do Estado, após a sua saída do Ministério da Fazenda, exerceu permanente influência nas diretrizes da economia brasileira através da sua participação em vários aparelhos privados de hegemonia – caso da Associação Comercial de São Paulo. Neste sentido, percebemos também a interação entre sociedade civil e sociedade política, presentes na definição de Estado por Gramsci.

Outro intelectual a serviço das classes dominantes, ferrenho defensor da importância do capital estrangeiro para o Brasil, também esteve à frente de diversas agências de Estado durante os anos JK: Roberto de Oliveira Campos. Em março de 1955, por suas afinidades ideológicas com a equipe montada pelo presidente Café Filho, Roberto Campos foi convidado, por Eugenio Gudin, a retornar ao BNDE, de onde havia saído em 1953, por divergências políticas com o Governo Vargas.

Assim como Gudin, Campos participou da delegação brasileira na conferência de Bretton Woods. Na delegação exerceu o cargo de secretário sendo inteiramente afinado com o pensamento dominante no evento. Mas, apesar de rezar pela cartilha liberal, algumas de suas posições constituíam uma variante desta corrente ideológica. Sua concepção de desenvolvimento divergia das idéias de Gudin, especialmente no que dizia respeito ao Plano de Metas de JK:

O Brasil que encontrei, ao regressar da Europa em agosto de 1958, era um país em extraordinária efervescência. Ao empenhar-se na construção de Brasília, o presidente Kubitschek pusera em marcha um processo cujas repercussões em todos os planos da vida nacional começavam apenas a fazer-se sentir. O primeiro efeito foi despertar uma enorme vaga de confiança. A idéia antiga de que algo está errado no Brasil e de que isso se deve à omissão do governo arrefeceu com a construção de Brasília. Abriam-se os horizontes.²⁶⁷

²⁶⁷ CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Ensaio contra a maré*. Rio de Janeiro: Apec, 1969. Pág. 86.

Campos era entusiasta da industrialização e também frontalmente contra a imposição de qualquer barreira ao capital estrangeiro:

No caso brasileiro, para ser específico, parece claro que o desenvolvimento econômico deve ser associado a uma industrialização intensiva, não só pelo alto coeficiente de crescimento demográfico (que eventualmente criará a necessidade de uma absorção mais rápida da mão de obra deslocada da agricultura), como também pelas potencialidades de um amplo mercado interno; e ainda por uma estrutura de recursos minerais conducente à industrialização e apenas amenizada por deficiências energéticas francamente superáveis.²⁶⁸

É bastante interessante identificar no debate as divergências entre Campos e Gudin:

O Sr. Roberto Campos que é, de certo, a maior figura da geração balzaqueana de economistas, tem repetido a recomendação de “industrializar a agricultura antes de industrializar a indústria, para alargar a base de produção primária sobre a qual se erigirá o edifício industrial”. E, em recente discurso na CEPAL, referia-se “à subestimação da importância do desenvolvimento agrícola comparativamente ao industrial” e ao “movimento de industrialização substitutivo de importações endossadas às vezes emocionalmente quando ainda subsistem amplas oportunidades de utilização mais eficaz de fatores nas exportações.”²⁶⁹

Gudin tinha como eixo principal de sua argumentação a defesa da agricultura, justificando sua importância na necessidade de suprir matéria-prima para a indústria e de obter divisas através da exportação. Por sua vez, Roberto Campos, apesar de também ser um forte crítico da intervenção do Estado, considerava o crescimento industrial importante e necessário como fator de desenvolvimento. Para Roberto Campos, a necessidade do desenvolvimento:

É ainda mais fundamental que o da estabilidade política, porque somente o desenvolvimento econômico é capaz de afrouxar as tensões entre os grupos e, pela dilatação do horizonte de oportunidade, criar os níveis de tolerância necessária para a operação dos controles políticos.²⁷⁰

Há ainda outra divergência entre estes dois intelectuais: enquanto Gudin era radicalmente contrário ao planejamento, conforme vimos no Capítulo IV, para Roberto Campos o planejamento era fundamental para a promoção do desenvolvimento econômico:

Bem interpretado – dizia eu – o planejamento é um instrumento neutro, que pode tanto inviabilizar a economia de mercado (pelo planejamento socialista) como auxiliá-la

²⁶⁸ CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Mitos políticos*. Rio de Janeiro: Apec. 1966. Pág. 13.

²⁶⁹ GUDIN, Eugênio. Op. Cit. Pág. 205-206.

²⁷⁰ CAMPOS, Roberto de Oliveira. *O desenvolvimento econômico e suas ilusões*. In: *Revista Digesto Econômico*. jul/ago 1957. São Paulo: ACSP. Pág. 36.

(pela clara definição de áreas próprias e de áreas impróprias de intervenção governamental.)²⁷¹

Para Bielschovsky, é possível definir Roberto Campos como desenvolvimentista, porque “*também tinha fortes preocupações com a estabilidade monetária, mas foi um dos criadores do BNDE e o principal formulador e executor do Plano de Metas*”.²⁷²

Para além das divergências em torno da necessidade do planejamento econômico, há pontos em comum entre Gudin e Campos: ambos eram identificados com os interesses ligados à exportação de produtos agrícolas e entendiam o capital estrangeiro como o fator mais conveniente à atividade econômica, especialmente para os países “em desenvolvimento”. Para Roberto Campos, não havia contradição entre o Plano de Metas de JK e a presença de capital estrangeiro:

O Plano de Metas não poderia ter sido desenvolvido em sua parte industrial sem dois elementos. De um lado, a cooperação maciça do capital estrangeiro na implantação de várias indústrias como a automobilística, a petroquímica, a de construção naval, a indústria elétrica e a mecânica pesada. De outro, o excelente instrumento criado pelo professor Eugênio Gudin com a Instrução 113, de janeiro de 1955, que permitia aos investidores a internação de equipamentos “sem cobertura cambial”. As duas coisas se casaram: a disposição de Juscelino de recorrer a investimentos de risco (contrastando com a tendência getulista de preferência por capitais de empréstimo) e o mecanismo, criado por Gudin, das importações sem cobertura cambial.²⁷³

De acordo com Roberto Campos, o ideário nacionalista era incompatível com um projeto de desenvolvimento:

A minha preocupação foi sempre em manter um grau de racionalidade econômica, e eu considerava as correntes nacionalistas profundamente irracionais. Não havia diferenças de objetivos, éramos todos desenvolvimentistas. Apenas alguns prezavam a racionalidade dos meios, adotando posições radicais em favor daquilo que eles consideravam serem pré-requisitos do nacionalismo.²⁷⁴

Tanto Gudin quanto Campos eram importantes atores sociais, na medida em que ocuparam importantes espaços nas agências do Estado – Ministério da Fazenda e BNDES, respectivamente –, e estavam profundamente identificados com os interesses de grupos que disputaram a hegemonia durante o período por nós abordado. O discurso destes dois organizadores, especialmente em relação às questões mais importantes para o período

²⁷¹ CAMPOS, Roberto de Oliveira. Op. Cit. Pág. 169.

²⁷² BIELSCHOVSKY, Ricardo. Op. Cit. Pág. 38

²⁷³ ²⁷³ CAMPOS, Roberto de Oliveira. Op. Cit. Pág. 297.

²⁷⁴ CAMPOS, Roberto. Depoimento ao Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm> acesso em 27/12/2007.

estudado, a participação do Estado na economia e a abertura para o capital estrangeiro, exprimia as idéias e as práticas que se realizavam nos espaços da sociedade política durante o período.

Por sua vez, Gudin desenvolveu atuação importante junto à Associação Comercial de São Paulo (ACSP), uma das instituições responsáveis pela publicação da revista *Digesto Econômico*. Neste periódico, considerado por Bielschovsky como conservador, Gudin foi colaborador constante e destacado, defendendo seus pontos de vista a respeito da forma de organizar a economia e criando subsídios para a ampliação da dominação desta fração das classes dominantes.

Portanto, temos em Gudin e Campos, dois expoentes do liberalismo no Brasil que, exatamente por sua identificação com este ideário, estiveram em postos chave nas instituições da sociedade política e participaram dos espaços de articulação da sociedade civil como organizadores e construtores de uma nova hegemonia.

Capítulo VI – A Associação Comercial de São Paulo

*Moço
Olha o vexame
O ambiente exige respeito
Pelos estatutos
Da nossa gafieira
Dance a noite inteira
Mas dance direito*

*Estatuto da gafieira
Billy Blanco*

As forças que disputavam a hegemonia durante o período abordado organizavam-se em instituições que tinham por objetivo articular e discutir ações que visavam à conquista de maiores parcelas de espaço no aparelho de Estado, bem como garantir a direção das políticas estatais. Estudamos, nesta tese, duas instituições da sociedade civil que nos possibilitam o entendimento destes mecanismos: FIDF e ACSP.

Da mesma forma que entendemos a FIDF como um aparelho privado de hegemonia – assim definida no Capítulo V - consideramos que a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), objeto deste capítulo, também pode ser identificada desta maneira.

De acordo com Gramsci, a construção de um projeto de hegemonia por parte de um bloco histórico implica na identificação dos conflitos existentes na sociedade e na produção de uma resposta a estes conflitos acordo com os interesses deste mesmo bloco. Assim, podemos entender a atuação da ACSP: apontando problemas como a inflação e o atraso no desenvolvimento, propõe fórmulas que, na verdade, atendem aos interesses da burguesia agrário-exportadora.

VI.1 Histórico

Herdeira da Associação Comercial e Agrícola e fruto da articulação dos empresários paulistas, a Associação Comercial de São Paulo foi fundada em dezembro de 1894. Em 1917 uniu-se ao Centro de Comércio e Indústria de São Paulo, mantendo a denominação anterior. O Centro de Comércio havia sido, até então, uma das principais associações de classe em São Paulo, e foi responsável pela criação da Bolsa de Mercadorias nesta cidade. Agregando empresários do ramo industrial e agrícola, o Centro realizou as negociações entre empresários e trabalhadores, por ocasião da greve iniciada em 1º de maio de 1919.

Desde sua fundação, a Associação Comercial de São Paulo passou a se identificar com as lutas de todos os ramos do empresariado paulista. Atuou em processos como a instalação de uma "alfândega seca" em São Paulo, a campanha contra as falências fraudulentas que ameaçavam o comércio, as sugestões para a criação das "letras assinadas" - as conhecidas duplicatas - a instalação de um hospital e a assistência às vítimas da "gripe espanhola" em 1918. Em 1923, durante a gestão de José Carlos Macedo Soares na presidência da Associação, ocorreu uma importante mudança - a reforma dos estatutos da Associação - que tinha por objetivo ampliar o espaço de defesa dos interesses tanto da indústria como do comércio, tornando a representação mais específica. Para realizar este objetivo, foi adotado o princípio federativo, segundo o qual, cada classe se organizava em sua especialidade, subordinadas à direção geral que era representada pelo conselho deliberativo.

A partir de 1917 as posições e interesses relativos ao comércio prevaleceram em relação aos dos empresários industriais.²⁷⁵ No entanto, até meados da década de 1920, esta predominância não gerou maiores atritos, especialmente porque havia uma coincidência entre as propostas dos industriais e exportadores. Ambos pretendiam reduzir os encargos fiscais, eliminar os impostos interestaduais e a garantir a expansão e melhoria do sistema de transportes.²⁷⁶

O câmbio e os impostos relativos à importação e exportação já geravam atrito entre indústria e agricultura de exportação, especialmente quando estes últimos se revelavam uma

²⁷⁵ Apud.: ABRREU, Alzira Alves de. et. al. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV/Positivo, 2001

²⁷⁶ Idem

forma de protecionismo alfandegário. A partir dos anos 1920 a questão alfandegária tornou-se o principal foco de atrito, visto que a luta pelo protecionismo, desenvolvida pelos empresários ligados à indústria, ia contra os interesses do comércio. As dificuldades da indústria ao longo dos anos de 1924 e 1925, bem como a elevação cambial, levou os empresários industriais a fazerem constantes apelos para que o governo aumentasse as tarifas. Como naquele período o câmbio beneficiava os empresários ligados ao comércio de exportação, mas gerava facilidades para a importação de produtos estrangeiros, os industriais alegavam que o mercado brasileiro havia sido inundado com produtos de consumo imediato produzido em outros países.

Nas eleições para a diretoria da Associação, realizadas em 1928, duas chapas se apresentaram: aquela liderada por Horácio Rodrigues, ligada aos interesses dos comerciantes e a liderada por Jorge Street, integrada apenas por industriais e vinculada aos seus interesses.

Segundo Abreu²⁷⁷, o alinhamento partidário das duas chapas identificava ainda mais o afastamento entre ambas. Enquanto a chapa liderada por Rodrigues era vinculado ao PD (Partido Democrático, fundado em 1926), a chapa articulada pelos interesses industriais era ligada ao velho PRP (Partido Republicano Paulista), que detinha o controle do governo estadual desde os primórdios do regime republicano.

As tentativas de conciliação levaram à formação de uma chapa que unia os dois grupos e foi responsável pela manutenção temporária da unidade na Associação. Mas por pouco tempo, pois, em 1928, alguns industriais, liderados por Jorge Street, Francisco Mattarazzo e Rodolfo Crespi, saíram da Associação Comercial para fundar o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, o que representou a ruptura definitiva na representação destes dois setores do empresariado.

O movimento de 1930, a princípio, recebeu apoio da Associação Comercial de São Paulo, mas a adesão começou a se reduzir com a nomeação do tenente João Alberto para interventor em São Paulo. A partir de 1931, a Associação passou a ser mais um espaço de articulação da oposição ao governo Vargas, tendo, inclusive, uma forte participação no

²⁷⁷ Apud.: ABRREU, Alzira Alves de. et. al. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV/Positivo, 2002. Vol. 1. Pág.401.

movimento de 1932. O envolvimento da Associação na Revolta de 32 absorveu a maior parte dos esforços de seus representados, o que levou a entidade a só voltar às questões econômicas após a Constituição de 1934. Mesmo assim, a ACSP colocava-se sempre frontalmente em oposição às políticas trabalhistas de Vargas. Em 1939, durante a vigência do Estado Novo, a Associação empreendeu uma campanha de repúdio ao Decreto presidencial n. 1402, que regulamentava o funcionamento das associações sindicais no Brasil.

Como representante dos interesses dos empresários ligados ao comércio, a Associação, no início da década de 1940, organizou o conselho de câmaras de comércio e a Federação do Comércio do Estado de São Paulo. Já nos anos 1950, durante o novo governo Vargas, as relações entre a ACSP e o governo federal, bastante próximas durante o governo Dutra, deterioraram-se, pois, os membros da Associação não aceitavam as estreitas relações de Vargas com os sindicatos de trabalhadores nem as políticas que ampliavam a participação do Estado na economia.. Importante ressaltar que as posições da ACSP eram compartilhadas por grande parte do empresariado brasileiro.

Para defender as posições desta fração da burguesia, a ACSP organizou vários debates sobre assuntos do interesse do empresariado – especialmente sobre a intervenção do Estado na economia – sempre defendendo a participação mais ampla do capital particular, fosse ele nacional ou estrangeiro. Por ocasião do aumento de 100% do salário mínimo, a ACSP uniu-se a outros setores do empresariado em protesto contra esta medida, engrossando as ações oposicionistas e contribuindo, assim, para a crise que viria a desembocar na morte do presidente, em 1954. Durante os governos JK e Janio Quadros as relações foram menos tumultuadas, voltando a ocorrer atritos durante o governo de João Goulart, quando a Associação reforçou as críticas contra a política social do governo e novamente manifestou-se firmemente contrária à ampliação da participação do Estado na economia.

De acordo com Gramsci, a liderança moral e intelectual de uma sociedade não se efetiva somente através da coerção, mas se faz também a partir de concessões que englobam interesses de outros grupos ou frações de classe. Portanto, a hegemonia é constituída por um bloco de alianças e este representa uma base de consentimento para a ordem social definida. Para a consecução do projeto de hegemonia, a classe - ou fração da classe - dominante, cria uma rede de instituições, relações e idéias, na qual ela se torna dirigente. Exemplo deste mecanismo foi a criação, em 1944, do Instituto de Economia Gastão Vidigal (em homenagem

a um ex-presidente da Associação). O objetivo do Instituto era estimular o "estudo sistemático da economia e pesquisar fatores que pudessem conduzir o País ao desenvolvimento". Neste mesmo período a ACSP também lançou a Revista *Digesto Econômico*.

Apesar de abrigar em suas páginas vários tipos de propostas e tendências, representadas por muitos nomes conhecidos, o *Digesto* possuía alguns articulistas preferidos, ou seja, aqueles que estavam sempre presentes em seus números, e que, na prática eram os responsáveis pela divulgação do pensamento dominante na Associação Comercial de São Paulo: Roberto Campos, Eugenio Gudin, Otávio Gouvea de Bulhões, Glycon de Paiva Teixeira e Antônio Delfim Netto, entre outros. Sendo uma publicação de responsabilidade e controle da Associação, foi lançado com o propósito de ser o principal veículo desta fração de classe para o debate dos temas políticos e econômicos considerados os mais importantes para o Brasil.

Sendo o *Digesto* responsável pela disseminação do pensamento dominante na Associação Comercial de São Paulo, consideramos que este periódico pode ser também identificado como aparelho privado de hegemonia.

Dentre os nomes mais encontrados nas páginas do *Digesto* ao longo do período estudado, Roberto Campos e Eugenio Gudin, já possuem suas trajetórias e atuações abordadas neste trabalho, o que pode ser encontrado no Capítulo anterior (Capítulo VI - Os intelectuais organizadores). Otávio Gouvea de Bulhões, outro intelectual assíduo nas páginas do *Digesto*, também tem sua trajetória estudada no Capítulo II, uma vez que foi superintendente da SUMOC.

Glycon de Paiva também era um intelectual orgânico ligado à fração da burguesia vinculada à exportação de produtos primários. Nascido em Minas Gerais, formou-se em geologia, e atuou especificamente nesta área em instituições públicas até o ano de 1947, quando, por sua atuação na Coordenação de Mobilização Econômica de Vargas, foi delegado do Brasil à Conferência de Energia em Haia, Holanda. Glycon foi também o elaborador do anteprojeto do Estatuto do Petróleo, por nomeação do presidente Eurico Gaspar Dutra. No final da década de 1940, participou do VIII Congresso Científico Pan-Americano, em Washington e da Conferência Internacional de Comércio e Emprego, em Havana (Cuba). Neste período também integrou o Conselho Nacional de Metalurgia, e fez parte do Conselho

Nacional de Minas e Metalurgia, tendo sido relator da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos. Em 1951, foi assessor econômico da delegação brasileira a IV Reunião de Consultas dos Ministros de Relações Exteriores e das Repúblicas Americanas. Entre 1951 e 1954 participou do grupo técnico encarregado da criação da metalúrgica Mannesmann e exerceu o cargo de diretor do então BNDE. Em 1954 passou a fazer parte do Conselho Técnico e Economia e Finanças, permanecendo até 1960. Em 1955 foi nomeado diretor da Companhia Vale do Rio Doce, e voltou ao cargo de diretor do BNDE, onde permaneceu até 1956, quando se iniciou a gestão de Lucas Lopes. Nos primeiros anos da década de 1960 ajudou a organizar o IPES ²⁷⁸, tendo sido vice-presidente desta instituição entre os anos de 1961 e 1967. Entre 1964 e 1967 foi membro do Conselho Nacional de Economia e do conselho consultivo da Confederação Nacional do Comércio. No início da década de 1970 tornou-se membro do conselho administrativo da Mercedes Benz, do conselho consultivo da Siemens e da APEC, editora do conselho econômico da Confederação Nacional da Indústria, da administração da Caemo – Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração. A partir de 1979, quando se iniciou a gestão de Israel Klabin na prefeitura do Rio, foi convidado para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social (Comudes).

Antonio Delfim Netto, outro intelectual encontrado com bastante frequência nas páginas do Digesto deste período, é economista e professor emérito da FEA-USP. Nascido em São Paulo, de família pobre, logo que conseguiu graduar-se foi contratado como assessor da Confederação Nacional da Indústria e também fez parte do Conselho Técnico da Federação do Comércio de São Paulo. A partir de 1958 participou do grupo de planejamento do Governo Carvalho Pinto. Entre 1966 e 1967 foi Secretário de Fazenda no primeiro governo Laudo Natel. Em 1967 foi convidado pelo então presidente Artur da Costa e Silva para ser Ministro da Fazenda, cargo que ocupou entre 1967 e 1974 – foi mantido na pasta durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici, portanto, durante os chamados “anos de chumbo” do regime instaurado a partir de 1964. No governo de João Baptista de Oliveira Figueiredo foi Ministro da Agricultura e do Planejamento. Em 1985 foi nomeado embaixador do Brasil na

²⁷⁸ O IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - foi uma organização de empresários que, sob a justificativa de “defender a liberdade pessoal e da empresa, ameaçada pelo plano de socialização dormente no seio do governo João Goulart”, dirigiu a campanha contra o Executivo, a esquerda e o trabalhismo, servindo de aparelho para a fração da burguesia brasileira que articulava o golpe de 1964. Apud.: DREUFUSS, René Armand. Op. Cit.

França e nos anos 90 concorreu ao cargo de Deputado Federal por São Paulo, tendo sido eleito cinco vezes consecutivas, mantendo-se como deputado federal até os dias de hoje.

Durante sua gestão como Ministro da Fazenda, Delfim foi o mentor e gestor do Milagre Econômico, conjunto de medidas responsáveis pela aceleração no crescimento econômico e que representaram um aumento da concentração de renda e o aprofundamento da pobreza no país.

Todos estes eram intelectuais de tipo orgânico porque bastante comprometidos com o pensamento hegemônico na ACSP.

VI. 2 – Lendo o Digesto Econômico

O exame dos exemplares do Digesto Econômico publicados na segunda metade da década de 1950 – o período abordado neste trabalho - é bastante elucidativo quanto ao papel deste veículo de comunicação na difusão de um projeto identificado diretamente com as denominadas “classes produtoras”²⁷⁹, ou seja, uma fração da burguesia brasileira.

O periódico publicado no bimestre iniciado em janeiro de 1955 trazia um artigo de Roberto Pinto de Souza. Nele o autor defendia uma industrialização feita a partir da associação com o capital internacional:

É preciso esclarecer, no entanto, que a industrialização das economias dos países subdesenvolvidos, por estes reclamada, não se baseia em princípios nacionalistas; ao contrário, assenta-se no fundamento da cooperação econômica internacional, ou melhor, estriba-se no princípio de que a democracia só pode concretizar-se desde que não existam abismos a separar os níveis de vida entre as várias nações, na escala internacional, e entre as diferentes camadas sociais, na escala nacional.²⁸⁰

No mesmo número do Digesto, havia um artigo de Luis Mendonça de Freitas, em apoio à política econômica do então Ministro Gudin, destacando a justeza da restrição ao

²⁷⁹ O termo “classes produtoras” é utilizado tanto pelos empresários da indústria quanto pelos empresários da agricultura.

²⁸⁰ SOUZA, Roberto Pinto de. *Industrialização e Progresso Econômico*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 121. jan/fev 1955. São Paulo: ACSP, 1955. p.53-57.

crédito, como medida para debelar a inflação. O mesmo artigo também defendia a participação do capital estrangeiro, atacando as políticas que visavam restringir a entrada de capitais, afirmando que “o ultranacionalismo foi o ângulo sob o qual eram examinadas as possibilidades de entrada de capitais estrangeiros no país: burocracia e demagogia agiam no sentido de dificultar a expansão desses investimentos.”²⁸¹

É importante ressaltar que este é exatamente o período em que Gudin lança a Instrução 113, reduzindo as restrições ao ingresso do capital estrangeiro. No número seguinte, encontramos o discurso de posse de João di Pietro como Presidente da ACSP. Como presidente da Associação ele se identificava porta-voz de uma “classe”, expondo sua preocupação com a inflação, cuja origem ele analisava dentro dos cânones do pensamento liberal:

Dentre as múltiplas causas que atuam sobre a inflação brasileira, três merecem destaque pela sua excepcional importância: a política salarial, o alto nível de investimentos, e, em menor escala, os “déficits” orçamentários; essas causas partilham entre si as responsabilidades pela acelerada redução do poder de compra do cruzeiro.²⁸²

O presidente da ACSP também apontava o capital estrangeiro como poderosa ferramenta para o combate do processo inflacionário:

Infelizmente, essa solução só em pequena medida depende de nós e nesse setor novamente nos encontramos no círculo vicioso: dependemos de capitais estrangeiros para debelar o processo inflacionário, mas o processo inflacionário – e a ONU endossou essa observação – “é um obstáculo considerável para as inversões de recursos internacionais.”²⁸³

Como presidente da ACSP, João di Pietro levantava propostas como a atração de investimentos estrangeiros, especialmente para os setores de base da economia brasileira. Para Piero, porta voz dos exportadores, seria preciso convencer os EUA a investirem em nosso país, oferecendo vantagens tributárias e realizando os investimentos através das instituições bancárias oficiais. Ele terminava seu discurso avisando que “a infiltração comunista nas Américas se fará, naturalmente, pelos países democráticos em que a ação policial se

²⁸¹ FREITAS, Luís Mendonça de. *Conseqüências da Política Financeira do Ministro Gudin*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 121.jan/fev 1955. São Paulo: ACSP, 1955.p.82-87.

²⁸² PIETRO, João di. *A Associação Comercial de São Paulo e a Conjuntura Nacional*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 122.mar/abr 1955. São Paulo: ACSP, 1955. p.7.

²⁸³ Idem. p. 10.

*faz sentir com menor violência e pelos países em que a agitação social seja grande por motivos de perturbações econômicas.”*²⁸⁴

O artigo de Glycon de Paiva, publicado no mesmo número, não estava muito longe, ideologicamente, do discurso do presidente da ACSP. O texto iniciava com um relato do autor sobre a reunião de governadores do Fundo Monetário Internacional na qual esteve presente. Ecoando os temas e resoluções da reunião, Paiva apontava como obstáculos ao escoamento do capital privado internacional a tendência nacionalista dos países subdesenvolvidos. Segundo Glycon, este nacionalismo podia ser identificado nas leis que discriminavam os investimentos de capitalistas não residentes, impondo condições que dificultavam sua atração e gerando restrições cambiais que solapavam o capital, a renda e as políticas governamentais, que classificava como vacilantes.²⁸⁵ O autor se posicionava de forma bastante crítica a estas leis, uma vez que era defensor dos investimentos estrangeiros.

O número posterior do Digesto também continha interessantes expressões do ideário liberal, que eram defendidas por vários autores, em nome da ACSP. O texto de Dario de Almeida Magalhães, reconstituição de sua exposição no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, chamava a atenção para o crescimento da responsabilidade deste setor enquanto elite dirigente, e constatava que esta “elite” já não podia apelar para a dominação através da violência. Para não perder o que ele denomina de “comando”, precisaria modificar suas táticas, *“empreendendo a revisão de sua cultura, dos seus métodos de ação, a fim de se credenciar, moral e civicamente, à confiança e ao respeito dos governados.”*²⁸⁶ Podemos interpretar que o autor defendia a construção de um consenso para garantir a dominação de classe.

O artigo de Luís de Moraes Barros – ex-diretor da Associação e do Banco do Brasil – identificava o problema dos estoques reguladores como fator de queda dos preços do café e preconizava medidas anti-inflacionárias, especialmente a mudança na política cambial que traria benefícios para a exportação de café:

²⁸⁴ Idem. P. 12.

²⁸⁵ TEIXEIRA, Glycon de Paiva. *Investimentos internacionais privados*. In *Revista Digesto Econômico* n. 122. mar/abr 1955. São Paulo: ACSP, 1955. p. 14.

²⁸⁶ MAGALHÃES, Dario de Almeida. *Os obstáculos da Constituição ao desenvolvimento do Brasil*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 123. São Paulo: ACSP, maio/jun 1955. p.13.

Na situação atual, em que a posição estatística do nosso principal produto nos é adversa, somos levados a admitir que, adotada a taxa de câmbio real, o reajustamento dos preços do café se faria em ouro e não em cruzeiros. O problema, pois, consiste em encontrar uma fórmula pela qual se possa, gradativamente, chegar à taxa única e real de câmbio, com o menor sacrifício possível das receitas cambiais e sem os efeitos inflacionários da elevação dos preços internos.²⁸⁷

Outro artigo, de Emílio Lang Júnior, também Presidente da Associação, abordava a questão cambial, criticando a Instrução 70²⁸⁸ da SUMOC. Analisando suas conseqüências, afirmava que “*jamais a lei básica da oferta e da procura foi tão mal utilizada e tão inoportunamente, do que no dia em que a Instrução 70 teve vigor.*”²⁸⁹

Lang Júnior criticava o intervencionismo do Estado na economia, preconizando uma política cambial que favorecesse a exportação e defendendo que o *ideal*, “*em política cambial, seria a fixação do real valor da moeda, possibilitando-se a movimentação do comércio interno e externo com base na verdade dos preços, subordinando ambos à existência da taxa única e à liberdade das trocas internacionais.*”²⁹⁰

A política cambial que interessava a este setor era a liberação do câmbio, ou seja, o câmbio flutuante, cujo valor seria definido apenas pelas “*exigências do mercado*”, sem controle estatal, defendendo “*a liberação parcial das cambiais de exportação, permitindo-se que o produto dos ágios obtidos nos leilões de divisas para importação reverta em benefício direto do produtor ou exportador.*”²⁹¹

O número seguinte do Digesto trazia artigo assinado por Aldo M Azevedo. Nele a depreciação cambial é identificada como uma maneira de taxar as mercadorias importadas de forma a defender a produção nacional. Mas o autor considerava esta uma atitude perigosa, “*pois propicia ao capitalista estrangeiro oportunidades de golpes magistras, se não houver da parte de nossos homens de empresa uma perfeita sincronização com os acontecimentos*

²⁸⁷ BARROS, Luis de Moraes. *Considerações sobre o problema do café e a política cambial*. In *Revista Digesto Econômico* n. 123. São Paulo: ACSP, maio/jun de 1955. p.20.

²⁸⁸ A Instrução 70, da Superintendência da Moeda e do Crédito, baixada por Oswaldo Aranha e Souza Dantas, ainda no governo Vargas, extinguiu o câmbio subvencionado e inaugurava um sistema de taxas múltiplas, buscando tornar as exportações brasileiras mais acessíveis no mercado internacional. Além disso, este sistema desencorajava as importações, buscando proteger a indústria brasileira e a balança comercial. A justificativa para as taxas múltiplas de câmbio era que elas atuavam de forma a não inviabilizar totalmente as importações de gêneros considerados essenciais à indústria. A Instrução 70 funcionou como um incentivo ao processo de substituição de importações, mas não conseguiu impedir a instabilidade financeira.

²⁸⁹ LANG JUNIOR, Emílio. *O problema cambial brasileiro*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 123. São Paulo: ACSP, maio/jun 1955. p.89-90.

²⁹⁰ Idem, p 93.

²⁹¹ Idem. Pág 94.

monetários”²⁹². Ele garantia que a estabilização da moeda seria capaz de atrair um grande fluxo de capitais estrangeiros, Neste sentido, Azevedo estava sendo profético quando afirmava:

Há de chegar o dia em que o observador estrangeiro poderá confiar na nossa moeda, pelo menos durante algum tempo, e será essa a ocasião de vir para cá investir (nunca o termos foi tão apropriado...) nas nossas indústrias e mesmo na lavoura, adquirindo propriedades e instalações por um punhado de dólares, que ofereçam rendimentos altos, tão elevados que cobrem o risco de futuras desvalorizações.²⁹³

Neste mesmo número, o sr. José Pedro Galvão de Souza, além de criticar a intervenção do Estado na economia, fazia uma bela alegoria sobre a hegemonia, considerando “*a competição dessas forças que constituem o poder econômico, as inevitáveis ambições, a sedução do poder, nada há de estranho no fenômeno do controle do poder político pelo poder econômico, em nossos dias.*”²⁹⁴

A defesa do capital estrangeiro também estava presente no número 126 da Revista. O artigo, assinado por José Luiz de Almeida Nogueira, classificava aqueles que faziam restrições à entrada de capitais estrangeiros no Brasil em três grupos:

- a) os comunistas, interessados em combater a influência norte-americana e em enfraquecer os laços de solidariedade política que nos ligam aos Estados Unidos;
- b) certos empresários, que temem a concorrência dos capitais e da técnica estrangeiro transplantados para o Brasil;
- c) uma reduzida minoria de tradicionalistas, que hostiliza todos os veículos de influência cultural alienígena, notadamente norte-americana;
- d) um grupo de indivíduos, principalmente da classe média, que teme sinceramente o comprometimento de nossa soberania pela influência que os capitais estrangeiros possam exercer em nossa super-estrutura política;
- e) outro grupo de indivíduos, influenciados por “slogans” e pela propaganda e cuja atitude é, portanto, irracional;
- f) políticos que, ou se inserem em um dos grupos acima, ou tomam uma posição nacionalista supondo, com isso agradar as massas eleitorais.²⁹⁵

O autor reafirmava a necessidade de capitais estrangeiros. Afirmava ser preciso criar condições para que estes obtivessem lucros satisfatórios e estivessem em segurança, pois, segundo ele, estes capitais estariam a serviço do desenvolvimento nacional.

²⁹² AZEVEDO, Aldo M. *A indústria e a taxa de câmbio*. In *Revista Digesto Econômico* n. 124. São Paulo: ACSP, jul/ago 1955. p.25

²⁹³ Idem. Pág. 25.

²⁹⁴ SOUZA, José Pedro Galvão de. *O poder econômico e o Estado*. In *Revista Digesto Econômico* n. 124. São Paulo: ACSP, jul/ago 1955. p. 53-54.

²⁹⁵ PORTO, José Luiz de Almeida Nogueira. *Aspectos do nacionalismo econômico brasileiro*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 126. São Paulo: ACSP, nov/dez 1955. p. 149.

No primeiro número do ano de 1956, coincidindo com a posse de Juscelino Kubitschek, o *Digesto Econômico* trazia mais um artigo sobre a questão cambial, assunto caro a este setor do empresariado brasileiro. O artigo reivindicava reajuste na taxa do dólar usada para a exportação de café, de forma a suprimir o “confisco cambial”, pois tratava-se “*de indicar uma forma regular, objetiva, sistemática, de reajustamento, que também promova e acoroçoe os negócios de café.*”²⁹⁶

Em março de 1956, a Revista trazia o discurso de João di Pietro, na qualidade de ex-presidente da ACSP, na posse da nova diretoria, liderada por Eduardo Saigh. Neste discurso, intitulado “A conjuntura Nacional”, Pietro apontava para a crescente unidade entre as “classes produtoras nacionais” e também para a carência de capitais internacionais na economia brasileira. Mas ele também identificava a necessidade de contenção dos salários, garantia de estabilidade financeira e fator de atração para os capitais internacionais.²⁹⁷

No número 130 do *Digesto*, Roberto Campos também escrevia sobre reforma cambial. Para ele, era preciso moldar o sistema cambial brasileiro às exportações de café, para que a capacidade de exportar não fosse reduzida²⁹⁸. A proposta era, então, o câmbio livre ou flutuante, cuja cotação, segundo ele, não deveria ser controlada pelo Estado, e sim definida pelas “forças do mercado”:

Temos, portanto, no atual sistema cambial, uma situação insatisfatória do lado da exportação. Insatisfatória porque continuamente a inflação pressiona, num sentido altista, o custo de produção, ao passo que as taxas cambiais ou se mantêm fixas ou, quando reajustadas, o são em proporção inadequada e por via de decisões administrativas arbitrárias.²⁹⁹

Eugenio Gudín também escreve neste número, abordando a política cambial e criticando a Instrução 70:

Enquanto que no sistema de taxas múltiplas a distribuição de divisas faz-se de acordo com a intensidade da procura, pelo imperativo das forças impessoais do mercado, no sistema das licenças a distribuição de divisas obedece ao simples arbítrio da direção de

²⁹⁶ AZEVEDO, Aldo M. A Taxa do dólar-café. In *Revista Digesto Econômico* n. 127. São Paulo: ACSP, jan/fev 1956. p. 22.

²⁹⁷ PIETRO, João Di. *A conjuntura nacional*. In *Revista Digesto Econômico* n. 128. São Paulo: ACSP, mar/abr 1956.

²⁹⁸ CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Reforma Cambial*. In *Revista Digesto Econômico* n. 130. São Paulo: ACSP, jul/ago 1956. p. 75-91.

²⁹⁹ Idem. P. 76.

uma repartição pública, a qual, por bem dirigida que seja, está sujeita a todos os erros de avaliação e de estimativa dos julgamentos humanos e burocráticos. As forças impessoais do mercado substituem o arbítrio, as preferências, quando não a corrupção.

³⁰⁰

Gudin afirmava não compreender como o valor da unidade monetária (cruzeiro, dólar ou libra) podia variar conforme a aplicação que lhe é dada. Para ele, a Instrução 70, assim como o regime de taxas múltiplas controladas que ela estabelecia, criava dificuldades e discriminações que qualificava como *antipáticas* para o capital estrangeiro. Para o ex-ministro a Instrução 113, baixada durante sua gestão no Ministério da Fazenda, solucionou os problemas gerados pela Instrução 70, pois no caso de fábricas cuja origem era o capital estrangeiro, amplas facilidades eram concedidas. Segundo ele havia uma condicionante para a concessão de facilidades: era necessário que se verificasse rigorosamente a origem dos capitais, de forma a garantir que eram de fato capitais estrangeiros e não uma simulação, com recursos internos, provenientes de compras no câmbio livre. Como vemos, para Gudin, era importante garantir que o capital fosse mesmo originado no exterior para receber vantagens. Em defesa da Instrução 113, ele afirmava:

Tem-se alegado que essa Instrução criou um regime de preferência em favor do capital estrangeiro e em detrimento do nacional. A crítica não tem razão. Seria absurdo dificultar ou proibir a entrada de capitais estrangeiros sob a forma de equipamentos de novas fábricas ou de novas usinas porque na atual situação não dispomos de câmbio para que os nacionais possam fazer o mesmo transformando seus cruzeiros em dólares.

³⁰¹

Para Gudin, o interesse pelo ingresso de capitais estrangeiros era não só legítimo como também necessário. Ele considerava que o interesse do país (em receber capitais estrangeiros) deveria estar acima dos interesses de grupos (aqueles que defendiam medidas que impediam a entrada dos capitais externos). Para Gudin o interesse em internacionalizar a economia brasileira possuía mais adeptos do que o interesse em defender o capital nacional. Pelo menos do ponto de vista do empresariado nacional esta afirmativa não estaria completamente fora de propósito, como provaram os fatos da década seguinte.

No mesmo número da Revista, encontramos a transcrição de uma palestra, de Octávio Gouvêa de Bulhões. Nela, o ex-superintendente da SUMOC afirmava que o subdesenvolvimento teria como principal característica a escassez de capitais, especialmente

³⁰⁰ GUDIN, Eugenio. *A reforma cambial*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 130. São Paulo: ACSP, set/out 1956. p. 7.

³⁰¹ Idem. P. 10.

em infra-estrutura, e perguntava por que haveriam “*de pressupor a escassez de “economias externas” a ponto de tornar impossível a realização de investimentos de maior envergadura?*”³⁰²

Para Bulhões, o lucro retirado pelo capital estrangeiro não tinha a menor importância se o empreendimento proporcionasse vantagens que permaneceriam em território nacional, ou seja, se este capital fizesse investimentos, especialmente em infra-estrutura. Para Roberto Pinto de Souza, autor de outro texto publicado neste número da Revista, a economia brasileira passava por uma fase difícil. E ele afirmava que a superação desta fase dependeria do volume de capital estrangeiro absorvido pelo país.³⁰³

O número 132 do Digesto Econômico estava pleno de idéias liberais. Um dos articulistas, Raymond Schnorrenberg, afirmava que o câmbio era naturalmente regulado pelo mercado, aconselhando “*para manter estável a taxa oficial, o Banco Central deve, a essa taxa vender e comprar no mercado, sem restrições, quaisquer moedas estrangeiras que lhe sejam pedidas ou oferecidas.*”³⁰⁴

Para Schnorrenberg a intervenção do Estado se justificava somente quando o objetivo fosse garantir uma taxa cambial favorável às exportações. Octávio Gouvêa de Bulhões também estava presente neste número, criticando a Instrução 70 da SUMOC, em defesa dos exportadores:

O café, portanto, é artigo que deve merecer diferenciação na taxa de câmbio, notadamente nos dias que correm. Estender, porém, esse meio excepcional – diferenciação de taxa de câmbio – para os demais casos, é evidentemente desvirtuar o objetivo essencial da moeda.³⁰⁵

Em janeiro de 1957, o Digesto trazia um extenso artigo de Roberto de Oliveira Campos, no qual ele identificava o nacionalismo, o monopólio estatal do petróleo e as

³⁰² BULHÕES, Octávio Gouvêa de. *Algumas considerações sobre indústrias básicas*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 130. São Paulo: ACSP, set/out 1956. p. 48.

³⁰³ SOUZA, Roberto Pinto. *A situação atual da economia brasileira*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 130. São Paulo: ACSP, set/out 1956. p.95-99.

³⁰⁴ SCHNORRENBURG, Raymond. *O Banco Central no mercado de câmbio*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 132. São Paulo: ACSP, nov/dez 1956. p.43.

³⁰⁵ BULHÕES, Octávio Gouveia de. *A reforma do sistema cambial e das tarifas alfandegárias*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 132. São Paulo: ACSP, nov/dez 1956. p. 66.

barreiras aos capitais estrangeiros como falácias, caracterizando o nacionalismo “suficientemente orgânico para repelir formas úteis de colaboração estrangeira”³⁰⁶:

A atitude mais racional é sem dúvida a de considerar útil para o Brasil assegurar a cooperação do capital estrangeiro. Se a lei atual só permite o regime de contrato, estudemos urgentemente uma interpretação legal que permita tornar o sistema suficientemente atraente para permitir a participação supletiva de capitais estrangeiros. Se a curto prazo não for possível um entendimento satisfatório, far-se-á então aconselhável uma revisão do diploma legal.³⁰⁷

Campos também criticava a intervenção do Estado na economia, o que classificava como “uma forma de socialismo”. Para ele o Estado jamais seria capaz de gerar lucros, o que o tornava incapaz de administrar o desenvolvimento, porque acreditava que “o Estado, se bem seja uma excelente bacia concentradora de poupança, é de duvidoso discernimento como investidor.”³⁰⁸.

Neste número também foi publicada a segunda parte do texto de Raymond Schnorrenberg sobre o Banco Central e o câmbio, no qual ele atribuía às exportações de café a responsabilidade pela melhoria da situação cambial. Embora apontasse a Instrução 70 como responsável pelo fim da crise cambial, considerava o café como grande vítima desta medida. Para ele a divisão das mercadorias em categorias era “forçosamente complexa e arbitrária, e reintroduz no sistema os elementos subjetivos de apreciação que se pretendia eliminar.”³⁰⁹

O número seguinte da Revista trazia uma transcrição da conferência de Eugênio Gudín no Curso de Treinamento em Problema de Desenvolvimento. Nesta conferência ele afirmava – citando Roberto Campos – ser preciso “industrializar a agricultura”, justificando que o aumento da produtividade agrícola era indicativo de desenvolvimento. Gudín também defendia facilidades para a exportação do café brasileiro alertando para a possibilidade de surgirem produtores de café em outros países, produzindo a um custo menor, o que poderia constituir uma concorrência perigosa para o café brasileiro. Gudín se afirmava favorável à industrialização e à agricultura, mas totalmente contrário ao crescimento industrial desacompanhado do aumento na produtividade agrícola. Em defesa da cafeicultura, argumentava que “a indústria foi criada no Brasil com os recursos hauridos da agricultura do café

³⁰⁶ CAMPOS, Roberto de Oliveira. *As três falácias do momento brasileiro*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 133. São Paulo: ACSP, jan/fev 1957. p.61.

³⁰⁷ Idem. p.55.

³⁰⁸ Idem. p. 65.

³⁰⁹ SCHNORRENBURG, Raymond. *O Banco Central no mercado de câmbio*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 133. São Paulo: ACSP, jan/fev 1957. p. 73.

*e, ao fim de meio século, o seu melhoramento e a sua expansão continuam pendurados às cambiais do café.”*³¹⁰

Este número trazia outra transcrição de conferência. Desta vez o conferencista era Alexandre Kafka, economista que viria a ser o representante do Brasil no FMI alguns anos mais tarde. Nesta conferência - feita no ISEB - ele defendia a idéia de que o confisco cambial poderia acarretar a perda de rentabilidade nas exportações brasileiras. Também afirmava que a falta de investimentos estrangeiros fazia com o que o país deixasse de acumular reservas. Para Kafka, o que desencadeava estes problemas era a excessiva intervenção do Estado na economia.³¹¹

O presidente da Confederação Nacional do Comércio, Brasília Machado Neto, também publicava seu texto neste número do Digesto, afirmando que as classes produtoras sempre estariam dispostas a dar sua contribuição ao governo. Brasília Neto elogiava o Plano de Metas, no qual identificava muitas das recomendações básicas destas mesmas classes produtoras, feitas em congressos e conferências. No entanto, o autor criticava o Executivo, por ser alvo do apoio das classes produtoras, mas impedido de contar com maior participação dos capitais internacionais. Segundo ele esta isto ocorria em virtude das pressões e impedimentos do nacionalismo desvirtuado que manobrava através da resistência passiva de muitas engrenagens burocráticas.³¹²

No bimestre seguinte havia um artigo de Aldo M. Azevedo identificando o crédito concedido ao governo e os reajustes salariais como fatores inflacionários e recomendando a máxima restrição para ambos.³¹³ Neste número havia a transcrição de uma conferência de Eugênio Gudin, proferida no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. Nela o ex-Ministro da Fazenda reafirmava o nacionalismo (que classificava como exclusivista e

³¹⁰ GUDIN, Eugenio. *Orientação e programação do desenvolvimento econômico*. In *Revista Digesto Econômico* n. 134. São Paulo: ACSP. mar/abr 1957.p. 19.

³¹¹ KAFKA, Alexandre. *Estrutura da economia brasileira*. In *Revista Digesto Econômico* n. 134. São Paulo: ACSP. Mar/abr 1957. p. 49-61.

³¹² MACHADO NETO, Brasília. *A conjuntura econômica brasileira e as classes produtoras*. In *Revista Digesto Econômico* n. 134. São Paulo: ACSP. mar/abr 1957. p.62-66.

³¹³ AZEVEDO, Aldo M. *Como combater a inflação*. In *Revista Digesto Econômico* n. 135. São Paulo: ACSP. maio/jun 1957.p.. 9-14.

jacobino) e a instabilidade monetária como os maiores impedimentos à entrada de capitais estrangeiros nos países subdesenvolvidos da América do Sul.³¹⁴

O número seguinte da Revista trazia outra palestra de Gudin, na mesma Confederação Nacional do Comércio, na qual ele, novamente, lamentava a existência de um nacionalismo (que identificava como questão explosiva) para impedir a entrada de capitais estrangeiros. Gudin afirmava que o mundo estava em transformação, portanto “*estar-se pensando no Século XX, em termos de imperialismo do Século XIX é um erro danoso para quem o pratica.*”³¹⁵

No mesmo texto Gudin identificava a necessidade de acabar com as restrições cambiais. Para ele as restrições faziam parte de um conjunto de medidas recomendadas no Estatuto do FMI, mas que deveriam ser eliminadas cinco a seis anos após a Segunda Guerra, segundo recomendação do próprio Fundo.

Roberto Campos também estava presente neste número, com um discurso, proferido na reunião da CEPAL realizada em La Paz em maio daquele ano. No discurso, ele identificava as “ilusões do desenvolvimento”. Para Campos, somente o desenvolvimento – e o conseqüente aumento no volume da riqueza a ser repartida – seria capaz de reduzir as tensões entre as classes sociais. Esta afirmação nos parece muito próxima a uma outra, seguidamente usada nos chamados anos de chumbo, que afirmava ser necessário “esperar o bolo crescer para depois reparti-lo”.

Campos também reafirmava sua crença na iniciativa privada, que, segundo ele, seria mais capaz que o Estado de produzir desenvolvimento e riqueza.³¹⁶, e alertava para a necessidade de uma revisão da política cambial, favorecendo a agricultura. Justificava afirmando que, apesar da importância da indústria e da substituição de importações, a exportação de produtos primários ainda era a base da economia dos países da América Latina.

O mesmo número da Revista trazia uma conferência de Edmundo Macedo Soares e Silva, na qual o autor mostrava a carência de capitais como uma realidade para a economia

³¹⁴ GUDIN, Eugênio. *Capitais estrangeiros no Brasil*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 135. São Paulo: ACSP. maio/jun 1957. p.52.

³¹⁵ GUDIN, Eugênio. *Fundo Monetário Internacional*. In *Revista Digesto Econômico* n. 136. São Paulo: ACSP. jul/ ago 1957. p. 29.

³¹⁶ CAMPOS, Roberto de Oliveira. *O desenvolvimento econômico e suas ilusões*. In. *Revista Digesto Econômico* n. 136. São Paulo: ACSP. jul/ ago 1957.p. 35-47.

brasileira. Para suprir esta carência, Soares preconizava, entre outras coisas, a abertura econômica para investimentos estrangeiros:

Assume, assim, importância vital o vulto dos investimentos estrangeiros suscetíveis de serem canalizados para o País com o duplo objetivo de: compensar a massa dos recursos poupados (divisas), visando à satisfação de compromissos externos anteriores, e aumentar os recursos disponíveis para fazer face na novas inversões.³¹⁷

No Digesto número 137 encontramos um discurso do então presidente da entidade – Emílio Lang Júnior – proferido em agosto de 1957, no encerramento da VI Convenção das Associações Comerciais de São Paulo. Ele iniciava apontando os males da inflação, identificando a emissão de moedas por parte do governo como uma das causas da espiral inflacionária. Para ele, a redução das exportações era uma consequência da inflação e uma das formas de enfrentar estes problemas seria a entrada de capitais estrangeiros, sempre inviabilizada pelo “nacionalismo”:

Algumas vezes autorizadas já se têm feito ouvir conclamando os homens de boa vontade a corrigir os erros que o exagerado nacionalismo criou e que emperram o desenvolvimento dos setores básicos de nossa economia. Acreditamos que o assunto não pode admitir mais delonga. Malgrado algumas manifestações dissonantes partidas de setores da produção, cremos que a consciência das classes produtoras autoriza um pronunciamento favorável a uma revisão desta política, mais do que nunca necessária à nossa tranqüilidade econômica e à fixação de um novo ciclo de prosperidade do nosso país.³¹⁸

No mesmo número, Aldo M. Azevedo também criticava o nacionalismo e afirmava que o nacionalismo e o socialismo eram duas faces de um mesmo sistema. Azevedo também criticava a intervenção do Estado na economia, que chamava de “atitude paternal”³¹⁹. Não por acaso eram as mesmas posições defendidas por Luiz Mendonça de Freitas, em artigo publicado no mesmo número.

O último número do Digesto publicado no ano de 1957 trazia um artigo de Gudin no qual ele também identificava estatismo com socialismo, reafirmando que a única tarefa do Estado era criar um clima favorável ao progresso econômico, sem “desperdiçar energias”, tentando ocupar o lugar que, segundo ele, pertencia à iniciativa privada. Ele argumentava,

³¹⁷ SILVA, Edmundo Macedo Soares. *Por que o investimento na América Latina é um bom negócio*. In In. *Revista Digesto Econômico* n. 136. São Paulo: ACSP. jul/ ago 1957. p. 93.

³¹⁸ LANG JÚNIOR, Emílio. *Conjuntura Econômico-financeira*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 137. São Paulo: ACSP. set/out 1957. p. 12

³¹⁹ AZVEEDO, Aldo M. *O governo e a empresa*. In *Revista Digesto Econômico* n. 137. São Paulo: ACSP. set/out 1957. p.52-55.

ainda que “a tendência para a socialização dos meios de produção em nosso país é um subproduto da Ditadura. Foi sob esse regime político que se iniciou o movimento de socialização econômica, sem que o país fosse ouvido ou consultado.”³²⁰.

Marcos de Souza Dantas, outro articulista do *Digesto*, considerava necessário garantir uma política cambial que preservasse o café a todo custo, porque só a agricultura impulsionaria o desenvolvimento:

Ou o Brasil sustenta, defende, estabiliza os preços do café, ou o Brasil resolve abandona-lo. Se o Brasil se desinteressar da sustentação da defesa da sua moeda internacional, que é o café, tenho para mim que caminhamos em linha reta para a bancarrota e o desastre total.³²¹

Gustavo Corção também escreveu neste número, criticando o nacionalismo. Para Corção, “*debaixo de todos esses nacionalismos subsiste a mesma raiz totalitária.*”³²²

Neste número ainda encontramos artigos de Roberto Pinto de Almeida, analisando a economia e a sociedade brasileiras a partir do ideário de Hayeck e Luiz Mendonça de Freitas criticando o tratamento preferencial de câmbio dado à indústria:

A manutenção do privilégio, por sua vez, implicava em prejuízo para a agricultura de exportação, desestimulada e, em muitos casos, impedida de expandir as suas remessas para o exterior, justamente na ocasião em que aumentavam as necessidades de importação.³²³

No primeiro número do ano de 1958, o *Digesto* transcrevia uma exposição de Roberto Pinto de Souza no Conselho Técnico da Associação Nacional do Comércio, na qual ele identificava na Instrução 113 da SUMOC uma forma de ingresso de capitais estrangeiros na economia nacional, o que considerava vantajoso.³²⁴ . Neste número havia também um artigo, de José Luiz de Almeida Nogueira Porto, no qual o autor explicava o significado do termo segurança nacional e criticava a lei que estabelecia reserva de mercado dos minérios para os

³²⁰ GUDIN, Eugenio. *Estatização de nossa economia*. In *Revista Digesto Econômico* n. 138. São Paulo: ACSP. nov/dez 1957. p. 29.

³²¹ DANTAS, Marcos de Souza. *Crise de administração*. In *Revista Digesto Econômico* n. 138. São Paulo: ACSP. nov/dez 1957. p. 39.

³²² CORÇÃO, Gustavo. *Nacionalismos*. In *Revista Digesto Econômico* n. 138. São Paulo: ACSP. nov/dez 1957. p. 66.

³²³ FREITAS, Luiz Mendonça de. *Desequilíbrios no desenvolvimento econômico do Brasil*. In *Revista Digesto Econômico* n. 138. São Paulo: ACSP. nov/dez 1957. p.113.

³²⁴ SOUZA, Roberto Pinto de. *Investimento Estrangeiro*. In *Revista Digesto Econômico* n. 139. São Paulo: ACSP. jan/fev 1958. p.10-17.

brasileiros. Para ele, os minérios eram fator de segurança nacional, e como o Brasil não possuía tecnologia para desenvolver sua exploração deveria contar com o auxílio dos capitais e tecnologias vindos de outros países. Porto também abordava a questão do petróleo, criticando o monopólio estatal:

Como a existência do petróleo é indispensável à Nação, especialmente em caso de guerra, não posso entender como se pretenda que a exploração do petróleo brasileiro por estrangeiros seja adversa à segurança nacional. Muito mais perigoso é ficarmos na dependência da importação desse combustível fundamental.³²⁵

O autor alertava também para a perturbação da ordem resultante dos conflitos entre operários e capitalistas e a presença dos comunistas, que ameaçavam a segurança nacional. Para ele a participação dos comunistas só não tinha tido maior alcance “*porque a ortodoxia marxista impede que seus líderes transijam com determinados hábitos, costumes e crenças do povo brasileiro.*”³²⁶

Delfim Netto, naquele momento apenas professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, também colaborou neste número. Explicando o que era inflação, preconizava medidas que acreditava capazes de sustar a espiral inflacionária: refreamento dos salários, política de equilíbrio orçamentário, contenção da taxa de crescimento do crédito bancário – com o objetivo de reduzir o consumo e conter a oferta de bens de consumo – “*para proteger os preços dos bens de capital e dos bens de consumo duráveis.*”³²⁷ Também não é ocasional o fato de terem se tornado políticas de Estado após o golpe de 1964.

Em março, por ocasião da posse da nova diretoria da Associação Comercial de São Paulo, o Digesto publicava o discurso de Eduardo Saigh e do presidente que tomava posse, Emílio Lang Júnior. Ambos analisavam a conjuntura nacional, defendendo a importância do café para a economia brasileira e reivindicando mudanças nas regras do câmbio. Como todos os articulistas, faziam a apologia da iniciativa privada e críticas à intervenção do Estado na economia. Eles identificavam as reivindicações dos operários como fruto da “*ação de*

³²⁵ PORTO, José Luiz de Almeida Nogueira. *Economia e segurança nacional*. In *Revista Digesto Econômico* n. 139. São Paulo: ACSP. jan/fev 1958. p. 131.

³²⁶ Idem. Pág 135.

³²⁷ NETTO, Antonio Delfim. *Algumas das origens das atuais dificuldades do comércio*. In *Revista Digesto Econômico* n. 139. São Paulo: ACSP. jan/fev 1958. p.140-145.

*elementos políticos, ansiosos por capitalizar em seu proveito eleitoral as aflições das massas sacrificadas pela depressão e pelo desemprego.”*³²⁸

Saigh alertava:

Hoje, como há mais de meio século, o café, esteio ainda de nossa economia, provoca sérias apreensões, mostrando a necessidade de um reexame, em reunião nacional que deve ser realizada com a maior urgência e da qual participem governantes, técnicos, produtores, comerciantes cercados do ambiente de indispensável franqueza e serenidade, como o exige a complexidade do assunto.

Ao abordar este problema não poderemos desmembrá-lo do problema cambial.³²⁹

No discurso de Emílio Lang Júnior, que tomava posse como presidente da ACSP na ocasião, podemos identificar as mesmas preocupações e posições defendidas pelo presidente anterior, acrescidas de críticas ao Plano de Metas. Comparando os gastos governamentais de 1958 com os do ano de 1948, o novo presidente da ACSP sugeria mudanças na política cambial e afirmava que se tal política perdurasse, a maior parte da economia brasileira estaria socializada dentro de alguns anos.³³⁰ Neste número do Digesto Econômico, Aldo Azevedo criticava os reajustes do salário mínimo, que considerava inflacionários, e a política cambial que reduzia os lucros das exportações, privilegiando as importações, o que denominava “confisco cambial do café”. Azevedo também criticava a intervenção do Estado na economia, afirmando que “*de intervenção em intervenção, de códigos e leis reguladoras, o governo caminhou até o ponto de criar, em nosso país, ambiente desfavorável a certos tipos de atividades econômicas.*”

331

O Digesto do bimestre maio/junho de 1958 trazia outra exposição sobre a intervenção do Estado na economia. Fabio Monteiro de Barros afirmava que “*o liberalismo não é uma doutrina e sim um estado de espírito, cujo principal objetivo é libertar o indivíduo oprimido pelo Estado.*”³³² Como os demais, Monteiro de Barros também apontava o investimento privado, especialmente o estrangeiro, como fator de desenvolvimento e o café como base da economia brasileira.

³²⁸ Idem. Pág. 9

³²⁹ SAIGH, Eduardo. *Conjuntura nacional*. In *Revista Digesto Econômico* n. 140. São Paulo: ACSP. mar/abr 1958. p.8

³³⁰ LANG JUNIOR. *Discurso de posse na presidência da Associação Comercial de São Paulo*. In *Revista Digesto Econômico* n. 140. São Paulo: ACSP. jul/ago 1958. p.13.

³³¹ AZEVEDO, Aldo M. *O governo como administrador*. In *Revista Digesto Econômico* n. 140. São Paulo: ACSP. mar/abr 1958. p.24.

³³² BARROS, Fabio Monteiro de. *Finança pública e intervencionismo*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 141. São Paulo: ACSP. maio/jun 1958.p. 126.

No número seguinte, em discurso transcrito para a Revista, o presidente da ACSP, Emílio Lang Júnior afirmava haver unidade entre as classes produtoras e criticava os investimentos governamentais, que identificava como geradores de inflação e desequilíbrio. Segundo ele, estes investimentos “*configuram uma revolução branca e a progressiva socialização dos setores básicos da produção.*”³³³

Para o presidente da Associação Comercial de São Paulo, a execução do programa de metas traria um agravamento da inflação, assim como problemas para o mercado cambial. Afirmando acreditar que o governo estaria empenhado no desenvolvimento econômico do país, reivindicava o que chamava de retomada da “*normalidade monetária e cambial.*”³³⁴ Neste mesmo número Luiz Mendonça de Freitas criticava a intervenção do Estado na economia. Numa tentativa de ser profético, quanto aos resultados desta intervenção, informava que:

Todos aqueles que desejam a manutenção do regime de liberdade e do primado da iniciativa particular na economia deveriam estar vigilantes e convencer-se de que nosso sistema não será destruído por um ataque externo, mas por um processo de decomposição interno.³³⁵

O Digesto n. 143 trazia mais um artigo de Eugênio Gudín. Enfocando a questão do desenvolvimento, afirmava que não computando as entradas de capital estrangeiro – segundo ele, sempre bem-vindo - na balança de pagamentos, isto não seria fator de desequilíbrio para a economia:

- a) as obrigações externas relativas aos capitais estrangeiros não devem aumentar em proporção superior à do crescimento do Produto Nacional; sua aplicação deve, é claro ser a mais eficiente possível.
- b) não deve haver inflação.³³⁶

Outro articulista, Paulo Leite Ribeiro, reafirmava a importância dos investimentos estrangeiros para o Brasil e identificava a Instrução 113 da SUMOC como forma positiva de

³³³ LANG JÚNIOR, Emílio. *Investimentos públicos e inflação*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 142. São Paulo: ACSP. Jul/ago 1958. p.11.

³³⁴ Idem.

³³⁵ FREITAS, Luiz Mendonça de. *Intervenção do Estado e classes produtoras*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 142. São Paulo: ACSP. jul/ago 1958. p. 64.

³³⁶ GUDIN, Eugênio. *O capital estrangeiro e o desenvolvimento*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 143. São Paulo: ACSP. set/out 1958. p.9.

gerar estes investimentos.³³⁷ Luiz Mendonça de Freitas argumentava que o mercado produziria com mais competência se fosse diminuída a presença do Estado, o que justificava a redução de sua intervenção na economia.³³⁸

Delfim Netto, novamente no Digesto, e mais uma vez preocupado com a inflação, alertava contra as emissões, identificando os gastos públicos como fatores geradores destas emissões. Ele defendia um corte nos investimentos públicos e criticava o reajuste de salário, que considerava fator inflacionário. Tal receituário seria aplicado, anos mais tarde, em sua gestão à frente do Ministério da Fazenda.³³⁹ Ainda neste número havia mais um artigo contrário à intervenção do Estado na economia: o texto de José Luiz de Almeida Nogueira Porto propunha mudanças nas leis trabalhistas porque a intervenção estatal no mercado de trabalho seria nefasta para o desenvolvimento brasileiro.³⁴⁰

A Revista n. 144 trazia novo artigo de Eugenio Gudín, em defesa dos investimentos americanos no Brasil. Gudín argumentava que nos EUA se considerava a ajuda aos países subdesenvolvidos não só como uma atitude humanitária, mas também um fator de segurança nacional, dada a divulgação das disparidades entre os níveis de vida nos EUA e os de outros povos. O ex-Ministro da Fazenda explicava o crescimento da economia norte-americana e o conseqüente aprofundamento desta disparidade através da reduzida participação americana nas duas guerras mundiais, que não se desenvolveram em território americano. Para ele, o conflito entre capital nacional e capital estrangeiro tinha pequena importância porque era apenas ideológico. Fundamental, para ele, era a solução dos problemas gerados pelo subdesenvolvimento. Segundo ele, a ajuda econômica americana era importante e reverteria em grandes benefícios para o Brasil, assim como para todos os países em desenvolvimento. Para Gudín, esta ajuda seria uma espécie de Plano Marshal, dirigido aos países subdesenvolvidos. Para ele “*a luta contra o subdesenvolvimento é uma medida estratégica indispensável, de capital importância.*”³⁴¹

³³⁷ RIBEIRO, Paulo Leite. *Criação de empresa mista de investimentos financeiros do exterior originariamente sob a forma de importação de bens*. Revista Digesto Econômico n. 143. São Paulo: ACSP. set/out 1958. p.47 - 51.

³³⁸ FREITAS, Luiz Mendonça. *As vantagens da livre concorrência e os inconvenientes dos controles de preços*. In: Revista Digesto Econômico n. 143. São Paulo: ACSP. set/out 1958. Pág. 73-76.

³³⁹ DELFIM NETTO, Antonio. *Nota sobre o desenvolvimento do processo inflacionário no Brasil*. In: Revista Digesto Econômico n. 143. São Paulo: ACSP. set/out 1958. p. 91-97.

³⁴⁰ PORTO, José Luiz de Almeida Nogueira. *A constituição e a intervenção do Estado na economia*. Revista Digesto Econômico n. 143. São Paulo: ACSP. set/out 1958. p.131-166.

³⁴¹ GUDIN, Eugenio. *Reflexões sobre a ajuda econômica americana*. In: Revista Digesto Econômico n. 144. São Paulo: ACSP. nov/dez 1958.p.34.

Importa destacar a palestra do General Edmundo Macedo Soares, realizada no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, transcrita neste número: iniciava com uma exposição técnica sobre o que são indústrias de base e seu significado, afirmando que a criação destas indústrias era atribuição da iniciativa privada, em parceria com o Estado. Segundo Soares, o mais importante era a iniciativa privada, pois o Estado teria apenas um papel supletivo, com o propósito de evitar pontos de estrangulamento no processo.³⁴²

A polêmica sobre o nacionalismo estava novamente presente neste número, representada por dois artigos: o de Hermes Lima reafirmava o papel do Estado que, em uma política nacionalista, não deveria ser o de anular a iniciativa privada, porque “*a política nacionalista do desenvolvimento, o comando de cujas alavancas cabe ao Estado, deve fazer da iniciativa privada um aliado eficiente, pois não possui nenhum motivo para hostilizá-la.*”³⁴³

O artigo de Gustavo Corção cita Hegel, a quem denomina “*filósofo do totalitarismo*”³⁴⁴. Ele tenta explicar o nacionalismo dos países subdesenvolvidos como um ressentimento destes para com o triunfo das potências. Para Corção, a noção de colonialismo como algo depreciativo foi construída por influência da URSS, e deve ser mudada, pois, para ele, o colonialismo se justifica por ser um dos processos normais da formação das nacionalidades. Corção apontava características comuns entre nacionalismo, totalitarismo e fascismo:

Pretendo apenas mostrar – isto sim – que o conceito de nacionalismo pertence a um especial contexto, e é energicamente repellido, ou na melhor hipótese deixado em quarentena, pelas mentalidades que se norteiam por uma concepção humanista, democrática e cristã.³⁴⁵

O primeiro número da Revista publicado no ano de 1959 trazia um artigo de Arnóbio Graça sobre a economia brasileira, definindo seu desenvolvimento como desordenado e dependente do jogo político, e mostrando que indústria e agricultura são de igual importância para o Brasil:

³⁴² SILVA, Gal. Edmundo Macedo Soares. *Indústrias de Base, sua Importância e Necessidade do seu Desenvolvimento*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 144. São Paulo: ACSP. nov/dez de 1958. p.43-62.

³⁴³ LIMA, Hermes. *Variações críticas sobre o nacionalismo*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 144. São Paulo: ACSP. nov/dez 1958. p.82.

³⁴⁴ Idem.

³⁴⁵ CORÇÃO, Gustavo. *Nacionalismo*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 144. São Paulo: ACSP. nov/dez 1958. p.91.

Seja como for, julgamos que o melhor sistema para a nossa pátria é o misto: o da coexistência e evolução da agricultura e da indústria. Aquela é indispensável, como esta, a indústria, e ambas constituem fundamentos da independência econômica e política do Brasil.³⁴⁶

O Diretor Executivo da SUMOC, José Garrido Torres, também estava presente neste número do Digesto. Na transcrição de seu discurso, pronunciado na National Foreign Trade Convention³⁴⁷, em Nova York, podemos ver que ele louvava o empenho dos EUA em diminuir discrepâncias entre os países do continente, demonstrando que este era o mesmo motivo que levava o presidente brasileiro (Juscelino Kubitschek) a formular a proposta da Operação Pan Americana. A título de proposta para a solução das discrepâncias, Garrido Torres pregava a integração comercial - que levaria à formação de um mercado regional - através de um acordo de livre comércio entre os países da América Latina. Com o crescimento econômico, segundo ele, as oportunidades seriam abertas, atraindo investimentos de outras regiões do mundo, pois, para ele “*o afluxo de capital e tecnologia estrangeiros (sejam de origem pública ou privada) será decisivo para o sucesso do projeto, visto que muito poderá influir sobre a taxa de desenvolvimento.*”³⁴⁸

Esta idéia de integração comercial latino-americana, portanto, não é recente, mas só foi realizada décadas mais tarde, ainda que sob a mesma argumentação.

O número seguinte trazia um artigo de Leite Ribeiro, no qual afirmava que a industrialização se alimentava da inflação e de taxas de câmbio abaixo do seu valor real, o que gerava desinteresse, por parte do capital estrangeiro, em investir no Brasil. Para Leite Ribeiro, a inflação representava uma forma de subsídio, mas, ao mesmo tempo, um ônus para a agricultura. Por isto, segundo ele, fora criada, pelo Conselho da SUMOC, e através da Lei 2145, a CIFER - Comissão de Investimentos e Financiamentos Estrangeiros Registráveis. Sua função era assessorar a Superintendência na solução de situações ligadas às políticas de desenvolvimento, especialmente no que dizia respeito às condições monetárias e cambiais.³⁴⁹ Segundo Leite Ribeiro, a criação da Instrução 113 e o programa vitorioso da indústria

³⁴⁶ GRAÇA, Arnóbio. :*Economia brasileira*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 145. São Paulo: ACSP. jan/fev 1959. p. 76.

³⁴⁷ Convenção Nacional do Comércio Exterior.

³⁴⁸ TORRES, José Garrido. *Os Estados Unidos na integração da América Latina*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 145. São Paulo: ACSP. jan/fev 1959. p. 110.

³⁴⁹ RIBEIRO, Paulo Leite. *Origem e Atividades da Antiga Comissão de Investimentos e Financiamentos Estrangeiros Registráveis - "CIFER"*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 146. São Paulo: ACSP. mar/abr 1959. p.42-47.

automobilística, “únicos instrumentos efetivos de política de estímulo a capitais e técnica privados do exterior.”³⁵⁰ foram uma decorrência dos trabalhos da CIFER.

Para Delfim Netto, o aumento da produção e dos estoques de café, assim como o fim da recessão, levaram a uma ampliação do mercado e teve como consequência o aumento da procura e a inflação. Por estes motivos, ele reivindicava uma mudança na política governamental em relação ao café, pois, segundo ele, a inflação era um fator negativo para a economia nacional.³⁵¹ No mesmo número, Octávio Gouvêa de Bulhões criticava as políticas de preço mínimo para as mercadorias, mostrando que tais políticas foram alvo de críticas em Bretton Woods, pois revertiam em instabilidade econômica:

Na citada Conferência recomenda-se aos “Governos participantes que, além de porem em prática as medidas financeiras tratadas na presente Conferência”, “tendo em vista criar no domínio das relações econômicas internacionais as condições necessárias para a realização das finalidades do Fundo e dos objetivos fundamentais de ampla política econômica” procurem chegar a um “acordo com a máxima brevidade possível quanto aos meios de:

- 1) reduzir as barreiras ao comércio internacional e promover, por outros meios, relações comerciais internacionais mutuamente vantajosas.
- 2) promover o comércio equilibrado de matérias primas, a preços equitativos, tanto para o produtor quanto para o consumidor.³⁵²

No Digesto posterior encontramos a transcrição de uma palestra de Roberto Campos, proferida na Confederação Nacional do Comércio³⁵³. Nela, Campos defendia a necessidade de um planejamento global, não setorial. Deste planejamento deveria constar um plano de estabilização monetária, uma vez que o câmbio artificial estava servindo de subsídio para alguns setores da economia. Roberto Campos recomendava também um fundo, formado pelos ágios recolhidos pelo governo, que serviria para incentivar a exportação e o financiamento não inflacionário das compras do café, mas frisava que este fundo não deveria constituir fonte de financiamento para as despesas do governo.

O pequeno artigo de Eugenio Gudin, no mesmo número, parece ter sido publicado apenas para desafiar o governo, caso fosse realmente desenvolvimentista, a investir os fundos

³⁵⁰ Idem. p.47.

³⁵¹ NETTO, Antonio Delfim. *Enfrentemos a realidade cafeeira*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 146. São Paulo: ACSP. mar/abr 1959. p.79-81.

³⁵² BULHÕES, Octávio Gouvêa de. *Um Processo Econômico de cooperação Internacional*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 146. São Paulo: ACSP. mar/abr 1959. p.99.

³⁵³ CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Programa de estabilização monetária*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 147. São Paulo: ACSP. maio/jun 1959. p.15-31.

públicos nas empresas privadas³⁵⁴. A reforma cambial é assunto de um outro artigo, de autoria de Nivaldo de Ulhôa Cintra³⁵⁵. Este afirmava que a máquina governamental brasileira era diferente das de outros países, por ser hipertrofiada, e que as classes produtoras estavam chamando a atenção do governo para os erros da política cambial vigente, pois o confisco era um verdadeiro imposto de exportação. O autor propunha a liberação do mercado de câmbio do controle governamental e a unificação do câmbio comercial com o financeiro.

Em julho de 1959, o *Digesto* publicava um artigo de Luiz Mendonça de Freitas sobre as funções do Fundo Monetário Internacional. Ele definia o Fundo como instituição que se propunha corrigir os desequilíbrios de longo e curto prazos na balança de pagamentos, emprestando divisas aos membros, e que atuava no sentido de nortear as relações entre os países:

Dada, contudo, a impossibilidade de se restaurar, pelo menos a curto prazo, o multilateralismo pleno no comércio mundial e a liberdade cambial, o Fundo Monetário Internacional constitui uma organização muito útil e mesmo necessária ao equilíbrio das transações entre as nações.³⁵⁶

Eugênio Gudin, trazia um panorama do comércio internacional, demonstrando que as vendas de bens primários haviam encolhido, o que significava redução no volume das exportações dos países não industriais, fator de déficit. Ele identificava o café como “vítima” deste déficit (da mesma forma que o fumo, o chá e o cacau) e preconizava medidas de proteção aos produtos agrícolas brasileiros destinados à exportação.³⁵⁷

Delfim Netto também estava presente neste número. Novamente tratando dos interesses da cafeicultura, ele reclamava da falta de autonomia do Instituto Brasileiro do Café, sua submissão ao Ministério da Fazenda, mas reconhecia a inoperância do Instituto como um dos fatores que contribuíra para esta situação. Delfim criticava ainda a implantação do sistema de cotas de produção, assim como a decisão da SUMOC de que o financiamento da safra de 1959 seria feito nas mesmas condições do financiamento de 1958. Delfim criticava a compra

³⁵⁴ GUDIN, Eugenio. *O caos inflacionário e os fundos de participação*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 147. São Paulo: ACSP. maio/jun 1959. p.32-34.

³⁵⁵ CINTRA, Nivaldo C. de Ulhôa. *Reforma Cambial*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 147. São Paulo: ACSP. maio/jun 1959. p.81-86.

³⁵⁶ FREITAS, Luiz Mendonça de. *As funções do Fundo Monetário Internacional*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 148. São Paulo: ACSP. jul/ago 1959. p. 35.

³⁵⁷ GUDIN, Eugenio. *Rumos do Comércio Internacional*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 148. São Paulo: ACSP. jul/ago 1959. p.55-80.

da safra por preço pré-fixado, alegando que este poderia subir com a inflação, o que geraria prejuízo para os cafeicultores. Além de todas estas críticas, também censurava o rebaixamento do dólar, determinado pelo governo, o que também identificava como fator prejudicial ao cafeicultor. Para ele, dada a importância do setor, o governo deveria deixar livre a cotação e constituir um fundo de auxílio aos cafeicultores em vez de fixar uma cotação alta para o dólar-café:

É quase certo que muitas pessoas objetarão a tais sugestões porque a elas lhes parecerão inflacionárias. Nada há, entretanto, de mais enganoso, porque estamos propondo uma utilização alternativa de recursos que hoje o governo federal aplica em outros setores que não têm a importância da cafeicultura.³⁵⁸

J. Testa, outro articulista, também criticava a política do governo federal destinada à cafeicultura, por ser o produto de extrema importância para a economia nacional:

É que o café, embora produzido pelos seus plantadores, é assunto nacional, cumpre não esquecer. Quem assim não o entenda, sendo cafeicultor, está fora da realidade e será sempre um inconformado, até o dia em que resolva dedicar-se a outra atividade mais privativa...Não se trata de sarcasmo ou de cinismo. Seríamos incapazes de tal atitude. É apenas realidade, pois, feliz ou infelizmente, é o café, quase sozinho, que carrega nas costas a economia nacional.³⁵⁹

Para outro articulista, Roberto Pinto de Souza³⁶⁰, o sistema de contingenciamento do câmbio, criado após a Guerra, estava durando demais, pois a Instrução 70 foi criada para definir taxas de câmbio diferenciadas, mas já seria o momento certo de revogá-la. No entanto, para ele, antes da revogação seria melhor corrigir os problemas criados por esta Instrução. Para João Paulo de Arruda³⁶¹ o câmbio livre também era uma medida que precisa ser tomada com urgência, pois era preciso corrigir os problemas criados pela Instrução 70 para os cafeicultores, retirando o controle do Estado sobre o câmbio.

Em setembro, Octávio Gouvêa de Bulhões argumentava, através de artigo no Digesto Econômico, que os investimentos, especialmente os estrangeiros, eram geradores de renda, pois “*uma das vantagens atribuíveis à entrada de capitais estrangeiros num país está, pois, no*

³⁵⁸ DELFM NETTO, Antonio. *Nova política do café*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 148. São Paulo: ACSP. jul/ago 1959. p.85.

³⁵⁹ TESTA, J. *A atual política cafeeira*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 148. São Paulo: ACSP. jul/ago 1959. p.100.

³⁶⁰ SOUZA, Roberto Pinto de. *Da Instrução 70 ao Câmbio Livre*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 148. São Paulo: ACSP. jul/ago 1959. p.127-129.

³⁶¹ ARRUDA, João Paulo. *Câmbio livre e realidade*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 148. São Paulo: ACSP. jul/ago 1959. p.153-155.

*esforço que ele pode imprimir à formação do capital nacional, contribuindo, assim, para a realização de investimentos simultâneos.”*³⁶²

No discurso de despedida de Roberto Campos do Conselho Administrativo do BNDE, transcrito no *Digesto Econômico*, ele defendia a idéia de que o desenvolvimento só será possível com a existência de estabilidade financeira. Campos condenava a “*luta que no fundo é puramente semântica, hoje travada entre os que se dizem “nacionalistas” e os partidários de uma política realista de desenvolvimento.*”³⁶³

Para Campos, o desenvolvimento deveria ser acelerado através de investimentos, especialmente os advindos do exterior, que eram os únicos capazes de acelerar o desenvolvimento sem frear o consumo. Outro articulista, Ruy Pinto da Silva, iniciava seu texto citando Gudin, para definir uma política de créditos que não fosse inflacionária. Silva afirmava que o crédito, a juros baixos, era gerador de inflação, criando uma falsa impressão de progresso. A partir desta argumentação, ele preconizava um aumento nos juros com o objetivo de conter o processo inflacionário.³⁶⁴

No número seguinte, encontramos o discurso de Emílio Lang Júnior, feito na III Conferência Brasileira de Comércio Exterior. Ele reclamava, em nome das classes produtoras, a atenção dos governos e políticas anti-inflacionárias e criticava os investimentos públicos que eram “desviados” dos setores que sustentavam a economia para outros, “menos importantes”. Lang Júnior também criticava o controle dos preços dos produtos agrícolas, por parte dos órgãos governamentais, que denominava de “*demagogia do tabelamento*”.³⁶⁵

Lang Júnior identificava, também, um conflito entre as diferentes concepções: nacionalistas contra não nacionalistas e intervencionistas contra liberais. Mas considerava que o conflito poderia ser contornado, “*no momento em que todos buscassem entendimento no plano da democracia.*”³⁶⁶ Ele também criticava o governo federal por não empreender

³⁶² BULHÕES, Octávio Gouvêa. *Recursos do Exterior na Formação da Renda Nacional*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 149. São Paulo: ACSP. set/out 1959. p. 31.

³⁶³ CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Conceitos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 149. São Paulo: ACSP. set/out 1959. p.65.

³⁶⁴ SILVA, Ruy Pinto da. *Política de Crédito*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 149. São Paulo: ACSP. set/out 1959. p..98-105.

³⁶⁵ LANG JÚNIOR, Emílio. *Desenvolvimento harmônico na economia nacional*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 150. São Paulo: ACSP. nov/dez 1959. p.25-34.

³⁶⁶ Idem.

medidas de combate à inflação, pois entendia que esta [a inflação] causava corrosão nos salários, o que resultava em convulsões sociais. No artigo intitulado *Uma política de investimentos para o Brasil*, Luiz Mendonça de Freitas analisava o movimento nacionalista, fazendo distinção entre o que ele considerava “*justas aspirações de desenvolvimento* e o que identifica como *reivindicações de cunho demagógico deste movimento*.” E recomenda:

- 1) Igualdade de tratamento para capitais nacionais e estrangeiros;
- 2) Revisão da regulamentação sobre investimentos em setores básicos;
- 3) Celebração de tratados com potências estrangeiras visando eliminar a bi-tributação internacional;
- 4) Estudo por parte da Comissão Nacional de Bolsas de Valores de normas que tornem possível negociar em Bolsas do Exterior títulos de empresas nacionais;
- 5) Revisão da legislação brasileira relativa à colaboração de capitais estrangeiros em empreendimentos de base permitindo uma participação minoritária deles nos setores em que atualmente ela é vetada;
- 6) Concessão aos títulos de empresas de serviço público ou de empreendimentos em setores básicos, do tratamento dispensado aos títulos públicos relativamente à incidência do imposto de renda.³⁶⁷

Para Freitas, a cooperação estrangeira, quando facilitada, aumentaria a disponibilidade de fatores de produção, ampliando as possibilidades de investimento, e afirmava que o volume dos investimentos públicos, estando bem acima dos privados, fazia a economia perder em eficiência. Por isto, segundo Freitas, caberia ao governo inverter esta situação. Para ele estes eram sintomas do que definia como nacionalismo deformado e intervenção indevida do Estado na economia, que constituíam “*elementos perturbadores de natureza política*”. Outra questão levantada era a do sistema cambial que, segundo o autor, era mantido à custa de medidas artificiais, constituindo fator de distorção do mercado de dinheiro e de capitais do país.

O ano de 1960 mal iniciava e o Digesto Econômico voltava a publicar um artigo de Eugênio Gudín sobre a questão cambial³⁶⁸. Nele, o autor apresentava um histórico do câmbio no Brasil desde a 2ª Guerra Mundial. E identificava o ano de 1947 como aquele no qual, em virtude da escassez de divisas, o dólar subiu de Cr\$18,00 para Cr\$25,00 ou Cr\$30,00. Segundo Gudín, este fato incentivou as exportações e encareceu as importações. Mas, em 1948, em virtude da intervenção governamental no mercado cambial, através de licenças prévias, o câmbio ficou imobilizado. Para Gudín, a taxa cambial constituía um termômetro da

³⁶⁷ FREITAS, Luiz Mendonça de. *Uma política de investimentos para o Brasil*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 150. São Paulo: ACSP. nov/dez 1959. p. 47.

³⁶⁸ GUDÍN, Eugenio. *O problema cambial*. . In: *Revista Digesto Econômico* n. 151 São Paulo: ACSP. jan/fev 1960. p.13 a 17.

economia, portanto, não podia ser regulada por decreto. Ele considerava o regime da CEXIM ³⁶⁹ uma institucionalização da intervenção estatal no câmbio, através do controle geral das importações e exportações. Segundo Gudin, em 1952, apesar da expansão monetária, o governo manteve a cotação do câmbio em baixa, o que manteve o benefício cambial para as indústrias. Esta situação era denominada por ele de “sacrifício das exportações”. Segundo Gudin, no governo Café Filho, o ministro Whitaker tentou uma reforma cambial, mas foi obrigado a recuar, por pressão dos “interesses demagógicos e mercantis que defendiam o privilégio de uma taxa de câmbio artificial, que usufruíam em detrimento dos demais setores do País”. Gudin também criticava o governo por não ter, em quatro anos, feito uma reforma cambial que restabelecesse o equilíbrio das transações de comércio exterior.

Octávio Bulhões, no mesmo número, diferenciava ufanismo de nacionalismo, argumentando que, enquanto o primeiro era uma fantasia a respeito dos recursos de um país, o segundo era mais científico e imprimia nos habitantes de um país o desejo de superarem os obstáculos ao desenvolvimento ³⁷⁰. Para Bulhões, se o nacionalismo operava em ambiente de exaltação, os meios eram transformados em fins, o que seria perigoso, pois os resultados seriam contrários aos objetivos. Tratava-se do que ele denominava “surto nacionalista”, no qual os preços dos produtos industriais deveriam acompanhar a desvalorização do cruzeiro, “*mas tabelamos, com toda a energia, os preços dos produtos agrícolas.*” ³⁷¹

Bulhões também criticava a escolha, por parte do governo, do transporte rodoviário como forma de integração, em detrimento do transporte fluvial. Segundo ele, o transporte fluvial estaria mais de acordo com nossas potencialidades. Mas suas críticas mais ferozes estavam voltadas contra a intervenção do Estado na economia. Ele argumentava que “*se*

³⁶⁹ O controle do câmbio no Brasil foi institucionalizado em 1941, através da Lei n. 3.293, que criava a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM), com a finalidade de “estimular e amparar a exportação de produtos nacionais e assegurar condições favoráveis à importação de produtos estrangeiros”. Durante este período houve uma crescente valorização do cruzeiro, o que estimulava as importações. Neste sentido, foi utilizado um sistema de licenciamento de importações para manter a demanda sob controle. A CEXIM controlava um sistema de categorias que variava desde os que poderiam ser livremente importados (remédio, inseticidas, fertilizantes) até os que eram considerados supérfluos e deveriam aguardar a obtenção de licença, processo demorado, em virtude da longa lista de espera – o que desencorajava a importação. Em 1951 a CEXIM relaxou o controle por acreditar que a guerra na Coréia se transformaria em um conflito mundial e que traria consigo uma escassez geral de suprimentos do estrangeiro. Como resultado as importações subiram ainda mais, mas parte foi compensada com o aumento das exportações do café. Em dezembro de 1953, a CEXIM foi substituída pela CACEX (Carteira de Comércio Exterior) do Banco do Brasil, através da Lei. N. 2.145.

³⁷⁰ BULHÕES, Octávio Gouvêa de. *Temas em debate*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 151 São Paulo: ACSP. jan/fev 1960.p.47-54.

³⁷¹ Idem. p.49.

compete ao Estado e não aos indivíduos a iniciativa de economizar e de investir, os indivíduos abdicam de sua personalidade, na esfera da economia, em favor da personalidade única do Estado. “
372

Hermes Lima também escrevia contra o nacionalismo.³⁷³ Ele diferenciava patriotismo, que considerava uma virtude cívica, do nacionalismo, que definia como posição política. Para Lima, a qualidade da liderança definia os rumos que cada país tomaria. Como exemplo, utilizava o caso da URSS: se tivesse havido uma liderança “mais hábil, mais oportuna e mais oportunista”, os rumos do processo na URSS teriam sido outros. Segundo ele, existiriam dois tipos de desenvolvimento para países como o Brasil: em primeiro lugar o desenvolvimento no ritmo dos interesses privativos dominantes, no ritmo e nos limites da economia do lucro, ou seja, “*aqueles entregues à iniciativa privada, que seria um instrumento deste tipo de desenvolvimento, que, segundo ele, queria apenas o progresso do país.*” Mas o segundo tipo seria aquele em que o desenvolvimento aparece apenas como processo de emancipação, com o objetivo de superar o seu caráter de economia reflexa. Assim, seria preciso ampliar os investimentos privados, especialmente os estrangeiros, o que representaria um modo viável de desenvolvimento.

Neste número havia ainda um artigo sobre o café ³⁷⁴, que alertava os leitores para a perda de importância e de peso deste produto na economia brasileira, porque seu crescimento não era tão acelerado quanto os dos demais setores. Para Carvalho Dias, o autor, o café não tinha sido contemplado no Plano de Metas, portanto não recebia o incentivo que alguns setores (siderurgia, indústria automobilística) possuíam. Mas, para o autor, era o café que fornecia divisas para o desenvolvimento e até para as metas de JK, ou seja, sem o café não haveria cambiais para o desenvolvimento:

Podemos produzir mais e diversificar a nossa pauta de exportações. Porém, não há razão para substituir o café. É um patrimônio nacional e devemos ser suficientemente competentes, de agora em diante, para manter e ampliar a sua exportação, como o foram os nossos antepassados ao criarem uma agricultura superiormente eficiente, que reergueu o Brasil da fase de profunda atrofia econômica que sucedeu a época da mineração do ouro.³⁷⁵

³⁷² Idem. p.53.

³⁷³ LIMA, Hermes. *Novos e velhos enganos sobre o nacionalismo*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 151 São Paulo: ACSP, jan/fev 1960. p.55-63.

³⁷⁴ DIAS, Miguel de Carvalho. *Café – Sua importância no desenvolvimento econômico do Brasil e o aumento de suas exportações*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 151 São Paulo: ACSP, jan/fev 1960. p. 72-81.

³⁷⁵ Idem. p.75.

No número seguinte, Eugenio Gudín publicava dois textos. No primeiro, uma palestra, realizada na Confederação Nacional do Comércio, apontava os principais fatores geradores de inflação: aumento do meio circulante e dos salários. E preconiza:

Diante do impulso inflacionário resultante da elevação dos salários além do que permite a melhoria da produtividade, a política monetária e fiscal tem de escolher entre a cumplicidade ou a resistência ao movimento inflacionário. E a resistência importaria na redução do volume de emprego.³⁷⁶

No segundo texto, Gudín desenvolvia a argumentação de que a inflação era, na verdade, um impedimento e não uma decorrência do desenvolvimento.³⁷⁷ Outro artigo, neste número do Digesto, defendia a idéia de que o desenvolvimento vinha tendo o significado de “tirania do Estado” e que a inflação era uma forma de tributo que, na verdade, retirava capital da sociedade, o que significava “*financiar o desenvolvimento com a fome do povo*”³⁷⁸, pois:

O caminho do estatismo e do confisco foi o que seguiu o processo de desenvolvimento e aceleração do avanço econômico nos regimes comunistas. É o caminho no qual geralmente se desemboca, quando os detentores do poder se prefixam obter, a todo custo, determinados níveis de postulação em breve prazo.³⁷⁹

O autor classificava o Brasil como um país enfermo, “*porque acometido de grave desordem financeira*”, e afirmava que a cura para esta “enfermidade” dependia da aceitação dos remédios adequados.

O Digesto posterior trazia o discurso de posse de Emílio Lang Júnior, reeleito para mais um mandato à frente da Associação Comercial de São Paulo. Lang Júnior afirmava que, as condições de vida para todos estavam cada vez melhores, especialmente após a Guerra, apesar do crescente número de detratores do capitalismo. Para ele, estes agentes da luta anti capitalista infiltravam-se nas organizações estudantis, fingindo ser estudantes, quando, muitas vezes seriam profissionais pagos para esta finalidade. Estes profissionais estariam explorando seus sentimentos de insatisfação e rebeldia e ensinando à juventude a “*votar ódio e desprezo aos capitalistas*”. Para ele, estes detratores do capitalismo também haviam se apropriado do

³⁷⁶ GUDIN, Eugenio. *Conferência internacional sobre a inflação*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 152 São Paulo: ACSP. mar/abr 1960. p.30.

³⁷⁷ GUDIN, Eugenio. A suposta inflação européia. In: *Revista Digesto Econômico* n. 152 São Paulo: ACSP. mar/abr 1960. p.76-77.

³⁷⁸ FARACO, Daniel. *O nosso desenvolvimento e o sofrimento das massas*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 152 São Paulo: ACSP. mar/abr1960. p.78-87.

³⁷⁹ Idem. p.82.

nacionalismo, pois os brasileiros são *nacionalistas de fins e não de meios.*”³⁸⁰ Justamente por isso é que ele se posiciona a respeito do capital estrangeiro da seguinte forma:

Nós não somos, indistintamente, a favor nem indistintamente contra a participação do capital estrangeiro no nosso desenvolvimento econômico. Há casos em que tal participação deve ser admitida mediante certas cautelas, mas é inegável que os novos capitais representam fator positivo de progresso econômico.³⁸¹

No mesmo número da revista, ainda é possível encontrar um texto de Octávio Gouvêa de Bulhões³⁸², no qual ele afirmava serem as reservas cambiais uma das maiores proteções contra a inflação. Para Bulhões, o Plano White aconselhava instituições internacionais que concentravam estas reservas que as repassassem dos “países com mais liquidez” para os “países com mais necessidade”, o que seria favorável para países como o Brasil.

No bimestre posterior, Bulhões publicou outro texto no Digesto, no qual “esclarecia” o que era liberalismo. Para ele, o liberalismo não era uma forma de individualismo, mas sim de *uma doutrina que contrariava monopólios e privilégios*, e combatia os entraves produzidos por organizações decadentes que dificultavam a expansão da produção, encarecendo desnecessariamente os produtos, em detrimento de outros produtores, cujos preços eram forçados para baixo. Para exemplificar, usava a política cambial brasileira, na qual o “*regime de favorecimento cambial que a lei contempla e outorga a sua execução à Superintendência é um retorno ao mercantilismo.*”³⁸³

Roberto Campos também estava presente neste número do Digesto, com um texto irônico, no qual criticava a ineficiência do Estado, relativizando a noção de desenvolvimento medido a partir da industrialização:

É que a Rússia e os Estados Unidos, grandes países industriais e substancialmente mais ricos que nós são grandes exportadores de produtos agrícolas e matérias-primas. De modo que o negócio não deve ser tão humilhante assim.³⁸⁴

³⁸⁰ LANG JÚNIOR, Emílio. *O elogio do capitalismo*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 153 São Paulo: ACSP. maio/jun 1960. p.11 a 19.

³⁸¹ Idem. p.15.

³⁸² BULHÕES, Octávio Gouvêa de. *O papel das reservas internacionais e a política cambial*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 153 São Paulo: ACSP. maio/jun 1960. p. 20-23.

³⁸³ BULHÕES, Octávio Gouvêa de. *Considerações sobre o Liberalismo*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 154 São Paulo: ACSP. jul/ago 1960. p.46.

³⁸⁴ CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Elogio da ineficiência*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 154 São Paulo: ACSP. jul/ago 1960. p.88.

Este número do Digesto não poderia deixar de contar com a participação de Gudin, fazendo pesadas críticas à construção de Brasília, especialmente pela forma como foi efetuada e suas conseqüências para a economia brasileira:

Qualquer indivíduo em condições normais de sanidade mental, que decidisse implantar uma grande cidade a dois mil quilômetros de distância, começaria por construir os meios de comunicação. Só um louco construiria uma cidade transportando materiais e gente por avião. Mas mesmo esse louco só praticaria a loucura se as notas de mil cruzeiros queimadas ou desperdiçadas fossem dos outros e não dele.³⁸⁵

O número seguinte do Digesto trazia outro artigo de Gudin, no qual ele traçava um quadro dos desdobramentos da inflação para os salários, os preços e a oferta de empregos, apontando todos os malefícios do processo. Quanto à agricultura, principal foco de interesse do autor, ele afirmava:

A agricultura é geralmente uma vítima da inflação. Na impossibilidade de evitar a alta dos gêneros alimentícios os governos recorrem ao controle de preços (COFAP), quando não também à fixação de taxas cambiais supervalorizadas que prejudicam as exportações agrícolas.³⁸⁶

Para Gudin, a inflação também trazia más conseqüências para a indústria, pois gerava escassez de divisas para importar maquinário. Para o autor, a inflação atrasava o desenvolvimento.

No mesmo número, encontramos mais críticas à intervenção do Estado na economia, na transcrição de uma palestra de Hermes Lima na Confederação Nacional do Comércio³⁸⁷. Fazendo um histórico da relação entre o Estado e a economia, identificava em cada uma das Constituições aquilo que era mais importante para a regulamentação desta relação. Mostrava, também, que na Carta de 1891 esta intervenção tinha por objetivo garantir a propriedade e a iniciativa privada e que na Carta de 1946 o Estado intervinha para resguardar a força de trabalho, o que, de seu ponto de vista, não serve aos interesses nacionais.

³⁸⁵ GUDIN, Eugenio. *Brasília, foco de irradiação*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 154 São Paulo: ACSP. jul/ago 1960. p.98.

³⁸⁶ GUDIN, Eugenio. *O pequeno ativo e o enorme passivo da inflação*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 155 São Paulo: ACSP.set/out 1960. p. 23.

³⁸⁷ LIMA, Hermes. *Intervenção do Estado*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 155 São Paulo: ACSP.set/out 1960. p.82-88.

O tema era abordado por Octávio Gouvêa de Bulhões³⁸⁸, neste mesmo número da Revista. Bulhões identificava o mercado como fator determinante para a definição dos salários e afirmava que os salários, no Brasil, eram baixos, em virtude da grande oferta de mão-de-obra, fruto do acelerado crescimento populacional, ou seja, em virtude de fatores “mercadológicos”. Bulhões criticava o artigo 148 da Constituição, que rege os reajustes salariais, bem como a idéia da participação dos trabalhadores nos lucros da empresa. Para ele, o Estado só deveria intervir para incentivar a produtividade das indústrias e combater os lucros decorrentes da escassez de mercadorias. Em defesa da livre iniciativa e contra as empresas públicas afirmava:

Tenho, com toda sinceridade, procurado compreender a política daqueles que julgam que o Brasil deve caminhar para a socialização dos meios de produção. É bem possível que eu esteja equivocado. Mas, do que me é dado a observar, verifico que os empreendedores particulares desempenham seu papel. Há pouco, trouxe para esta mesa algumas provas que me parecem muito importantes. Comparando as estatísticas dos lucros com o vulto dos investimentos por elas realizados, verificamos que a percentagem de aplicação dos lucros nos investimentos é extraordinária.³⁸⁹

O exame dos exemplares da Revista Digesto Econômico publicados ao longo do período enfocado nos mostra que as reivindicações dos empresários representados na ACSP coincidem com as medidas prescritas pelo Fundo Monetário Internacional e foram implementadas através de algumas medidas baixadas através da Superintendência da Moeda e do Crédito. Tais medidas – câmbio livre, redução da intervenção do Estado na economia, combate a inflação, principalmente, a abertura da economia para as inversões de capital estrangeiros, eliminando qualquer barreira protecionista – passaram a fazer parte da estrutura econômica brasileira durante os anos 50. Todas estas foram sendo implantadas a partir de 1964 e ainda fazem parte do receituário de nossa economia, meio século depois de serem alardeadas e defendidas pelos atores sociais descritos neste capítulo. Fazem parte da nova forma de relação que se convencionou chamar de neoliberalismo.

Podemos identificar, em muitos destes articulistas do Digesto Econômico, atores sociais que ocuparam espaços no Estado brasileiro após o golpe de 1964, em nome dos interesses da fração da burguesia que representam. Mais uma demonstração de que o consenso, construído ao longo da segunda metade dos anos 50 em instituições da sociedade

³⁸⁸ BULHÕES, Octávio Gouvêa. *Intervenção do Estado na Economia*. In: *Revista Digesto Econômico* n. 155 São Paulo: ACSP.set/out 1960. p.89-97.

³⁸⁹ Idem. p.95.

civil como a Associação Comercial de São Paulo, se traduziu na conquista do Estado por parte desta fração da burguesia.

Capítulo VII - Câmbio e mudanças

“It’s the economy, stupid!”

Frase atribuída a Bill Clinton para explicar sua vitória nas eleições de 1992, quando concorreu contra George Bush (pai).

Se é nosso propósito entender as disputas políticas ocorridas nos anos 50, por que deveríamos nos debruçar sobre questões econômicas, especialmente questões ligadas às políticas cambiais do período?

Analisamos questões econômicas porque partimos do princípio de que é nelas que está a base para o entendimento das relações sociais, tal como em Gramsci:

Com Marx a história continua sendo domínio das idéias, do espírito, da atividade consciente dos indivíduos isolados ou associados. Mas as idéias, o espírito, se realizam, perdem sua arbitrariedade, não são mais fictícias abstrações religiosas ou sociológicas. A substância que adquirem se encontra na economia, na atividade prática, nos sistemas e nas relações de produção e troca. A história como acontecimento é pura atividade prática (econômica e moral).³⁹⁰

Para nós a questão econômica está presente em todas as relações. Ela é a base sobre a qual se assentam as relações sociais e as estruturas jurídico-políticas. Portanto, consideramos que para entender as disputas que se desenrolaram no Brasil dos anos 50, precisamos identificar não só o debate econômico, mas também as ações ligadas à economia, empreendidas por parte dos atores sociais em questão. Dentre estas ações econômicas, identificamos a política cambial como a melhor expressão dos processos sobre os quais nos debruçamos.

Acreditamos que as políticas cambiais, ou seja, as oscilações da moeda, especialmente o dólar (referencial monetário para todo o comércio internacional no momento que abordamos) em relação à moeda nacional, expressavam os interesses dos diferentes

³⁹⁰ GRAMSCI, Antonio. *Nosso Marx*. In CHASIN, J. (Org.) *Marx Hoje*. São Paulo: Editora Ensaio, 1987. p.109.

setores do empresariado nacional. Tais políticas eram uma decorrência de decisões que se davam no interior das agências do Estado. Daí sua importância como objeto de estudo para nós.

Para entendermos os embates ocorridos ao longo dos anos 50, identificamos a questão cambial como reflexo das disputas entre frações de classe, e suas repercussões sobre os diferentes setores da sociedade brasileira.

A política cambial constitui um dos principais instrumentos através do qual o Estado regulamenta algumas das relações econômicas e estas relações econômicas, em uma sociedade capitalista, serão geradoras de benefícios para as classes dominantes, especialmente para aquelas frações que detêm o controle das instituições promotoras destas políticas. Identificamos, no período abordado, pressões realizadas pelos diversos setores e grupos de interesse, no sentido de garantir uma política cambial que atendesse às suas demandas. Para os exportadores de produtos agrícolas, especialmente os cafeicultores, a valorização do dólar frente ao cruzeiro³⁹¹ era decisiva, garantia de bons lucros na venda da safra. Para o empresariado industrial, esta mesma valorização do dólar poderia significar o encarecimento dos insumos necessários à manutenção da produção, portanto, do ponto de vista deste setor interessava que o cruzeiro estivesse valorizado frente à moeda americana. Por outro lado, para os demais setores da população, a valorização do dólar também tinha seu significado: para os trabalhadores, mais alto o preço do dólar, maior seria o custo de produtos importados e também o do petróleo, o que, por si só, já constituía fator de encarecimento do custo de vida, não só por interferir no preço do seu transporte, como também por ser um dos componentes do custo das mercadorias.

Toda eleição das políticas econômicas resulta de uma hierarquização de objetivos. Estes, por sua vez, refletem as pressões dos diferentes grupos de interesse em torno da ação governamental e tais pressões têm sua origem em todos os setores da sociedade, desde os empresários aos trabalhadores, e são produzidas pelas instâncias de representação de classe de cada um destes setores.

³⁹¹ Moeda vigente no Brasil de novembro de 1942 a fevereiro de 1967, de maio de 1970 a fevereiro de 1986 e de março de 1990 a julho de 1993.

As taxas de câmbio são uma variável importante na política econômica. No período que abordamos a valorização ou a desvalorização do dólar refletiam diretrizes governamentais – ora ligadas ao incentivo à importação de insumos para a indústria, ora ligadas à lucratividade do setor exportador – especialmente aquele ligado à cafeicultura -, que não deixou de constituir a base de nossa pauta de exportações, no que diz respeito aos produtos agrícolas.

Na segunda metade dos anos 50, em virtude das dificuldades geradas pela Segunda Guerra Mundial, as políticas públicas encontravam-se sujeitas a mudanças bruscas, decorrentes, principalmente, dos problemas gerados pelas oscilações da economia internacional. Este era um fator que dificultava o planejamento e o controle governamental sobre as transações comerciais.

Desde 1945 até o final dos anos 80, podemos identificar uma característica básica nas políticas cambiais brasileiras: as taxas de câmbio eram atribuição governamental, o que significava um controle estatal da cotação do dólar e este controle era feito através da SUMOC, até 1965 e, após a transformação desta Superintendência, pelo Banco Central.. Neste período o Brasil não havia adotado o regime de câmbio flutuante e o dólar possuía conversibilidade reduzida. Mas, desde 1945 até o ano de 1953, a intervenção governamental no câmbio contribuiu para a ocorrência de alguns eventos, conhecidos como colapsos cambiais, ocorridos em 1951 e 1952.

Em função destes momentos de extrema tensão nas questões relativas à moeda, as medidas voltadas para o controle e direcionamento do valor do câmbio passaram a ser motivo de disputa no espaço onde elas eram definidas: a SUMOC. Desde aquele período, nos vários momentos em que despontam crises cambiais ou movimentos bruscos de alta na cotação do dólar, é através da SUMOC, e depois da agência de Estado que irá se constituir a partir desta Superintendência, o Banco Central, que os setores interessados no direcionamento do câmbio irão atuar. Nos dias de hoje, o controle do Banco Central tem importante significado para as disputas em torno da cotação cambial. Embora tenhamos, a princípio, uma política de câmbio flutuante, as oscilações na cotação da moeda ainda se mantêm sob o controle do BC, que exerce este domínio através da compra ou da venda da moeda, atuando através da redução ou aumento da oferta de moeda no mercado.

Muitos autores atribuem a crise cambial brasileira do início dos anos 50 à Guerra da Coreia, mas também apresentam como estopim deste processo o crescimento das importações, especialmente em virtude da “boa vontade” governamental para com as licenças para importação, durante os anos 40. Como o aumento das importações apontava para um volume maior de itens relacionados aos maquinários e produtos dirigidos às indústrias de bens de consumo, esta liberalização, na prática, pode ser interpretada como uma orientação no sentido de incentivar o crescimento industrial, pois tinha a capacidade reduzir o custo dos insumos industriais. Mas a desvalorização do dólar tinha seus efeitos na exportação de produtos, especialmente na agricultura, o que corrobora a idéia de que a cotação do câmbio e as licenças para a importação definiam o fortalecimento deste ou daquele setor no interior do aparelho de Estado.

Desde o final de 1950, com a constituição da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos ³⁹², houve uma significativa mudança nas relações entre os dois países, não só através de uma alteração na atitude dos EUA, ampliando os investimentos no Brasil, especialmente aqueles destinados à infra-estrutura, mas também pelo fato de que a maioria dos projetos industriais e de infra-estrutura seriam financiados pelo Eximbank ³⁹³. Neste período os preços internacionais do café estavam em alta, o que, na prática, representava alívio na situação das transações externas. Estas, entre outras razões levaram o governo a manter a taxa de câmbio fixa e sobrevalorizada, mantendo, também, o regime de concessão de licenças para importar. Na prática, havia uma política de liberalização das importações, pela via cambial, o que também refletia os interesses do setor industrial, uma vez que reduzia os custos de produção.

Segundo Vianna, esta liberalização pode ser explicada, do ponto de vista interno, pelos seguintes fatores:

³⁹² A CMBEU fazia parte do projeto norte-americano de fornecimento de assistência técnica para os países da América Latina conhecido como Ponto IV. Foi formada, inicialmente em 1949, por Eugênio Gudin, Octávio Gouvêa de Bulhões e Valter Lima Sarmanho. Tinha por objetivo inicial estudar as prioridades para um programa de desenvolvimento do país, mas acabou estabelecendo como prioridades os setores de agricultura, energia e transporte, sem formular um projeto específico de financiamento.

³⁹³ Eximbank (*Export and Import Bank of the United States*): criado em 1934, o Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos com o objetivo de financiar programas de governos e empresas estrangeiros associados à compra de equipamentos e serviços norte-americanos. Sua atuação tem se concentrado nos países do Terceiro Mundo.

(i) persistência de séria pressão inflacionária interna e de aguda propensão a importar (ii) abastecimento precário do mercado interno, no que tange a produtos importados, devido às restrições cambiais de importações aplicadas com crescente severidade desde 1948 até meados de 1950 e afrouxadas apenas parcialmente em seguida à melhoria da posição cambial em fins de 1950, (iii) perspectiva decrescente de escassez internacional de matérias- primas e equipamento importável, em função da expansão dos programas armamentistas (iv) perspectivas favoráveis da evolução das exportações dos principais produtos, (v) posição cambial temporariamente favorável (CEXIM Relatório 1951).³⁹⁴

Embora Vianna não indique explicitamente esta liberalização através do câmbio como resultante das pressões políticas, especialmente por parte dos setores da burguesia vinculados à indústria, há um indicativo interessante de que esta medida pode ser identificada a tais setores: a presença de Ricardo Jafet ³⁹⁵ na presidência do Banco do Brasil, instituição que possuía o controle do crédito em detrimento do Ministério da Fazenda.

A política de “liberalização” cambial e aduaneira, segundo alguns analistas, foi responsável pelo aumento das importações, o que explicaria, especialmente para Lafer e os partidários da contenção creditícia, o aumento da inflação. Para Vianna, a conjuntura econômica do início do ano de 1953 pode ser caracterizada pelo aumento da inflação, pelo colapso cambial, e pela acumulação do que ele denomina de atrasados comerciais. Segundo este mesmo autor, tais fatores abalaram o projeto de saneamento econômico.³⁹⁶

Para fazer frente a esta crise, o Congresso aprovou, em dezembro de 1952, uma alteração da política de câmbio fixo e utilização das licenças de importação, que passou a vigorar em janeiro de 1953: a Lei 1807, ou Lei do Mercado Livre ³⁹⁷. Esta lei criava taxas distintas para certas importações e exportações, com o objetivo de garantir o escoamento dos

³⁹⁴ VIANNA, Sérgio Besserman. *Duas tentativas de estabilização: 1951-1954*. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 126.

³⁹⁵ Em sua gestão à frente do Banco do Brasil Jafet promoveu uma política de expansão do crédito, o que levou à incompatibilização com o então Ministro da Fazenda, Horácio Lafer, defensor de uma política antiinflacionária que tinha como principais instrumentos a contenção do crédito. Também foi atacado pela oposição a Vargas, que o acusava de favoritismo na concessão de créditos ao jornal Última Hora, de propriedade de Samuel Vainer, periódico criado como contraponto aos demais jornais, com o objetivo de apoiar o presidente. Estes fatores levaram ao afastamento de Jafet da diretoria do Banco do Brasil, mas já o identificam como defensor das teses desenvolvimentistas e da ampliação da participação do Estado na economia.

³⁹⁶ VIANNA, Sérgio Besserman. Op. Cit.. p.131.

³⁹⁷ A Lei 1807 instituiu o sistema de taxas múltiplas de câmbio, algumas até flutuantes. Permitia às mercadorias que não excedessem 4% do valor médio do total de exportações realizar parte das divisas obtidas no exterior fora do controle governamental.

produtos gravosos ³⁹⁸ e diminuir a capacidade de importar, através do deslocamento, para o mercado livre, da terça parte do valor total das importações. Tal modificação na política cambial encerrava um longo período de taxa de câmbio fixa, que tinha vigorado desde 1939.

Como conseqüência da Lei 1807 sobreveio uma desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar. A valorização do dólar, por sua vez, teve como principal decorrência o encarecimento das importações e a maior lucratividade para as exportações. Esta era uma situação que comprometia uma política de incentivo ao crescimento industrial, portanto, teve curta duração: em meados de 1953, Horácio Lafer e Ricardo Jafet foram substituídos. O Ministério da Fazenda passou para as mãos de Oswaldo Aranha e o Banco do Brasil ficou sob a presidência de Marcos de Souza Dantas.

Na nova gestão, o colapso cambial serviu como justificativa para a redução das despesas do setor público, em particular os gastos com investimentos. Cortar investimentos significa, na prática, reduzir a capacidade de atuação do Estado como agente econômico. No entanto, esta maré de medidas de política econômica, cujo objetivo era reduzir o déficit público e solucionar a crise cambial, levou também à criação, em 9 de outubro de 1953, da Instrução 70 da SUMOC. Esta instrução estabelecia uma nova regra para o câmbio, sob maior controle governamental, beneficiando o setor industrial.

Através desta Instrução, o câmbio subvencionado estava extinto e era inaugurado um sistema de taxas múltiplas. Desta forma, o governo distribuía divisas disponíveis em lotes, sendo a taxa de câmbio para cada categoria determinada por meio de leilões. Tais lotes eram constituídos por bens considerados essenciais ou não. Neste sistema, que durou, com algumas alterações, até 1957, o governo fixava a quantidade de divisas distribuídas, mas não o valor da moeda estrangeira. No entanto, a quantidade de divisas atribuída a cada mercadoria já determinava o valor da moeda, pela escassez ou opulência. Caso fosse em menor quantidade que a demanda existente em algum ramo, geraria uma valorização do dólar para aquele setor da economia.

Procurando não desencorajar demasiadamente as importações necessárias à industrialização, a Instrução 70 era uma tentativa de produzir estabilidade financeira, mas, a

³⁹⁸ É denominada gravosa toda mercadoria exportável que, dado o seu alto custo de produção, não pode competir, no mercado internacional, com os similares estrangeiros, ficando, assim, na dependência de medidas protecionistas por parte do governo.

intenção de Aranha e Dantas era tornar as exportações brasileiras mais acessíveis ao mercado internacional e reduzir as importações (especialmente as de bens de consumo), bem como proteger a indústria e a balança comercial.

Para Vianna ³⁹⁹, a Instrução 70 pode ser entendida como uma medida cuja meta era a estabilização monetária, pois, tendo como objetivo principal a política de câmbio referenciada no sistema de taxas múltiplas, a Instrução buscava minorar o desequilíbrio cambial e combater a tendência de aumento da inflação do final da década anterior. Apesar de ter funcionado, na prática, como incentivo ao processo de substituição de importações (servindo, portanto, de apoio à indústria), não impediu que a situação financeira do país continuasse instável. De nossa parte, consideramos que esta medida também expressa o peso político do empresariado ligado à indústria, que tinha espaço considerável na sociedade política neste período.

Segundo Almeida ⁴⁰⁰, os “liberais” brasileiros, em defesa da reforma cambial, afirmavam que o processo de industrialização, pela via da substituição de importações, seria o responsável pela instabilidade financeira e pelo desequilíbrio na balança de pagamentos, na medida em que o câmbio, sobrevalorizado, não favorecia as exportações.

O que os “liberais” preconizavam era uma mudança nos rumos do câmbio, uma valorização da moeda nacional e a eliminação dos impostos – via confisco cambial. Tais medidas eram atribuição do Banco do Brasil, através de um de seus departamentos: a SUMOC. Portanto, o controle do Banco – conseqüentemente da Superintendência - representaria, a prerrogativa de dar a direção do processo e determinar a forma como seria feita a reforma cambial.

Além da questão cambial e do domínio do déficit público, o controle do Banco do Brasil, responsável pela condução da política monetária, através de um de seus departamentos – a SUMOC – era o objetivo de Aranha. Isto vai ficar claro quando, também em outubro de 1953, o então Ministro da Fazenda - através do Plano Aranha - propôs a subordinação do Banco do Brasil ao seu Ministério. A proposta tinha por justificativa reduzir a possibilidade

³⁹⁹ VIANNA, Sérgio Besserman. Op. Cit.

⁴⁰⁰ ALMEIDA, Lucio Flavio de: *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

de conflitos como os que haviam ocorrido entre o ex-ministro da Fazenda, Horácio Lafer, e o ex-presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet, e que, segundo o próprio Aranha, haviam sido entraves para a estabilização fiscal. Tratava-se de uma iniciativa cujo intuito era garantir o controle sobre a política monetária e cambial – os empréstimos e o valor do dólar. É através deste processo que o conflito pelo controle destas agências do Estado, a Superintendência da Moeda e do Crédito e o Banco do Brasil, e de suas funções, se torna explícito.

O Plano Aranha não resultou em maior controle do Ministério da Fazenda sobre o Banco do Brasil, nem em redução do déficit monetário ou das disputas. Este fracasso pode ser, em parte, explicado pela mudança nas relações entre o Brasil e os EUA, especialmente em virtude da eleição do republicano Eisenhower para a presidência dos Estados Unidos. Desta mudança no comando da política norte-americana resultaram duas novidades: o acirramento da Guerra Fria, com a conseqüente decisão de prioridade para o combate ao comunismo e o abandono da política de Truman ⁴⁰¹, o que significou a retirada dos financiamentos para os projetos elaborados pela Comissão Mista Brasil Estados Unidos.

A nova orientação norte-americana em relação aos financiamentos governamentais para países do terceiro mundo coincidiu com a adoção, por parte do Eximbank, de condições duras para os empréstimos destinados a saldar dívidas comerciais e o encerramento dos trabalhos da CMBEU ⁴⁰². O encerramento da Comissão, por sua vez, teve como

⁴⁰¹ A política externa adotada pelo Governo Truman em relação aos países do bloco capitalista teve início com o discurso de Truman, em 12 de Março de 1947, diante do Congresso Nacional dos EUA, no qual o presidente assumiu o compromisso de defender o mundo capitalista contra o comunismo. A política de Truman visava conter o avanço do socialismo e a expansão da área de influência da União Soviética. A ajuda americana iniciou com a concessão de créditos para a Grécia e a Turquia e prosseguiu com a colaboração financeira dos Estados Unidos na recuperação da economia dos países europeus. No campo econômico a Doutrina Truman foi responsável pelo chamado Plano Marshall, mas a ajuda americana não se limitava ao campo econômico, estendendo-se ao campo militar, o que deu origem à Guerra Fria.

⁴⁰² A Comissão Mista Brasil – Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico era parte do plano norte-americano de assistência técnica para a América Latina, conhecida como Ponto IV. Foi formada pelos técnicos brasileiros Eugênio Gudin, Octávio Gouveia de Bulhões e Valder Lima Sarmanho, e encarregada de estudar os pontos prioritários que deveriam compor um projeto de desenvolvimento do país. Um dos resultados do trabalho da Comissão foi a criação, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 20 de junho de 1952. O BNDE tinha a incumbência de financiar e gerir recursos captados no Brasil, no Eximbank e no BIRD para esses projetos, mas durante o governo Vargas somente 181 milhões foram concedidos pelos bancos estrangeiros e nem todos os projetos receberam financiamento. A Comissão Mista foi dissolvida em e apresentou seu último relatório em 1954, já no governo Café Filho, para o Ministro da Fazenda, Eugênio Gudin. O relatório limitou-se a dois pontos, considerados prioritários: transportes e energia. O grupo de brasileiros que participou da Comissão, mais tarde, fundou a Consultec, empresa privada que elaborou todos os projetos para o BNDE. O grupo também serviu de base para o Conselho de Desenvolvimento econômico que, por sua vez, preparou o Programa de Metas do Governo Kubitschek. Após a dissolução da CMBEU, o BNDE levou adiante as negociações para a execução dos projetos recomendados. Apud: ABREU, Alzira Alves et al. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 30*. Volume II. Rio de Janeiro: FGV/Positivo.2001. p.1466-1468.

desdobramento o fortalecimento das posições do Banco Mundial. Para a economia brasileira esta situação não era nada favorável, pois, segundo Vianna, as taxas de juros do Eximbank eram mais baixas e suas condições de financiamento mais suaves que as do Banco Mundial⁴⁰³.

Não podemos explicar esta alteração nas relações Brasil-EUA, o fim da CMBEU ou qualquer outra mudança de rumo nas orientações da política econômica, através de uma modificação na correlação de forças interna ou a uma atitude nacionalista de Vargas. Tais alterações devem ser atribuídas à mudança no governo norte-americano e à tentativa do Banco Mundial de ampliar sua tutela sobre as políticas econômicas dos países que demandavam crédito, bem como ao conflito entre o Eximbank e o próprio Banco Mundial. O novo governo norte-americano colocou-se explicitamente a favor das posições do Banco Mundial, o que resultou em endurecimento das condições para a concessão de empréstimos. Tais fatores também contribuíram para o acirramento da crise cambial no Brasil.

Em 1954, em virtude da crise e das pressões dos setores contrário às políticas econômicas implantadas em seu governo, Vargas suicidou-se e tomou posse o vice-presidente, Café Filho. Seu governo iniciou-se sem que os problemas relativos ao câmbio e ao déficit tenham sido resolvidos. Café Filho nomeou para o Ministério da Fazenda, Eugênio Gudin, que nomeou Clemente Mariani⁴⁰⁴ para o Banco do Brasil e Octávio Gouvêa de Bulhões para a SUMOC. O tripé que passou a comandar a economia brasileira a partir de 1954 possuía em comum alguns princípios: a crítica às políticas de desenvolvimento e de apoio às empresas públicas, a defesa do ingresso de capitais estrangeiros, a defesa da importância da agricultura brasileira frente à indústria, além da forte preocupação com o controle da inflação através da redução do crédito e a convicção de que era preciso reduzir a participação do Estado na economia.

Tendo como principal proposta o combate à inflação e o equilíbrio do déficit, o novo Ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, baixou nova medida, através da SUMOC: a Instrução 113. Esta nova Instrução criava condições atraentes para o capital estrangeiro no país, através da concessão de licença, sem cobertura cambial, para importação de maquinaria para empresas estrangeiras associadas a empresas nacionais.

⁴⁰³ VIANNA, Sérgio Besserman. Op. Cit.

⁴⁰⁴ Com relação a Clemente Mariani ver nota de rodapé n. 15 do Capítulo III.

A Instrução 113 harmonizava-se aos interesses representados por Gudin no Ministério da Fazenda e suas idéias a respeito da validade do capital estrangeiro:

Para atrair capital estrangeiro uni ou multinacional, devemos proporcionar: a) Instituições estáveis, com “regras do jogo” também estáveis em relação ao capital alienígena. b) Boa acolhida para a empresa afluente, dando-lhe as facilidades e proteção usuais. c) Liberdade de entrada como de saída para as reservas necessárias⁴⁰⁵.

Com estas idéias e sua biografia, Gudin possuía enorme prestígio junto à comunidade financeira internacional. Sua defesa intransigente da importância do capital estrangeiro como fator necessário ao desenvolvimento estava sempre explícita em seus trabalhos:

Em recente visita a Brasília, o Presidente do Conselho Diretor do City Bank felicitou os brasileiros “por não mais considerarem o investimento estrangeiro como uma ameaça a sua autonomia, e sim como expressão da confiança mundial em sua florescente economia.” Para quem, como eu trabalhei durante mais de meio século procurando esclarecer a opinião do país no sentido de acolher a colaboração de um, a quota de poupança estrangeira e de desfazer o fantasma do perigo do capital invasor, é decerto confortador assinalar essa evolução da nossa mentalidade, acabando por compreender o quanto pode o capital externo contribuir para acelerar o desenvolvimento econômico nacional, tão carente de poupança e de tecnologia.⁴⁰⁶

No entanto, apesar de todo este “prestígio” do Ministro, especialmente junto aos organismos financeiros internacionais, isto não foi suficiente para a obtenção de recursos junto a estas instituições. Cabe creditar este fato especialmente à mudança de orientação norte-americana, advinda com a eleição dos Republicanos, em 1953. Ao mesmo tempo, o desequilíbrio, resultante da redução das exportações de café, aprofundou a crise cambial brasileira. Foi justamente o momento em que medidas de caráter mais efetivo, no sentido de captar investimentos externos se faziam “necessárias”. Daí a adoção da Instrução 113. Mesmo sendo defendida pelo Ministro como medida de solução de longo prazo para a crise cambial e para o financiamento da industrialização, a Instrução 113 só foi possível em virtude do controle do Banco do Brasil e da SUMOC pelos intelectuais organizadores que apontavam para um processo de desnacionalização da economia brasileira como condição para o desenvolvimento:

O nacionalismo exclusivista apresentava os argumentos mais curiosos. Um era o imperativo de se manterem no país os *centros de decisão*. Não foi fácil convencer esses nacionalistas bravios de que esses *centros de decisão* sempre estiveram nas mãos do governo, que empunha um arsenal de instrumentos com que pode afirmar sua

⁴⁰⁵ GUDIN, Eugênio. Op. Cit.

⁴⁰⁶ GUDIN, Eugênio. Op. Cit.

soberania: tarifas aduaneiras, Cacex, Conselho de Desenvolvimento, política fiscal e outras glórias⁴⁰⁷.

A justificativa para a adoção da Instrução 113 era a busca de equilíbrio monetário, mas seus reflexos, ainda durante o governo Café Filho, e mais tarde ao longo do governo JK, demonstram ter sido uma medida cujo principal objetivo era a atração de investimentos estrangeiros, como contraposição à política de redução dos créditos implementada pela gestão de Gudin.

As declarações do Ministro ao jornal O Estado de São Paulo também são bastante esclarecedoras quanto às suas intenções:

Aplicação de capitais

Quanto às aplicações de capitais estrangeiros e nacionais, assegurou que amanhã ou depois deverão ser baixadas as instruções da SUMOC sobre o assunto. “Será regulamentada – declarou – a questão das aplicações de capitais estrangeiros destinados ao Brasil com capitais exclusivamente alienígenas, e não camuflados. Também o capital nacional, interessado em adquirir aparelhamentos novos – não a compra de uma máquina ou de um caminhão – mas sim de um conjunto de aparelhamentos ou de uma fábrica completa, ou ainda, de um adicional completo – será regulamentada quando se tratar de financiamento.”

Financiamento da produção

Indagado sobre o decreto do financiamento da produção que vem sendo reclamado pelos produtores paulistas, o sr. Eugenio Gudin respondeu que o projeto foi submetido à apreciação de novo Conselho de Abastecimento, tendo sofrido ali a demora necessária ao estudo da matéria. “No momento – informou – já se encontra de volta o projeto, tendo sido realizada uma sessão para o debate final e encaminhando-se para o próximo despacho sua sanção.”⁴⁰⁸

Segundo Almeida⁴⁰⁹, o total dos investimentos estrangeiros no Brasil, facilitados pela Instrução 113, chegou à cifra de US\$401 milhões de dólares, de um total de 565 milhões, no período entre 1955 e 1960. Isto demonstra o significado da Instrução 113 para a internacionalização da economia brasileira.

⁴⁰⁷ GUDIN, Eugênio. *As multinacionais*. In: GUDIN, Eugênio. *Reflexões e comentários: 1970-1978*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

⁴⁰⁷ GUDIN, Eugênio. *Capitais estrangeiros*. In: GUDIN, Eugênio. *Reflexões e comentários: 1970-1978*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978

⁴⁰⁸ DECLARAÇÕES DO MINISTRO GUDIN SOBRE AS PROVIDÊNCIAS DO GOVERNO. As aplicações de capitais estrangeiros e nacionais. Vai à sanção o decreto sobre o financiamento da produção. Jornal O Estado de São Paulo: São Paulo, Terça Feira, 18 de Janeiro de 1955, Página 36.

⁴⁰⁹ ALMEIDA, Lucio Flavio de: Op. Cit. p.107.

Em declaração ao mesmo jornal, Bulhões, Superintendente da SUMOC, afirmava:

Várias são as empresas estrangeiras que se mostram interessadas em trazer conjuntos de equipamentos para instalar novas fábricas no Território Nacional. Poder-se-ia condenar o ‘ investimento’ se se tratasse da simples entrada de um ou outro equipamento. Seria essa importação uma entrada sem pagamento de ágios que, na falta de uma adequada tarifa alfandegária, tem hoje um aspecto protecionista que não podemos esquecer. Tratando-se, porém, como disse, de uma fábrica inteira, a possibilidade desse conjunto, contendo um ou outro equipamento produzido no País, é menos condenável do que proibir-se a entrada de todo esse conjunto com o receio infundado de prejudicar-se a indústria nacional.⁴¹⁰

Fica claro que a política desenvolvida durante este período tinha por principal objetivo garantir facilidades para a internacionalização da economia. Mas, quando imaginamos que o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo iria combater este tipo de orientação, nos deparamos com o pronunciamento favorável do seu presidente. No dia 27 de janeiro, o Estado de São Paulo, publicava matéria com o pronunciamento do presidente do Centro das Indústrias:

Julgamos também muito oportunas as observações de s.Exsa. sobre as diretrizes da Superintendência da Moeda e do Crédito à política de crédito, pronunciando-se decididamente em prol da seleção de crédito, salientando que já é tempo de complementar as medidas postas em execução pela SUMOC quanto à economia privada, com providências enérgicas relativas ao saneamento do orçamento federal, mediante a redução das despesas públicas. É oportuno acrescentar que, quanto a essa questão, tal apelo não significa uma crítica ao sr. Ministro da Fazenda, mas ao contrário, um reforço de sua posição por parte de um líder de inegável prestígio das classes produtoras.⁴¹¹

No mesmo dia, a diretoria da então denominada Federação das Indústrias do Distrito Federal (Rio de Janeiro) reuniu-se e decidiu convidar o sr. Octávio Gouvêa de Bulhões para realizar uma conferência neste órgão. Ela versou sobre a Instrução 113, objeto de críticas contundentes por parte destes empresários. A diretoria também deliberou que iria convocar dois representantes do Conselho de Exportação da entidade para “trabalharem” no órgão [na

⁴¹⁰ *O sentido das últimas instruções da SUMOC: Declarações do sr. Otávio Gouveia de Bulhões, diretor executivo daquele órgão.* Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, Quinta Feira, 20 de janeiro de 1955, p. 44.

⁴¹¹ *As forças econômicas e o governo federal. O pronunciamento do presidente do Centro das Indústrias – Política cambial e de crédito, orçamento federal e entrada de capitais.* Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, Quinta Feira, 27/01/1955. p. 5

Sumoc], com o objetivo de obter alterações na Instrução que seriam do interesse da indústria.

412

Não se trata de um discurso nacionalista, mas explicitamente classista. Discurso que também descortina a participação de membros da Federação em agências do Estado, como é o caso do sr. Renato Heinzemann, membro da Federação e que integra o comitê especial da CACEX.⁴¹³

A participação de um membro da Federação das Indústrias do Distrito Federal na CACEX possibilitou, ainda antes do lançamento da Instrução 113, um debate nas dependências da Federação sobre os problemas voltados para a exportação de produtos industriais. Na verdade, o debate versava sobre o preço do dólar, ou seja, sobre as formas como o governo pretendia lidar com a questão cambial.⁴¹⁴, o que era vital para empresários que pretendiam adquirir maquinário no exterior.

O apoio destes industriais às políticas implementadas pelo governo Café Filho é explícito. Na reunião do Conselho de representantes do dia 11 de janeiro de 1955, eles lembram que *devemos também telegrafar ao Sr. Ministro da Fazenda, congratulando-nos com S. Excia, pela entrevista que deu a respeito do novo tratamento que o governo pretende adotar para com os investimentos estrangeiros em nosso país.*⁴¹⁵

Ao contrário do que se poderia supor, os industriais brasileiros, já àquela altura, se posicionavam contra o que eles denominam de “intervenção estatal acentuada” e se ressentiam com as restrições impostas pela Instrução 113 ao financiamento de suas empresas com capital internacional:

O Sr Mario Ludolf manifesta-se contra essas congratulações, de vez que o critério anunciado pelo Ministro da Fazenda estabelece distinção entre as indústrias novas e as já existentes, pois a fórmula só tem interesse para indústrias que venham a estabelecer-

⁴¹² FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Ata da Reunião do Conselho de Representantes. 27/01/1955. Rio de Janeiro: Arquivo FIRJAN.

⁴¹³ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Ata da Reunião do Conselho de Representantes. 11/01/1955. Rio de Janeiro: Arquivo FIRJAN.

⁴¹⁴ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Ata da Reunião do Conselho de Representantes. 11/01/1955. Rio de Janeiro: Arquivo FIRJAN.

⁴¹⁵ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Ata da Reunião do Conselho de Representantes. 11/01/1955. Rio de Janeiro: Arquivo FIRJAN.

se no país, de atividades ainda não exercidas, pois do contrário, a concorrência será evidente e fatal.⁴¹⁶

Na verdade, os industriais não estavam se contrapondo às facilidades criadas pela Instrução 113 ao ingresso de capitais estrangeiros, ou seja, não era um discurso nacionalista. Não se tratava de discordância quanto à participação do capital estrangeiro, nem discurso nacionalista, mas sim a imposição de regras que preservassem seus interesses, sem impedir a entrada de capital estrangeiro. O que estes empresários criticavam era a impossibilidade de utilizarem esta Instrução para captar financiamentos externos. O que pretendiam era exercer sua influência para garantir modificações nesta política, de forma a abrir espaço para a associação com os capitais internacionais. A participação de membros da Federação nos embates que se desenrolavam no interior da sociedade política fica demonstrada, quando, na mesma ata, podemos ver as formas de pressão exercidas pelos industriais em relação à Instrução 113:

O economista Knaack de Souza⁴¹⁷ responde a várias perguntas que lhe são dirigidas pelo plenário e comenta a Instrução cento e treze, que se refere a investimentos de capital estrangeiro no país, aludindo, por fim, a uma emenda apresentada pelo Senado ao projeto de lei que prorroga o regime de licença prévia, emenda esta essencialmente perigosa e até inconstitucional, pois que delega poderes ao Executivo para estabelecer sobretaxas de câmbio, caso este resolva extinguir o sistema de licitação atualmente em vigor.⁴¹⁸

Em abril de 1955, Gudin demitiu-se do Ministério da Fazenda. Os motivos de sua saída ainda não são um consenso entre aqueles que se debruçam sobre este período. Alguns acreditam que sua saída foi impulsionada pelo pedido de substituição da presidência do Banco do Brasil, outros pensam que o estímulo para que Gudin deixasse o cargo foram as reclamações dos cafeicultores contra o chamado confisco cambial. Quanto a este último motivo, consideramos que, por ser um quadro ligado aos interesses do café, seu nome não seria alvo de veto por parte dos cafeicultores. Observamos que as pressões, por parte do empresariado industrial, no sentido de garantir acesso mais amplo aos investimentos estrangeiros, poderiam ter tido peso político suficiente para derrubar o Ministro da Fazenda. Em abril do mesmo ano, a Federação posicionava-se a respeito da demissão de Gudin do Ministério da Fazenda:

⁴¹⁶ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Ata da Reunião do Conselho de Representantes. 11/01/1955 Rio de Janeiro: Arquivo FIRJAN.

⁴¹⁷ José Octávio Knaack de Souza era economista e pertencia à Confederação Nacional da Indústria.

⁴¹⁸ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Ata da Reunião do Conselho de Representantes. 11/01/1955. Rio de Janeiro: Arquivo FIRJAN

O G^{al} Octacílio Almeida, a propósito da demissão do Ministro da Fazenda, pede que a Casa pleiteie a permanência do diretor da CACEX, homem digno, que vem desempenhando o cargo de acordo com os altos interesses do país e em consonância com as aspirações das classes.⁴¹⁹

Na verdade, mais importante que a dignidade do diretor da CACEX, seriam os interesses de classe, e a manutenção de um representante destes interesses na agência. O que eles desejavam era *a continuidade de um programa e não a simples permanência de um homem no cargo*.⁴²⁰

Do que estes empresários se ressentiam era uma maior participação nas agências do Estado:

Agora mesmo está informado de que os ministros para assuntos econômicos do Itamaraty não são economistas e muitos deles são até estrangeiros, desconhecendo por completo as necessidades nacionais e as coisas do Brasil.⁴²¹

Porque, na verdade, sabiam que era na sociedade política o local onde seus interesses deveriam ser defendidos:

O Sr. José Pironnet solicita à Mesa providências no sentido de que o Governo não utilize a Instrução 113 da Sumoc, que permite a importação de máquinas, sem cobertura cambial, para instalação de novas indústrias no país, sem ouvir a Confederação Nacional da Indústria.⁴²²

Para o presidente da Confederação Nacional do Comércio, que defendia a mínima intervenção do Estado na economia, a mudança das regras para as importações era proveitosa, do ponto de vista dos exportadores:

O presidente da Confederação Nacional do Comércio, sr. João de Vasconcelos, falando à reportagem sobre as duas instruções que acabaram de ser baixadas pela SUMOC, afirmou que os primeiros pronunciamentos recebidos são favoráveis às medidas adotadas ali, destacando-se que pela primeira vez ficou estendida aos

⁴¹⁹ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Ata da Reunião do Conselho de Representantes. 05/04/1955 Rio de Janeiro: Arquivo FIRJAN.

⁴²⁰ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Ata da Reunião do Conselho de Representantes. 05/04/1955 Rio de Janeiro: Arquivo FIRJAN.

⁴²¹ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Ata da Reunião do Conselho de Representantes. 12/04/1955. Rio de Janeiro: Arquivo FIRJAN.

⁴²² FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Ata da Reunião do Conselho de Representantes. 20/07/1955. Rio de Janeiro: Arquivo FIRJAN ..

produtos gravosos o sistema de exportações até agora vigente para a exportação do café.⁴²³

Outro setor da burguesia industrial, representado pelo Sindicato da Indústria da Fiação e Tecelagem em Geral de S. Paulo, não defendia uma maior intervenção do Estado na economia. Estes empresários reclamavam da nova Instrução e clamavam por uma política que fosse representativa de seus interesses:

Sobre os reflexos da Instrução 113 da SUMOC, observou-se que a indústria têxtil vem há muito pleiteando a inclusão de teares automáticos na terceira categoria de importação, o que modificaria o conceito de licença e financiamento desse material. Acreditam os industriais que a nova instrução tenha dificultado ainda mais a importação.⁴²⁴

Em outubro de 1955, o Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Distrito Federal reunia-se mais uma vez, sem chegar a um acordo sobre a melhor forma de enfrentar a nova política cambial. Uma parte defendia que, na Carta de Princípios da Indústria - a ser discutida por todos os empresários ligados à indústria brasileira - fosse incluída a prioridade para a indústria de base e de máquinas, especialmente quanto aos investimentos feitos pelo capital estrangeiro. Outros industriais consideravam que não se deveria restringir os investimentos estrangeiros a todo a produção, mas apenas a um setor da indústria. Sem fechar uma posição unificada, os industriais do Rio de Janeiro encerraram a reunião.⁴²⁵

Em dezembro de 1955, na reunião do mesmo Conselho de Representantes, o Sr. Álvaro Ferreira da Costa relatou que um dos membros da Federação já havia conseguido barrar a entrada de uma empresa mexicana de equipamentos para montagem de rolhas, mas que a partir da Instrução 113, a empresa teria obtido facilidades para conseguir se instalar no Brasil. E reportava que várias empresas do ramo estavam se mobilizando para evitar este tipo de ingresso de capital.⁴²⁶

⁴²³ *Manifesta-se o Presidente da CNC. Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, Quinta Feira, 20 de janeiro de 1955, Página 44.*

⁴²⁴ *A Instrução 113 da CACEX e a indústria têxtil. Jornal O Estado de São Paulo. Sábado, 22 de Janeiro. P.11.*

⁴²⁵ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Ata da Reunião do Conselho de Representantes. 18/09/1955. Rio de Janeiro: Arquivo FIRJAN.

⁴²⁶ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Ata da Reunião do Conselho de Representantes. 13/10/1955. Rio de Janeiro: Arquivo FIRJAN.

Não seria de espantar que o discurso de posse do Ministro José Maria Alkmin, reproduzido pelo periódico Observador Econômico, expressasse uma tentativa de equilibrar os pólos opostos:

Os tradicionais exportadores de outros produtos agrícolas e de mineração também são atendidos em suas pretensões de ajustamento do valor de suas cambiais à realidade econômica do País. Procuraremos, outrossim, ajustar e possibilitar a exportação de nossos produtos industriais. Destarte, sem prejuízo da exportação agrícola que se desenvolverá com benéfico efeito em sua produção, iniciar-se-á a expansão da exportação industrial. Com isto, adotaremos realmente uma política de desenvolvimento, libertando o País da condição de só exportar café e fazendo com que o aumento da renda proveniente do incremento das exportações não se concentre em determinados setores, dando a estes uma capacidade de ação inflacionária, mas antes se distribua pelos diversos campos da produção.⁴²⁷

Segundo Almeida⁴²⁸, ao “herdar” a Instrução 113 do período anterior, o Governo Kubitschek obteve um excelente instrumento de substituição de importações e que, ao mesmo tempo, facilitou a importação de equipamentos mediante “a emissão de licenças de importação sem cobertura cambial”. A Instrução também simplificou o processo burocrático, o que, em última instância, representou um reforço na própria industrialização brasileira, garantindo a entrada de capital estrangeiro para que o crescimento industrial se realizasse de maneira acelerada, como era a proposta do novo governo.

De nossa parte, identificamos que a Instrução 113 expôs os conflitos entre as frações da burguesia que se desenvolviam neste período, na medida em que representou uma reorientação na política cambial: ao desencadear críticas e pressões por parte dos setores que se sentiam prejudicados com a concorrência do capital estrangeiro, poderia ter agradado aos empresários ligados à agricultura. Mas estes não foram beneficiados com a medida e, ao mesmo tempo, também se ressentiam, pois a aceleração no ritmo de expansão industrial levaria a balança a pender mais para o lado da indústria, comprometendo, assim o espaço conquistado e mantido pelo empresariado ligado à agricultura de exportação no interior da sociedade política.

A mudança no sistema cambial ocorrida nos anos 50 não tinha por principal objetivo a solução para as dificuldades da balança de pagamentos. Na verdade, o que se pretendia era

⁴²⁷ *A presença do Estado*. Trecho do Discurso de posse de José Maria Alkmin. In: *O Observador Econômico* - Janeiro de 1956. Ano XXI n. 239. p.15

⁴²⁸ ALMEIDA, Lucio Flavio de. Op. Cit. p.107.

garantir uma ferramenta para a promoção da industrialização, garantindo a participação do capital estrangeiro neste processo. A prova dessa postura está a lei tarifária de 1957 do SUMOC: esta nova medida também permitia a importação de equipamentos sem necessidade de cobertura cambial. Assim, o investidor estrangeiro poderia importar máquinas sob condição de concordar em aceitar pagamento pela participação do capital no empreendimento no qual o equipamento seria utilizado.

Em 1957, ainda durante o governo JK, houve uma mudança básica no sistema cambial brasileiro, com a promulgação da lei 3244, onde foram introduzidas tarifas 'ad valorem'⁴²⁹, que elevaram até a 150%, as categorias cambiais, reduzindo de 5 para 2, a categoria geral (matérias-primas, bens de capital), e a categoria específica (eram os bens considerados não essenciais). De 1958 a 1961 o dólar no câmbio livre estava abaixo da taxa aplicada pela categoria geral.

Durante os últimos anos em que vigorou este sistema cambial, o governo cobrava empréstimos compulsórios tanto de exportadores quanto de importadores. Estes últimos pagavam um imposto denominado de ágio no mercado de leilões e recebiam a moeda seis meses depois. Os exportadores recebiam somente uma fração dos preços da moeda estrangeira em cruzeiros, e o saldo era investido em títulos públicos de seis meses no Banco do Brasil. Tratava-se ainda de forte intervenção estatal no câmbio, tão combatida pela Associação Comercial de São Paulo, conforme vimos no capítulo anterior, mas que, apesar das pressões, vigorou no país durante toda a década de 1950.

Somente a partir das novas medidas econômicas implantadas pela equipe que assumiu, em 1964, as rédeas da economia brasileira, destacando-se, entre eles, Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos, as regras cambiais começaram a mudar, culminando com o câmbio livre, adotado no país durante os anos 90.

⁴²⁹ De acordo com o Tesouro Nacional, a expressão *ad valorem* significa conforme o valor. Assim um tributo "ad valorem" é aquele cuja base de cálculo é o valor do bem tributado. Contrasta com o tributo específico, arrecadado conforme uma dada quantia por unidade de mercadoria.

Capítulo VIII - A SUMOC

*O que faz andar o barco não é a vela enfunada,
mas o vento que não se vê.*

Platão

Neste capítulo, examinamos a SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito - entendida como agência do Estado, identificando-a como espaço de disputa política onde se evidenciavam as contradições entre duas frações da classe dominante no Brasil: de um lado, os empresários ligados à indústria e às teses do nacionalismo, atualmente denominado de desenvolvimentista e, por outro, os empresários vinculados à exportação de produtos agrícolas e ao capital internacional, defensores do projeto de inserção do Brasil no estágio mundial de desenvolvimento capitalista monopolista que terá sua plena consolidação a partir de 1964.

Segundo. Dreifuss, tais setores:

Eram parte integrante e orgânica do bloco de poder emergente, até mesmo pelo fato de ‘eles próprios pertencerem economicamente às classes dominantes: eram intelectuais e organizadores políticos e, ao mesmo tempo, diretores de empresas, grandes proprietários de terras ou administradores de grandes propriedades, empresários comerciais e industriais.⁴³⁰

Para orientar nosso exame dos conflitos entre estes diferentes setores que compõem as classes dominantes no interior da SUMOC, utilizamos a análise gramsciana a respeito das formas como atuam as forças sociais em sua disputa para apoderar-se de posições nos órgãos da sociedade política no seio da superestrutura.⁴³¹

⁴³⁰ DREIFUSS, Op. Cit. p. 485.

⁴³¹ “(...) O momento seguinte é a relação das forças políticas: a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Por sua vez, este momento pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, da forma como se manifestaram na História até agora. O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, etc., mas o comerciante não se

Os problemas que dizem respeito às relações entre estrutura e superestrutura devem ser pensados a partir do princípio de que nenhuma sociedade sofre transformações que não estejam em vias de aparecer ou de se realizar e, principalmente, que o Estado constitui uma relação social em si, na medida em que aglutina o conjunto das relações existentes na sociedade. A partir desta abordagem, analisar as disputas existentes entre diferentes frações das classes dominantes que se desenvolveram nos anos cinquenta significa identificar um dos espaços onde se realizam estas relações.

Por outro lado, ao nos debruçarmos sobre as rupturas e permanências ocorridas na sociedade brasileira ao longo da segunda metade do século XX, também não podemos considerar que a consolidação do capitalismo brasileiro deve ser entendido tendo como referência o modelo clássico de desenvolvimento deste sistema, o que nos remeteria à idéia da existência de “dois Brasis”.

Nossa análise a respeito da expansão da economia brasileira filia-se à concepção desenvolvida por Francisco de Oliveira a respeito da forma como se processa a expansão capitalista no Brasil: através de uma integração dialética entre agricultura e indústria, na qual a primeira proporciona a acumulação de capital necessário ao desenvolvimento da segunda, através do fornecimento da força de trabalho e alimentos, ao mesmo tempo em que, mesmo não representando mercado suficiente para garantir uma demanda de produtos industrializados, redefine as condições estruturais da indústria. Para Oliveira esta relação demonstra a complementaridade entre os dois setores, pois *a tensão entre agricultura e indústria no Brasil não se dá ao nível das relações das forças produtivas, mas se dá ou se transfere para o nível interno das relações de produção tanto na indústria como na agricultura.*⁴³²

sente solidário com o fabricante. Assim, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organiza-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se adquire a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Neste momento já se coloca a questão do Estado, mas apenas visando a alcançar uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes: reivindica-se o direito de participar da legislação e da administração e, talvez de modifica-las, reforma-las, mas nos quadros fundamentais já existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais abertamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias germinadas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em choque e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma combinação delas, tende a prevalecer, a se impor, a se irradiar em toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral. (GRAMSCI:1988,49)”

⁴³² OLIVEIRA, Francisco de. Op. Cit. p. 95.

Podemos encontrar, na obra de Nelson Werneck Sodré as mesmas concepções, quando este afirma que estando *a economia de exportação dificultada, opera-se um movimento de transferência de capitais para a área industrial, muito mais rentável na referida fase.*⁴³³

Mesmo entendendo estes dois setores como complementares e integrados, fato que se reflete na maneira como se estruturam as diversas frações da burguesia no Brasil, é indiscutível a existência de choques de interesses, conflitos e disputas em torno das políticas produzidas pelo Estado. Os interesses ligados à agro exportação, vinculada ao capital financeiro e aos interesses dos empresários ligados à indústria confrontam-se neste espaço. Tais conflitos se expressam através da disputa pelo controle dos espaços no interior do aparelho de Estado, especialmente aqueles destinados à condução das diretrizes econômicas. Um destes espaços seria a Superintendência da Moeda e do Crédito, mais tarde Banco Central.

Examinamos os conflitos entre estes diferentes setores da burguesia que se realizaram no interior da SUMOC porque nosso referencial teórico identifica a sociedade política como o locus onde se realizam as relações e, conseqüentemente, os conflitos entre os grupos que disputam seu controle. É através do Estado/sociedade política que se verificam as disputas entre os setores das classes dominantes em questão. Os agentes sociais que participam das agências do Estado também têm vínculos com instituições pertencentes à sociedade civil que entendemos como aparelhos privados de hegemonia. Este é um dado que serve como exemplo da noção Estado ampliado, presente na obra de Gramsci. Um destes agentes é Eugênio Gudin. Mesmo esmo atuando como Ministro da Fazenda, também estava exercendo suas atividades junto à Associação Comercial de São Paulo, conforme podemos constatar através da constância com que contribuía para a Revista Digesto Econômico analisada no Capítulo VII. Da mesma forma, os diretores da SUMOC têm ligações com instituições que representam grupos de interesses.

Partindo da idéia de que o Estado constitui espaço privilegiado da disputa entre estes dois setores, destacamos, no seu interior, duas instituições: a SUMOC e o Ministério da Fazenda. Trataremos, a seguir, apenas da primeira, objeto deste trabalho.

⁴³³ SODRÉ, Nelson Werneck. *Declínio do latifúndio*. In: *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro. Editora Tempo Brasileiro, jun/set 1962. p.42.

VIII.1 – Histórico

A proposta de criação da Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC- foi feita, em 1944, ao então Ministro da Fazenda Artur de Souza Costa, pelo professor Octávio Gouvêa de Bulhões, sendo estabelecida pelo Decreto-Lei n. 7.293, de 2 de fevereiro de 1945, como instituição que constituiria o embrião do futuro Banco Central do Brasil.

O acordo de Bretton Woods foi importante para que os organizadores da política econômica brasileira percebessem o início de uma nova fase, não só para as relações internacionais, mas, especificamente, para as relações entre os EUA e o Brasil. Tal situação favorecia a criação de uma instituição com características de um banco central independente, cuja finalidade seria controlar a expansão da moeda, fator que desencadeava os aumentos de preços e, conseqüentemente, a inflação. É importante destacar que, dentre os 750 delegados, representantes dos 45 países presentes ao encontro, a delegação brasileira contou entre seus membros com o Ministro da Fazenda Arthur de Souza Costa, Eugênio Gudim , Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos.

O exame da exposição de motivos do então Ministro da Fazenda, Arthur de Souza Costa, para a criação da Superintendência, já aponta para seus objetivos:

A Superintendência da Moeda e do Crédito foi criada para impedir os efeitos da inflação em sua obra de desorganização da ordem econômica. Sem o controle do crédito o potencial monetário continuará subindo com grave perigo para o país. Os preços altos dos nossos produtos de exportação - algodão, café, tecidos e materiais estratégicos - tornaram-se poderosos agentes de inflação; porque as importâncias entregues aos exportadores, não tendo podido ser congeladas, passaram a ser aplicadas na aquisição das utilidades existentes no país e cujo aumento de produção não pode ser proporcional ao dos meios de pagamento. A manutenção dos meios de pagamento em circulação, sem o controle dos empréstimos bancários e o desenvolvimento sistematizado de vendas dos títulos do Governo Federal agravaram a inflação que já é de proporções exageradas. É, portanto chegado o momento inadiável do lançamento de um sistema completo de flexibilidade e de controle do meio circulante e do crédito. Os saldos favoráveis no balanço de pagamentos e das despesas do Governo em excesso sobre a arrecadação determinam um estado de inflação que a subscrição compulsória das 'Obrigações de Guerra' e dos demais empréstimos tende a corrigir, desde que o Governo adote uma política severa de restrições de despesas e exerça um controle de crédito de modo que se canalizem para os títulos do Governo os recursos disponíveis.

Permitindo-se que esses recursos continuem disponíveis para os particulares e que o Governo prossiga no seu programa de obras, estaríamos concorrendo para que cada vez mais se agravasse a inflação que atingiria, afinal, uma situação caótica, impossível

de controlar. A lentidão na absorção de recursos, por meio de tomada de 'Obrigações de Guerra', acarretou considerável aumento do meio circulante. Deixando de afluir ao Tesouro com a necessária rapidez, tais recursos mantiveram-se em circulação com o prazo que foi suficiente para provocar expansão de crédito, nos bancos. Não tendo corrido rapidamente às mãos do Governo, obstou a que ele dispusesse de meios para reduzir no Banco do Brasil as suas responsabilidades decorrentes da compra de ouro e cambiais. Obrigado a prosseguir na compra da totalidade das cambiais de exportação, em grande volume pelo aumento desta, sem poder vendê-las, viu-se o Banco do Brasil na contingência de apelar constantemente para a Carteira de Redescontos. A princípio utilizou o Banco os seus títulos comerciais; depois as 'Letras do Tesouro', tomadas com o propósito de atender às necessidades de nossa exportação. As emissões da Carteira avolumaram assim o meio circulante, dando novos estímulos à expansão bancária, novos incentivos à movimentação dos negócios e da especulação, que, por sua vez tornaram ainda menos interessantes ao público a subscrição das 'Obrigações de Guerra'. Desencadeado o processo cumulativo de expansão dos meios de pagamento, é necessário consolidar com urgência as bases da política monetária, instituindo definitivamente, em toda a sua amplitude, o sistema de Banco Central. O Decreto Lei 4.79242, de 1942, rigorosamente aplicado, levaria a uma deflação demasiado violenta, porque exigiria retração considerável dos meios de pagamento, à medida que fossem sendo vencidas as 'Letras do Tesouro'.

Ante a urgência das medidas, considero aconselhável a criação imediata de uma Superintendência da Moeda e do Crédito, com todas as faculdades de um Banco Central, a qual poderá esperar a organização deste e desempenhar-lhe as funções até a criação.⁴³⁴

Na época de sua fundação, a direção da SUMOC era feita por um Conselho presidido pelo Ministro da Fazenda tendo como membros o Presidente do Banco do Brasil, o Diretor Executivo da SUMOC, o Diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil e o Diretor da Carteira de Redesconto e Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária, que atuavam em conjunto. A nomeação de todos estes cargos era atribuição específica da Presidência da República.

A criação de uma instituição com o objetivo de cobrir as funções de Banco Central no Brasil - até então pulverizadas dentro do Banco do Brasil - e ser o agente responsável pela gestão das políticas monetária e cambial, bem como da regulação bancária, também está presente no Decreto Lei n. 7.293 de 2/2/1945, que dispôs quanto às atribuições da Superintendência:

O Presidente da República usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da constituição, decreta:

⁴³⁴ Apud.: FIGUEIREDO FILHO, João Sidney de. *Políticas Monetária, Cambial e Bancária no Brasil sob a gestão do Conselho da Sumoc, de 1945 a 1955*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia. Niterói, 2005.

Art.1º É criada, diretamente subordinada ao Ministro da Fazenda, a Superintendência da Moeda e do Crédito, com o objetivo imediato de exercer o controle do mercado monetário e preparar a organização do Banco Central.

Art. 2º A Superintendência da Moeda e do Crédito terá um Diretor Executivo, nomeado por Decreto do Presidente da República, e será orientada por um Conselho, a que presidirá o Ministro da Fazenda, constituído dos seguintes membros: Presidente do Banco do Brasil S.A., Diretor da Carteira de Câmbio, Diretor da Carteira de Redescontos e Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária e Diretor Executivo da Superintendência.

Art. 3º Enquanto não for convertido em Lei o projeto de criação do Banco Central, à Superintendência da Moeda e do Crédito incumbem as seguintes atribuições:

- a) requerer emissão de papel-moeda ao Tesouro Nacional até o limite máximo de que trata o artigo 2º do Decreto Lei n.º 4.792, de 5 de outubro de 1942, e para os fins previstos neste Decreto-lei;
- b) receber, com exclusividade, depósitos de bancos;
- c) delimitar, quando julgar necessário, as taxas de juros a abonar às novas contas, pelos bancos, casas bancárias e caixas econômicas;
- e) autorizar a compra e venda de ouro ou de cambiais;
- f) autorizar empréstimos a bancos por prazo não superior a 120 dias, garantidos por títulos do Governo Federal até o limite de 90% do valor em Bolsa;
- g) orientar a fiscalização dos bancos;
- h) orientar a política de câmbio e operações bancárias em geral;
- i) promover a compra e venda de Títulos do Governo Federal em Bolsa;
- j) autorizar o redesconto de títulos e empréstimos a bancos nos termos da legislação que vigorar.

Art. 4º Independentemente do fato de manterem em Caixa o numerário julgado indispensável ao seu movimento, são os bancos obrigados a conservar em depósito no Banco do Brasil S.A., à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito, sem juros:

- a) 8% sobre o valor dos depósitos à vista;
- b) 4% sobre as importâncias depositadas a prazo fixo ou mediante aviso prévio superior a 90 dias.

§ único - A Superintendência da Moeda e do Crédito poderá alterar, para mais ou para menos, até o máximo de 75% das percentagens indicadas a obrigatoriedade referida neste artigo, sendo-lhe, ainda, facultado usar para isso o critério discricionário de trata o art. 3.º, letra "d" deste Decreto-lei.

Art. 5º A Superintendência da Moeda e do Crédito fixará o prazo para integral cumprimento do disposto na letra "b" do art. 3º e no art. 4º antecedentes.

Art. 6º A Superintendência da Moeda e do Crédito baixará, sempre que for necessário, Instruções para a perfeita execução do presente Decreto-lei .

Art. 7º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a contratar com o Banco do Brasil S.A. a execução dos serviços da Superintendência da Moeda e do Crédito.

§ primeiro. O contrato, previamente lavrado no livro próprio de termos existente no Gabinete do Ministro, dependerá de aprovação por decreto do Governo.

§ segundo. Das cláusulas do contrato constará que o Diretor Executivo da Superintendência terá idênticas vantagens às que usufruírem os Diretores do Banco do Brasil.

Art. 8º No fim de cada ano financeiro, se as rendas auferidas pela Superintendência da Moeda e do Crédito não derem para cobrir os encargos decorrentes da execução do contrato a que se refere o artigo anterior, a diferença será atendida e classificada, dentro do respectivo exercício, à conta de crédito especialmente aberta no Ministério da Fazenda para tal fim.

§ único. Em caso contrário, o excesso de receita será escriturado com renda eventual da União.

Art. 9º Ficam revogadas as atribuições legais que competiam às Carteiras de Câmbio e de Redesconto do Banco do Brasil S.A. e à Caixa de Mobilização e Fiscalização

Bancária, ora atribuídas à Superintendência da Moeda e do Crédito por este Decreto-lei.

Art. 10º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação;

Art. 11º Revogam-se as disposições em contrário.⁴³⁵

A principal função da Superintendência era formular a política monetária e creditícia, na prática, a base de toda a política econômica do país, e, particularmente, controlar a expansão dos empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado, ao setor público e ao Tesouro.

Foi na área de política cambial e de comércio exterior que a SUMOC desempenhou um papel-chave na década de 1950. Por exemplo, a adoção do sistema de taxas múltiplas e leilões cambiais contemplados pela famosa Instrução 70, de outubro de 1953, foi uma tentativa de contornar a crise cambial de 1952 e 1953, principalmente porque deixava nas mãos do “mercado” a decisão a respeito do volume de cambiais a ser destinado a cada setor, através dos leilões de divisas.

Este sistema vigorou até a criação da Instrução 113, baixada em 1955, por Eugênio Gudin, e amplamente utilizada no Governo de Juscelino Kubitschek: dos 565 milhões de dólares de capital de risco (investimento direto) que ingressaram no Brasil entre 1955 e 1960, cerca de 401 milhões ingressaram graças à Instrução 113, o que significa dizer que entraram sem cobertura cambial, ou seja, com subsídio estatal. Da mesma forma, dos 1.710 milhões de dólares de empréstimos e financiamentos obtidos pelo Brasil no período de 1955 a 1960, mais de 60% (1.163 milhões) foram subsidiados pela política cambial, ou seja, também ingressavam no país sob a forma de máquinas, veículos e equipamentos, sem cobertura cambial - isto é, sem precisar comprar os dólares necessários nos leilões de categoria relevante -, e tinham assegurado o direito de remessas para o exterior ao favorável custo de câmbio.

As importações sem cobertura cambial chegaram a representar uma parcela significativa (70% em média) das importações de máquinas, veículos e equipamentos no período de 1956 a 1960. Tais importações, sem cobertura cambial, representaram em média 1/4 das importações totais do Brasil no período de 1956 a 1960. Na verdade, para a equipe de

⁴³⁵ Apud: *Memória do Banco Central do Brasil* Brasília: Divisão de Impressão e Publicações do Departamento de Administração de Recursos Materiais do Banco Central do Brasil, 1990.

JK, esta foi uma maneira de evitar que a restrição de divisas ou a falta de investimentos externos comprometesse o Plano de Metas.

Mas, na época de sua criação e em seus primeiros anos, a Superintendência não tinha controle pleno da execução destas políticas, uma vez que estas estavam dispersas por vários órgãos: Banco do Brasil através de suas Carteiras de Redescoto (CARED), de Câmbio e Comércio Exterior (CACEX); da Caixa de Mobilização Bancária (CAMOB), uma instituição administrada pelo diretor da CARED; e da Caixa de Amortização, do Ministério da Fazenda. A Caixa de Amortização emitia moeda, quando solicitada pela CARED ou pela CAMOB, depois da autorização do Conselho da SUMOC. A CAMOB tinha como objetivo socorrer bancos com crise de liquidez, em virtude de saques anormais de seus depositantes. A CARED além do redescoto bancário normal, também operava em nome do governo para refinarar determinadas atividades através do sistema bancário. Por último, a CACEX, responsável pela execução da política de comércio exterior, enquanto a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil executava a política de câmbio e administrava as reservas internacionais do país. Assim, nos primeiros anos, a Superintendência funcionava apenas com um Diretor Executivo e um Secretário Geral.

Segundo Denio Nogueira ⁴³⁶, primeiro diretor do Banco Central do Brasil, a existência de mandatos fixos para a diretoria da Superintendência – e mais tarde do Banco Central tinha por objetivo garantir a independência política da agência, na medida em que, se estivesse subordinada a algum Ministério, suas funções estariam sujeitas a pressões políticas. Segundo Nogueira, a nomeação e a demissão da diretoria pelo Poder Executivo evitariam a existência de pressões, impedindo a subordinação do Banco Central à política implementada pelo Ministério da Fazenda. Assim, o Banco Central poderia cumprir seu papel de “defensor da moeda”.

O mesmo argumento é utilizado, nos nossos dias, pelo atual Ministro da Fazenda. Para Guido Mantega a existência de um mandato fixo na diretoria garantiria para o Banco Central autonomia em relação ao poder político:

⁴³⁶ NOGUEIRA, Denio. *Denio Nogueira: depoimento*. Brasília: Banco Central do Brasil, 1993.

Havendo autonomia há uma perda de comando, uma diminuição do grau de ingerência do Executivo sobre o Banco Central e, portanto, sobre a política monetária. A vantagem é que ela dá ao mercado [financeiro] uma garantia de que a inflação tende a ser mais baixa, pois não poderá acontecer uma situação de o presidente da República pegar o telefone, ligar para o Banco Central e dizer 'eu tenho eleição no ano que vem, abaixa aí as taxas de juros; não importa que tenha mais inflação; eu quero crescimento já, quero aumento de emprego'.⁴³⁷

No entanto, a própria criação da SUMOC e sua posterior transformação em Banco Central foram condicionadas pela existência de uma correlação de forças favorável aos setores das classes dominantes interessados nesta autonomia: a reforma bancária de 1964 teve como principal objetivo a transformação da Superintendência em Banco Central e a concessão de autonomia para as autoridades monetárias. Esta autonomia seria obtida a partir da relação de independência das autoridades monetárias em relação ao Governo Federal. As autoridades monetárias eram compostas pelo Conselho Monetário Nacional, órgão da cúpula da política monetária, formado por seis membros com mandatos fixos de seis anos e três membros passíveis de demissão pelo Presidente da República. Por sua vez, a diretoria do Banco Central do Brasil era composta por quatro membros, escolhidos dentre os seis membros do Conselho Monetário Nacional com mandatos fixos de seis anos.

O Ato Institucional n. 5, baixado em dezembro de 1968, ao suspender as garantias legais de todos aqueles que exerciam mandato fixo, anulou a suposta autonomia do Banco Central. Mais tarde, em maio de 1974, a Lei n. 6045, consolidou esta situação, estabelecendo que os diretores do Banco Central seriam passíveis de demissão pelo Presidente da República.

A Constituição de 1988, através de seu artigo 192, estabeleceu que a organização do Banco Central deve ser objeto de Lei Complementar, mas esta ainda não foi objeto de debate e votação por parte do Congresso Nacional. Assim, a questão da autonomia do Banco Central independe de regulamentação, e está, em tese, subordinada aos ocupantes do poder Executivo, mas, em verdade, está sujeita ao jogo político, e, na prática, reflete a correlação de forças de cada conjuntura.

Da mesma forma, a composição da diretoria da SUMOC também expressava o peso de cada fração de classe nas decisões relativas à política econômica, numa demonstração de que,

⁴³⁷ Apud BENJAMIN, César e RIBEIRO, Rômulo Tavares *Autonomia legal para o Banco Central: uma tragédia anunciada*, In *Revista Espaço Acadêmico* n. 33, fevereiro de 2004. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/033/33ccesar.htm>. Acesso em 27/09/2007.

mesmo havendo uma legislação que conferia à Superintendência autodeterminação e liberdade para definir as orientações de política econômica, a nomeação de quadros técnicos vinculados às classes ou frações de classes definia e orientava sua atuação.

Desde sua criação a Superintendência da Moeda e do Crédito foi palco de disputa. Seu A rivalidade no interior da SUMOC é representada, ainda em 1946, pelo duelo entre Ricardo Jafet ⁴³⁸, presidente do Banco do Brasil, por um lado e Fernando Cadaval, Diretor da Carteira de Câmbio (e vinculado a Octávio Gouvêa de Bulhões) do mesmo Banco, por outro.

Estas disputas seriam evidenciadas a partir de um fato que, à primeira vista, seria uma medida econômica: a Instrução 113 da SUMOC. Identificamos nesta medida a expressão das disputas políticas existentes entre as diversas frações das classes dominantes no período que analisamos. Temos aqui um claro exemplo de politização da economia.

Espaço de acirradas disputas políticas entre os diferentes grupos de interesses, a SUMOC foi, ao longo de sua consolidação como agência do Estado, assumindo a direção das políticas econômicas, e daí vem a sua importância. Identificamos, também, que esta orientação está norteada pelas decisões de Bretton Woods. Sua transformação em Banco Central só foi realizada em 1965, quando foram criadas as condições políticas favoráveis à consolidação do modelo econômico voltado para a internacionalização da economia. Nos primeiros anos, logo após a sua criação, o foco de sua atuação foi o combate à inflação, apontada como um grande inimigo. Os principais embates, durante este período, também eram pelo controle do câmbio e dos mecanismos de ingresso de capitais internacionais, fatores que constituíam divergências de interesses entre as diferentes frações das classes dominantes e que irão determinar os rumos da economia.

⁴³⁸ Ricardo Nami Jafet foi empresário ligado às atividades industriais, especialmente a extração de minério. Fundou a companhia Mineração Geral do Brasil, da Usina Siderúrgica de Mogi das Cruzes e da Empresa Internacional de Transportes – dedicada ao transporte rodoviário de cargas entre o Rio e São Paulo. Por seu apoio financeiro à campanha de Vargas, foi cogitado para o Ministério da Fazenda, sendo, ao final, nomeado para a presidência do Banco do Brasil. Partidário de uma política de expansão do crédito, durante sua gestão o volume de empréstimos aumentou consideravelmente, especialmente o crédito concedido a elementos ligados a Vargas e à Usina Siderúrgica de Mogi das Cruzes. Ao sair do Banco do Brasil, em 1953, passou a dedicar-se integralmente à direção de suas novas empresas, entre as quais o Banco Cruzeiro do Sul, a Fiação Jafet e a Imobiliária Bom Pastor. Apud.: ABREU, Alzira Alves de. Et alii. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro: FGV, v. III. 2001.

Para melhor entendermos o papel da SUMOC como campo das disputas políticas e na condução das questões econômicas do período, é fundamental lembrarmos os principais aspectos do quadro econômico dos primeiros anos da década de 1950. No Ministério da Fazenda encontramos o industrial paulista Horácio Lafer⁴³⁹, que propõe, em 1951, um plano quinquenal de desenvolvimento, o Plano Lafer, prevendo novos investimentos em indústrias de base e setores onde ocorriam pontos de estrangulamento para o desenvolvimento industrial, como transporte e energia. No entanto, o Plano Lafer acabou sendo esvaziado pela crise cambial de 1951/1952, bem como pela falta de investimentos americanos, com os quais contava Lafer. Em 1952, a saída de Lafer do Ministério e a criação, por Vargas, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, foi um reflexo desta situação.

Durante o Governo Vargas a SUMOC começou a tomar forma como instituição. Até o ano de 1951 organizava-se a estrutura que foi mantida até a sua transformação em Banco Central, sendo-lhe atribuída a função de Inspeção Geral dos Bancos. A partir de janeiro daquele ano, a instituição passa pelo que foi denominado fase de “*expansão e consolidação*” (FONSECA, 1982, 125). Esta última corresponde ao período que antecede o Governo Juscelino Kubitschek.

Entre fevereiro de 1945 e fevereiro de 1951, José Vieira Machado presidiu a Superintendência. Funcionário de carreira do Banco do Brasil, em 1928, Vieira Machado foi Secretário da Fazenda do Espírito Santo, voltando ao Banco após o movimento de 1930. Ainda como funcionário do Banco do Brasil, representou o país em acordos bancários com a França, Bélgica, Portugal, Holanda e Suécia e em negociações bancárias realizadas em Nova Iorque. Foi o organizador da SUMOC, e seu primeiro diretor executivo ainda durante o

⁴³⁹ Horácio Lafer nasceu na cidade de São Paulo (SP) em 3 de maio de 1900, foi deputado federal pelo Partido Constitucionalista - de 1935 a 1937 - e pelo PSD - a partir de 1945 - sempre vinculado às questões relativas à economia. Em 1937, com o Estado Novo, retirou-se, momentaneamente, da vida política, retomando o controle dos seus negócios no grupo Klabin-Lafer. Entre 1943 e 1951, fez parte do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda. Foi nomeado Ministro da Fazenda, em 1951, quando empenhou-se no combate à inflação. Durante sua gestão a atuação do Ministro da Fazenda era paralela à da Assessoria Econômica da Presidência da República, órgão de grande influência na política econômica do governo. Além da em defesa dos interesses industrialistas, destacou-se pelo apoio ao General Teixeira Lott, assegurando a posse de JK. Como porta-voz de Kubitschek, foi à Câmara dos Deputados defender a ruptura com o FMI, em 1959, argumentando que a política anti-inflacionária do Fundo não era compatível com o Plano de Metas. Após o episódio, e como desdobramento de sua atuação, foi substituído na área econômica e nomeado Ministro das Relações Exteriores, cargo no qual atuou com um perfil de desenvolvimentista favorável à participação do capital estrangeiro. Para isto, criou a Comissão de Política Econômica Exterior deste Ministério, cujo objetivo era assegurar as condições para a importação de equipamentos e produtos de base para a indústria, bem como diversificar os mercados importadores dos produtos brasileiros. Neste sentido, foi o promotor do acordo comercial de 1959, celebrado entre o Brasil e a URSS. Apud.: ABRREU, Alzira Alves de. et al.. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV/Positivo. V III. 2002. p.2998-3001.

governo Vargas, mantendo-se no cargo mesmo depois da deposição do presidente. Durante o governo Dutra foi ministro interino da Fazenda e em 1950 deixou a diretoria da SUMOC. Quando faleceu, presidia a gravadora Odeon.

Vieira Machado foi sucedido por Valter Moreira Sales, mineiro, filho de João Moreira Sales, proprietário da Casa Bancária Moreira Sales & Cia, estabelecimento voltado para operações de financiamento da produção de café no estado de Minas Gerais, em convênio com o Banco Francês e Italiano, o Banco Alemão Transatlântico e outras instituições bancárias estrangeiras. Em 1936 Valter assumiu a direção do Banco Moreira Sales, porém seus negócios também envolviam a produção e comercialização de café. Por conta desta atividade, era filiado à Associação Comercial de Santos, tendo, inclusive, presidido esta instituição. Durante o governo Dutra foi diretor da Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil. Com a posse de Vargas em 1951, foi convidado por Horácio Lafer, recém nomeado Ministro da Fazenda, para ser o diretor executivo da SUMOC.

Durante sua gestão na Superintendência foram criados novos departamentos: a Inspeção de Bancos e o Departamento Econômico. Embora a Superintendência ainda fosse considerada como uma Diretoria do Banco do Brasil, Moreira Sales tratou de ampliar sua estrutura, criando diversas secretarias, e atribuindo maior peso à Secretaria Geral (que cuidava da fiscalização dos bancos) e à Assessoria Técnica (responsável pelas análises e relatórios econômicos).

Moreira Sales participou, durante sua gestão na SUMOC, da reunião anual dos diretores do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) de 1951 e, em 1952, assinou um acordo bilateral com os EUA, regulamentando a troca de manganês, areia monazítica e outras matérias primas brasileiras por equipamentos militares. Em maio de 1952 deixou a direção executiva da SUMOC para assumir o posto de Embaixador do Brasil nos EUA. Durante sua gestão neste cargo, investiu pesadamente na obtenção de financiamento para projetos formulados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos⁴⁴⁰. A relutância do BIRD e do Eximbank e a resistência americana em

⁴⁴⁰ Esta Comissão, denominada de Comissão Mista Brasil Estados Unidos, aproveitou os relatórios anteriores sobre os problemas brasileiros – a Missão Cooke, de 1942, e a Missão Abbink, mas visava objetivos concretos, contando com o financiamento do BNDE, do Eximbank e do BIRD, a Comissão, que definiu seus objetivos em abril de 1950, pretendia acelerar o crescimento econômico, aumentando os investimentos públicos e privados,

fornecer os financiamentos fizeram com que deixasse a embaixada em agosto de 1953, para voltar ao controle de seus negócios. Voltou aos EUA, novamente na qualidade de embaixador, em 1959, por ocasião do rompimento das negociações entre o Brasil e o FMI. Esta nomeação teria por finalidade a recomposição do relacionamento com os EUA, permanecendo no cargo até fevereiro de 1960. No governo Jânio Quadros, novamente atuou no campo das relações Brasil-EUA. Juntamente com Roberto Campos, Miguel Osório de Almeida e João Dantas, participou da missão econômica encarregada de obter financiamento estrangeiro para cobrir o déficit externo da economia brasileira. A valorização do dólar e a eliminação dos subsídios cambiais (realizadas através das Instruções 204 e 205 da SUMOC) foram importantes para o êxito da missão, visto que eram medidas preconizadas pelo FMI.

Estava consolidada, neste período, a composição da Superintendência que, a partir de 1953, passaria a gerir a política cambial e o comércio exterior, ampliando suas atribuições e apontando para seu futuro papel na gestão da economia.

Segundo Lago, *“uma das funções dos economistas da SUMOC naquele momento foi desenvolver um projeto de reforma da estatística de câmbio para aperfeiçoamento do Balanço de Pagamentos, na execução do qual o FMI se revelava grandemente interessado”*⁴⁴¹. Entendemos que estes economistas são intelectuais orgânicos ligados à fração agrário-exportadora e que as reformas pretendidas acolhiam os interesses deste setor.

A execução deste projeto foi feita, segundo o mesmo autor, em conjunto com o Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas, do qual faziam parte Eugênio Gudín, (futuro Ministro da Fazenda no governo Café Filho), Otávio Gouvêa de Bulhões (futuro diretor da SUMOC), Alexandre Kafka e Roberto Campos (futuro diretor-superintendente do BNDE). Outra função desempenhada pela Superintendência foi a elaboração do Orçamento Monetário, orientador da política econômica do período. Neste sentido, a SUMOC passava a ser uma agência do Estado de grande importância, daí o interesse em garantir seu controle. Foi através da SUMOC, em 1953, que o governo Vargas baixou a Instrução 70, de grande repercussão,

nacionais e estrangeiros, especialmente concentrados no setor de energia e transportes. No entanto, o Banco Mundial não liberou os financiamentos, e a Comissão limitou-se a servir de espaço de articulação para uma equipe técnica que mais tarde fundou a Consultec e elaborou todos os projetos a serem financiados pelo BNDE, ao longo do governo Kubitschek.

⁴⁴¹ LAGO, Pedro Aranha Correa do. *A Sumoc como embrião do Banco Central*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1982. p. 80.

dado o seu significado em termos de intervenção do Estado na política cambial e seus desdobramentos para o desenvolvimento econômico no período.

Durante o ano de 1953 a política cambial promovida por Vargas, mantendo a paridade do cruzeiro (sobrevalorizado em relação ao dólar), tinha por objetivo subsidiar as importações de bens de capital e máquinas para a indústria. No entanto, seu principal objetivo seria promover a estabilidade da moeda e conter a inflação. Tais medidas, no entanto, resultam em um aumento das importações e no conseqüente esgotamento das reservas de dólares, gerando nova crise cambial.

Na tentativa de minimizar a crise e regularizar o pagamento de atrasados comerciais, o governo federal contraiu um empréstimo, no valor de 300 milhões de dólares com o EXIMBANK, no entanto, somente com a introdução da Instrução 70 foi possível obter saldo, ainda que pequeno, na balança de pagamentos.

A Instrução 70, tomada pela SUMOC em 9 de outubro de 1953, teve como formuladores o então presidente da SUMOC, José Soares Maciel Filho⁴⁴² e o ministro da fazenda Osvaldo Aranha.

Desde o período que se inicia imediatamente após a Segunda Guerra Mundial até os últimos anos da década de oitenta, as regras cambiais obedeciam a duas características básicas: as taxas oficiais de câmbio eram fixadas pelo governo e a moeda em vigor possuía elevado grau de restrição cambial (pequena capacidade de conversão). Tais regras expressavam o forte controle governamental da taxa cambial. A única exceção, ao longo deste período, foi a Instrução 70, através da qual o governo distribuía as divisas disponíveis em lotes (definidos inicialmente em bens a partir do seu grau de importância ou de demanda), sendo a taxa de câmbio para cada categoria determinada por meio de leilões. Neste sistema que durou, com algumas alterações, até 1957, o governo fixava a quantidade de divisas distribuídas. Esta política não deixava de ser uma outra forma de controle governamental das taxas de câmbio, e foi alvo de vigorosas críticas, por parte dos setores ligados à exportação de produtos agrícolas – especialmente os cafeicultores. O que este setor defende é uma política

⁴⁴² José Soares Maciel, além de superintendente da SUMOC, foi diretor-superintendente do BNDE e participou do Grupo Misto de Estudos BNDE-CEPAL. Este grupo foi o responsável pela elaboração do “Esboço de um programa de desenvolvimento para a economia brasileira - período de 1955-1962” -, no qual foi baseado o Programa de Metas do governo Juscelino Kubitschek.

cambial de “liberdade”, onde as taxas ficariam ao sabor do “mercado”, o que, na verdade, atenderia aos interesses dos exportadores de produtos agrícolas e esta é a característica da política cambial na atualidade, o que expressa o controle do Banco Central por parte de atores sociais ligados a este grupo de interesses.

A Instrução 70 introduziu o sistema de taxas múltiplas de câmbio, abandonando o regime de taxa de câmbio única existente entre 1946 e 1947 sem controle de importações e, depois de junho de 1947, juntamente com o sistema de controle de importações administrado pela Carteira de Exportação e Importação (CEXIM) do Banco do Brasil.

Com a Instrução 70 foi feita a desvalorização diferenciada do cruzeiro em relação ao dólar, tomando como base a paridade cruzeiro-dólar declarada ao Fundo Monetário Internacional (18,36 cruzeiros por dólar norte americano). Foram estabelecidas bonificações correspondendo, inicialmente, a cinco cruzeiros por dólar - no caso do café - e dez cruzeiros por dólar - no caso de outros produtos de exportação.

Eugenio Gudín, ferrenho defensor dos princípios liberais, teria colaborado na elaboração desta Instrução. Assim, quando assumiu a pasta da Fazenda, no governo Café Filho, pode utilizá-la como importante fonte de recursos para o Estado sem que fosse preciso emitir moedas ou aumentar os impostos. O interessante é que, ao praticar os preços diferenciados para o câmbio, o que condenava veementemente, como veremos no Capítulo VII, revela-se o pragmatismo de Gudín.

Com a contenção da importação de produtos considerados não-essenciais gerada pela Instrução 70, buscava-se atender às pressões dos setores ligados principalmente à indústria de bens não duráveis, promovendo a substituição de importações. Tais setores passaram a contar com vantagens para a aquisição de bens de capital e insumos a custos relativamente baratos. Neste sentido, o regime cambial instituído pela Instrução 70 passou a beneficiar o setor ligado à indústria, em detrimento do setor vinculado à exportação.

Mais tarde, a Instrução 113, de janeiro de 1955, estabeleceu quatro categorias de exportações variando as bonificações da primeira e da quarta categorias entre 71,5% e 173% da paridade oficial. Os valores destas bonificações foram freqüentemente reajustados (embora com base em taxas inferiores às relativas às taxas de câmbio para importação) e, além disto,

determinados produtos foram transferidos de categoria, visando contemplar as pressões dos empresários vinculados ao setor exportador.

Foi abolido o controle seletivo de importações e, em seu lugar, instituído o regime de leilões de divisas para importação. Para estes leilões foram criadas cinco categorias de bens importados definidas de acordo com critérios de necessidade. Cada uma destas categorias correspondia a uma taxa de cambial estabelecida em leilão em função da demanda de bens de cada categoria e da decisão do governo relativa à oferta de cambiais para o leilão de cada categoria. Quanto mais “necessária” fosse considerada uma determinada mercadoria, maior seria a oferta de divisas por parte do governo e mais valorizada a taxa cambial. O critério que determinava a necessidade ou não das mercadorias ficaria a cargo da diretoria da SUMOC, o que demonstra sua importância na condução da política cambial.

Além das taxas cambiais relativas às cinco categorias, eram utilizadas outras taxas para importações de mercadorias consideradas especiais, tais como papel de imprensa, trigo, determinados insumos agrícolas, petróleo, frutas e artigos de natal, livros, importações de entidades públicas, sempre valorizadas em relação às taxas referentes às cinco categorias de importação.

Em setembro de 1954, logo após o suicídio do Presidente Vargas, assumiu a direção executiva da SUMOC o carioca José Soares Maciel, idealizador e fundador do jornal *A Nação*, cujo principal objetivo era apoiar Vargas. Em 1935 lançou outro jornal: *O Imparcial*, cuja principal característica era a oposição ao mesmo presidente, que, em 1937, passou a apoiar em função da campanha contra o perigo comunista.

Durante o Estado Novo foi membro do CNAEE⁴⁴³ e integrou o DIP⁴⁴⁴. Em 1952, ocupou a superintendência do recém criado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, função que passou a acumular, em 1953, com a de diretor-executivo da SUMOC. Segundo John Foster Dulles, foi Maciel quem auxiliou Vargas na elaboração do documento político que serviu de base para a carta-testamento, durante a crise de agosto de 1954⁴⁴⁵. No governo Café Filho foi substituído na SUMOC por Otávio Gouvêa de Bulhões.

⁴⁴³ Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

⁴⁴⁴ Departamento de Imprensa e Propaganda

⁴⁴⁵ Apud.: ABRREU, Alzira Alves de. Et al. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV/Positivo, 2001.

Bulhões foi funcionário do Ministério da Fazenda, onde atuou como chefe da seção de Estudos Econômicos, tendo sido assessor técnico da Coordenação da Mobilização Econômica⁴⁴⁶, em 1943.

Bulhões participou do I Congresso Brasileiro de Economia⁴⁴⁷ e, discordando das teses aprovadas no evento, que preconizavam uma maior atuação do Estado na economia, passou a integrar a oposição liberal, liderada por Eugenio Gudín. Em 1944 foi delegado do Brasil na Conferência Monetária Internacional de Bretton Woods, e em 1946, participou da sessão da ONU que implantou o FMI, estabelecendo, desde então, estreitas relações com o Fundo, pois, a partir de 1953 esteve presente em todas as reuniões anuais da entidade, tendo sido seu vice governador em 1954. Em 1947 chefiou o grupo brasileiro que participou da reunião para a criação da Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, enquanto John Abbink chefiava o grupo americano⁴⁴⁸. A partir de 1950 integrou o recém criado CNE (Conselho Nacional de Economia), instituição que funcionava como órgão consultivo da Presidência da República, tendo deixado de fazer parte em 1954.

O relatório da Missão Abbink, que foi, em grande parte, responsabilidade de Bulhões, apresentou ao Ministro da Fazenda duas sugestões básicas: a) toda atividade econômica deveria basear-se na iniciativa privada e b) o Estado só deveria intervir com o objetivo de coordenar os investimentos. Além das sugestões, o relatório acentuava a dependência da

⁴⁴⁶ Órgão criado pelo governo federal em setembro de 1942, com o objetivo de coordenar o funcionamento da economia brasileira no contexto de emergência gerado pela entrada do Brasil na guerra. Era diretamente subordinada ao presidente da República, tinha sede no Rio de Janeiro e possuía escritórios regionais nas principais capitais do país e suas principais funções eram o controle de preços, da produção e da venda dos produtos brasileiros, bem como a supervisão de outros órgãos e empresas, tanto estatais quanto privadas. A Coordenação, na prática, constituiu uma forma de intervenção do Estado na economia, na medida em que procurava garantir o planejamento na economia brasileira. Com o fim da Grande Guerra, em 1945, foi extinta.

⁴⁴⁷ Realizado em 1943, reuniu grande número de empresários, especialmente aqueles ligados à FIESP e à CNI, assim como técnicos e funcionários do governo. As conclusões deste Congresso apontavam para a necessidade de aumentar a intervenção do Estado na economia, através da coordenação das decisões pelas agências do Estado, bem como para a importância de implementar uma política de apoio à industrialização, através da participação nas indústrias básicas.

⁴⁴⁸ A missão Abbink, realizada no governo Dutra, tinha por objetivo diagnosticar os principais problemas da economia brasileira e, como especial recomendação, o emprego de recursos externos pleiteados pelo Ministério da Fazenda. A partir do início da Guerra da Coreia, os EUA passaram, então, a pressionar o Brasil para que o auxiliasse militarmente no novo conflito, mas o governo brasileiro, buscando não se comprometer de forma direta, propôs, em lugar do envio de tropas, o fornecimento das matérias primas necessárias aos EUA. Em 1949, a Missão Abbink elaborou um documento, que analisava não só os segmentos econômicos e as condições para o desenvolvimento, mas também a participação do Estado e do capital estrangeiro. Foi a primeira tentativa de criar um plano de desenvolvimento para o Brasil. Contudo, a Missão não chegou a detalhar projetos para investimento, nem a calcular os montantes necessários.

economia brasileira em relação a poucos produtos de exportação e o baixo nível de renda do país. Com o objetivo de criar um capitalismo industrial, apontava a estabilidade financeira como o fator fundamental para o desenvolvimento econômico, preconizando a restrição ao crédito e o incentivo à participação do capital estrangeiro em setores como energia e mineração.

Para os membros da Confederação Nacional da Indústria - CNI, a contenção do crédito sugerida pela missão Abbink era algo impensável, visto que seria contrária ao “*objetivo do desenvolvimento econômico, que requer, antes, para um emprego mais produtivo dos fatores de produção, uma expansão adequada do crédito*”⁴⁴⁹.

Em 1954, com a morte de Getúlio e a posse do vice-presidente, Café Filho, este nomeou Eugênio Gudin para o Ministério da Fazenda. Gudin, por sua vez, convidou Bulhões para ocupar a superintendência da SUMOC. Neste sentido, como parte do grupo identificado com as políticas financeiras ortodoxas, Bulhões auxiliou o Ministro Gudin na elaboração de uma rígida política de estabilização, baseada no corte de despesas públicas e na contenção da expansão monetária e creditícia. Com relação aos bancos, foi definido um aumento do saldo de caixa mínimo e estabelecido que metade de todos os depósitos bancários deveria ser recolhida à SUMOC.

Em 17 de janeiro de 1955, durante a gestão de Bulhões na SUMOC, foi baixada a Instrução 113, que criava condições favoráveis aos investimentos estrangeiros, na medida em que concedia licença de importação sem cobertura cambial para a compra de maquinaria por empresas estrangeiras. Durante todo o governo JK esta regulamentação seria utilizada, favorecendo a entrada de capitais estrangeiros sob a forma de equipamentos industriais, especialmente para a indústria automobilística. Octávio Gouveia de Bulhões seria reconduzido à diretoria executiva da SUMOC em fevereiro de 1961, permanecendo no cargo até janeiro de 1963.

A primeira gestão de Bulhões na SUMOC encerrou-se em maio de 1955, quando foi substituído por Prudente de Moraes Neto, também conhecido como Pedro Dantas. Neto do primeiro presidente civil do Brasil, Pedro Dantas era formado em Direito, mas iniciou sua

⁴⁴⁹ Apud.: ABREU, Alzira Alves de. et al.. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV/Positivo, Vol I. 2001, p. 877.

carreira como jornalista, em 1925, colaborando no jornal paulista *A Manhã* e no pernambucano *A Província de Recife* (este último era, então, dirigido por Gilberto Freire). Durante o Estado Novo foi representante do Ministério da Educação e Cultura junto à comissão de censura de cinema do DIP, no entanto, durante o I Congresso Brasileiro de Escritores (promovido pela Associação Brasileira dos Escritores), onde esteve na qualidade de delegado do Distrito Federal, fez declarações de crítica ao Estado Novo e a favor da democracia e das liberdades públicas. Em 1951, quando trabalhava como chefe de redação do jornal *Diário Carioca*, participou ativamente da campanha contra a posse de Getúlio Vargas, recém eleito Presidente da República.

Em 19 de maio de 1955 deixou seu posto no jornal para assumir a direção da SUMOC, tendo encerrado sua gestão em outubro do mesmo ano. Foi substituído pelo mineiro Inar Dias de Figueiredo, empresário, proprietário rural e banqueiro. Foi diretor-presidente do conselho de administração da Macife - Materiais de Construção e da Empresa Brasileira de Solda Elétrica, diretor vice-presidente da Nadir Figueiredo Indústria e Comércio, membro do conselho consultivo do Banco Nacional de Minas Gerais e do conselho de administração da Rio Light, além de diretor da Companhia de Seguros Bandeirantes, tendo sido presidente do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro. Foi substituído na SUMOC, após a posse de JK, por Eurico de Aguiar Sales.

VIII.2 – A Instrução 113

Em 17 de janeiro de 1955, durante o governo do presidente Café Filho, na gestão de Eugênio Gudin no Ministério da Fazenda, foi lançada a Instrução 113. Ela diminuía consideravelmente as restrições à entrada de capitais sob a forma de maquinário. A instituição deste novo regime cambial, ainda no governo Café Filho, determinaria a existência de taxa livre no pagamento de juros e amortizações para capitais registrados na SUMOC, de grande importância para a entrada de capitais estrangeiros.

O Governo Café Filho representou, para a economia brasileira, o preâmbulo de um processo de internacionalização da economia brasileira, que iria se consolidar com a posse de Juscelino Kubitschek, e que pode ser entendida a partir da participação de atores políticos como Octávio Gouvêa de Bulhões, Eugênio Gudin e Roberto Campos. A Instrução 113 representaria uma ferramenta para a consolidação deste projeto de desenvolvimento, assim como o fortalecimento da SUMOC (e sua conseqüente transformação, posteriormente, em Banco Central), e a criação do BNDE, em 1962.

As raízes deste processo podem ser encontradas em Bretton Woods, em cujas resoluções a delegação brasileira, formada por Bulhões, Campos e Gudin, os mesmos atores sociais presentes nas agências do Estado, teve intensa participação:

Resolve-se que, para a consecução eficaz dos objetivos perseguidos pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco para Reconstrução e Desenvolvimento, seja convocada uma Conferência das Nações unidas e associadas, com a finalidade de promover a estabilidade dos preços de matérias primas e produtos agrícolas e formular recomendações para se alcançar um crescimento mais equilibrado do comércio internacional.⁴⁵⁰

A Instrução 113 representou a gênese de uma nova política, identificada com os setores do empresariado brasileiro interessados na internacionalização da economia. Tais setores, representados pelos quadros técnicos que se encontram na direção das agências, são aqueles ligados à exportação de produtos agrícolas. E a SUMOC representará, no período em questão, um dos espaços de disputa entre duas políticas que ora se complementam, ora se

⁴⁵⁰ CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994. p. 69.

contradizem: a política atualmente denominada de monetarista e a política identificada hoje em dia como desenvolvimentista.

O conflito de interesses envolvia, portanto, o empresariado industrial, que reivindicava a manutenção de uma política estatal que favorecesse seus interesses, o que representava a continuação dos investimentos, subsídios e medidas restritivas quanto ao ingresso de capitais externos. De sua parte, o empresariado ligado ao capital internacional, especialmente aqueles ligados à agro-exportação, advogava a redução da intervenção do Estado, através da desregulamentação da economia (estabelecendo as taxas de câmbio livre), da diminuição do crédito e defendendo a necessidade da internacionalização da economia, como forma de fazer frente às necessidades do desenvolvimento.

A atuação de Eugênio Gudín no Ministério da Fazenda representou, sem dúvida, a predominância da opção por um desenvolvimento econômico desvinculado da ação do Estado, impulsionado principalmente pela injeção de capitais internacionais. Foi através da SUMOC, cujo Superintendente na época era ninguém menos do que Octávio Gouvêa de Bulhões que foram implantadas as medidas que apontavam nesta direção, especialmente a Instrução 113:

Do licenciamento de importações que independem de cobertura cambial

1º – A Carteira de Comércio Exterior (CACEX) poderá emitir licenças de importação sem cobertura cambial, que correspondam a investimentos estrangeiros no país, para conjuntos de equipamentos destinados à complementação ou aperfeiçoamento dos conjuntos já existentes, quando o Diretor da Carteira dispuser de suficientes elementos de convicção de que não será realizado pagamento em divisas correspondente ao valor dessas importações:

2º – O investidor apresentará prova de que, efetivamente, dispõe no exterior, dos equipamentos a serem importados ou de recursos para seu pagamento. Essa prova será feita:

a) se os recursos ou equipamentos provierem de país com o qual o Brasil mantenha convênio de pagamento, por declaração do Banco ou órgão executor de convênio, que contenha autorização expressa de dispensa de pagamento de seu valor:

b) se os recursos ou equipamentos provierem de país de moedas de livre curso internacional, por declaração de banco idôneo, a juízo do Banco do Brasil S.A.. Nesta hipótese a prova poderá ser dispensada pela CACEX se a idoneidade e o vulto da empresa investidora tornarem óbvia a existência de tais recursos.

3º – Antes da emissão das licenças, deverá ser apresentada declaração e compromisso do investidor e, se for o caso, da empresa nacional em que será feito o investimento, de que:

a) os equipamentos licenciados serão incorporados ao Ativo da empresa nacional ou da filial do investidor no Brasil, sem contrapartida no Passivo exigível;

b) a empresa em que for realizado o investimento ou a filial não efetuará pagamento no exterior correspondente ao valor dos equipamentos importados;

c) os equipamentos permanecerão no Ativo da empresa ou filial pelo prazo correspondente à sua utilização normal.

A declaração e compromisso de que trata o presente item conterà o reconhecimento expresso de que a sua inobservância será considerada, para todos os efeitos, como infringente do disposto no art. 11, da Lei n. 2.145, de 29-12-1953, ficando sujeito o infrator às sanções correspondentes e obrigando-se os interessados, nesse caso, ao pagamento dos ágios que seriam exigíveis, caso a importação não se tivesse realizado sem cobertura cambial.

4º – A Carteira de Comércio Exterior ouvirá o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, caso o conjunto de equipamento se destine à produção de artigos classificados nas 4^{as} e 5^{as} categorias de importação e que sejam notoriamente supérfluas para a economia do país.(CARONE:1980,378)

A Instrução 113 permitia a importação de bens de capital à taxa “livre” de câmbio por investidores estrangeiros, caso esses investidores aceitassem como forma de pagamento a participação no capital próprio da empresa que importasse o equipamento. Este era o fator que a caracterizava como medida que propiciava a abertura da economia aos capitais internacionais.

A implantação da Instrução 113 desencadeou, por parte da burguesia industrial, reações desfavoráveis. Alegando que a instalação de indústrias estrangeiras no país com condições favoráveis (isenção cambial) constituía uma concorrência desleal, esta fração da burguesia iniciou movimentos de pressão em direção ao Estado, para que a Instrução fosse revogada. Tais setores organizavam-se na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), entre outros espaços que chamamos de aparelhos da sociedade civil. O exame das fontes recolhidas na FIRJAN, ao longo do Capítulo VI, nos dá a medida da pressão desta fração das classes dominantes em torno das políticas produzidas pelo Estado.

Porta-voz dos interesses do setor ligado diretamente ao capital industrial, o jornal Última Hora, trazia como destaque a seguinte matéria:

Esta é a Bandeira de Última Hora - Pontos Fundamentais do Programa de Ação que Este Jornal se Traçou Para o Período Crucial que a Nação Atravessa.

Urge Mobilizar a opinião pública a fim de levar o governo atual a modificar sua política econômica e financeira, libertando-a do espírito negativista do pânico e do derrotismo, emanado do colonialismo, caminho aberto para o entreguismo de todos os tempos.

Quase cinco meses já são passados desde que o atual Governo se encontra no Poder. Jamais o país sofreu uma crise econômica e financeira tão asfixiante. E são as camadas menos favorecidas da população – que constituem a maioria do nosso povo – que vêm

pagando o maior tributo por essa política. O custo de vida sobe em espiral e nada parece poder detê-lo. Só uma política de audácia e incentivo à Produção e Crédito mais amplo às iniciativas úteis, em suma, uma política de expansão e não de depressão, de otimismo e não de pessimismo de confiança e não de descrédito, poderá abrir ao Brasil perspectivas que a sua condição de país jovem e progressista.(UH:01/1955)

Ao mesmo tempo, vozes originadas nos setores favoráveis às medidas econômicas adotadas pelo governo também se manifestam através dos jornais:

Era com certa impaciência que nos meios econômicos se aguardava a modificação do regime de entrada de capitais estrangeiros, anunciada há meses pelo Ministro da Fazenda. A Instrução 113 da SUMOC, que acaba de ser publicada, será acolhida certamente com agrado pelos que desejam a simplificação das exigências feitas aos capitais estrangeiros dispostos a aplicar-se no País. Em alguns meios, porém, não se deixará de lamentar que o governo não tenha ido longe na concessão de facilidades num momento em que a situação da nossa balança de pagamentos exige grande entrada de capitais.(OESP:01/1955)

Este grupo de interesses, cujo porta-voz era o Jornal O Estado de São Paulo⁴⁵¹, por sua vez, reivindicava medidas que diminuíssem ainda mais as restrições aos investimentos estrangeiros:

A nova regulamentação amplia consideravelmente o quadro das possibilidades de importação de material de equipamento sem cobertura de cambio. Por um lado, não se cogita mais de uma definição do interesse da economia nacional (noção sempre muito subjetiva), mas com uma restrição: o material assim importado não deve destinar ao fabrico de produtos classificados nas 4ª e 5ª categorias, ainda que a SUMOC possa conceder tais autorizações se as considerar necessárias. Assim, devemos reconhecê-lo, as possibilidades de aplicação de capitais estrangeiros, sob a forma de importação de material, encontram-se consideravelmente aumentadas. Os capitais estrangeiros não mais terão de aguardar as decisões, frequentemente subjetivas, das autoridades financeiras, para saberem se as importações de material que se propõe a fazer obedecem ao critério de “relevante interesse para a economia brasileira” desde que eles provem tratar-se de uma importação de material que não será revendido no mercado nacional nem dê motivo a pagamento em cambiais, sob uma ou outra forma, será concedida a autorização.

Esta simplificação de medidas irá dar origem, certamente, a um grande movimento de aplicações de capitais estrangeiros. Muitas empresas que haviam apresentado à SUMOC pedidos para a instalação de fábricas, vêem hoje essa possibilidade mais amplamente aberta. É certo que a noção de “conjunto de equipamentos” se poderá prestar a discussões. De acordo com a definição que lhe for dada, a medida poderá, em certos casos, ser prejudicial à economia do País. Tomemos, como exemplo, o caso de

⁴⁵¹ Jornal paulista fundado em 4 de janeiro de 1875 inicialmente sob o nome de *Província de São Paulo*. Seus fundadores foram Américo Brasiliense de Almeida Melo e Manuel Ferraz de Campos Sales. O Estado de São Paulo, por suas ligações políticas sempre defendeu os interesses da burguesia agrário-exportadora, tendo inclusive, em seus primeiros anos, combatido a centralização política e administrativa imposta pelo Poder Moderador ao longo do Império.

uma usina siderúrgica que pretenda instalar-se entre nós. Pode admitir-se que a estrutura metálica dessa usina faça parte do equipamento de conjunto? Essa interpretação prejudicaria grandemente a indústria nacional, a qual tem uma produção capaz de satisfazer qualquer pedido nesse setor e que, de certo modo, apenas se tem desenvolvido na esperança de que novas usinas se instalem em nosso território. Este aspecto é importante e cabe às autoridades não permitirem que uma medida que, incontestavelmente, beneficia a economia nacional, se volte contra ela (OESP:01/1955)

Os argumentos produzidos pelos intelectuais ligados a esta fração da burguesia brasileira são analisados no Capítulo VII, através do Digesto Econômico, publicação sob a responsabilidade da Associação Comercial de São Paulo e que veicula as idéias deste setor.

Em 1956, o capixaba Eurico Sales foi nomeado para a direção da SUMOC. Sales era advogado em Vitória e membro do Partido da Lavoura do Espírito Santo - entidade cujo objetivo era defender os interesses dos agricultores daquele estado, quando foi convidado para ser consultor jurídico do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo. Durante o Estado Novo foi secretário de Educação e Cultura do Espírito Santo. Com o fim do Estado Novo, concorreu a uma cadeira como deputado federal pelo PSD, tendo participado dos trabalhos da Constituinte de 1946. Como superintendente da SUMOC fez parte da delegação brasileira à Conferência Interamericana de Buenos Aires e nas convenções do FMI realizadas em Washington. Deixou a Superintendência em novembro de 1957, nomeado por JK como titular da pasta da Justiça e Negócios Interiores. Foi substituído pelo paulista José Joaquim Cardoso de Mello Neto.

Também conhecido como Cazuzza, Melo Neto era advogado da Companhia Telefônica Brasileira, em 1910, quando assumiu a presidência da Sociedade Anônima Elétrica Rio Claro, uma das maiores empresas fornecedoras de energia elétrica de São Paulo. Foi um dos fundadores da Liga Nacionalista, organização criada em 1917 que defendia a adoção do voto secreto e do serviço militar obrigatório. Também foi um dos fundadores do Partido Democrático (PD) de São Paulo, agremiação que defendia um programa liberal, o voto secreto e aglutinava a oposição ao PRP (Partido Republicano Paulista), tendo, inclusive, se aproximado das lideranças tenentistas e da Coluna Prestes, unindo-se à Aliança Liberal em 1929. Melo Neto foi presidente do PD e constituinte por este partido em 1946. Na constituinte, pautou sua atuação pela defesa do liberalismo e do federalismo, lutando pelo fortalecimento do Legislativo em detrimento do Executivo e pela autonomia financeira dos estados. Integrou a Comissão Mista de Reforma Econômico-financeira, acumulando as

funções parlamentares com a presidência do Banco Mercantil de São Paulo (do qual foi fundador, em sociedade com Gastão Vidigal) e da Empresa de Luz e Força de Jundiaí. Integrava também o conselho de administração do Banco Comercial do Estado de São Paulo, da Companhia Agrícola Rodrigues Alves S.A. e da Fiação e Tecelagem de Piraçununga. Por todas estas qualidades, foi nomeado para a SUMOC em novembro de 1957, exercendo o cargo de superintendente até julho de 1958, quando foi substituído por José Garrido Torres.

Torres era economista e foi assessor técnico da delegação brasileira na Conferência Internacional de Negócios, realizada em Rye, Nova Iorque, em 1944 e na Conferência de Comércio e Emprego da Organização das Nações Unidas, realizada em Londres, em 1946. No mesmo ano foi delegado suplente do Brasil no comitê de redação da Conferência de Comércio e Emprego, além de chefe do Escritório de Expansão Comercial do Brasil, em Lake Success, NY, representou o Brasil na Conferência do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, em Chicago, e foi adido comercial brasileiro em Washington até 1952. Também representou o Brasil na segunda sessão preparatória da Conferência de Comércio e emprego da ONU, em Genebra, Suíça, em 1947, e em Havana, Cuba, em 1948. Foi assistente técnico da Cexim do Banco do Brasil. Em 1951 participou, como assessor técnico, da delegação brasileira à IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, sendo conselheiro na IV Conferência do Conselho de Ministros Exteriores Interamericanos, realizada em Washington.

Garrido Torres era membro do CNE (Conselho Nacional de Economia), diplomado pela ESG (Escola Superior de Guerra) e em 1956 foi dirigente da sessão II do Fórum Econômico de Belo Horizonte – este fórum era especialmente dedicado à reforma cambial. Também em 1956, foi delegado à primeira sessão da CEPAL, no Chile, na qual presidiu o grupo de trabalho dedicado ao tema “Mercado comum e comércio de produtos tradicionais” e a partir deste ano tornou-se consultor da CEPAL. Em 1957 passou a presidir a Comissão Nacional de Economia, por nomeação de JK, cargo que exerceu até 1958. Neste ano, chefiou a delegação brasileira na reunião do grupo de trabalho de bancos centrais da CEPAL, realizada no Rio de Janeiro e integrou, juntamente com o Ministro da Fazenda Lucas Lopes, o presidente do BNDE, Roberto Campos e outros diretores de órgãos governamentais a consultoria técnica (Consultec), empresa encarregada de elaborar projetos de investimentos que seus próprios participantes aprovariam. No mesmo ano em que Garrido Torres era superintendente da SUMOC, a Consultec apoiou e insistiu no plano de estabilização

econômica proposto por Lucas Lopes e combatido veementemente pelo PTB. Segundo Dreifuss

A Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda - .CONSULTEC, também conhecida como Companhia Sul Americana de Administração e Estudos Técnicos era, incontestavelmente, o mais importante e bem sucedido escritório técnico, e um anel burocrático-empresarial em si mesma. A CONSULTEC era importante em decorrência da qualidade profissional de seus membros; era bem sucedida em razão de sua capacidade política e de sua ativa “advocacia administrativa” de sua ampla penetração nos canais técnicos burocráticos e sua conexão com o grupo de poder formado pelos interesses multinacionais e associados, aos quais os seus membros pertenciam individualmente. A CONSULTEC proporcionou os canais para contornar tanto as agências estatais corporativas tradicionais de articulação de interesses quanto o Congresso. Ao estabelecer contatos diretos com agências estatais, ela evitou o escrutínio do público e a necessidade de responder às demandas populares ou ter de levar em conta outras pressões. As atividades da Consultec se estendiam da consultoria dada a pedidos de empréstimos feitos ao BNDE por companhias multinacionais até a redação de discursos públicos, da preparação de projetos de lei, decretos e regulamentos, até a obtenção de acordos comerciais. A CONSULTEC preparou inclusive o programa apresentado ao Congresso em 1962 pelo então Primeiro-Ministro Tancredo Neves, assim como o plano governamental referente ao petróleo que o Primeiro Ministro comissionou também a esse escritório técnico.⁴⁵²

Além de consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Garrido Torres participou do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)⁴⁵³. Em 1964, no governo Castelo Branco, ocupou a presidência do BNDE, e o Conselho Monetário Nacional de abril de 1965 a março de 1967.

Sua gestão na SUMOC durou um pouco mais de 1 ano – foi substituído em 19 de agosto de 1959 por Marcos de Souza Dantas.

Marcos Clemente de Souza Dantas iniciou a carreira como funcionário do Banco Francês e Italiano para a América do Sul em 1918. Em 1919 passou a trabalhar no Banco Francês para o Brasil, até 1921, ano em que entrou para o quadro de funcionários do Banco do Brasil, lá permanecendo até 1954. Também foi diretor-superintendente do Banco do Estado

⁴⁵² DREIFUSS, René Armand. Op. Cit. p. 86.

⁴⁵³ Organização de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, estruturada no decorrer de 1961 e fundada oficialmente em 2 de fevereiro de 1962, com o objetivo de “defender a liberdade pessoal e da empresa, ameaçadas pelo plano de socialização dormente no seio do governo João Goulart”, através de um “aperfeiçoamento da consciência cívica e democrática do povo. Após a vitória do movimento de 31 de março de 1964, de cuja preparação participaria ativamente, o IPES viria reduzir suas atividades, desaparecendo completamente em 1972. Apud.: ABRREU, Alzira Alves de. Et alli.. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV/Positivo, 2002, Vol. 5, Pág. 5770.

de São Paulo de 1929 até 1930. Foi um dos colaboradores de José Maria Withaker (Ministro da Fazenda no governo provisório de Vargas), no projeto e elaboração do decreto de aquisição do estoque de café, medida defendida pelos cafeicultores e que visava dirimir a crise, vivida por este setor, desencadeada pela queda dos preços do produto, em 1931.

Em 1932, Souza Dantas presidiu o Conselho Nacional do Café e nos anos de 1933 e 1934 foi representante do Banco do Brasil na Tecelagem Ítalo-Brasileira, assumindo, de 1934 a 1935, a Carteira Cambial do Banco. Neste ano enviou carta ao Ministro da Fazenda, alertando para a impossibilidade de fazer as transferências bancárias necessárias para o pagamento da dívida pública externa, e defendendo a inversão de prioridades, dando preferência ao pagamento das importações, o que provocou protestos no Brasil e no exterior, inclusive do então embaixador nos EUA, Oswaldo Aranha. Aranha classificou a proposta de Souza Dantas de “anarquia cambial”, e esta opinião foi um dos fatores para a sua saída da Carteira Cambial do Banco do Brasil. Apesar disto, Souza Dantas esteve duas vezes acompanhando o Ministro Souza Costa aos EUA e à Inglaterra, com o objetivo de resolver o problema da balança comercial. Mas só da primeira vez conseguiu um adiamento dos atrasados comerciais, com o compromisso de tornar o câmbio livre. Em 1935, desembarcando no Rio de Janeiro, prestou juramento à bandeira integralista e passou a integrar a Câmara dos Quarenta, órgão máximo da AIB (Ação Integralista Brasileira). No ano de 1939 integrou a comitiva brasileira que foi aos EUA, para a assinatura de vários acordos financeiros. Dentre estes acordos, destacamos a autorização de um crédito de 50 milhões de dólares para a criação de um Banco Central no Brasil e a concessão de um empréstimo de 19,2 milhões de dólares para o Brasil pelo Banco de Exportação e Importação (Eximbank), além de vários outros créditos de longo prazo para a aquisição, pelo Brasil, de produtos exportados pelos EUA. Esta comitiva também selou o compromisso brasileiro com o restabelecimento do pagamento do serviço de suas dívidas em dólares, bem como de realizar uma política financeira e comercial capaz de favorecer a aplicação, no Brasil, de capitais norte-americanos.

Em 1953, Souza Dantas foi conduzido à direção do Banco do Brasil. Nesta ocasião, promoveu, juntamente com o então Ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, a edição da Instrução 70 da SUMOC, que acabava com a subvenção ao câmbio e introduzia um tratamento discriminatório aos produtos importados (sob a forma de câmbio diferenciado), com o objetivo de estimular a exportação de produtos nacionais. As críticas fizeram com que renunciasse ao cargo e só voltasse à vida pública em 1959, quando foi nomeado para a

diretoria da SUMOC, cargo que ocupou até junho de 1960, quando foi substituído por Francisco Vieira de Alencar.

Vieira de Alencar iniciou sua carreira no Banco do Brasil em 1922, chegando a subgerente do setor industrial da Carteira de Crédito Agrícola e Comercial do Banco em 1942. No mesmo ano, foi nomeado interventor no Banco Alemão Transatlântico, cargo que ocupou até 1944, quando da liquidação deste banco, em virtude da ruptura de relações entre o Brasil e a Alemanha. Em dezembro do mesmo ano, representou o Banco do Brasil no I Congresso Brasileiro da Indústria, realizado em S. Paulo. Por um curto período (03.06.60 a 03.02.61), assumiu a superintendência da SUMOC, sendo substituído pelo superintendente nomeado pelo Presidente Janio Quadros: Octávio Gouvêa de Bulhões, que já havia ocupado este cargo durante o governo Café Filho.

Com a posse de Jânio Quadros, Otávio Gouveia de Bulhões voltou à diretoria executiva da SUMOC, juntamente com Clemente Mariani ⁴⁵⁴, e contando com uma equipe econômica afinada com o pensamento liberal. Esta equipe conseguiu ganhar a confiança da comunidade financeira internacional e o amplo respaldo econômico e político da nova

⁴⁵⁴ O baiano Clemente Mariani Bittencourt era bacharel em direito e jornalista, tendo sido redator e mais tarde redator-chefe do *Diário da Bahia*. Também foi deputado estadual e professor na Faculdade de Direito da Bahia. Participou da formação do Partido Social Democrático (PSD) da Bahia, e se elegeu constituinte, em 1934, por esta legenda. Durante o Estado Novo afastou-se da política, retornando às atividades de professor e advogado, atividades que também abandonou para se dedicar exclusivamente às suas empresas, a CIRB e a Usina Cinco Rios e em 1942 tornou-se diretor do Banco Comercial da Bahia e do Banco da Bahia, cuja presidência assumiu dois anos depois, reestruturando-o e dinamizando sobretudo o setor de câmbio. Em 1945 mudou de legenda, entrando para a UDN. Com a deposição de Vargas candidatou-se e foi eleito para a Constituinte de 1946, saindo para assumir o Ministério da Educação e Saúde Pública, a convite do presidente, Eurico Dutra, tendo também participado das articulações políticas para a escolha dos candidatos à sucessão de Dutra, durante o ano eleitoral de 1950. Não conseguindo se reeleger em 1951, afastou-se dos cargos políticos, voltando à presidência do Banco da Bahia. Com o suicídio de Vargas e a posse de Café Filho, foi convidado pelo novo ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, para assumir a presidência do Banco do Brasil. Em 1960 apoiou a candidatura de Jânio Quadros à presidência da República, visto que a orientação financeira anunciada por Jânio em sua plataforma ajustava-se às teses de reforma cambial e de austeridade que sempre havia defendido e foi convidado por este para assumir o Ministério da Fazenda. Com a renúncia de Jânio, Mariani manteve-se no cargo durante o governo interino de Pascoal Ranieri Mazzilli e enquanto duraram as negociações que culminaram com a posse de Jango na presidência, quando, já em vigor o regime parlamentarista, Goulart foi empossado e Mariani deixou a pasta da Fazenda, sendo substituído por Válder Moreira Sales, retornando às suas atividades empresariais durante todo o governo de Jango. Com aprovação da Lei de Reforma Bancária e a criação de novas entidades autônomas para o exercício das atividades financeiras, Mariani criou um banco de investimento e de uma companhia financeira, ligados ao Banco da Bahia. Apesar de suas estreitas ligações com figuras da UDN, não participou das articulações que precederam o golpe de 1964, mas, como empresário e banqueiro, não deixou de acompanhar as mudanças na política econômica implementadas pelo governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Apud: ABREU. Alzira Alves de et alii. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós-30*. Rio de Janeiro: FGV/Positivo. 2001. Volume III. Pág. 3564 a 3568.

administração norte-americana, chefiada por John F. Kennedy, cuja posse teve lugar quase simultaneamente com a de Jânio Quadros.

A equipe econômica nomeada por Jânio aplicou uma política de estabilização que levou à contenção de gastos públicos e ao controle da expansão monetária, assim como a uma desvalorização cambial de 100% e à abolição da Instrução 70. Enviou também duas missões paralelas aos Estados Unidos e à Europa para negociar os termos da dívida externa brasileira e a obtenção de novos créditos. A missão enviada aos Estados Unidos era chefiada por Valter Moreira Sales, enquanto a equipe enviada à Europa tinha à frente Roberto Campos. Ambas obtiveram, em maio e junho de 1961, um significativo sucesso nas negociações, conseguindo a renegociação de parte da dívida, fazendo novos empréstimos, num valor superior a 650 milhões de dólares, graças ao aval conferido pelo FMI à política de redução do crédito e ao programa de estabilização, assim como a liberalização do câmbio, feitos pela equipe econômica de Jânio Quadros.

Após a renúncia de Jânio Quadros, e imediatamente após a posse de João Goulart, houve um esforço, por parte da nova equipe de governo, para demonstrar à comunidade financeira internacional e ao governo norte-americano, em particular, que havia um novo programa de governo a ser implementado, especialmente após a volta do presidencialismo. Este programa de governo consistiu no Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado e implementado nos primeiros meses de 1963.

Os técnicos da SUMOC tiveram grande participação na elaboração da parte monetária do Plano Trienal, que estabeleceu que o crédito ao setor privado deveria crescer em montante correspondente à elevação do nível de preços adicionados ao aumento do produto.

No entanto, no segundo trimestre de 1963, também em virtude da crise, o Plano Trienal perdeu o apoio político e empresarial e a SUMOC passou a ter menor influência, especialmente como o locus da elaboração das políticas econômicas. Neste período, Otávio Gouveia de Bulhões deixou sua diretoria executiva e, em maio e junho de 1963, Celso Furtado e Francisco Clementino de San Tiago Dantas deixaram respectivamente os ministérios do Planejamento e da Fazenda. A partir dessas datas e apesar dos esforços de Otávio Dias Carneiro como diretor executivo, a SUMOC refletiu a crise que marcaria os

últimos meses da administração Goulart, devido a conflitos políticos que levaram ao golpe de 1964.

O penúltimo diretor executivo da SUMOC foi o carioca Otávio Augusto Dias Carneiro. Graduado como guarda-marinha, formou-se também em arquitetura e ingressou no Itamarati. Mais tarde, quando serviu na embaixada brasileira em Washington, (de 1946 a 1951), bacharelou-se e terminou o doutorado em economia política nos EUA.

Também foi chefe do Departamento de Economia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) - de março a julho de 1953 – e participou do Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República e da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Representou o Ministério da Fazenda junto ao Conselho Nacional do Petróleo (CNP) e foi membro da CNEN. Em fevereiro de 1961, durante o governo do presidente Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961), foi designado presidente da comissão de organização do Ministério da Indústria e Comércio, criado com o desdobramento do antigo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

Durante a fase parlamentarista do governo João Goulart, foi Ministro da Indústria e Comércio, entre fevereiro de 1962 e o final de janeiro de 1963, após o plebiscito que deliberou a restauração do presidencialismo e que provocou uma completa reformulação ministerial. Em março, assumiu a direção da SUMOC. Foi mantido no cargo no período imediatamente posterior ao golpe de 1964, porém, em maio de 1964 foi substituído pelo novo titular, Dênio Nogueira.

Este foi o último superintendente da SUMOC e primeiro presidente do Banco Central do Brasil. Filho de militar, ingressou no Conselho Nacional de Águas e Energia e, em 1942, foi nomeado estatístico do Ministério da Educação. Em 1943 formou-se em Economia e foi convidado por Octávio Gouvêa de Bulhões a integrar o Conselho Nacional de Economia. Também foi redator-chefe da revista Conjuntura Econômica e, em 1953, colaborou com Bulhões na elaboração de um parecer técnico do Conselho, propondo um reajuste de 33% no salário mínimo. A idéia não foi aceita pelo então Ministro do Trabalho, João Goulart, que acabou concedendo um reajuste de 100%. Em 1958, trabalhou como consultor econômico da SUMOC, participando da elaboração de dois programas de estabilização econômica, sob a

coordenação de Roberto Campos, então superintendente do BNDE e de Lucas Lopes, Ministro da Fazenda à época.

Em 1959 foi consultor econômico do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro e da ALALC (Associação Latino Americana para Livre Comércio), atuando, nesta última, como relator de um grupo de estudos sobre o tratamento do capital estrangeiro pelos países signatários. Entre setembro de 1962 e janeiro de 1963 integrou, no Ministério da Fazenda, uma comissão que se destinava a preparar um projeto de criação de um Banco Central.

Desde os primeiros anos da década de 1960, passou a fazer parte do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), sendo inclusive relator econômico do Jornal da entidade (periódico intitulado Ação Democrática) e também do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais)⁴⁵⁵.

Imediatamente após o golpe de 1964 (em abril de 1964), e a convite do novo Ministro da Fazenda, Octávio Gouvêa de Bulhões, Denio Nogueira tornou-se diretor executivo da SUMOC, tendo cobrado do novo governo o compromisso com a criação de Banco Central, o que foi feito em 31 de dezembro de 1964, através da Lei n. 4.595, que também criava o Conselho Monetário Nacional.

Como primeiro presidente do Banco Central do Brasil, Denio Nogueira participou das missões que renegociaram a dívida externa brasileira junto ao FMI e ao Eximbank. Também ajudou a estabelecer novos parâmetros para o mercado de capitais, concedendo ao Banco Central a atribuição de regulamentar e disciplinar o mercado mobiliário. Também auxiliou na aplicação do Plano de Estabilização Monetária, junto com Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, o que rendeu a eles o apelido de “*trindade maldita*”.⁴⁵⁶

⁴⁵⁵ O complexo IPES/IBAD é apresentado, na obra de René Armand Dreifuss, como o verdadeiro partido da burguesia, seu Estado-Maior para a ação ideológica, política e militar, espaço de articulação da ação da fração de classe que preparava a conquista do Estado em 1964. O IPES era a instituição encarregada de disseminar as idéias que justificariam o golpe militar, e o IBAD estaria encarregado de arrecadar e manipular os recursos financeiros que iriam corromper e também sustentar as campanhas dos candidatos comprometidos com o golpe. Apud. DREIFUSS, René Armand. Op. Cit.

⁴⁵⁶ ABRREU, Alzira Alves de. et al. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV/Positivo, 2001. Vol. IV. p. 4096.

As medidas de contenção da moeda e do crédito, empregadas por Denio Nogueira, resultaram em uma queda na taxa de inflação de 91,9% para 34,5%⁴⁵⁷. Também realizou inúmeras reduções da taxa de câmbio, que justificava com a necessidade de manter a competitividade das exportações. Também executou uma forte redução creditícia, aumentando o custo do redesconto de 12% para 22%.

No início de 1967, Denio Nogueira promoveu mais uma forte desvalorização cambial, que resultou em enorme desgaste político e teve como conseqüência sua renúncia da direção do Banco Central, sendo requisitado pela Fundação Getúlio Vargas, voltando a integrar a redação da revista *Conjuntura Econômica*. Mais tarde, por indicação de Eugenio Gudin, tornou-se também representante no Brasil do grupo financeiro Rothschild and Sons. Na década de 1970 participou da diretoria do grupo Vigorelli. Após sua saída do grupo, passou a dedicar-se às atividades de consultoria na formação de *joint venture* entre empresas brasileiras e estrangeiras, tornando-se, também professor-titular de economia brasileira na Universidade Santa Úrsula.

Ao examinar as trajetórias destes atores sociais, podemos identificar o importante papel que os quadros técnicos desempenharam na construção de um modelo de Estado de acordo com os cânones do neoliberalismo. Este modelo correspondeu ao projeto de uma fração de classe que se articulou para ocupar a sociedade política – e o fez com competência a partir de 1964. Não se trata de uma “personificação” do Estado ou de uma de suas agências, mas sim de reafirmar que o projeto de reorganização do Estado brasileiro, a partir dos anos 50, contou com a participação de atores sociais originários ou ligados à fração das classes dominantes que iria ocupar o poder a partir de 1964. Mas a instauração do novo modelo político que criaria condições para a definitiva internacionalização da economia só foi possível com a participação da violência de Estado: as tropas chefiadas pelo General Olímpio Mourão Filho, contando com o apoio do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto – proprietário do Banco Nacional de Minas Gerais – saíram de Juiz de Fora, MG, rumo ao Rio de Janeiro, para depor o presidente João Goulart.

A SUMOC, desde sua criação como agência de Estado, desempenhou importante papel na consolidação deste projeto, pois passou a ser o espaço de onde emanavam as

⁴⁵⁷ ABREU, Alzira Alves de. et al. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV/Positivo, 2001. Vol. IV. p. 4096.

políticas de câmbio e crédito. Desta forma, a superintendência desta agência passou a ser ocupada, como vimos, por atores sociais que pertenciam a esta mesma fração. As medidas preconizadas pelos intelectuais vinculados a este campo e que são defendidas na Revista *Digesto Econômico*, aqui analisadas no Capítulo VII, são as mesmas assumidas pelos dirigentes desta agência, o que demonstra que a ocupação de espaços na sociedade política reverte em garantir políticas que atendam aos grupos de interesse.

Tais agentes sociais eram, em sua maioria, quadros técnicos. São intelectuais orgânicos, porque tendo como origem as camadas médias urbanas, tornaram-se especialistas, organizadores e dirigentes a serviço das classes dominantes. Sua condição de intelectuais orgânicos também é dada pela sua conexão com os espaços da sociedade civil ou com os da sociedade política. Assim, a grande maioria destes diretores executivos é composta de economistas e de advogados, identificados com o pensamento liberal. Dois destes diretores são banqueiros - Valter Moreira Salles e Inar Dias de Figueiredo. Mesmo Denio Nogueira, inicia sua trajetória como quadro técnico.

Muitos deles também atuaram em aparelhos privados de hegemonia como o IPES e o IBAD, o que comprova o seu comprometimento ideológico com a expansão do domínio da burguesia financeira e com as novas formas de relação entre Estado e sociedade advindas com o golpe de 1964. Vieira Machado, por exemplo, iniciou sua carreira como quadro técnico, mas tornou-se empresário. E aqui, vale identificar também aqueles que tiveram participação na Consultec: Denio Nogueira, Octávio Gouvêa de Bulhões. Neste sentido, torna-se importante refletir sobre a existência de uma rede ligando a SUMOC, o centro de Estudos econômicos da FGV e a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, em torno da qual se construiria o referencial liberal nos anos 40 e 50.⁴⁵⁸

Se, por um lado, os quadros intelectuais liberais encontravam-se na SUMOC o campo oposto, isto é, os defensores do planejamento, do protecionismo industrial e de um papel mais ativo do Estado encontravam, nos anos 50, seus espaços de articulação no ISEB e na FIRJAN, conforme veremos nos próximos capítulos.

⁴⁵⁸ Cf. LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. In.: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 14 n. 39. São Paulo. Fevereiro de 1999.

Vale lembrar que a autonomia da SUMOC e do Banco Central, na prática, sempre existiu. Como vimos neste capítulo, mesmo com o mandato fixo da diretoria, a nomeação de seu diretor executivo e de sua diretoria é ditada pelo peso político de cada setor da sociedade; portanto, seus cargos de direção são ocupados por atores sociais vinculados às classes ou frações de classe que detêm a hegemonia no período e que podem ser identificadas pelas medidas levadas adiante pela Superintendência da Moeda e do Crédito. Esta afirmação também se aplica ao Banco Central nos dias atuais, onde, por decisão do COPOM, são mantidas as taxas de juros altas e o câmbio flutuante, além de medidas voltadas para atender aos interesses do setor financeiro, como, por exemplo, o PROER.

O exame da discussão em torno do controle do câmbio e sobre o ingresso de capitais estrangeiros será fundamental para determinar as posições existentes entre diferentes setores e os interesses envolvidos em cada uma das posições defendidas. Na medida em que este controle é produzido no interior da SUMOC, foi nela, enquanto agência do Estado, que se desenvolveu o embate entre as duas frações que defendem interesses conflitantes.

Campo de prolongados confrontos travados por cada uma destas propostas, a SUMOC revela-se espaço de disputa política e nos proporciona uma visão dos constantes momentos de equilíbrio e desequilíbrio entre as forças em conflito. A disputa pelo seu controle e a consolidação da hegemonia por parte da fração ligada ao processo de transformações que tiveram como ponto culminante a definitiva internacionalização da economia pode ser identificada a partir de 1964, quando a Superintendência foi transformada em Banco Central. Tais confrontos continuam presentes na atualidade, no interior da sociedade política, especialmente no Banco Central, no que diz respeito ao seu papel e autonomia às decisões do COMPOM⁴⁵⁹, no que tange à política cambial e aos juros. Podemos identificar na atuação do Banco Central a expressão da preponderância dos interesses de frações de classe também na atualidade. Um exemplo deste fato foi a implantação do PROER.⁴⁶⁰, durante o governo

⁴⁵⁹ Comitê de Política Monetária, órgão do Banco Central do Brasil, atualmente composto pelos Ministros da Fazenda e do Planejamento, e pelo Presidente do Banco Central.

⁴⁶⁰ Sob a justificativa de “salvar instituições financeiras fragilizadas”, e principalmente de “preservar o sistema financeiro nacional de uma crise que poderia se tornar estrutural”, o Banco Central promoveu, em novembro de 1995, através Medida Provisória nº 1.179 e a Resolução nº 2.208, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - PROER. Na prática, os desvios existentes em inúmeras instituições monetárias e financeiras, que antes eram encobertos pela inflação, ficaram a descoberto, mas, com o PROER, foram cobertos por empréstimos concedidos pelo Banco Central.

Fernando Henrique Cardoso, e a manutenção da alta nas taxas de juros selic tanto naquele governo,quanto no que o sucedeu.

Conclusão

Na minha terra onde tudo na
Vida se dá um jeitinho
Ainda hoje invasores namoram a tua beleza
Que confusão veja você, no mapa mundi está com Z
Quem te conhece não esquece meu Brasil é com S

Brasil com S
João Gilberto e Vinícius Eliud

Os anos JK não constituíram uma época que se possa definir por “dourada”. Nacionalismo e estabilidade não podem ser identificados como principais características deste período. Marcadas pelos embates entre frações das classes dominantes que disputavam o controle do Estado, as políticas governamentais apontavam ora no sentido de garantir o crescimento industrial, ora para o atendimento das demandas dos setores agrário-exportadores, mas não obtinham sustentação em nenhum destes pólos.

O processo de crescimento econômico deste período notabilizou-se pela abertura e pelas facilidades proporcionadas ao capital estrangeiro. Da mesma forma que muitas das economias periféricas, os anos 50, no Brasil, podem ser entendidos como aqueles em que se inicia a opção por um modelo estratégico condicionado pelos interesses dos Estados Unidos, país que, à época, consolidava sua hegemonia no continente assim como no mundo capitalista. Como exemplo desta opção, temos a implantação da indústria automobilística brasileira. Podemos dizer que a segunda metade do século XX foi o momento da expansão da chamada “civilização do automóvel”, fenômeno, surgido nos EUA, que expandiu-se em direção aos países “em desenvolvimento” e pode ser comparado ao que ocorreu no século XIX, quando a implantação de ferrovias nos países periféricos atendeu à necessidade de exportação de capital e tecnologia, por parte da Inglaterra, potência então hegemônica.

Observamos, portanto, que os “anos dourados” representaram, para a economia brasileira, uma marcha em direção à internacionalização da economia brasileira, apesar dos apelos nacionalistas expressos por alguns setores das classes dominantes, especialmente os

empresários industriais. O grande instrumento deste processo, no Brasil, foi a Instrução 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito – embrião do Banco Central Brasileiro. Apesar de ter sido lançada ainda no período do governo Café Filho, foi utilizada largamente ao longo de todo o governo JK, sob a justificativa de garantir o fluxo de capitais para o desenvolvimento. Este novo ciclo de industrialização brasileiro foi, portanto, caracterizado pela implantação de empresas estrangeiras, especialmente a indústria automobilística, definida já no Plano de Metas como a grande ferramenta para o crescimento econômico e que se tornou a opção brasileira para o transporte desde o período, modelo que se mantém até os nossos dias.

O processo de abertura aos capitais internacionais contou com o apoio e a participação maciça de empresários de todos os setores da economia brasileira. Ao contrário do que a maioria das análises produzidas acerca deste período apregoa, entre os diferentes setores do empresariado não havia uma divergência em torno da nacionalidade do capital a ser empregado no desenvolvimento brasileiro. A participação estrangeira só era criticada quando as regras de entrada do capital não interessavam aos empresários brasileiros, fosse porque estes investimentos traziam algum tipo de concorrência, ou porque a parte do empresariado que criticava o ingresso de capitais estrangeiros não detinha o domínio sobre as regras de entrada deste capital. Para aqueles que possuíam as ferramentas que definiam o modelo de associação, o capital internacional era bem vindo e se justificava, conforme vimos nos seus discursos, tanto na Associação Comercial de São Paulo quanto na Federação das Indústrias do Distrito Federal.

O discurso dos empresários vinculados à indústria fica claro através da leitura do Digesto Econômico. Para eles o ingresso de divisas estrangeiras era considerado necessário desde os anos 50. Na Associação Comercial de São Paulo, aparelho privado onde se expressam, articulam e organizam os interesses desta fração da burguesia brasileira e no pensamento produzido por dois de seus principais intelectuais organizadores expostos neste trabalho – Roberto Campos e Eugenio Gudin – faziam a defesa da internacionalização, bem como, de todo o receituário promovido pelo encontro de *Bretton Woods*: redução da participação do Estado na economia, controle da inflação e taxas de câmbio definidas pelo mercado, ou seja, fora do controle estatal.

A disputa entre estas duas frações da burguesia nacional se caracterizava, portanto, pela forma como o capital internacional e todo este modelo seriam introduzidos na economia

brasileira. Assim, tanto os empresários ligados à agricultura de exportação, quanto aqueles que defendiam os interesses da indústria pretendiam promover uma reforma cambial, de formas diferentes, para atender a interesses diversos. Ao mesmo tempo todos concordavam que, para atender à demanda de capitais seria necessário atrair divisas do exterior. Na verdade, a rivalidade girava em torno do modelo de associação com estes capitais, e dos privilégios a eles concedidos, bem como a respeito da política cambial a ser adotada. Para definir a direção destas políticas, era necessário garantir o controle das agências do Estado onde eram produzidos e realizados.

O que se organizou, então, foi uma verdadeira guerra de trincheiras: de um lado encontramos os empresários industriais, de outro, empresários exportadores de produtos primários – especialmente os cafeicultores. Os primeiros, reunidos em torno da Confederação Nacional da Indústria e, mais especificamente da FIDF (Federação das Indústrias do Distrito Federal, entidade mais preponderante dentre as associações de classe deste setor no período), mobilizavam-se para pressionar o Estado, com o objetivo de redefinir as políticas econômicas, especialmente aquelas que tratavam do câmbio e das licenças para a importação de maquinário. Informados pelas idéias produzidas a partir da CEPAL e de parte dos intelectuais do ISEB, procuravam redefinir o rumo das políticas econômicas produzidas no período.

O ISEB, por sua vez, abrigava vários matizes ideológicos, representados pelos diferentes intelectuais que atuavam no seu interior. Dos desenvolvimentistas que aceitavam a participação do capital estrangeiro aos partidários de um modelo de desenvolvimento autônomo e redistributivo, havia no ISEB vários tipos de matrizes ideológicas. Portanto, a disputa política existente no período também se estendeu ao ISEB, o que levou ao seu fracionamento. Quando parte dos intelectuais isebianos passaram também a produzir as idéias que nortearam os movimentos populares, superando a condição de aparelho privado de hegemonia da burguesia industrial para transformar-se em espaço de discussão das plataformas políticas dos movimentos populares o Instituto se revelou dividido. Com o golpe de 1964 e a conseqüente conquista do Estado por parte da fração das classes dominantes que apontava para a consolidação do modelo neoliberal, os movimentos populares e seus espaços de articulação precisaram ser suprimidos. Assim, o ISEB também foi eliminado.

Os empresários ligados à agricultura de exportação, setor hegemônico durante a Primeira República, disputavam com a indústria o controle das agências do Estado desde o

golpe de 1930. Sua aliança com o capital internacional era explicitada através da fala de seus intelectuais e articulada em seus aparelhos privados – dentre eles a Associação Comercial de São Paulo, aqui estudada.

O ideário das diversas frações da burguesia brasileira não estava apenas contido dentro do ISEB. Os liberais brasileiros construíram seu consenso fora deste Instituto. Embora Roberto Campos tenha pertencido ao ISEB em seus primeiros anos, o grande difusor das idéias liberais no país, Eugenio Gudín, nunca esteve no ISEB. Responsável pelo pensamento dominante durante todos os anos em que predominaram as idéias liberais, e reconhecido como o mais proeminente deste ideário, inclusive na atualidade, Gudín pode ser identificado como o grande intelectual orgânico deste campo. Seu debate com representantes de outras frações do empresariado - Roberto Simonsen, por exemplo - mostra as divergências entre deferentes setores da burguesia. Mas, quando examinamos seu debate com Raul Prebisch foi possível identificar pontos em comum entre o liberalismo e o desenvolvimentismo cepalino: ambos constituem expressões dos interesses da burguesia brasileira.

É interessante verificar que estas duas correntes compartilhavam alguns princípios, como, por exemplo, a idéia de que o capital estrangeiro era sempre bem vindo, uma vez que iria suprir uma demanda que o nacional não atendia. Ambos também não discordavam acerca dos limites da ação do Estado. Apenas estes limites eram mais reduzidos para os liberais e um pouco mais amplos para os desenvolvimentistas – pelo menos aqueles que pautaram sua prática pelo conjunto de propostas desenvolvidas pela CEPAL. Portanto, desenvolvimentismo não era sinônimo de nacionalismo, como defendem muitos daqueles que estudam este período. Como vimos, o desenvolvimentismo levado a cabo pelo Plano de Metas de JK era o “desenvolvimentismo vitorioso”, ou seja, o desenvolvimentismo liberal. Este se encontrava muito longe da idéia de um desenvolvimento autônomo ou mesmo da criação de barreiras protecionistas. Ao contrário: o Plano de Metas manteve e utilizou as medidas que visavam atrair e garantir a entrada de investimentos estrangeiros, como a Instrução 113.

Quanto às divergências entre as duas correntes, especialmente no que dizia respeito à intervenção do Estado na economia, chamamos a atenção para um fato: quando se fazia necessária a presença do Estado – especialmente para suprir as demandas ou para estabelecer regras que beneficiem o capital, esta era aceita, ou até reivindicada, mesmo pelos empresários que defendiam a diminuição do papel Estado como agente econômico, e a redução de sua

intervenção na economia. Na atualidade, temos como exemplo, a intervenção do Banco Central no mercado de moedas estrangeiras para regular a cotação do câmbio. Os liberais, embora defendam o Estado mínimo, não abrem mão deste mesmo Estado – especialmente do capital obtido através do atual BNDES – para as empresas privadas, ou até para a privatização de empresas estatais.

Da mesma forma, os liberais nos anos 50 também pregavam a redução do tamanho do Estado, mas clamavam por sua intervenção para o financiamento da safra, quando os preços mínimos não alcançavam o valor desejado.

Mas, para garantir que as políticas estatais iriam atender aos interesses dos setores da burguesia brasileira em questão, foi preciso que estas frações de classe ocupassem trincheiras e conquistassem espaços no interior da sociedade política. Assim, criaram-se as condições – inclusive do ponto de vista jurídico – para a implantação do modelo econômico que representou os interesses desta burguesia.

Os espaços de definição deste processo eram – e ainda são - as agências do Estado. No período abordado especialmente a SUMOC, de onde emanavam as Instruções que regiam estas relações. O domínio deste espaço significava a direção de todas as políticas econômicas, especialmente aquelas relativas aos capitais e investimentos. Uma vez transformada em Banco Central, em 1965, esta agência manteve sua importância para a determinação das políticas de investimento e das taxas de juros. Esta influência permanece até os dias atuais, pois é do Banco Central que emana toda a política creditícia, as intervenções no câmbio (através da compra maior ou menor de dólares no mercado, para regular a cotação) e a legislação relativa aos investimentos públicos no Brasil.

Expressões do controle do Banco Central na atualidade são, não só as suas intervenções no mercado de moeda estrangeira, mas também, e principalmente, a manutenção de uma taxa de juros sempre alta. A taxa de juros brasileira na atualidade parece desafiar toda a lógica econômica. A princípio a justificativa difundida era a contenção da inflação, mas, uma vez comprovado que esta não pode ser contida a partir de políticas de restrição ao crédito, demonstrou que pode ser entendida como a expressão do controle do COPOM (departamento do BC) pelos investidores e especuladores, interessados em juros altos.

Outra expressão do domínio desta fração da burguesia sobre o Banco Central tem sido a política de intervenção nas instituições financeiras em dificuldades. Na República Velha o Convênio de Taubaté garantia a cotação do café e a compra do produto pelo Estado. Na atualidade, o PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional), provou ser mais uma forma de utilização das verbas públicas a serviço de setores que detêm o controle da máquina governamental. Tendo, a princípio, a finalidade de recuperar as instituições financeiras que apresentassem problemas, o PROER revelou-se o Convênio de Taubaté do capital financeiro e a expressão da hegemonia desta fração das classes dominantes.

O Banco Central do Brasil sempre foi independente de fato. Esta autonomia pode comparada à do Federal Reserve, Banco Central dos EUA. E a autonomia de ambos vem do modelo de Bancos Centrais na atualidade, cuja estrutura, atribuições e poder emanaram das decisões produzidas em *Bretton Woods* e implantadas no Brasil pelo grupo de intelectuais que lá estiveram e ocuparam lugares de destaque tanto na sociedade civil quanto na sociedade política.

Ainda como SUMOC, esta agência do Estado possuía autonomia sobre as políticas monetárias e financeiras durante os anos que precederam sua transformação em BC. Embora a nomeação de seus diretores estivesse formalmente a cargo da Presidência da República, sua escolha era influenciada pela pressão e pelo peso político exercido pela fração da classe dominante que detém o controle do Estado. Neste sentido, entendemos a manutenção da Instrução 113 durante os anos JK. Nos nossos dias, a política cambial se caracteriza pela manutenção do câmbio livre, no qual a cotação da moeda é definida, a princípio, pelo “mercado” e sujeita às intervenções esporádicas deste mesmo Banco Central – mas só quando a cotação ultrapassa os limites que interessam à burguesia financeira e ao capital de exportação. Na leitura do Digesto Econômico vimos que esta era uma das principais reivindicações dos empresários agrário-exportadores ao longo dos anos 50. Tornou-se uma conquista destes mesmos empresários que se mantém até os dias de hoje.

Desde sua fundação, a SUMOC teve em seus os superintendentes agentes vinculados organicamente ao capital exportador, bancário e financeiro (conforme o exposto no Capítulo II), o que demarcava o início do processo de construção de uma hegemonia por parte desta fração das classes dominantes. Este processo irá se consolidar nos anos 60, mais precisamente

a partir do golpe de 1964 e se estende aos dias atuais. Neste sentido, entendemos que a preponderância desta fração da burguesia brasileira já começa a despontar na segunda metade dos anos 50, ou seja, no período focado por este trabalho, e este predomínio pode ser identificado tanto através da presença de seus técnicos e intelectuais nas diversas agências do Estado, quanto nas medidas tomadas por este mesmo Estado para direcionar a economia.

Nos primeiros anos de sua existência, a SUMOC foi palco de intensa disputa, e este conflito é uma das expressões do confronto entre as diversas frações das classes dominantes durante os anos 50. Mais tarde foi ocupada por técnicos que ali desenvolviam as políticas ligadas aos grupos de interesses. Este fato nos leva a negar a noção de equilíbrio e de estabilidade política durante os anos JK, muito comum entre os pesquisadores que se estudam este período.

Ao examinar o período do ponto de vista da manutenção das instituições e das práticas típicas das democracias capitalistas, pode-se concluir pela estabilidade política, mas tomando como ponto de análise as classes sociais, frações de classe e grupos de interesses, examinando suas divergências e conflitos, identificamos os confrontos que se desenrolaram ao longo deste momento. Todos estes processos são expressos também pelas políticas cambiais, definidas na SUMOC, e que geravam reações nos diferentes setores da sociedade, repercutindo em todo o tecido social. Reforçando o processo de desnacionalização da economia, através destes confrontos, foram construídas as condições que desencadearam a tomada do poder pelas frações de classe responsáveis pelo golpe de Estado ocorrido em 1964, as diversas formas de pressão e os espaços em que estes grupos de interesse se organizavam para produzir estas pressões.

Não estamos, com isso, afirmando que as disputas entre frações das classes dominantes devem ser os únicos dados que informam nossa análise a respeito das relações entre a sociedade política e a sociedade civil durante os “anos dourados”. Os movimentos sociais também influíram para que o período fosse conturbado. As greves e as mobilizações da sociedade civil foram constantes, mas, tal como no período anterior, as lideranças políticas dirigiam suas reivindicações em direção ao Estado, através dos sindicatos, ou mesmo, diretamente aos agentes que controlavam suas diversas instâncias. Assim, apenas uma parcela dos movimentos populares do período constituiu uma ameaça à dominação de classe, uma vez que apenas uma fração destes movimentos se caracterizou pelo confronto direto entre

empresários e trabalhadores. Mesmo quando vinculados ao Estado, os movimentos eram considerados como ameaça por parte das classes dominantes. Isto pode ser visto na documentação analisada, quando os empresários atacam os aumentos salariais concedidas pelo governo e as mobilizações de trabalhadores.

A análise feita aqui não lançou mão apenas de dados sociais ou do confronto entre diferentes ideários: utilizando um histórico das políticas cambiais do período – um dado eminentemente econômico – foi possível demonstrar que estas constituíam a expressão da hegemonia de uma fração de classe, pois, sendo produzidas em uma agência do Estado, revelavam o controle sobre esta agência dos atores sociais em questão.

Assim, este trabalho identificou parte do processo que culminou com a implantação do modelo de capitalismo existente no Brasil nos nossos dias – o neoliberalismo. Realizando o exame dos conflitos correntes na sociedade brasileira, procuramos dar uma contribuição para o conhecimento e a transformação da sociedade brasileira.

Bibliografia e fontes:

Fontes primárias

Periódicos:

Jornais – Seção de periódicos da Biblioteca Nacional

Diário de notícias
Última Hora
O Estado de São Paulo
Jornal do Comércio
Gazeta Mercantil
Correio da Manhã

Revistas – Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas

Conjuntura Econômica (Fundação Getúlio Vargas)
Desenvolvimento e Conjuntura (Revista da Confederação Nacional da Indústria)
Digesto Econômico (Associação Comercial de São Paulo) – de Janeiro de 1955 a dezembro de 1960.

Documentos:

Atas das Reuniões do Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Distrito Federal, de Janeiro de 1955 a dezembro de 1960. Rio de Janeiro: Federação das Indústrias do Distrito Federal. Arquivo FIRJAN. Rio de Janeiro

Atas das Reuniões da Diretoria da Federação das Indústrias do Distrito Federal. Arquivo FIRJAN.

Depoimento de Roberto Campos ao Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm> acesso em 27/12/2007.

GUDIN, Eugênio. *A mística do Planejamento - I*. Jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro: Sexta Feira, 29 de maio de 1953. 1º Caderno – Página 2

GUDIN, Eugênio. *A mística do Planejamento - I I*. Jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro: Terça Feira, 02 de junho de 1953. 1º Caderno – Página 2.

GUDIN, Eugênio. *A mística do Planejamento - III*. Jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro: Sábado, 06 de junho de 1953. 1º Caderno – Página 2.

MEMÓRIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília: Divisão de Impressão e Publicações do Departamento de Administração de Recursos Materiais do Banco Central do Brasil, 1990

PILLARS OF PEACE *Documents Pertaining To American Interest In Establishing A Lasting World Peace: January 1941-February 1946* . Published by the Book Department, Army Information School, Carlisle Barracks, Pa., May 1946.

PREBISCH, Raúl. *Discursos, declaraciones y documentos 1952-1963*. Santiago (Chile): CEPAL. 3 v. – Documentação inédita cedida à autora pelo Arquivo da CEPAL.

The Bretton Woods Agreements. Articles of Agreement of the International Bank for Reconstruction and Development, July 22, 1944 In.: *The Avalon Project at Yale Law School – Documents in Law, History and Diplomacy*. Disponível em <http://www.yale.edu/lawweb/avalon/avalon.htm>. Acesso em 08/10/2005.

Fontes Secundárias

ABREU, Alzira Alves de. et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/Positivo, 2001. 5 Volumes.

ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ALMEIDA, Lucio Flavio Rodrigues de. *Ideologia Nacional e Nacionalismo*. São Paulo: Educ. 1995.

_____. *Corrosões da cidadania: contradições das ideologias nacional na atual fase de internacionalização do capitalismo*. In *Lutas Sociais* n.1 São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais. 1996.

_____. *O Brasil de Última Hora: 20 anos de desilusões e esperanças*. Mimeo. São Paulo, 1999

_____. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

ANDERSON, Perry. *As Antinomias de Gramsci*. in *Crítica Marxista*. São Paulo: Ed. Joruê.

BALAKRISNAM, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: Dois Séculos de História*. São Paulo: Civilização Brasileira. 1978.

_____. *Brasil-Estados Unidos: A rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *Questão nacional e globalização na abordagem de Nelson Werneck Sodré*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, out/dez, 2006.

BEIGELMAN, Paula. *O Pingo do Azeite: Estudo sobre a instalação da ditadura*. São Paulo. Inep. 1991.

BELLO, Walden. *Friedman-Pinochet e o Sul globalizado*. In.: Instituto Humanitas UNISINOS. Disponível em http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=2250. Acesso em 28/12/2007, às 15 horas.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Kubitschek: Desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BENJAMIN, César. *Os suspeitos de sempre*. In: Folha de São Paulo. São Paulo, sábado, 19 de abril de 2008. *Caderno Dinheiro*. Pág. D2

BENJAMIN, César e RIBEIRO, Rômulo Tavares. *Autonomia legal para o Banco Central: uma tragédia anunciada*. In *Revista Espaço Acadêmico* n. 33, fevereiro de 2004.

- Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/033/33ccesar.htm>. Acesso em 27/09/2007 às 23:15 hs.
- BEZERRA, Sônia J. (s/d). *O jornal Última Hora nas eleições de 1955 – um estado-maior intelectual*. Diss. mest., PUC-RJ.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *O pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto. 1996.
- BLINDER, Alan S. *Bancos Centrais: Teoria e Prática*. São Paulo: Ed. 34. 1999.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOITO JÚNIOR, Armando. *O populismo em Crise (1953-1955)*. Mimeo. Tese de Mestrado. UNICAMP. 1976.
- _____. *O Sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP. 1991.
- BORGES, Maria Angélica. Eugênio Gudín: capitalismo e neoliberalismo. São Paulo: Educ, 1996.
- _____. *Gudín: neoliberalismo versus inserção internacional do Brasil*. In *Lutas Sociais* n. 3 São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais. 1997.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras. 1992.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand/Difel, 1989
- _____. *Esboço para uma auto-análise*, Lisboa : Edições 70, 2004.
- BRANDÃO, Octávio. (Fritz Mayer). *Agrarismo e Industrialismo*. Buenos Aires, 1926.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.
- BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Petrópolis: Vozes. 1983.
- BUCCI-GLUCKSMAN, Christine. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980. 499 p.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1994.
- _____. *Ensaio contra a maré*. Rio de Janeiro: Apec, 1969
- _____. *Ensaio de História Econômica e Sociologia*. Rio de Janeiro : APEC Editora, 1964.
- _____. *Mitos políticos*. Rio de Janeiro: Apec. 1966.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel. 1964.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento-Brasil: JK- JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.
- CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo: Difel. 1980.
- _____. *A República Liberal I: instituições e classes sociais (1945-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1984.
- _____. *A segunda República*. São Paulo:DIFEL, 1974
- _____. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1827-1977)*. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra. 1978.
- CARVALHO, Maria Bernardete Oliveira de. *Nação e democracia no projeto político das classes produtoras: limites e possibilidades dessas idéias para o Brasil moderno (1943-1964)*. Tese de Doutorado. Niterói:UFF, 2005.
- CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora UNB, 1981.
- CHASIN, J. (org.) *Marx Hoje*. São Paulo: Editora Ensaio, 1987.
- CORRAZZA, Gentil. *Os Bancos Centrais e sua ambivalência público-privada*. In.: Revista Nova Economia. Departamento de Economia da UFMG: Belo Horizonte. Vol 11. n. 1 julho de 2001

- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB do Getulismo ao Reformismo 1945-1964*. São Paulo: Marco Zero. 1989. 317 p.
- DIAS, Edmundo Fernandes et al. *O Outro Gramsci*. São Paulo: Xamã.1996.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. *A Época das Perplexidades*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. *A Internacional Capitalista*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- ERIKSON, Paul Keneth. *Sindicalismo no Processo Político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1979.
- FAUSTO, Boris (org) *O Brasil Republicano. Economia e cultura (1930-1964)*. Coleção *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel. 1986.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FIGUEIREDO FILHO, João Sidney de. *Políticas Monetária, Cambial e Bancária no Brasil sob a gestão do Conselho da Sumoc, de 1945 a 1955*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia. Niterói, 2005
- FRIEDMAN, Milton and FRIEDMAN, Rose D. *Capitalism and Freedom*. Chicago University.Press, 1989.
- GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1994. 299 p.
- _____. (org). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro. Ed. Fund. Getúlio Vargas. 1991.
- _____. *O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil Notas Sobre a Trajetória de um Conceito*. in Revista Tempo. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense/ Relume Dumará. 1996. 209 p.
- GRAMSCI, Antonio. *A questão Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. 6 Volumes. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 1999 a 2002.
- _____. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1987.341 p.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1995. 252 p.
- _____. *Maquiavel, Política e Estado Moderno*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.
- GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro. Graal Editora. 1978.
- _____. *Tudo começou com Maquiavel (As concepções de Estado em Marx, Engels, Lenine Gramsci)*. Porto Alegre: L&PM, 1980.
- GUDIN, Eugênio. *Inflação – Importação e Exportação, Café – Crédito,Desenvolvimento – Industrialização*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1959
- _____. *Reflexões e Comentários 1970-1978*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978
- _____. *Rumos da política econômica*. In: *A controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.
- GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos – O Estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- HALL, Stuart. *Authoritarian Populism: A Reply to Jessop et al*. in *NewLeft Review*, 151. 1985. p. 119.
- HOBBSBAWN, Eric J. *Era dos Extremos. O breve século XX : 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- _____. *Nações e Nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- IANNI, Octávio. *Classe e Nação*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *Imperialismo e Cultura*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. 1988. 224 p.
- IGLÉSIAS, Francisco. *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- JAGUARIBE, Helio. *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político - Uma abordagem teórica e um estudo do caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- JANSEN, Rosalvo Eduardo, Cel. Inf. (Relator). *Política Nacional de Desenvolvimento. Conferência proferida na ESG em 18 de Março de 1981. Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro. Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. 1971.
- KUBITSCHKE, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch, 1975.
- KUPERMAN, Esther, *A Guerrilha de Caparaó (1966 – 1967): um ensaio de resistência*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFRJ, 1992.
- LAGO, Pedro Aranha Corrêa do. *A Sumoc como embrião do Banco Central: sua Influência na condução da política econômica, 1945-1965*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1982. 227 p.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.
- LEME, Marisa Saenz. *A ideologia dos industriais brasileiros 1919-1945* Petrópolis: Vozes. 1978. 187 p.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e interesses na industrialização brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 14 n. 39. São Paulo. Fevereiro de 1999
- LOVATTO, Angélica. *A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe – os tempos do Iseb*. In. *Revista Lutas Sociais*. n. 3. outubro de 1997.
- LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império*. Rio de Janeiro: Sete Letras. 1994.
- MACCIOCCHI, Maria-Antonietta . *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MALAN, Pedro Sampaio. *Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964)*. In FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano – 4o Volume: Economia e cultura (1930- 1964)*. Coleção História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1986.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. São Paulo/Petrópolis: Polis/Vozes, 1984.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis/Buenos Aires : Vozes / CLACSO, 2000
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril. Coleção Os Pensadores, 1974.
- _____. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1997.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec. 1987.

- MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *História: Pensar e Fazer*. Rio de Janeiro. Laboratório Dimensões da História. UFF. 1998. MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos – Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura. 1988.
- MAZA, Fabio. *O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação*. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 2004.
- MENDONÇA, Sônia e MOTTA, Márcia. (org.). *Nação e Poder: as Dimensões da História*. Niterói. EdUFF. 1998.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal. 1985.
- _____. *Dez anos de economia brasileira: história e historiografia (1954-1964)*. In *Revista Brasileira de História*. Vol. 14, n. 27. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, 1994.
- _____. *Gramsci e o Estado*. Mimeo. Rio de Janeiro. 1999.
- _____. (org.) *O Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EDUFF/Vício de Leitura, 2005.
- MENDONÇA, Sonia e FONTES, Virgínia: *História do Brasil Recente – 1964-1992*. São Paulo: Ática, 2006.
- MORAES, Denis. *Nelson Werneck Sodré, o ISEB e a crise de 1964*. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv118.htm>. Acesso em 06/08/2006 – 22:17
- MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 4ª Edição.
- NASSIF, Luís. *As Raízes do Banco Central*. In: *Jornal Folha de São Paulo*: S. Paulo, 13.02.2005. Caderno Dinheiro. Pág. D2.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. Petrópolis: Vozes/CEBRAP. 1981.
- _____. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- OLIVEIRA Jr. Franklin. *A Usina dos Sonhos- Sindicalismo petroleiro na Bahia: 1954-1964*. Salvador: EGBA. 1996.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil – entre o povo e a nação*. São Paulo : Ática, 1990.
- PEDRAO, Fernando Cardoso. *Ignácio Rangel*. In: *Revista do Instituto de Estudos Avançados*. São Paulo: USP. Jan./Apr. 2001, vol.15, no.41, p.127-137.
- PEREIRA, Luís Carlos Bresser. *O conceito de desenvolvimento do ISEB discutido*. In: *Revista Dados*. Vol 47 n. 1. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.
- PEREZ, Reginaldo Teixeira. *O pensamento político de Roberto Campos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. *Classes sociais e luta de classes*. In. SILVEIRA, Paulo (org.) Poulantzas. São Paulo: Ed. Ática, 1984.
- RANGEL, Ignácio. *A economia e a política ou Resposta a Guerreiro Ramos*. In: *Revista Tempo Brasileiro* Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro. Julho/setembro de 1962.
- _____. “*História da dualidade brasileira*”. In: *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 05-34, 1981.
- _____. ISEB. In. *Do ponto de vista nacional*. São Paulo: Bienal/BNDES, 1992.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- RODRIGUES, José Honório. *Aspirações Nacionais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1970.
- _____. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Editora Fulgor. 1965.
- RODRIGUES, Leôncio. *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Difel. 1966.

- SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *Classe Média e Sistema Político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz. 1984.
- _____. *República do capital – Capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. *A superação do populismo*. In *Linha Direta*. Órgão do Diretório Regional do PT de São Paulo. Ano VIII, n. 330.. São Paulo: DR. 6 a 12 de setembro de 1977. Pág. 6.
- SANTOS, Theotonio dos. *Evolução Histórica do Brasil: da colônia à crise da “nova República”*. Petrópolis: Vozes, 1994
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Poder & Política – Crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- SARTRE, J. Paul. *Questão de Método*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Coleção *Os Pensadores*
- SARTRE, Jean-Paul. *What is Literature*. London: Methuen, 1967
- SEBE, José Carlos. *Introdução ao nacionalismo acadêmico: os brasilianistas*. São Paulo: Brasiliense. 1984.
- SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder*. São Paulo: Global Editora. 1981.
- _____. *O Trigo. Palestra feita no ISEB*. Rio de Janeiro: ISEB. 1981.
- SIMONSEN, Roberto. *A planificação da economia brasileira*. In: *A controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.
- SINGER, Paul. *A crise do “milagre”: Interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.
- SILVA, Marilene Corrêa da. *A questão nacional e o marxismo*. São Paulo: Cortez Autores Associados. 1989.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982..
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Brasil: Radiografia de um modelo*. Petrópolis: Vozes. 1980.
- _____. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973
- _____. *O declínio do latifúndio*. In: *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro. Junho/Setembro de 1962.
- _____. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1978.
- _____. *História da Burguesia Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____. e ALVES FILHO, Ivan. *Tudo é política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.
- THERBORN, Goran. *The ideology of power and the power of ideology*. London: Verso Editions. 1980.
- TOLEDO, Caio Navarro de (org.) *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro, Revan, 2005.
- _____. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Ática. 1982.
- TREVISAN, Maria José. *50 anos em 5... A FIESP e o desenvolvimentismo*. Petrópolis: Vozes. 1986. 205 p.
- VINHAS, Moisés. *O Partidão: A luta por um partido de massas. 1922-1974*. São Paulo :
- VON DER WEID, Elisabeth [e outros]. *Apontamentos para a história do Centro Industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro Industrial do Rio de Janeiro, 1977, Hucitec. 1982.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.
- ZINI Jr. Alvaro Antonio. *Taxa de câmbio e política cambial no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- ZIZEK, Slavoj (org). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto. 1996.